



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Maria Cristina Guimarães Rosa do Amaral

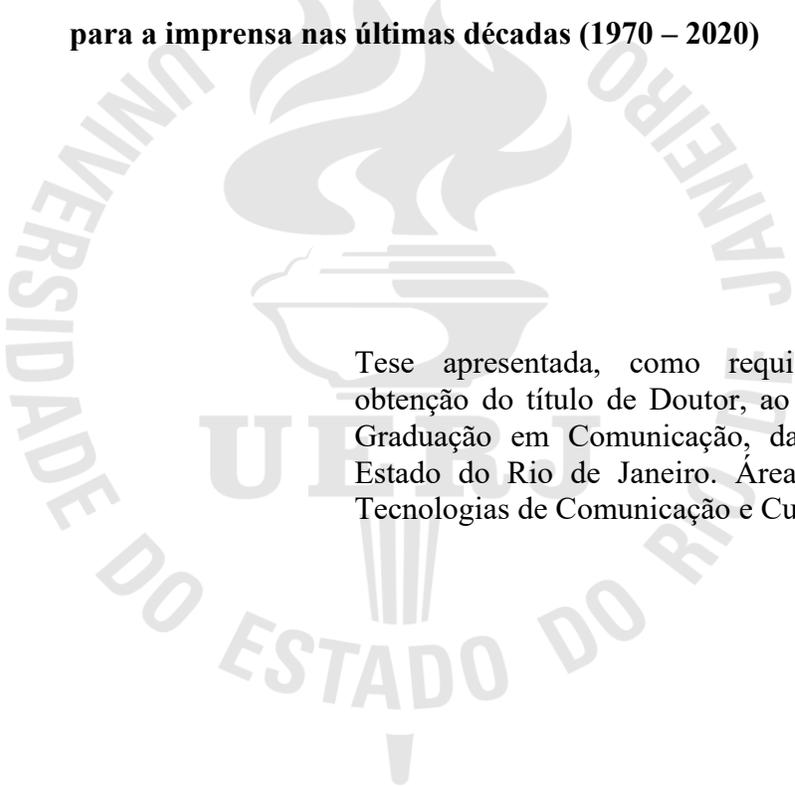
Os novos *whistleblowers*: mudanças no perfil e nas dinâmicas das fontes de vazamentos para a imprensa nas últimas décadas (1970 – 2020)

Rio de Janeiro

2024

Maria Cristina Guimarães Rosa do Amaral

Os novos *whistleblowers*: mudanças no perfil e nas dinâmicas das fontes de vazamentos para a imprensa nas últimas décadas (1970 – 2020)



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Tecnologias de Comunicação e Cultura de Massa.

Orientadora: Profa. Dra. Leticia Cantarela Matheus

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A485 Amaral, Maria Cristina Guimarães Rosa do
Os novos *whistleblowers*: mudanças no perfil e nas dinâmicas das fontes de vazamentos para a imprensa nas últimas décadas (1970 – 2020) / Maria Cristina Guimarães Rosa do Amaral. – 2024.
202 f.

Orientadora: Leticia Cantarela Matheus.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação – Teses. 2. Jornalismo – Teses. 3. Ética jornalística – Teses. I. Matheus, Leticia Cantarela. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

bs

CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maria Cristina Guimarães Rosa do Amaral

Os novos *whistleblowers*: mudanças no perfil e nas dinâmicas das fontes de vazamentos para a imprensa nas últimas décadas (1970 – 2020)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Tecnologias de Comunicação e Cultura de Massa.

Aprovada em 02 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Leticia Cantarela Matheus (Orientador)

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Sonia Virgínia Moreira

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Rachel Bertol

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Itala Maduel

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família: meus pais, Antônio Carlos e Agnes; minhas filhas, Luisa e Juliana; meu companheiro, Múcio. Pelo apoio constante nesta aventura que foram os anos de mestrado e doutorado, e pelo simples e maravilhoso fato de existirem em minha vida - ao qual sou grata todos os dias. A eles dedico minha tese.

À minha orientadora, Leticia Cantarela Matheus, que me ajudou a encontrar os caminhos para chegar aqui, sempre de forma certa e bem-humorada.

Às minhas bancas de qualificação e doutoramento, por aceitarem fazer parte da construção deste trabalho.

A Raquel Dornelas cuja tese, premiada, me inspirou em mais de um momento.

À Capes, pelo financiamento que me permitiu uma dedicação exclusiva à pesquisa.

A todos os colegas, em especial os das Ciências Humanas, que quase sempre em condições desfavoráveis seguem, com teimosia, a produzir conhecimento.

No passado, eu havia aceitado instintivamente o *ethos* da minha profissão, a ideia de que vazar sempre era inerentemente ruim, traiçoeiro ou, na melhor das hipóteses, uma coisa inútil de se fazer. Eu estava errado. Obviamente, vazar informações pode ser um ato patriótico e construtivo.

Daniel Ellsberg
(Pentagon Papers, 1971)

RESUMO

AMARAL, Maria Cristina Guimarães Rosa do. **Os novos *whistleblowers***: mudanças no perfil e nas dinâmicas das fontes de vazamentos para a imprensa nas últimas décadas (1970 – 2020). 2024. 202f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Muita coisa tem mudado no jornalismo nas últimas décadas. Esta pesquisa se propõe a investigar as transformações que envolvem um dos atores menos estudados das práticas jornalísticas: as fontes. Considerar a fonte jornalística como um ator com novas características no cenário midiático atual ajuda a pensar a questão maior: para onde está indo o jornalismo? Como objeto de estudo, elegemos cinco grandes vazamentos de informação relevantes para o jornalismo e para a sociedade, em um período de quase 50 anos: Pentagon Papers (1971); Cablegate (2010); O Caso Snowden (2013); Panama Papers (2016) e Vaza Jato (2020). O termo *whistleblower*, utilizado no título, é uma das denominações possíveis para se referir às fontes, nos casos de vazamento. As hipóteses apresentadas são duas: primeiro, a de que as mudanças no perfil das fontes e nas dinâmicas delas com os jornalistas são moldadas principalmente pela evolução tecnológica. Segundo; a de que duas características – a colaboração e o protagonismo – se intensificaram ou se modificaram de forma significativa na relação das fontes com a imprensa, a ponto justificarem uma nova categorização na taxonomia das fontes. A pesquisa investiga ainda as consequências disso: de que forma as forças representadas pelas novas características de colaboração e protagonismo das fontes atuam no campo jornalístico. O *corpus* é formado por oito livros e quatro entrevistas, escritos e/ou concedidos pelas fontes e jornalistas, relatando os bastidores de cada caso (à exceção da fonte dos Panama Papers que continua anônima até hoje. Neste caso, temos o registro apenas dos jornalistas). Como operadores metodológicos, foram criados cinco marcadores com os quais pudemos confrontar as narrativas com os conceitos teóricos utilizados. São eles: identidade; dinâmica de aproximação; dinâmica de colaboração; motivação alegada e consequências. Ao longo da investigação, a empiria mostrou como as novas tecnologias de informação e comunicação exercem papel fundamental na alteração do perfil das fontes e nas dinâmicas instauradas por elas. E que, apesar de serem encontradas em diferentes graus, as características de colaboração e protagonismo se mostram significativas o suficiente para justificar uma classificação na taxonomia das fontes. A pesquisa concluiu ainda que, se as fontes colaborativas ou protagonistas podem extrapolar o que era, anteriormente, a *atuação* das fontes, não parecem extrapolar o *papel* das fontes. Desta forma, apesar de contribuírem para um cenário mais fluido do campo jornalístico, as fontes colaborativas e protagonistas não ameaçam os contornos do campo, ainda definidos pelo conceito de autoridade jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo. Fontes. Vazamentos de informação. Whistleblowers.

ABSTRACT

AMARAL, Maria Cristina Guimarães Rosa do. **Changes in the profile and dynamics of press leak sources during the last decades (1970 - 2020)**. 2024. 202f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A lot has changed in journalism in recent decades. This research aims to investigate the transformations that involve one of the least studied actors in journalistic practices: sources. Considering the journalistic source as an actor with new characteristics in the current media scenario helps us think about the bigger question: where is journalism going? As an object of study, we chose five major information leaks relevant to journalism and society, over a period of almost 50 years: Pentagon Papers (1971); Cablegate (2010); The Snowden Case (2013); Panama Papers (2016) and Vaza Jato (2020). The term whistleblower, used in the title, is one of the possible names to refer to sources, in cases of leaks. The hypotheses presented are two: first, that changes in the profile of sources and their dynamics with journalists are shaped mainly by new information and communication technologies. Second; that two characteristics – collaboration and protagonism – have intensified or changed significantly in the relationship between sources and the press, to the point of justifying a new categorization in the taxonomy of sources. The research also investigates the consequences of this: how the forces represented by the new characteristics of collaboration and protagonism of sources act in the journalistic field. The corpus is made up of eight books and four interviews, written and/or given by sources and journalists, reporting the behind-the-scenes of each case (with the exception of the Panama Papers source, which remains anonymous to this day. In this case, we only have the record of the journalists). As methodological operators, five markers were created with which we could compare the narratives with the theoretical concepts used. They are: identity; approach dynamics; collaboration dynamics; alleged motivation and consequences. Throughout the investigation, empirical evidence showed how the new information and communication technologies play a fundamental role in the changes of source profiles and in determining the dynamics introduced by them. And that, despite being found in different degrees, the characteristics of collaboration and protagonism are significant enough to justify a classification in the taxonomy of sources. The research also concluded that, if collaborative or protagonist sources can go beyond what were previously the *actions* of sources, they do not seem to go beyond the *role* of sources. In this way, despite contributing to a more fluid scenario in the journalistic field, collaborative and protagonist sources do not threaten the contours of the field, still defined by the concept of journalistic authority.

Keywords: Journalism. Sources. Information leaks. Whistleblowers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro <i>Secrets: a memoir of Vietnam and the Pentagon Papers</i>	72
Figura 2 – Capa do livro <i>The Panama Papers</i>	73
Figura 3 – Capa do livro <i>Vaza Jato</i>	74
Figura 4 – Capa do livro <i>Readme.txt</i>	75
Figura 5 – Capa do livro. <i>Sem lugar para se esconder</i>	76
Figura 6 – Capa do livro <i>Eterna Vigilância</i>	77
Figura 7 – Capa do livro <i>Os Arquivos de Snowden</i>	78
Figura 8 – Capa do livro <i>A Guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado</i>	79
Figura 9 – Frame de entrevista CNN Brasil (a).....	81
Figura 10 – Frame de entrevista CNN Brasil (b)	82
Figura 11 – Frame de entrevista CNN Brasil (c)	83
Figura 12 – Frame de entrevista TV 247 (a)	83
Figura 13 – Frame de entrevista TV 247(b)	83
Figura 14 – Frame de entrevista Veja.com (a)	85
Figura 15 – Frame de entrevista Veja.com (b)	85
Figura 16 – Reprodução <i>The New York Times</i> (a).....	86
Figura 17 – Reprodução <i>The New York Times</i> (b)	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Visibilidade da Fonte	60
Quadro 2 – Relevância do Episódio	60
Quadro 3 – <i>Corpus</i> estudado	87
Quadro 4 – Identidade da fonte	137
Quadro 5 – Dinâmica de aproximação	138
Quadro 6 – Dinâmica de colaboração	138
Quadro 7 – Motivação Alegada	170
Quadro 8 – Consequências	170
Quadro 9 – Colaboração e Cooperação	187
Quadro 10 – Graus de colaboração e protagonismo	201

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	FONTES E VAZAMENTOS	26
1.1	As relações entre fontes e jornalistas	26
1.2	Vazamentos, denúncias e delações	31
1.3	Os episódios escolhidos	33
1.3.1	<u>WikiLeaks</u>	37
1.4	Motivos e consequências: o começo e o fim da história	39
1.4.1	<u>O whistleblower</u>	43
1.4.2	<u>O hacker</u>	46
1.5	As questões éticas	49
1.6	Quadros-resumo	55
2	APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	57
2.1	Os livros	61
2.1.1	<u>Iconografia</u>	67
2.2	As entrevistas	72
2.3	Quadro-resumo	78
3	INVESTIGANDO OS EPISÓDIOS I - A COLABORAÇÃO	79
3.1	Uma sociedade midiaticizada e redacional	80
3.1.1	<u>A competência midiática</u>	82
3.1.2	<u>Fontes colaborativas</u>	84
3.2	Identidade da fonte	87
3.2.1	<u>Edward Snowden</u>	88
3.2.2	<u>Chelsea Manning</u>	91
3.2.3	<u>Walter Delgatti</u>	93
3.2.4	<u>John Doe</u>	94
3.2.5	<u>Daniel Ellsberg</u>	96
3.3	Dinâmica de aproximação	98
3.3.1	<u>Chelsea Manning</u>	100

3.3.2	<u>Walter Delgatti</u>	104
3.3.3	<u>John Doe</u>	105
3.3.4	<u>Daniel Ellsberg</u>	118
3.3.5	<u>Edward Snowden</u>	122
3.4	Dinâmica de colaboração	113
3.4.1	<u>Walter Delgatti</u>	
3.4.2	<u>Chelsea Manning</u>	116
3.4.3	<u>John Doe</u>	118
3.4.4	<u>Daniel Ellsberg</u>	120
3.4.5	<u>Edward Snowden</u>	121
3.5	Quadros-resumo	125
4	INVESTIGANDO OS EPISÓDIOS II - O PROTAGONISMO	139
4.1	O acontecimento e o acontecimento midiático	126
4.1.1	<u>Fontes Protagonistas</u>	127
4.2	Motivação alegada	133
4.2.1	<u>Walter Delgatti</u>	134
4.2.2	<u>Daniel Ellsberg</u>	136
4.2.3	<u>Chelsea Manning</u>	137
4.2.4	<u>John Doe</u>	140
4.2.5	<u>Edward Snowden</u>	142
4.3	Consequências	144
4.3.1	<u>Chelsea Manning</u>	144
4.3.2	<u>Daniel Ellsberg</u>	147
4.3.3	<u>Walter Delgatti</u>	149
4.3.4	<u>Edward Snowden</u>	150
4.4	Quadros-resumo	154
5	FRONTEIRAS PERMEÁVEIS	156
5.1	Novos tipos de fontes	157
5.1.1	<u>Breve incursão pela taxonomia das fontes</u>	158
5.1.2	<u>Duas novas categorias</u>	161
5.2	Jornalismo e tecnologia digital	162

5.2.1	<u>Fontes seguras</u>	165
5.3	A colaboração na comunicação	167
5.3.1	<u>Conceituando colaboração</u>	169
5.3.2	<u>A colaboração no jornalismo</u>	171
5.3.3	<u>A colaboração entre público e imprensa</u>	172
5.4	O campo jornalístico	176
5.4.1	<i>Interlopers</i> e as fronteiras permeáveis.....	179
5.5	Quadros-resumo	183
	CONCLUSÃO	184
	REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

O percurso de uma pesquisa tem início quando, ao pesquisador, se apresenta uma inquietação, uma estranheza, uma dúvida – alguma coisa, ali, chama sua atenção. Meu interesse pelos estudos de fontes jornalísticas veio através da figura do hacker, e a natureza de sua atuação no campo jornalístico, que trazia uma configuração curiosa: nem jornalista nem fonte, ele ainda assim fornecia, buscava e/ou interpretava dados para a construção da narrativa final que chegaria ao público. Muitas vezes, inclusive, divulgava as informações por conta própria, fenômeno que iria se popularizar, de forma ofuscante, através do site WikiLeaks. A figura do hacker e sua atuação como fornecedor de informações aos jornalistas lançava a questão: teria o perfil da fonte se modificado? E qual a relevância disso para a prática e o papel social do jornalismo? Que forças essas novas fontes – ou a dinâmica instaurada por elas – exercem sobre o campo jornalístico, e com que possíveis consequências?

Se a colaboração entre hackers e jornalistas parece ser cada vez maior, ela não é exatamente nova. O site *Hacks/Hackers* é um exemplo disso. *Hacks/Hackers* é uma organização mundial, atuante desde 2009, que une jornalistas (em inglês *hack* é uma gíria para designar um jornalista veterano, experiente) e hackers. Em julho de 2022, a organização contava com 122 grupos, 16 deles na América Latina. Em suas próprias palavras, os encontros informais, promovidos pelo site, buscam “inspirar um ao outro, dividir informação (e códigos) e colaborar para inventar o futuro da mídia e do jornalismo”¹. O objetivo seria juntar os que conhecem o caminho das pedras para buscar os dados aos que sabem fazer as perguntas certas (Lewis; Usher, 2014) (Parasie, 2011).

Quatro anos após a fundação do site, um conhecido estudo da Universidade de Columbia (Anderson; Bell; Shirky, 2013) descrevia um novo ecossistema jornalístico, apontando, entre outros aspectos, a pulverização dos polos de produção e distribuição e novos hábitos de consumo – com ênfase para o papel das redes sociais. Neste novo cenário, as expertises de buscar dados e saber que perguntas fazer estavam em rota de confluência, gerando, inclusive, um novo tipo de jornalismo: o Jornalismo de dados, ou Jornalismo gerado por dados (Mancini; Vasconcellos,

¹ <https://www.hackshackers.com/>

2016), (Träsel, 2014).

Com a figura do hacker puxando o fio dos questionamentos, foi natural buscar nos vazamentos de informação o objeto para minha pesquisa. É neste tipo de situação - com a tecnologia tomando uma instância cada vez maior na obtenção, armazenamento e transmissão das informações - que sua atuação é mais significativa. A escolha dos episódios foi imediata, dada a pertinência de cada um, reunindo vazamentos marcantes na história internacional ou brasileira. São, também, emblemáticos do ponto de vista jornalístico, estudados dentro e fora de sala de aula, e ajudaram a (e ainda atuam para) formar a prática, a identidade, a memória e a subjetividade do jornalismo. São eles: Pentagon Papers (1971); Cablegate (2010); o Caso Snowden (2013); Panama Papers (2015) e Vaza Jato (2020).

Se a escolha dos episódios foi fácil, em um dos casos a definição dos agentes não foi tão evidente. No episódio Cablegate, apesar da fonte ter sido, inequivocamente, o soldado Chelsea Manning, restava saber como tratar, dentro da dinâmica do vazamento, o site WikiLeaks. Ao estudar as narrativas do *corpus* optei por considerá-lo um intermediário entre a fonte e os jornalistas que fizeram parte do consórcio que publicou as reportagens: *The Guardian*, *Le Monde*, *Der Spiegel*, *El Pais* e *The New York Times*.

O primeiro passo metodológico foi então uma leitura livre sobre os vazamentos escolhidos, em fontes diversas, tanto acadêmicas como jornalísticas. Ao fim deste processo dois aspectos me chamaram a atenção. O primeiro foi a importância que as novas tecnologias de informação e comunicação assumiram em todas as etapas do processo de vazamento, desde a identidade da fonte (determinante em relação à possibilidade de acesso a informações sigilosas), passando pela complexidade das informações; o armazenamento; transmissão; pela dinâmica de aproximação com a imprensa (ou na escolha de outros caminhos) e pelas adaptações a que o próprio jornalismo foi forçado (colaboração internacional; inovações tecnológicas dentro das redações etc.). Nem todas as fontes eram hackers, mas a expertise tecnológica - tanto da fonte como dos jornalistas (ou a falta dela, em alguns casos) se mostrou um ponto sensível em quase todos os vazamentos.

O segundo aspecto relevante surgiu com a identificação de características no comportamento das fontes que, apesar de existirem anteriormente em algum grau, haviam se modificado ou intensificado significativamente: a colaboração e o protagonismo - ambos também relacionados, em níveis diferentes, às novas tecnologias de comunicação e informação.

A característica de colaboração se refere principalmente à dinâmica envolvida entre fonte e jornalista. Nos casos de vazamento estudados, parecia aparecer na atuação de fontes com alto grau de conhecimento tecnológico e, ao mesmo tempo, cada vez mais ambientadas com as práticas jornalísticas. O conhecimento das práticas jornalísticas - e o eventual uso deste conhecimento para alimentar interesses próprios das fontes - tampouco é novidade. Fausto Neto (2017) já via a transformação das fontes em “atores que passam a editar suas relações com os jornalistas, enquanto mediadores, na medida em que dominam operações técnicas que, até então, estavam nas mãos dos jornalistas” (p. 224). O que é novo é o uso deste conhecimento *em colaboração* com o jornalista. Partimos, então, para estabelecer essa diferença: seria colaborativa a fonte que não apenas oferece informações, mas interfere, em grau significativo e com a anuência do jornalista, nas práticas jornalísticas que se seguem até aquele conteúdo virar notícia.

A segunda característica identificada diz respeito ao protagonismo da fonte, e define o que chamamos de fontes protagonistas. O termo, cunhado a partir de um artigo de Christofolletti, é usado aqui de forma um pouco diferente. Para o autor, o protagonismo da fonte se revela quando elas deixam de ser fontes a quem se recorre apenas quando necessário e, aumentando seu raio de influência e seus movimentos proativos, “ofuscam os jornalistas e seus veículos” (Christofolletti, 2016, p. 60). Nesta categoria ele coloca Edward Snowden, fonte do Caso Snowden e Julian Assange, fundador e editor do site WikiLeaks.

A pergunta que se faz então, para esta noção de protagonismo é: por que exatamente Snowden e Assange ofuscaram jornalistas e seus veículos? Não apenas por serem proativas, certamente - Chaparro (2014; 2007) já tinha apontado consequências da profissionalização das fontes; mas certamente não a capacidade de ofuscar. Terá sido então por deixarem clara sua característica colaborativa? Por desafiar as práticas jornalísticas? Por não se manterem anônimos e ficarem famosos? Pelas consequências de seus atos? Entendi que era necessário tentar qualificar esse protagonismo, investigando suas causas e consequências.

O protagonismo das fontes, da forma como as enxerguei, emerge quando elas não apenas se mostram proativas ao municiar o jornalista de informações, mas, por si e por suas ações, geram novas narrativas jornalísticas em torno de suas figuras, independentemente da cobertura do conteúdo vazado. A geração de tais narrativas pode estar calcada na identidade da fonte; no seu poder de afetação sobre o processo do vazamento ou o conteúdo vazado; em suas motivações; no anonimato ou falta dele; na dinâmica específica do vazamento.

O principal objetivo desta tese, portanto, consiste no estudo das mudanças, em um período de quase cinco décadas, das dinâmicas nas relações entre fontes e jornalistas em casos de vazamentos de informação. Duas hipóteses são defendidas ao longo do texto: primeiro, a de que as mudanças são moldadas principalmente pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Segundo; a de que duas características – a colaboração e o protagonismo – se intensificaram ou se modificaram de forma significativa na relação das fontes com a imprensa, a ponto de criarem novos tipos de fontes. Também me interessava investigar as consequências disso: de que forma as forças representadas pelas novas características de colaboração e o protagonismo das fontes atuavam na configuração e reconfiguração do campo jornalístico.

Como encontrar então as singularidades das relações entre os jornalistas e os vazadores de informação? Conhecer as dinâmicas, as motivações dos *whistleblowers*² o que foi planejado e o que foi fortuito em sua exposição midiática posterior? Que *corpus* montar?

Os vazamentos estudados tiveram (quase todos) repercussão mundial. Alguns foram levados às telas do cinema, ou constituíram tema de documentário. Apesar de interessante, esse material poderia ter (com algumas exceções) um alto grau ficcional; não abrangia todos os episódios de vazamentos e era, em sua maioria, baseado em livros, sobre os episódios, escritos pelas fontes ou pelos jornalistas. Optei então por um *corpus* composto por estes livros, após uma pesquisa mostrar que existiam relatos publicados por pelo menos um dos envolvidos em todos os casos.

A cronologia no contar de uma história, o formato da narrativa e o distanciamento temporal fazia com que o *corpus* apresentasse alguma uniformidade, dado que os episódios escolhidos tinham amplo intervalo de tempo entre eles e consideráveis diferenças na afetação sobre o jornalismo e sobre a sociedade em que se inseriam. Os livros forneciam uma narrativa com alguma completude; uma visão de um todo (ainda que toda narrativa seja sempre um pedaço, um recorte de um *continuum*, artificialmente elaborado segundo uma intenção e influenciado por narrativas anteriores). O material trazia as impressões que jornalistas tiveram das fontes e vice-versa; informações precisas sobre as formas de aproximação e negociação; as consequências, enfim: tudo o que interessava. Seria possível articular relatos dos bastidores dos

² O termo *whistleblower* é uma das denominações possíveis para se referir às fontes de vazamentos de informação, junto com delatores, denunciante e outros. Entendemos que é a melhor denominação possível, apesar de não haver ainda uma tradução satisfatória para o termo. A explicação para a origem e outras considerações sobre o termo *whistleblower* estão no primeiro capítulo da tese.

episódios de vazamentos com a problematização sobre o papel da fonte.

Quando comecei a empiria, no entanto, senti a necessidade de ter, para cada episódio, um relato da fonte e outro do jornalista. Nos casos Cablegate e Snowden, isso era possível. No caso Panama Papers, impossível, já que a fonte se mantinha anônima. Nem a fonte do caso Vaza Jato, Walter Delgatti, nem o jornalista que divulgou os Papéis do Pentágono, Neil Sheehan, haviam publicados livros. Busquei então preencher essa lacuna com entrevistas concedidas por eles e publicadas nos sites CNN; Brasil 247 e Veja.com (Delgatti) e no *The New York Times* (Sheehan).

O *corpus* compõe-se ainda dos livros: *Secrets*; Daniel Ellsberg, 2002; *Os arquivos Snowden*; Luke Harding, 2014; *Eterna Vigilância*; Edward Snowden, 2019; *Sem Lugar para se esconder*; Glenn Greenwald, 2014; *Wikileaks: A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado*, David Leigh e Luke Harding, 2011; *README.txt*, Chelsea Manning, 2022; *The Panama Papers: Breaking the story of how the rich and powerful hide their money*; Bastian Obermayer e Frederik Obermaier, 2017; *Vaza Jato. Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*, Leticia Duarte, 2020.

Além dos livros escritos por Snowden e pelos jornalistas do *The Guardian*, Lucas Harding e Glenn Greenwald, outro relato sobre o Caso Snowden foi publicado, em 2020, pelo repórter do *The Washington Post* que participou da cobertura do vazamento, Bart Gellman. O livro *Dark Mirror: Edward Snowden and the American Surveillance State* não está incluído no *corpus* da pesquisa porque o contato da fonte com o repórter foi mínimo. Gellman não viajou para Hong Kong para se encontrar com Snowden; não houve, na prática, dinâmicas de aproximação ou colaboração. O *The Washington Post* entrou na cobertura através da documentarista Laura Poitras, que trabalhava com Gellman nas reportagens. Um artigo sobre o livro pode ser encontrado na *The Washington Post Magazine*³. Lá Gellman também explica por que não levou adiante a publicação da matéria sobre o programa de vigilância da Agência Nacional de Segurança estadunidense PRISM, que só foi veiculada após o *The Guardian* dar o furo e publicar sua primeira reportagem baseada nos vazamentos de Snowden. Em seu livro de memórias, Snowden não se refere aos diálogos trocados com Gellman, reproduzidos no artigo do repórter.

Uma última consideração a respeito do *corpus* escolhido. Em qualquer atividade, conhecer o material com que se trabalha, suas forças e suas fraquezas, é fundamental. É o que

³ <https://www.washingtonpost.com/magazine/2020/05/11/2013-edward-snowden-leaked-top-secret-national-security-agency-documents-showing-how-us-was-spying-its-citizens-heres-what-happened-next/?arc404=true>.

procuro fazer na seção “Apresentando o Corpus”. Uma análise do material como narrativa e como produto comunicacional, em sua natureza biográfica ou autobiográfica, ou ainda como livro-reportagem ou reportagens impressas ou audiovisuais. Vazamentos de informação para a imprensa são eventos que, em última instância, envolvem três elementos: o vazador; a imprensa e a entidade (governo; instituição pública ou privada; pessoa pública ou privada) que teve seus dados sigilosos revelados. Naturalmente, cada um desses elementos apresenta um ponto de vista diferente. Nesta pesquisa, intencionalmente, considero apenas as narrativas oriundas de dois deles: vazadores e jornalistas. O que, inevitavelmente, me dá um material de certa forma enviesado. Não considero isso um problema. Não está no escopo da pesquisa analisar o episódio do vazamento; avaliar o conteúdo divulgado; endossar ou não o ato em si; justificar ou criticar o comportamento do *whistleblower* ou do jornalista. O que se pretende aqui é, primordialmente, conhecer e entender as dinâmicas entre essas duas partes, assim como as atuações da fonte que exibem características de protagonismo e colaboração ao longo do evento (e após ele). Para isso, narrativas de bastidores são fundamentais.

Como forma de aproximação inicial, fiz uma leitura exploratória de alguns livros do *corpus* definido. A leitura resultou na confecção de uma matriz analítica em busca de padrões para sistematizar a atuação das fontes e suas reverberações. Ao final, foram estabelecidos os seguintes marcadores: identidade da fonte; motivação alegada; dinâmica de aproximação; dinâmica de colaboração e consequências. A definição não foi imediata; aos poucos, os elementos foram sendo depurados. Inicialmente, por exemplo, o poder de afetação da fonte sobre o conteúdo e o modo de acesso às informações constituíam dois marcadores distintos. Mais tarde, ficou claro que esses aspectos dependiam inteiramente da identidade da fonte. O mesmo aconteceu em relação às consequências para a fonte e para o veículo. Ainda que continuemos a considerá-las isoladamente, entendemos que para o presente estudo seria suficiente juntá-las em um só marcador. A separação estabelecida pelos marcadores, no entanto, nem sempre pode ser cristalina - porque não são limites claramente definidos. Algumas ações descritas na dinâmica de aproximação já entreveem a forma de colaboração, por exemplo. Características pessoais das fontes, listadas na parte de identidade, já indicam a motivação. E assim por diante.

Em seguida, passei à fase analítica, selecionando as partes relevantes do *corpus* aplicando os marcadores definidos anteriormente. Nesta etapa, em alguns dos livros estudados, realizei o que Gil (2006) classifica de uma leitura seletiva: longos capítulos sobre a experiência de Daniel

Ellsberg (Pentagon Papers) no Vietnã, por exemplo, foram deixados de lado, assim como explicações sobre os programas de vigilância dos Estados Unidos (Caso Snowden) ou as reportagens publicadas no *The Intercept Brasil* (Vaza Jato).

Por fim, a fase interpretativa procurou estabelecer uma relação entre o *corpus* e outras leituras, conceitos e construções teóricas.

Considerar a fonte jornalística (hacker ou não) como um ator com novas características no cenário midiático atual, ajuda a pensar a questão maior: para onde está indo o jornalismo? Teria o jornalismo, com sua hibridização de práticas, atores, textos e intencionalidades, perdido seu protagonismo social, frente à lógica de fragmentação que domina a sociedade hoje (Franciscato, 2024, p.18)? Marocco prefere acreditar que as mudanças do jornalismo, de alguma forma, reiteram sua importância para a sociedade: a prática jornalística responde a um novo regime de visibilidade e urgência. Não seria a primeira vez que o jornalismo mudaria drasticamente frente a uma nova realidade social:

Eu volto para a época do modernismo, quando se estrutura o jornalismo das grandes empresas. O que estava acontecendo naquele tempo? Não era uma coisa específica do jornalismo. Como é que o jornalismo respondeu a isso? O jornalismo vai atrás da ciência para entender a questão da racionalidade que não existia no jornalismo. Agora o jornalismo tem que ir atrás do quê? Tem que entender o que está acontecendo na sociedade. Eu acho que a crise não é no jornalismo. Ou se é no jornalismo é porque está sofrendo o efeito de alguma coisa (Marocco, 2024, p.60).

Alguns conceitos foram fundamentais ao longo da pesquisa. Para tentar desenhar realidades atuais (sempre pela perspectiva das alterações nas dinâmicas entre fontes e jornalistas), trabalhamos com os conceitos de midiatização (Hepp, 2014); (Hjarvard, 2014); sociedade redacional (Hartley, 2000) e literacia midiática (Ferrés; Piscitelli, 2015); (Regis; Timponi; Maia, 2012); (Martino; Menezes, 2016). Nos remetemos ainda às características de colaboração, participação e conexão que permeiam a sociedade (Jenkins, 2013), (Castells, 2001).

No caso da colaboração das fontes, o fenômeno era da ordem das dinâmicas de produção da notícia, o que me fez buscar o aporte das teorias de jornalismo (Traquina, 2012; 2023); em especial o *newsmaking* (Wolf; Figueiredo, 1987). Sem se propor a ser exatamente uma teoria, o *newsmaking* pode ser definido como os estudos da produção de notícias, que se preocupa com as articulações, conexões e relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas, a

organização do trabalho e os processos produtivos.

Para entender a natureza do protagonismo midiático de uma fonte, trabalho com os conceitos de acontecimento (Quéré, 2012); acontecimento midiático (Rodrigues, 1993) e autoridade jornalística (Zelizer, 1992).

Por fim, para avaliar o impacto das novas dinâmicas entre fonte e imprensa no campo do jornalismo, me sirvo do conceito de campo jornalístico de Bourdieu (1997; 2011) e da ideia de novos agentes que fazem parte do processo produtivo do jornalismo como intrusos (*interlopers*) (Eldridge, 2014; 2019).

Comecei esta introdução falando sobre a inquietação do pesquisador. A nós, pesquisadores, tal curiosidade, ou vontade de investigar um fenômeno, às vezes nos parece única – mas raramente o é. Alguém, em algum momento, ainda que levemente, já resvalou no mesmo fenômeno. O que pode ser valioso, e nos trazer informação, insights e novas perspectivas. Aqui, quero destacar as pesquisas de Guáira Índia Flor (2014), que em sua dissertação traz uma diferenciação entre os vazamentos digitais e analógicos, e a tese de doutoramento de Carla Miranda de Freitas (2016), sobre a colaboração no jornalismo. Por reconhecer e considerar, em seu trabalho, a fonte como um ator com novas características no cenário midiático atual, em especial no caso do jornalismo colaborativo - tema de seu trabalho - a autora avança em alguns aspectos que espero, aqui, aprofundar e posicionar em uma moldura teórica mais elaborada.

A inserção desta pesquisa dentro dos estudos comunicacionais se dá por duas vias: temática e metodológica, ou seja, pelo estudo das fontes jornalísticas e pela perspectiva historiográfica adotada. Para trazer um quadro mais claro a respeito das produções acadêmicas recentes voltadas para o estudo das fontes, fiz um mapeamento dentro da área da Comunicação e Ciência da Informação, abrangendo a pesquisa realizada no Brasil dentro de um recorte de 11 anos: 2011 - 2021. O intervalo foi calculado levando em consideração que, depois do vazamento da década de 1970 (Pentagon Papers), o próximo episódio relevante para a pesquisa aconteceu em 2010: uma série de vazamentos efetuados pelo site WikiLeaks, da qual faz parte o episódio Cablegate. Usando como marcador o termo *fonte*, no título ou palavras-chave, encontramos no Catálogo de Teses e Dissertações a Capes 78 trabalhos. Destes, 23 tinham relação com o jornalismo.

Além da busca pelo termo *fonte* e pelos nomes dos episódios estudados, usei palavras-chave que fossem relevantes para a tese, como jornalismo colaborativo; WikiLeaks ou hackers,

procurando sempre a perspectiva das relações de fontes com jornalistas. Fui também diretamente nos repositórios de algumas Universidades: UFRJ; UFBA; UFRGS; UFF; UFPB; UFJF; UERJ; UNB; UNISINOS; PUC-SP e PUC-Rio. A escolha das Universidades foi resultado de um cruzamento das instituições com maior pontuação no sistema Capes com uma seleção pessoal, ancorada em leituras assistemáticas anteriores, usando como critério a quantidade de artigos publicados por autores ligados àquela instituição que fossem mais próximos à temática das fontes.

Após a busca, pude perceber que em grande parte dos trabalhos a preocupação reside principalmente na seleção das fontes usadas pelos jornalistas. Seja pela perspectiva da falta de diversidade (Chagas, 2019) e pluralidade de versões (Souza, 2019); sua origem (Junior, 2015); posição social (Moragas 2019); do enquadramento que elas imprimem (Rodrigues, 2017); da invisibilidade de algumas fontes (Silva, 2021) ou de como atuam para avaliar os conteúdos publicados (Rossi, 2013).

Dentro do escopo de práticas ligadas às possibilidades das novas tecnologias de comunicação e informação, Pereira (2019) e Souza (2016) investigam o uso das ferramentas de transparência pública como fontes de informação. Plataformas e redes sociais, como Facebook, Youtube e Twitter também foram alvo de estudos, como em Malfatti (2018) e Semicek (2020).

Outras pesquisas se aproximam mais de nosso interesse: Gehrke (2018) procura avançar no estudo das fontes apresentando uma nova proposta taxonômica. No entanto, seu interesse reside exclusivamente nas fontes documentais utilizadas pelo jornalismo guiado por dados. Conduzindo sua pesquisa empírica junto a emissoras de rádio, Rutilli (2014), por sua vez, propõe uma nova categoria segundo a visibilidade permitida pelas tecnologias e plataformas digitais. Costa (2015) investiga, pela perspectiva literária, os tensionamentos éticos implicados na operação de configuração de uma fonte em personagem.

Além dos estudos sobre fontes jornalísticas, pesquisei trabalhos que trouxessem uma mirada comunicacional sobre os episódios de vazamentos selecionados. Spaniol (2015), ao analisar a circulação midiática do vazamento de Edward Snowden, busca compreender como o problema da segurança da informação no Brasil é tratado pela imprensa. Souza (2011) centra sua atenção nas narrativas transmídias a respeito do episódio Cablegate. O episódio do Panama Papers foi estudado dentro da dinâmica do jornalismo colaborativo por Freitas (2016). No episódio da Vaza Jato, a narrativa (Chagas, 2021) e as disputas de sentidos (Romero, 2021),

(Rosa, 2021) foram as principais preocupações.

Naturalmente, por seu caráter disruptivo, colocando em xeque tanto práticas como identidades jornalísticas, além de levantar inúmeras questões políticas, jurídicas e sociológicas, o site WikiLeaks foi alvo de trabalhos em várias das áreas mencionadas acima. Dois investigam questões mais próximas à nossa discussão: a validade - ou não - do site como jornalismo (Salvagni, 2017) e a pesquisa de Flor (2014), que se dedicou à análise do FolhaLeaks, projeto do Jornal Folha de São Paulo.

Alguns estudos mostraram interesse no papel da fonte dentro do novo ecossistema jornalístico. Ainda assim, a perspectiva, na maior parte das vezes, era a da influência da convergência midiática nas rotinas produtivas, encarando a participação do público como fonte. Koelzer, por exemplo, (2020) busca, sem sucesso, um aproveitamento diferenciado das fontes na construção da notícia audiovisual.

A participação do público como fonte é um fenômeno que será abordado na pesquisa. Existem, no entanto, duas diferenças fundamentais para com a minha perspectiva. Na dinâmica mencionada acima, a participação é solicitada pelo jornalista, e o nível de colaboração é determinado, limitado e orquestrado por ele. O aspecto de colaboração realçado aqui, ao contrário, é calcado em proatividade e em uma atuação *junto* ao jornalista. A segunda diferença é em relação ao valor da fonte como tal. Ao contrário do público, que é instado a participar como fonte de forma amadora, para ajudar a construir uma notícia que já é pauta do jornalista – ou seja, já existe como tal, em algum nível da produção jornalística – a fonte que traz a característica colaborativa tem acesso a informações restritas e é determinante para a existência da notícia – a notícia não existiria sem ela.

Não nos parece, portanto, que a pesquisa em comunicação tenha se debruçado até agora, de forma significativa, na figura das fontes como atores com novos papéis no ecossistema jornalístico; ou na decorrência, para o campo jornalístico, de sua participação nos casos de vazamentos de informação - e é aí que reside nossa contribuição específica para a pesquisa comunicacional.

A segunda abordagem que orienta o posicionamento desta pesquisa dentro dos estudos comunicacionais é a perspectiva historiográfica adotada. Ao fazer uma análise das transformações de possibilidades e práticas jornalísticas em determinado contexto - as dinâmicas entre fonte e jornalista nos vazamentos de informação, entre a década de 1970 e 2020 - procura

pensar o recente e o não tão recente assim para poder pensar o futuro.

Dentro dos programas de pós-graduação na área de Comunicação, têm sido poucas as pesquisas ligadas à história da Imprensa (Moreira, 2011); (Barbosa, 2017, 2020). Nestas, o cinema e a televisão (aqui incluído o telejornalismo) lideram as temáticas dos trabalhos. Nos estudos sobre jornalismo, a preferência recai sobre o jornalismo digital, suas configurações, discursividades e confluências. O que não constitui surpresa, uma vez que a principal característica dos estudos de comunicação é abordar temas cujos objetos empíricos estão atrelados ao tempo presente, “numa espécie de contemporaneidade absoluta, que não estabelece nexos e vínculos nem com o passado, nem com o futuro, construindo um presente onipresente” (Barbosa, 2017, p. 100). Ou o que a autora chama de “o tempo passando”.

Na contramão desta tendência, Barbosa destaca que, embora esteja diminuindo o número de trabalhos que trazem como objeto empírico um ou mais produtos jornalísticos localizados em um determinado passado histórico demarcado, surgem outras pesquisas que se utilizam propositivamente de categorias da historicidade para analisar fenômenos da imprensa, trazendo assim uma reflexão histórica *sobre* a imprensa e não apenas *a partir* da imprensa, e considerando os processos históricos para explicar fenômenos comunicacionais de hoje.

Foi, de fato, o reconhecimento de uma ruptura e frágeis continuidades posteriores nas dinâmicas entre fontes e jornalistas nos vazamentos de informação que levou, entre outras coisas, ao recorte temporal específico da pesquisa. As transformações abordadas podem ser vistas como fragmentos de mutações maiores que o jornalismo vem sofrendo (Bruns, 2011); (Anderson; Bell; Shirky, 2013); (Deuze; Witschge, 2016), impulsionadas pelas mudanças nas tecnologias de informação e comunicação - por exemplo, a convergência midiática (Jenkins, 2008); a plataformização da imprensa (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020), (Rashidian et al, 2020); e o papel das redes sociais (Recuero; Zago, 2010). Um processo inacabado que desafia prognósticos sobre o papel da imprensa em uma era em que, paradoxalmente, a comunicação se mostra central em todos os aspectos das relações humanas, sejam no âmbito social, cultural, político ou econômico.

Trabalhar com casos tão recentes, em que quase todos os envolvidos ainda estão vivos e atuantes, pode parecer distante de qualquer reflexão de cunho histórico, inserindo-se em prática puramente jornalística. Mas ao historiador - como sempre foi ao jornalista - cada vez mais o presente mostra-se matéria prima para seu ofício. Novas perspectivas historiográficas surgem para dar conta de novas temporalidades. Assim entenderam os fundadores da História do Tempo

Presente⁴, que tem como uma de suas marcas a dimensão memorial – fortemente baseada nos testemunhos dos sobreviventes do holocausto da Segunda Guerra Mundial. A História do Tempo Presente coloca, em uma nova concepção de operação historiográfica, o problema de se saber como o presente é construído no tempo, em uma intersecção entre o presente e a longa duração (Dosse, 2012, p.16).

Também no final da década de 1970 o pesquisador e jornalista Lacouture (1998) já apontava a necessidade de historiar o presente, dada a falta de mediação crítica entre os fatos e o público na comunicação de massa. A fragmentação própria deste tipo de mediação, que apresenta à sociedade acontecimentos suspensos em tempo e espaço, gerava extrema angústia em uma sociedade que tinha o direito de exigir “inteligibilidade histórica próxima” (Lacouture, 1998, p. 238). As aproximações do jornalismo com a história que trata do tempo presente, no entanto, não devem fazer com que os dois campos se confundam. E o risco de isso acontecer é grande, diz o autor. A proximidade temporal da elaboração da obra em relação ao tema tratado e a proximidade material do autor em relação à crise estudada, por exemplo, consideradas por Lacouture como componentes irredutíveis de uma, bem poderiam descrever as condições de trabalho ideais - ou habituais - do outro. Assim como o fato de dar voz aos próprios atores da história.

Este é o caso do *corpus* desta pesquisa, calcado em testemunhos, composto por diferentes objetos empíricos: relatos autobiográficos; entrevistas; biografias e livros-reportagem baseados em depoimentos dos envolvidos em cada um dos episódios. Testemunhos, como lembra Bloch (2022), formam um tipo de relato concebido especialmente com a intenção da posteridade. E se por isso, como diz o autor, não é o material em que um historiador deve depositar sua maior confiança, ainda assim tem, entre outras vantagens, a de geralmente ser o único a fornecer um enquadramento razoavelmente cronológico.

Na perspectiva comunicacional, a questão dos testemunhos vem sendo estudada, com frequência, por sua valorização extrema na mídia - ou, como coloca Sacramento (2018), pelo alargamento do espaço biográfico que marca a cultura contemporânea. O autor enxerga o fenômeno enquanto parte do processo da produção da subjetividade e da política contemporâneas, através da exposição de experiências pessoais, geralmente traumáticas, nas mídias e redes sociais. Gerk (2019), por sua vez, se preocupa com a ameaça que uma forma ampliada de jornalismo declaratório (o que ela chama de Jornalismo na Era dos Testemunhos)

4 Entre seus principais representantes estão François Bédarida, François Hartog e Jean-Pierre Rioux.

pode representar à autoridade jornalística – quando este tipo de narrativa é veiculado sem uma mediação prévia do jornalista. Como foi, por exemplo, o caso do uso público de falas de delatores e delatados durante a Operação Lava Jato⁵.

Apresentados o problema de pesquisa, as hipóteses, o *corpus* e um breve panorama do cenário em que esta pesquisa se insere, resta agora falar sobre sua estrutura. O texto está dividido em cinco partes: Fontes e vazamentos; Apresentação do Corpus; Investigando os episódios I; Investigando os episódios II e Fronteiras Permeáveis. Ao final de cada parte, incluo quadros-resumo em que sintetizo as informações apresentadas.

Em Fontes e Vazamentos, faço uma espécie de reconhecimento de terreno: discorro sobre as relações entre fontes e jornalistas; exploro algumas das questões éticas que se colocam; apresento os episódios estudados; o papel do site WikiLeaks nas alterações das dinâmicas entre fonte e imprensa e apresento as figuras do hacker e do *whistleblower*.

A segunda parte é onde apresento o *corpus* da pesquisa, e os objetos empíricos (os livros e entrevistas) em suas condições de objetos comunicacionais.

Em Investigando os episódios I, abordo as características de uma sociedade redacional e os efeitos que as competências midiáticas têm sobre as fontes, demonstrando como as novas tecnologias de informação e comunicação são determinantes para a identidade das fontes e como moldaram as dinâmicas entre os atores. Em seguida, analiso as narrativas sobre os episódios escolhidos de acordo com os três primeiros marcadores metodológicos propostos: a identidade da fonte, a dinâmica de aproximação e a dinâmica de colaboração. O objetivo é identificar, nos relatos dos envolvidos, elementos que ressaltem os aspectos de colaboração ao longo da ação do vazamento e sua cobertura jornalística.

Em Investigando os episódios II apresento a característica de protagonismo da fonte, encarado pela lente teórica do acontecimento, e como auxiliar à autoridade jornalística. Analiso então as narrativas dos episódios de acordo com os últimos dois marcadores: a motivação alegada da fonte e as consequências. É aí – junto com as características de identidade – que se encontram as sementes de um possível protagonismo da fonte.

Por fim, em Fronteiras Permeáveis abordo os aspectos de participação e colaboração da sociedade, categorizando os tipos de participação no jornalismo. Apresento uma pequena revisão

⁵ A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal, de 2014 a 2021, que incluíam apurações sobre gestão fraudulenta, propinas, lavagem de dinheiro e corrupção, envolvendo o setor privado e o governo, notadamente a construtora Odebrecht e a Petrobrás.

bibliográfica sobre a taxonomia das fontes, sugerindo duas novas categorias: a fonte colaborativa e a fonte protagonista. A seguir, antes de concluir o estudo, discuto que impacto a atuação destes novos tipos de fontes pode ter na definição e redefinição do campo jornalístico.

1 FONTES E VAZAMENTOS

Não é à toa que no jargão jornalístico fala-se em “cultivar uma fonte”. O relacionamento, muitas vezes, é assim: planta-se uma sementinha em algum encontro casual ou profissional e vai-se regando até aquela relação florescer e dar frutos - com sorte, um furo, informações exclusivas ou, pelo menos, uma boa dica. O jornalista Vladimir Netto conta que, em 2014, ao conversar com uma fonte já na véspera de sair de Curitiba, após fechar uma matéria sobre obras de arte apreendidas com a doleira Nelma Kodama, ouviu a seguinte sugestão: “Fique aí até amanhã, assim conversaremos melhor”. Não havia motivos aparentes para mais uma conversa, mas a frase foi o suficiente. Vladimir desmarcou o voo, voltou ao hotel e, no dia seguinte, estourava a sétima fase da Operação Lava Jato, em que os primeiros empreiteiros foram presos (Netto, 2016, p.382).

A reflexão sobre o relacionamento das fontes com os jornalistas, permeado por delicadas questões éticas, é um dos assuntos tratados nesta primeira parte da pesquisa. A proposta é fazer uma espécie de reconhecimento de terreno, apresentando os episódios escolhidos para compor o *corpus*, a definição e tipologia de vazamentos de informação (analíticos e digitais) e também as figuras do hacker e do *whistleblower*. Abordo ainda o fenômeno do WikiLeaks, que, pelo menos no episódio Cablegate, cumpre um papel fundamental.

1.1 As relações entre fontes e jornalistas

Se é verdade que o jornalista cultiva relacionamentos movido - pelo menos inicialmente - por puro interesse profissional, também é verdade que a fonte não é, nem de longe, um agente inocente aproveitado por um profissional inescrupuloso. Gans (2004) descreve a relação entre fontes e jornalistas como uma espécie de dança, em que cada um busca acesso ao outro, e qualquer um dos dois pode guiar - mas, mais frequentemente, a fonte o faz. Algumas vezes, nos intervalos desta dança, o par se cumprimenta. No prólogo do livro que escreveu sobre a Operação

Lava Jato, por exemplo, Netto agradece às fontes que pode citar nominalmente - os assessores de imprensa da polícia Federal, do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal do Paraná - e as que não pode: “Sem nomeá-las, para proteger o sagrado sigilo da fonte, quero dizer: muito obrigado (Netto, 2016, p.382).

Também os jornalistas alemães Frederik Obermaier e Bastian Obermayer fecham seu livro agradecendo à fonte: “Ele/ela assumiu um risco muito grande ao transmitir o material - foi a sua coragem que tornou possível a maior colaboração jornalística transfronteiriça até a data” (Obermayer; Obermaier, 2020, p. 351). Mais raro parece ser o caso de a fonte agradecer ao jornalista; mas acontece. Edward Snowden, em seu livro de memórias, chama de “mestres” os jornalistas Glenn Greenwald, Ewen MacAskill, Bart Gellman e a documentarista Laura Poitras. E estende o cumprimento aos editores deles “que não permitiram ser intimidados e assumiram os riscos que davam sentido a seus princípios” (Snowden, 2019, p.286).

Enfim: toda fonte tem interesses, e o relacionamento com jornalistas - especialmente se você está dentro do governo, ou alguma instituição de destaque - pode ser bastante útil. Por outro lado, os jornalistas dependem das fontes.

Os jornalistas muitas vezes passam semanas, às vezes até meses, perseguindo uma fonte específica. Portanto, se uma fonte potencial chegar até você, você precisará reagir rapidamente. Ou pelo menos você precisa reagir: não há quase nada mais irritante do que encontrar uma história no *Spiegel* ou no *Zeit* que lhe foi oferecida primeiro (Obermayer; Obermaier, 2020, p.2).

A administração dessa relação é tarefa mútua. Na literatura sobre o assunto, é constante a preocupação com qualquer excesso de intimidade entre eles. Ao contar sua experiência como repórter do *The New York Times*, Darnton (1990), propôs que uma sociologia do jornalismo analisasse, além dos antagonismos, a simbiose que cresce entre um repórter e suas fontes: depois de certo tempo na mesma área, os repórteres especializados tenderiam imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem. Passariam a compreender as complexidades da posição do outro e criar laços estreitos com essas pessoas, o que diminuiria sua visão crítica, ou, pior, criaria uma relação de dependência mais ou menos consciente, justificada pela produtividade da própria fonte, já que o custo de perder uma boa fonte pode ser para o repórter bastante alto. Mesmo depois da profissionalização da área de comunicação das instituições, a própria relação do jornalista com o profissional de assessoria de imprensa requer

outros cuidados. O experiente jornalista político Franklin Martins coloca da seguinte maneira o posicionamento ideal em relação às fontes: “nem tão distante que se perca a informação, nem tão perto que se perca a independência” (Martins, 2009, p. 54).

Mas para quem quer ver informações sigilosas divulgadas, administrar a relação com o jornalista é um segundo passo: primeiro é preciso estabelecer contato. E, especialmente se for de forma anônima, o caminho para se chegar à imprensa pode ser um pouco difícil, como veremos na análise do *corpus*.

A visibilidade total ou parcial da fonte – e a conseqüente defesa de seu anonimato - é um ponto crucial no jornalismo. Assim como o é na vida dos *whistleblowers*. No início do livro que relata as principais matérias produzidas a partir das informações vazadas no episódio Panama Papers, os jornalistas alemães Obermayer e Obermaier avisam que algumas partes dos diálogos reproduzidos, que poderiam ser perigosos para o informante, foram abreviadas ou sofreram pequenas alterações. Apesar de entender o risco que corria, mesmo permanecendo anônima, a fonte também se preocupava com a segurança dos jornalistas, como mostra este diálogo.

- Não consegui dormir direito essa noite. Estava pensando sobre como as pessoas irão reagir a essas revelações. É bem provável que alguns dos clientes da empresa tentem me encontrar. E alguns desses clientes têm agências de informação.
- Bastante possível. Tenha cuidado.
- Estou tentando. Vocês também estão tomando precauções? Os jornalistas envolvidos aqui também não serão muito populares entre os clientes da firma.
- Estamos fazendo o que dá (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 81).

A insistência do anonimato pela fonte, no entanto, apesar de compreensível e respeitada, deixava os jornalistas inseguros:

Os jornalistas obviamente preferem conhecer a fonte para poder avaliar como elas são e compreender os seus motivos, mas para os informantes é muitas vezes melhor permanecer nas sombras. Os *whistleblowers* não são particularmente bem protegidos, mesmo na Alemanha, e cada pessoa que conhece a identidade de um informante é um risco potencial - mesmo, ou talvez especialmente, se essa pessoa for um jornalista (Obermayer; Obermaier, 2017, p.3).

No caso Panama Papers o anonimato da fonte foi total – não se revelou nem para os jornalistas. Mas nem sempre é assim. Muitas vezes, a fonte pede apenas para não ser citada. Para

benefício dos leitores, os editores do livro *Todos os Homens do Presidente*, que relata a investigação sobre o caso Watergate, acrescentaram uma nota de rodapé explicando os quatro níveis em que uma fonte pode atuar na imprensa estadunidense: *on the record*, *off the record*, *on background* e *on deep background*.

Usa-se a primeira expressão para informações oficiais em que a fonte é identificada e sua fala pode ser citada entre aspas, indicando quais foram exatamente as palavras empregadas por ela na conversa com o jornalista. *Off the record* diz respeito a informações que não podem ser usadas para publicação. Informações *on background* ou *for background* são informações de bastidor que podem ser publicadas, dependendo de acordo com a fonte, que muitas vezes pede que não seja identificada, mas pode permitir que seu cargo ou sua função sejam mencionados. *On deep background* é informação de sigilo ou bastidor profundo, que pode ser usada, mas sem atribuição. A fonte, nesses casos, não é identificada de nenhuma forma (Bernstein, Woodward, 2014, p. 96).

Thompson (1998) classifica as informações repassadas em *off* pelas fontes no ringue político, especialmente quando essas vêm de fontes do governo, menos um vazamento do que “um estratagema usado pelo governo oficial para administrar as fronteiras entre o visível e o invisível” (p. 129). Serrano (2003) complementa, afirmando que muitos desses encontros de *background* se tornaram uma espécie de fábrica de balões de ensaio. “São, muitas vezes, a base de desmentidos oficiais e de especulação para colunistas e comentaristas, além de temas de entrevistas e discussões públicas” (p.8).

No Brasil, ao propor sua taxonomia para fontes jornalísticas, Schmitz (2011) analisou os manuais dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora. Quase todas as citações que faz, em seu artigo, relativas aos manuais, relacionam-se com a questão do *off*, em quando e como ele pode ser utilizado. E quando não pode: informações falsas; risco de vida para terceiros; atividades ilegais ou opiniões e insultos não são aceitos. No texto, vemos que é a Folha de São Paulo que melhor discrimina o uso do *off*, dividindo a prática em três modalidades: 1) *off* simples, que não precisa ser cruzado com outras fontes quando a fonte é muito confiável; 2) o *off* checado, quando a informação é cruzada com o outro lado ou com pelo menos duas outras fontes e; 3) o *off* total, a pedido da fonte. Neste caso, a informação não é publicada e serve apenas para nortear o trabalho do repórter.

Matheus e Miranda (2020) alertam para os riscos existentes no uso de informações em *off*, tanto para a credibilidade do jornalista, que fica refém da fonte, como para o próprio veículo,

que fica refém do repórter. E lembram que o uso da informação em *off* não é uma unanimidade: o próprio *Washington Post*, que seguiu publicando os Pentagon Papers quando os tribunais impediram o *The New York Times* de continuar, decidiu desde 2004 não mais publicar entrevistas em *off*. Quando muito necessárias, a regra é que pelo menos um editor esteja ciente da identidade da fonte. Há pouco mais de 50 anos, tal postura teria criado grandes barreiras a uma das mais famosas reportagens investigativas do jornal – e da história: Watergate. Até hoje o sufixo “gate” carrega o significado de escândalo – não à toa, o nome de Cablegate para o episódio de divulgação dos telegramas diplomáticos vazados por Chelsea Manning para o WikiLeaks.

A fonte do caso Watergate, Mark Felt, o “Garganta Profunda”, era amigo do repórter do *Washington Post* Bob Woodward e, na época, número dois na hierarquia do FBI - o Bureau Federal de Investigação. Durante 33 anos, sua identidade permaneceu desconhecida. O apelido de Garganta Profunda, retirado do título de um filme pornô famoso na época (*Deep Throat*), foi dado pelo editor do *The Washington Post*, e faz uma brincadeira com o jargão jornalístico: Felt teria concordado em ajudar Woodward apenas no “*deep background*”. A fonte foi, inicialmente e na grande maioria das vezes, acionada por Woodward; confirmava ou não as informações de Woodward e o direcionava nas investigações – mas nunca vazou informação nova.

Watergate e o Garganta Profunda são referências inescapáveis, mesmo não fazendo parte do *corpus*. Em 2007, quando Julian Assange falou em público pela primeira vez representando o WikiLeaks, a *CBC News* no Canadá foi uma das poucas emissoras a transmitir, com a chamada: “O Garganta Profunda pode estar mudando para um novo endereço – online” (Leigh; Harding, 2011, p. 58). Da mesma forma, Luke Harding, correspondente internacional do *The Guardian* e autor de um dos livros sobre o Caso Snowden, comenta sobre o encontro de Snowden com Greenwald em Hong Kong: “E agora Greenwald estava prestes a conhecer o seu Garganta Profunda” (Harding, 2014, p. 10).

A opção pelo anonimato ou pelo enfrentamento, neste estudo, não é relevante apenas no que diz respeito às relações com os jornalistas e à dinâmica de aproximação e grau de colaboração. A escolha está intrinsecamente ligada também, como veremos mais tarde, às motivações e consequências, e é determinante para estabelecer o grau de protagonismo da fonte.

1.2 Vazamentos, denúncias e delações

Desde a década de 1970, quando os escândalos dos Pentagon Papers e Watergate sacudiram o mundo ocidental, o público vem acompanhando com avidez as revelações produzidas pelo jornalismo investigativo e pelos vazamentos de informação, assim como o destino dos denunciantes (ou *whistleblowers*). Muitas vezes usados sem diferenciação, os termos vazamentos, denúncias e delações, no entanto, apesar de próximos, podem significar diferentes ações, dado o contexto.

Thompson (1998) entende que um vazamento é uma revelação intencional de informação sigilosa por alguém *de dentro* de uma instituição. O vazador de informações, segundo o autor, sabe que sua ação vai causar problemas - para outros e para ele próprio, caso seja identificado. Mas aceita os riscos como parte do preço a pagar. Já a denúncia seria a ação de alguém *de fora*, que testemunhou ou obteve, por qualquer método, informações sobre um fato ou comportamento que entende que deve ser publicizado. Aqui discordamos do autor, e incluímos a ação de Walter Delgatti, fonte do episódio Vaza Jato, como um vazamento, e não denúncia, apesar de não ter sido a ação de alguém “de dentro”. No nosso entendimento, vazamentos digitais, ao contrário dos analógicos (abordaremos tais definições mais à frente) se caracterizam principalmente pela quantidade e natureza dos dados; e não pela identidade da fonte.

Já “denúncia” e “delação”, em princípio, seriam sinônimos. Recentemente, no entanto, pelo menos no Brasil, o termo delação costuma vir acompanhado de um adjetivo: premiada. Assim, o termo delatores hoje em dia tende a designar, informalmente, uma categoria específica: criminosos que, uma vez pegos, concordam em negociar alguma benesse em troca de informações.

Outras visões, é claro, podem conviver com essas definições. Snowden acredita que o termo vazamento deveria ser usado para “descrever revelações feitas não pelo interesse público, e sim por interesse próprio, ou em busca de objetivos institucionais ou políticos” (Snowden, 2019, p. 202). Diferentemente do delator.

Um delator, em minha definição, é uma pessoa que por meio da dura experiência concluiu que sua vida dentro de uma instituição se tornou incompatível com os princípios desenvolvidos na - e com a lealdade devida à -

sociedade maior fora dela, à qual essa instituição deveria responder. Essa pessoa sabe que não pode permanecer na instituição e sabe que esta não pode ser ou não será desmantelada. Reformar a instituição pode ser possível; portanto ele faz a revelação para fazer pressão pública (Snowden, 2019, p. 204).

Apesar do recorte temporal feito para esta pesquisa, o vazamento de informações para a imprensa é uma prática bem mais antiga. Flor (2014) identifica o primeiro vazamento registrado como tendo ocorrido em 1772, nos Estados Unidos. A fonte, talvez a contragosto, foi ninguém menos que Benjamin Franklin, futuro patrono da revolução americana. Franklin enviou a um amigo político em Massachusetts uma série de cartas escritas por Thomas Hutchinson, então governador do estado, ao governo britânico. O objetivo seria acalmar as relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra, mas, segundo o site *Journal of the American Revolution* (Smith, 2013), o tiro teria saído pela culatra: as cartas vazaram para a Gazeta de Boston e a ação teria atizado a animosidade entre os dois governos.

De lá para cá muita coisa mudou. O uso das novas tecnologias digitais estabeleceu uma fronteira, dividindo “vazamentos analógicos”, como o Pentagon Papers, de “vazamentos digitais”, como o Cablegate, o caso Snowden ou o Panama Papers. Para se ter uma ideia, durante 39 anos, a divulgação dos Papéis do Pentágono foi considerada o maior vazamento de documentos secretos da história dos Estados Unidos - sete mil páginas de documentos secretos agrupados em 27 volumes. Em 2010 o Cablegate tomou este lugar ao disponibilizar na internet os mais de 250 mil telegramas diplomáticos estadunidenses. Cerca de 5 anos depois, no episódio Panama Papers, o volume de informações vazadas do escritório de advocacia panamenho Mossack Fonseca chegava a 2,6 terabytes.

Com base nos trabalhos de Flor (2014) e McCurdy (2013), fazemos aqui um breve resumo de algumas destas diferenças.

1. Nos vazamentos analógicos as interações da fonte com os jornalistas costumavam ser pautadas por relações de poder, e a negociação era feita quase que exclusivamente através de contatos face a face. Nos vazamentos digitais, a negociação é mediada (através de um meio técnico que possibilite a transmissão da informação para indivíduos situados remotamente no espaço e no tempo, em uma relação dialógica de comunicação) ou "quase mediada" (relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa, cujo fluxo de comunicação se dá predominantemente em

sentido único). Trechos dos "Papéis do Pentágono" chegaram a ser enviados pelos Correios a jornais de diversos estados norte-americanos. Mas quando isso aconteceu, a história já era conhecida e os jornalistas estavam ávidos por informações, não se preocupando tanto em estabelecer uma relação de confiança com a fonte – até então anônima (Flor, 2014, p.75).

2. Nos vazamentos analógicos, a fonte tinha uma posição de hierarquia alta dentro da instituição cujas informações eram vazadas, ou acesso a elas por sua posição de prestígio. Nos vazamentos digitais, qualquer um pode ser, em princípio, fonte de informações sigilosas.
3. Nos vazamentos analógicos, existe uma dificuldade logística em acessar, copiar e transmitir as informações; nos digitais, cópia e envio de arquivos podem ser feitos em segundos.
4. Nos vazamentos analógicos, a amplitude da divulgação das informações é limitada por fatores como tempo e espaço. Nos vazamentos digitais o alcance da divulgação é potencializado, de maneira exponencial, pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Existem, naturalmente, vários outros aspectos que variam de um vazamento digital para um analógico – aspectos relevantes, principalmente, para o veículo - ou veículos - que irão trabalhar aquele material. Os pontos ressaltados acima são os que nos interessam neste estudo por dizerem respeito ao relacionamento da fonte com a imprensa, e a possibilidade da emergência das características de protagonismo e colaboração nas fontes.

1.3 Os episódios escolhidos

A escolha dos vazamentos que compõem o *corpus* da atual pesquisa, apresentados brevemente a seguir, obedeceu principalmente ao critério de relevância, para a sociedade e para o próprio jornalismo.

O primeiro vazamento selecionado foi o caso que ficou conhecido como Pentagon Papers. A fonte trabalhava na Rand Corporation, uma ONG estadunidense de pesquisa com foco nos

aspectos militares da guerra fria. Economista, com doutorado em Harvard, tinha servido como oficial na guerra do Vietnã e trabalhado no Pentágono. Em 1971 fez cópias xerox e entregou à imprensa 7.000 páginas de um relatório secreto revelando o real envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã entre 1945 e 1967, em ações e ataques militares até então negados ou mantidos secretos. O relatório não dizia respeito à administração da época (Nixon), mas às anteriores, revelando padrões de manipulação da informação por parte do governo, que estariam sendo repetidos pelo governo de Nixon.

A ação levantou debates sobre liberdade de expressão; a legitimidade de a imprensa divulgar informações obtidas de forma ilegal e o padrão de moralidade que a sociedade pode exigir dos detentores do poder político. É considerado um marco nesse sentido. Foi a primeira vez que o governo dos Estados Unidos acionou o poder judiciário para impedir a imprensa de publicar alguma reportagem. E teve que voltar atrás. A divulgação dos Pentagon Papers trouxe ainda uma mudança na consciência da população, reforçada pouco depois pelo caso Watergate. Em um memorando para o presidente Nixon, sobre os impactos da divulgação do Pentagon Papers, seu chefe de gabinete alerta que

Para o cara comum, tudo isso é um monte de besteiras. Mas deste monte de besteiras vem uma ideia muito clara: você não pode confiar no governo, você não pode acreditar no que ele fala, você não pode confiar no seu julgamento. E a infalibilidade implícita dos presidentes, que tem sido uma coisa aceita na América, é atingida gravemente por isso, porque mostra que as pessoas fazem coisas que o presidente queria fazer, mesmo que seja errado, e o presidente pode estar errado (Ellsberg, 203, p. 413).

Quase quarenta anos dividem o primeiro do segundo caso de vazamento estudado. Cablegate foi o nome dado pela imprensa para um dos vazamentos feitos pela soldado estadunidense Chelsea Manning ao site WikiLeaks em 2010, e publicado por um consórcio de jornais que incluía o *The Guardian*; *El País*; *Der Spiegel*; *The New York Times* e *Le Monde*. O conteúdo mostrava mais de 250 mil correspondências diplomáticas trocadas entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos e 280 embaixadas e consulados, em 180 países. Foi o terceiro de uma série de documentos sigilosos vazados por ela e publicados pelo WikiLeaks. Foi precedido pelo vazamento de documentos da Guerra no Afeganistão (em julho), junto com um vídeo da morte de civis e jornalistas no Iraque, durante um ataque aéreo dos EUA, e pelo vazamento de documentos da Guerra do Iraque (em outubro). Se os Pentagon Papers reuniam um

total de cerca de 2,5 milhões de palavras, os telegramas do Cablegate chegavam a aproximadamente trezentos milhões de palavras, com avaliações transparentes - e, muitas vezes, nem um pouco lisonjeiras - de líderes mundiais: análises; comentários, relatórios de reuniões, súmulas e fofocas. Segundo os jornalistas do *The Guardian*, ofereciam um mosaico incomparavelmente detalhado da vida e da política no início do século XXI e discutiam casos de abuso aos direitos humanos, corrupção e ligações financeiras duvidosas entre os líderes do G8 (Leigh; Harding, 2011, p.23). Em termos de importância do conteúdo, é discutível se os telegramas que compõem o Cablegate são mais importantes que os vazamentos anteriores que Manning fez para o WikiLeaks. Foi, no entanto, o vazamento que teve maior repercussão; e o que gerou maiores consequências tanto para o editor-chefe do WikiLeaks, Julian Assange, quanto para a fonte, Chelsea Manning.

O terceiro episódio estudado - o Caso Snowden - é o único, até hoje, que ficou conhecido pelo nome da fonte, o que já dá uma boa ideia do protagonismo que a figura do vazador ocupou no contexto do vazamento. Liberal convicto, defensor das armas e da Constituição - que, como ele mesmo conta, mantinha em sua mesa de trabalho - Edward Snowden, analista da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos, divulgou informações altamente sigilosas que mostravam um esquema de vigilância massiva do governo a políticos - estadunidenses e estrangeiros - e aos próprios cidadãos. Renunciou ao anonimato e, para escapar da prisão, acabou exilado em Moscou. O Caso Snowden foi altamente midiaticizado desde o início, por dois principais motivos: primeiro, o *whistleblower* não quis se esconder - ao contrário, fez questão de divulgar sua identidade e motivos. Seguindo, porque atingia um tema muito sensível ao povo estadunidense: direito à privacidade *versus* a segurança dos cidadãos. A atuação da fonte teve fortes aspectos de protagonismo e colaboração.

A principal característica do quarto vazamento estudado é o fato dele ter forçado, pelo volume de dados e quantidade dos países envolvidos, uma extensa e inédita (por sua magnitude) colaboração no jornalismo internacional. Além disso, é o único em que a fonte permanece anônima até hoje. Apelidado de Panama Papers, em clara alusão ao vazamento do estudo sobre o Vietnã, o vazamento abriu a caixa preta da empresa panamenha Mossack Fonseca, especializada em montar empresas *offshore* - muitas vezes, para esconder recursos escusos ou francamente ilegais. Entre os clientes estavam de celebridades e políticos a traficantes de armas. O informante repassou 11,5 milhões de arquivos; mais de 2,6 terabytes de documentos. É, até hoje, o maior

vazamento de informações da história. Fizeram parte da investigação quase 400 repórteres de 76 países - inclusive do Brasil -, liderados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

Se os quatro primeiros vazamentos são episódios marcantes do ponto de vista social, político ou jornalístico, o último foi significativo na história recente do nosso país, e por isso não poderia deixar de ser incluído. Além disso, traz aspectos interessantes do ponto de vista do estudo das fontes, como veremos mais tarde. Um hacker entregou ao jornalista do *The Intercept* conversas do então ministro Sergio Moro, quando ainda era juiz no caso da Operação Lava Jato, com o promotor Deltan Dallagnol, revelando diálogos no mínimo questionáveis entre os dois. O vazamento, apelidado pelo próprio site de Vaza Jato, detonou uma série de investigações e uma ação no Supremo Tribunal Federal que acabou por declarar a suspeição do juiz no caso.

1.3.1 WikiLeaks

Nesta dinâmica de divulgação de informações sigilosas, não há dúvida de que o site WikiLeaks foi um marco: pela entrada de novos agentes no cenário midiático; pela quantidade e complexidade dos dados envolvidos; pelas possibilidades de acesso e participação do público de forma anônima e pelas consequências para o campo jornalístico. Rabelo (2017) considera que grande parte do sucesso do site foi devido à sua capacidade de se colocar como uma instituição definida, e produzir um ambiente com credibilidade junto à opinião pública mundial. Assim, acabou atraindo atenção não só para essas novas práticas de divulgação de informações, mas para si próprio. Segundo o autor, vazamentos podem ser vistos como um indicativo das mudanças na dinâmica das disputas por atenção na esfera pública. E, conseqüentemente, de uma reconfiguração da acessibilidade das esferas públicas a dados sensíveis sob a guarda do Estado. Rabelo conclui que o WikiLeaks não se restringe ao papel de fonte de informação, mas, mesmo quando trabalha junto aos veículos de comunicação, entra na parceria com uma agenda própria: “seus movimentos são de disputa quanto à correlação de poder dentro dos processos noticiosos, podendo se observar uma inequívoca tentativa, por parte do WikiLeaks, de interferência nos processos de pauta da agenda midiática” (Rabelo, 2017, p. 99) – o que será evidenciado, também,

na análise do *corpus*. A visão parece ser compartilhada por Pait e Pinheiro (2014), que veem o WikiLeaks como fruto – e uma de suas expressões mais significativas – de um contexto de ascensão de esferas públicas globais. Também a empiria irá mostrar, nos casos analisados, a constante tentativa do WikiLeaks, na figura de Assange, de se colocar – quando não, efetivamente controlar o fluxo da informação.

Mas se o site parecia não se restringir ao papel de fonte de informação, contribuindo para uma reconfiguração das práticas de acessibilidade a informações jornalísticas, ficava a dúvida: o WikiLeaks pode ser considerado jornalismo? A discussão, sobre a legitimidade do site como fonte ou como veículo jornalístico, foi intensa durante alguns anos, mas em meio a elas alguns estudiosos vislumbraram mudanças mais estruturais e, ao invés de se perguntar se WikiLeaks era ou não jornalismo, perguntaram-se *que tipo de jornalismo* o advento do WikiLeaks estaria criando (Beckett, 2011); (Brevini; Hintz; McCurdy, 2013). Até porque, apesar da proposta do site prescindir da imprensa tradicional, o trabalho conjunto com a imprensa parecia, em determinado ponto, inevitável.

Como o nome sugere, o WikiLeaks surgiu como um wiki - um site editável pelos usuários. Mas Assange e os colegas rapidamente perceberam que o conteúdo e a necessidade de remover informação perigosa ou incriminatória tornavam esse modelo impraticável. Assange estava errado ao acreditar que milhares de “jornalistas cidadãos” online estariam dispostos a examinar os documentos publicados e descobrir se eram ou não genuínos (Leigh; Harding, 2011, p.62).

Segundo entrevista de Assange para o jornal alemão *Der Spiegel*⁶, algumas experiências ruins fizeram com que o WikiLeaks passasse a trabalhar com contratos – com mais de cem organizações de mídia em todo o mundo. Neste estudo, o WikiLeaks é analisado principalmente por seu papel no episódio conhecido como Cablegate. Na dinâmica do vazamento, o site entra como uma “mistura confusa de intermediário, fonte e editor”, nas palavras dos jornalistas do *The Guardian* David Leigh e Luke Harding. Julian Assange, fundador e principal expoente do WikiLeaks foi - e continua sendo - uma figura única, incensada por uns e odiada por outros. *Hacker*, disseminador de informações, editor, fonte, parceiro e antagonista da grande imprensa, ele sofreu também as consequências após a publicação do material vazado por Manning no Cablegate. A relação com os veículos com os quais trabalhou, como era de se esperar, não foi um

6 <https://www.spiegel.de/international/world/spiegel-interview-with-wikileaks-head-julian-assange-a-1044399.html>

mar de tranquilidade.

O desafio que o WikiLeaks representou para os veículos de comunicação em geral não era confortável. O instinto inicial do site era publicar quase tudo e, no início, eles estavam profundamente desconfiados de qualquer contato entre seus colegas nos jornais e qualquer tipo de autoridade. Falar com o Departamento de Estado, o Pentágono ou a Casa Branca, como o The New York Times fez antes de cada etapa de publicação, era um campo minado em termos de manutenção de uma relação tranquila com o WikiLeaks (Leigh; Harding, 2011, p.21).

Em relação às fontes, dispostas a vazarem informações ou realizar denúncias, o site trouxe um espaço alternativo e seguro: não era mais imprescindível entrar em contato com os jornalistas para submeter a eles seu material - caso o contato fosse conseguido, o que nem sempre era fácil. Chelsea Manning, após tentar sem sucesso a imprensa tradicional, encontrou no WikiLeaks o canal que precisava. A proposta de transparência total do site a atraía. Mas a nem todos, o caminho parecia razoável. “A escolha do site por uma política de transparência total não atenderia às minhas necessidades. De fato, teria sido o mesmo que uma auto publicação, opção que eu já havia descartado por considerá-la insuficiente” (Snowden 2019, p. 209). Snowden argumenta, em suas memórias, que queria um parceiro capaz de avaliar os potenciais perigos da revelação de informações confidenciais e que ajudasse a explicá-las colocando-as no contexto tecnológico e legal. “Cooperar com algum tipo de mídia me defenderia contra as piores acusações de atividade desonesta e corrigiria qualquer viés que eu tivesse, fosse consciente ou inconsciente, pessoal ou profissional” (Snowden 2019, p.208).

Nunca pensei que seria capaz de escolher quais segredos de meu país deveriam ser divulgados ao público e quais não. Foi por isso que divulguei os documentos do governo só para jornalistas. De fato, o número de documentos que divulguei diretamente ao público é zero. Eu acredito, assim como os jornalistas acreditam, que um governo pode manter algumas informações sigilosas (Snowden, 2019, p.13).

Mas que informações devem permanecer sigilosas e quais, ao contrário, a sociedade tem direito de saber? Essa é a linha tênue que separa um herói de um traidor. Uma linha que se move de tempos em tempos, empurrada, quase sempre, pelos próprios *whistleblowers*.

1.4 Motivos e consequências: o início e o final de uma história

Toda fonte tem interesses. Assessores de imprensa querem mostrar o melhor de seus empregadores, e - se possível - esconder o pior. Especialistas estão interessados em solidificar seus pontos de vista explicando, para a população leiga, temas complexos. E, naturalmente, aproveitam toda a visibilidade e a credibilidade que as participações na mídia lhes trazem. Políticos buscam popularidade. Representantes de movimentos sociais querem fazer avançar suas causas. Testemunhas e personagens de eventos em geral (bons ou ruins) querem compartilhar com outras pessoas suas dores, indignação, felicidade, surpresa. Mesmo fontes documentais são vestígios dos interesses e valores, individuais ou da sociedade, de então.

Até o momento em que este texto é finalizado, a fonte que originou o episódio Panama Papers permanece anônima. Ellsberg (Pentagon Papers), Manning (Cablegate) e Snowden (Caso Snowden), na outra ponta do espectro, carregaram⁷ seus motivos como estandarte, convencidos da correção de suas ações. Conscientes do risco, pagaram por elas; os três, em diferentes graus. Para além das consequências jurídicas, o protagonismo exercido pela fonte – e não só o fato de terem vazado as informações e serem presos – moldou de alguma forma seus futuros: tornaram-se, os três, ativistas e palestrantes, símbolos dos valores que os levaram a vazar as informações. Diferentemente de Delgatti (Vaza Jato), que voltou às manchetes dos jornais apenas em um obscuro imbróglio político-partidário-criminal⁸.

Motivos são a faceta consciente - e a justificativa - de uma ação que envolve outros tensionamentos. O chamado *whistleblower*, ou alardeador, na tradução de Pait e Pinheiro (2014, p. 10) é, para os autores, um tipo social que congrega em si as tensões entre segredo e publicidade. “Nada é mais difícil que viver com um segredo que não pode ser revelado”, diz Snowden (Snowden, 2019, p. 206). Tais tensões têm dimensões pessoais, psicológicas e sociais, explicitadas por Simmel (1999) em seu estudo sobre o segredo.

Simmel afirma que o perigo externo, de ser descoberto, se mistura ao perigo interno, de não resistir ao prazer e à tentação da traição (no sentido de desvelar o segredo), que ele descreve como “o fascínio de um abismo, a vertigem de a ele nos entregarmos” (Simmel, 1999, p. 223).

⁷ Daniel Ellsberg morreu em junho de 2023.

⁸ <https://www.cl.df.gov.br/-/a-ideia-dele-bolsonaro-era-implantar-o-caos-em-caso-de-derrota-diz-o-hacker-delgatti-a-cpi>

Nas memórias de Chelsea Manning podemos ver que ela sentiu o peso de ser um repositório de tantos segredos, assim como a tentação de revelá-los. Em uma mensagem instantânea para um amigo confessou estar preocupada: “eu sei demais.... não sei se você consegue imaginar a pressão” (Manning, 2022, p.104). Em outro momento, confessa: “Não é possível trabalhar com inteligência e não imaginar revelar os maiores segredos que temos” (Manning, 2022, p.10).

O que deve ser conhecido ou permanecer em segredo, no entanto - ou seja, o que deve ser público ou privado - e o quanto a sociedade entende como fundamental a detenção dessa informação, varia de época e país. E é, sobretudo, uma questão de fundo cultural. Até por volta do início do século 19, por exemplo, dar publicidade às reuniões do parlamento inglês era crime passível de punição, por violação dos “privilégios parlamentares” (Simmel, 1999). Hoje, parlamentares têm assessores lutando por um espaço na imprensa para que possam dar visibilidade às opiniões de seus empregadores.

Apesar da luta pela visibilidade que domina a sociedade contemporânea, o segredo é – e sempre foi – usado politicamente como elemento fundamental de dominação e governabilidade, forma de ação sem a qual certos objetivos não seriam atingidos. Simmel (1999) coloca, mesmo, que o segredo é uma das maiores realizações humanas, oferecendo a possibilidade de um segundo mundo junto com o mundo manifesto (este, imediatamente acessível ao conhecimento de todos) e, assim, tornando possível uma vida que seria insustentável em uma situação de completa publicidade. O segredo seria então parte imprescindível da vida social e da história da humanidade.

Mas o segredo cria tensões que devem ter um limite de existência em uma sociedade que se quer coesa. Além disso, em democracias liberais, pelo menos, governantes são (em teoria, pelo menos) responsabilizados por seus atos, e isso requer algum grau de transparência. A vigilância e controle da sociedade sobre o Estado fazem parte de um equilíbrio delicado e fundamental, assim como a relação entre o público e o privado. Governos se utilizam do segredo como técnica de governabilidade ao mesmo tempo em que devem submeter o exercício do poder ao escrutínio público de modo a legitimá-lo e controlá-lo.

Neste mecanismo, o vazamento de informações funcionaria como uma espécie de válvula de escape. Quando o equilíbrio satisfatório entre o direito público à informação e a necessidade de proteger os segredos de Estado não é alcançado por meios formais e institucionalizados, o vazamento se apresenta como uma solução, ajustando as expectativas com relação aos papéis da

sociedade e do Estado – relembrando a sociedade de suas prerrogativas e o Estado de suas atribuições (Pait; Pinheiro, 2014, p.15). Por isso, os autores defendem que o vazamento periódico de informações seja a regra, e não a exceção, em uma sociedade democrática.

Cada vazamento de informações estudado aqui pode traduzir, desta forma, o alerta de um *whistleblower* sobre pontos de tensão e questionamentos que a sociedade deveria fazer em relação aos poderes governantes: até que ponto a população deve estar informada, acompanhar – e opinar – em questões de política internacional (Ellsberg)? Ou sobre a realidade do que acontece nas guerras (Manning)? O governo tem direito, em nome de supostas ameaças terroristas, de vigiar – de forma massiva e clandestina – seus cidadãos e países amigos (Snowden)? Até que ponto a sociedade pode virar os olhos para esquemas legais de desvio de dinheiro e atividades criminosas para ocultar grandes fortunas (John Doe)? Qual o limite ético das relações entre promotores e juiz de um caso (Delgatti)?

Para a fonte do caso Panama Papers, a ação do *whistleblower*, quando os mecanismos de ajuste da democracia falharam, revela um colapso sistêmico, e uma grave instabilidade que pode estar bem perto. Logo, sua ação não deve ser punida – ao contrário. Em um manifesto, reproduzido no final do livro dos jornalistas alemães Bastian Obermayer e Frederik Obermaier, John Doe defende a ideia de que “*whistleblowers* legítimos, que expõem atos ilícitos inquestionáveis, sejam eles internos ou externos, merecem imunidade como retribuição do governo” (Obermayer; Obermaier, 2020, p.347).

As consequências dos grandes vazamentos de informação também representam, quase sempre, elementos marcantes. Nem sempre, do jeito vislumbrado pelo *whistleblower*. O desfecho do julgamento de Ellsberg, por exemplo, não parece ter influenciado muito os casos posteriores de vazamento de dados. Talvez, se ele tivesse sido condenado, outros *whistleblowers* pensassem duas vezes antes de vazarem qualquer coisa para os jornais. Tampouco representou uma força considerável em relação à guerra do Vietnã. O mesmo não se pode dizer, no entanto, em relação à imprensa. O que estava acontecendo no país era – nas palavras de Ellsberg - sem precedentes: “uma imprensa que, nos últimos trinta anos tinha se contentado em reportar assuntos sobre segurança nacional e política externa apenas baseada nos releases do governo, estava, de repente, em estado de revolta” (Ellsberg, 2003, p.399).

Em um artigo publicado em junho de 2021, como parte das reportagens comemorativas dos 50 anos dos Pentagon Papers, o jornalista David Sanger, do *The New York Times*, afirma que

a decisão judicial que garantiu ao jornal o direito de publicar o material ainda define o equilíbrio de poder entre a mídia e o governo - um equilíbrio que ele classifica como “contencioso”. E descreve um acordo tácito (de ética duvidosa) a que teriam chegado funcionários do governo e as principais organizações de notícias: o governo reconhece - com relutância - que a decisão final sobre a publicação pertence aos editores e editoras, não aos funcionários do governo. Ou seja, o governo pode decidir caçar vazadores, mas a imprensa geralmente é deixada em paz – exceto quando os tribunais tentam forçá-los a revelar suas fontes, ou funcionários do governo buscam ordens judiciais secretas para coletar essas informações sub-repticiamente (Sanger, 2021).

Como resultado, continua Sanger, reportar sobre a guerra de drones e bases secretas dos EUA na África, sobre ciberoperações ofensivas e defensivas, sobre o status de negociações quase secretas com Irã ou o Talibã, agora é prática comum. O jornalista segue defendendo a realização de reuniões com representantes do governo antes da publicação de matérias sensíveis. Glenn Greenwald classifica a prática do *The New York Times* de “jornalismo obsequioso” (Greenwald, 2014, p.64) e garante que “no melhor dos casos, o resultado é um atraso significativo. Muitas vezes, informações que obviamente constituem notícia, são suprimidas” (idem). Sanger, no entanto, argumenta que a queda de braço com os governos, nas reuniões em que se pretende um acordo sobre o que é publicável e o que ameaçaria vidas, traz benefícios para ambas as partes: “essas conversas também nos forçam, como jornalistas, a examinar nosso próprio raciocínio e padrões sobre o que publicar – e a pensar muito sobre as consequências humanas dessas decisões” (Sanger, 2021).

A ideia do vazamento como um ajuste dos papéis de Estado e sociedade sobre o que deve ou não ser publicizado pressupõe a existência de uma sociedade civil que entende como direito conhecer assuntos do Estado. “Ou seja, quando a pergunta ‘O que a sociedade deve saber?’ tem respostas divergentes, mas a pergunta em si é vista como legítima por toda a sociedade, incluindo aí líderes e funcionários públicos” (Pait; Pinheiro, 2014, p. 14). Na busca para consertar um tecido esgarçado, ou restaurar o equilíbrio entre prerrogativas da sociedade e atribuições do governo, alguns personagens decidem passar de um lado para o outro. Manning, Snowden e Ellsberg trabalhavam para o governo e, como indicam suas memórias, amavam seu país e eram partidários dos valores que, de modo geral, norteavam povo e governo estadunidense. Tornaram-se *wistleblowers*. Pait e Pinheiro consideram o fenômeno natural: de modo geral, sociedades complexas abarcam grupos sociais diversos e algum grau de dissenso. É natural, então, que uma

nova geração de funcionários traga concepções que se chocam com os hábitos vigentes. É significativo que o prefácio do livro de Snowden, *Eterna Vigilância*, comece com a seguinte apresentação: “Meu nome é Edward Joseph Snowden. Eu trabalhava para o governo, mas agora trabalho para o público. Levei quase três décadas para reconhecer que havia diferença entre um e outro” (Snowden, 2019, p.7).

Ainda que a sociedade democrática conviva com a permanente falta de consenso entre o que se deve ou não saber, até porque os interesses são múltiplos e os marcos que regulam e orientam a questão mudam com o tempo, existe um limite que, se ultrapassado, pode determinar o futuro do *whistleblower*: a segurança nacional. Seriam as informações vazadas legítimos segredos de Estado? Seria o segredo necessário para que o Estado assegurasse sua própria existência ou, ao contrário, ao reter aquelas informações, governantes estariam deliberadamente alijando o cidadão de um debate fundamental para a sociedade? A diferença não é alheia aos vazadores, como mostra Snowden, ao justificar, ao jornalista Luke Harding, por que tornou públicos os programas de vigilância delatados.

Eles ferem nossa economia. Ferem nosso país. Limitam nossa capacidade de falar, pensar e viver, de sermos criativos, termos relacionamentos, nos associarmos livremente. [...] Há uma grande distância entre programas legais, espionagem legítima, legítimo cumprimento da lei, com alvos definidos, baseados em suspeita sensata e individual, com ações autorizadas, e um tipo de vigilância de varredura em massa, que coloca populações inteiras sob os olhos que veem tudo, até quando não é necessário” (Harding, 2014, p.275).

É a definição do conteúdo do vazamento - se abusos do governo ou informações que podem se mostrar letais ao país na mão de inimigos - que, de forma geral, irá determinar o futuro do vazador.

1.4.1 O *whistleblower*

O termo *whistleblower* ainda não encontrou, na língua portuguesa, um equivalente que tenha conseguido se estabelecer. Pait e Pinheiro (2014) o traduzem por alardeador. Uma possível tradução é o termo delator, mas que traz em si um caráter pejorativo que não é próprio do

whistleblower - especialmente no Brasil neste momento, com tantas delações premiadas acontecendo. Denunciante implica alguém de fora da instituição em questão - o que não acontece na maioria dos casos. O uso do termo informante, por sua vez, perde ao não conseguir transmitir a urgência, amplitude e a retidão envolvidas (ao menos teoricamente) no ato.

Em tradução literal, a expressão inglesa *whistleblower* significa “assoprador de apito”. Uma das explicações, talvez a mais comum, é a alusão ao costume da polícia da Inglaterra, vindo de séculos passados, de usar o apito para acusar em público uma prática criminosa, inibir o autor do delito, alertar outros policiais e chamar a atenção das pessoas no entorno para o ato. O apito foi assim, na sociedade moderna, talvez a primeira tecnologia utilizada para alardear um ato criminoso praticado em segredo no seio da sociedade.

Vindo de uma família que serviu na Guarda Costeira dos Estados Unidos, Snowden dá uma outra razão para o uso do apito. Segundo ele, com a invenção da propulsão a vapor, passou-se a usar apitos para sinalizar intenções e emergências: 1 apito para passar pelo porto, 2 para passar a estibordo, 5 para um alerta. A fonte, em seu livro, faz uma análise dos termos usados para o *whistleblower*. E aponta como as línguas demonstram a relação de sua cultura com o poder pelo modo como escolhem definir o ato de fazer uma denúncia.

Os franceses usaram *denonciateur* durante a maior parte do século 20, até que a associação da palavra com *denouncer* ou *informant* dos alemães na 2ª Guerra Mundial levou a uma preferência por *lanceur d’alerte* (aquele que lança um alerta). O alemão, uma língua que tem lutado contra o passado nazista e sua cultura, evoluiu de seu próprio *denunziant* e *informant* e decidiu pelo insatisfatório *hinweisgeber* (aquele que dá dicas), *enthueiler* (revelador), *skandalaufdecker* (revelador de escândalo), e inclusive o decididamente político *ethische dissidenten* (dissidente ético). Mas o alemão usa pouco essas palavras on-line; no que diz respeito às revelações de hoje na internet, o idioma simplesmente pegou emprestado o substantivo *whistleblower* (delator) e o verbo *leaken* (vazar). As línguas de regimes como o da Rússia e o da China, por sua vez, empregam termos que carregam o sentido pejorativo de informante e traidor (Snowden, 2019, p.201).

Os *whistleblowers*, por sua vez, tendem a se apoiar mutuamente. Ainda que com cautela. Em dezembro de 2006, um e-mail assinado “WL” chegou de surpresa para Daniel Ellsberg, mais de trinta anos após a divulgação dos Pentagon Papers.

Julian Assange, ousadamente, convidava Ellsberg para se tornar o rosto público do WikiLeaks, um projeto “para colocar uma nova estrela no firmamento do

homem”. Ellsberg, que mais tarde se tornaria um defensor entusiástico das ideias de Assange, inicialmente temia que fosse uma iniciativa muito ingênua pensar que eles realmente possam sair ilesos” (Leigh; Harding, 2011, p. 58).

O fato de negar uma associação oficial com o site não quer dizer que Ellsberg não apoiaria, além de Assange, outros *whistleblowers*: publicou inclusive, como parte da campanha “Eu sou Bradley Manning”, em apoio à fonte do Cablegate, sua foto com um cartaz declarando “Eu fui Bradley Manning⁹ - Pentagon Papers 1971”. Também os jornalistas alemães Obermaier e Obermayer, que expuseram as entranhas da empresa Mossack Fonseca, contam como ficaram entusiasmados com o apoio de outra fonte famosa: as primeiras reportagens do que ficaria conhecido como os Panama Papers seriam publicadas no site do *Süddeutsche Zeitung* às 20 horas do dia 3 de abril, 2016. Algumas páginas, no entanto, já estavam “extraoficialmente” no ar, sendo testadas pela equipe técnica. Às 19:48, um colega telefona para a redação para avisar que Edward Snowden tinha acabado de tuitar sobre a publicação.

Nós nos entreolhamos, perplexos. 19h48. Edward Snowden? Corremos ao Tweeter e, de fato, Edward Snowden tuitou esta mensagem para seus 2 milhões de seguidores: “o maior vazamento na história do jornalismo de dados acaba de ir ao ar e é sobre corrupção”. [...] Pouco depois o WikiLeaks retuita ele também. Isso tudo antes das 8, quando o material é publicado oficialmente no site (Obermayer; Obermaier, 2019, p.328).

Snowden, por sua vez, reconhece e é grato pelo papel que Assange desempenhou na luta por sua segurança:

As pessoas sempre atribuíram motivos egoístas ao desejo de Assange de me ajudar, mas eu acredito que ele estava genuinamente interessado em uma coisa acima de tudo: ajudar-me a não ser capturado”. [...] Creio que o mais importante para ele foi a oportunidade de estabelecer um contraexemplo ao caso da fonte mais famosa do Exército dos EUA, a soldado raso Chelsea Manning, cuja sentença de 35 anos de prisão foi historicamente sem precedentes e um dissuasor monstruoso para delatores em todos os lugares (Snowden, 2019, p. 256).

Quando relata seus dias ao lado de Sarah Harrison, jornalista e editora do WikiLeaks, no aeroporto de Moscou, Snowden faz questão de ressaltar que sua ida para lá foi totalmente

⁹ A campanha foi anterior à transição de Chelsea Manning.

desvinculada de qualquer vantagem que o site poderia tirar da situação: “fiquei esperando que ela me pedisse algo - qualquer coisa, nem que fosse só uma declaração sobre Assange, ou que citasse o nome de sua organização. Mas ela não pediu nada” (Snowden, 2019, p.257).

Pait e Pinheiro (2014) comparam vazamentos de informações a um sacrifício moderno para refazer um laço entre sociedade e Estado que teria se esgarçado. Nos antigos rituais a ação era imposta a jovens, que morriam para apaziguar os deuses. Nas sociedades democráticas este seria o papel do *whistleblower*. A ação de vazar informações como um sacrifício moderno para apaziguar relações entre sociedade e Estado pode ou não ser eficaz. Neste caso, a imolação pelo bem comum funciona melhor se o jovem é conhecido. A publicização de segredos do governo é sempre uma ação polêmica dentro da sociedade; celebrada por uns e condenada por outros. Ganha mais peso - e empatia do público - se o autor das denúncias não se esconde. Assim, para o *whistleblower*, na definição de seu papel de herói ou vilão, quase tão importante quanto o conteúdo vazado é a disposição para o sacrifício.

Nem todos, no entanto, têm ou podem ter essa postura, por diversas razões. E o anonimato passa a ser uma necessidade básica da fonte. Uma necessidade que representa um dos vários problemas éticos que aflige o jornalista que lida com o vazamento, como veremos mais à frente. Especialmente se a informação foi obtida de forma ilegal – como, por exemplo, fazem os hackers.

1.4.2 O hacker

Em seu blog¹⁰, o programador e hacker Richard Stallman, fundador do movimento software livre, garante: a primeira ação hacker de quase todo mundo é subir (ou descer) uma escada rolante no sentido contrário. Não tem nenhum propósito imediato, é divertido e difícil: você faz só para ver se consegue. Edward Snowden, no entanto, começou mais cedo: conta em suas memórias que seu primeiro hackeamento foi, aos seis anos de idade, atrasar todos os relógios da casa para poder ir dormir mais tarde do que o estipulado por seus pais (Snowden, 2019, p.15).

¹⁰ <https://stallman.org/articles/on-hacking.html>

Apesar de afirmar ser complicado escrever uma definição simples de algo tão variado quanto a atividade de hackear, Stallman associa a ela as características da diversão, da inteligência e da exploração. Assim, hackear significaria explorar os limites do possível; e atividades que exibem inteligência lúdica teriam “valor de hack”. Foi Stallman quem cunhou o termo “cracker”, para diferenciar o hacker da pessoa que invade os sistemas de segurança: “as pessoas que fazem isso são os “crackers”. Alguns podem também ser hackers, assim como alguns podem ser jogadores de xadrez, ou golfe. A maioria não é”.

Em pelo menos dois dos episódios estudados - Cablegate e o Caso Snowden - a personalidade hacker é parte da identidade da fonte, e foi fundamental na hora de decidir vaziar as informações. Snowden argumenta, em suas memórias, que, ao ir tomando ciência das iniciativas públicas de vigilância em massa, convenceu-se de que não poderia existir uma aliança natural entre a tecnologia e o governo. “A divisão entre minhas duas comunidades estranhamente inter-relacionadas – a CI [comunidade de informação] estadunidense e a tribo on-line global de tecnólogos – tornou-se praticamente definitiva” (Snowden, 2029, p.228).

Manning admite que a maior parte do que ela sabe sobre computadores aprendeu sozinha, hackeando: “Existia muita vulnerabilidade nos sistemas, na época, que eu encarava como problemas a serem solucionados” (Manning 2022, p. 34). Mas os *chats rooms* de que ela fazia parte começaram a se tornar mais políticos, e logo “minha atividade de hacking começou a se sobrepor ao meu compromisso ideológico com a liberdade de informação: eu ia atrás de alvos que eu *achava* que mereciam (Manning 2022, p. 34- grifo no original).

Politicamente, hackers costumam ser contrários ao controle do Estado, o que fere suas visões libertárias sobre o direito à informação. As informações, inclusive o conhecimento, não devem ser propriedade de ninguém, e, mesmo se forem, a cópia de informações não agride ninguém dada a natureza intangível dos dados (Silveira, 2010, p.34). Steven Levy, jornalista e autor de um dos trabalhos mais conhecidos sobre a ética hacker (*Hackers: heróis da revolução informática*), de 1984, diz que

Os hackers acreditam que lições importantes sobre o mundo podem ser aprendidas ao separar as coisas, ver como funcionam e usar esse conhecimento para criar coisas novas e ainda mais interessantes. Eles se sentem agredidos por qualquer pessoa, barreira física ou lei que tente impedi-los de fazer isso. Todas as informações devem ser livres. Se você não tem acesso às informações de que precisa para melhorar as coisas, como pode consertá-las? (Leigh; Harding, 2011, p. 40).

Snowden deixa claro ainda que o ato de hackear não é apenas nativo da computação; ele existe onde quer que existam regras.

Para hackear um sistema é necessário conhecer suas regras melhor que as pessoas que o criaram ou as que o executam, e explorar a distância vulnerável que existe entre como elas pretendiam que o sistema funcionasse e como ele realmente funciona, ou se poderia fazer que funcionasse. Ao capitalizar esses usos não intencionais, os hackers não estão quebrando as regras, e sim desmascarando-as (Snowden, 2019, p.50).

Curiosamente, o episódio da Vaza Jato é, na verdade, o único do *corpus* em que as informações foram efetivamente obtidas através de hackeamento; em todos os outros a fonte tinha acesso legítimo ao material. O perfil da fonte, no entanto, com sua personalidade assumidamente apolítica, faz com que Delgatti não possa ser considerado um hacker clássico, mas um *cracker*. Também John Doe, fonte do episódio Panama Papers, apesar de ter vazado grandes quantidades de dados (não se sabe se com acesso legítimo a eles ou não), não parece apresentar um perfil de hacker, a se julgar pelos relatos e trechos de conversas copiados no livro dos jornalistas alemães Obermayer e Obermaier. Sua motivação não se baseia em um direito público a informações, mas em desmascarar uma firma criminosa.

Durante décadas, hackers invadiram sistemas, roubaram documentos e expuseram fragilidades de sistemas de segurança - muitas vezes, é verdade, como parte de uma estratégia para que as empresas fossem forçadas a investir ainda mais na segurança tecnológica. Mais frequentemente, no entanto, as ações hackers faziam parte de movimentos que vieram a ser definidos pelos termos de ciberativismo e hacktivismo (Milan, 2016); (Bennet; Sergeberg, 2012); (Silveira, 2010), sendo que algumas formas de hackativismo, como desfigurações de páginas, ataques de negação de serviço (DDoS) e hackeamentos de sabotagem (como exclusão de arquivos) não necessariamente envolvem a aquisição de documentos.

Coleman (2017), no entanto, chama a atenção para uma forma de atividade hacker que não só envolve a aquisição de informação como a utilização da imprensa para dar visibilidade a elas. À ação dessa fonte hacker ela dá o nome de Public Interest Hack - ou Hackeamento de Interesse do Público. A ação que Coleman define como Hackeamento de Interesse do Público (HIP) é uma estratégia que nem sempre está no escopo do ativismo. No HIP hackers vazam dados de governos ou grandes empresas com o objetivo de alcançar consequências políticas; são

vazamentos que *interessam ao público*, mas que nem sempre são *de interesse público*. A diferença está na transparência - não necessariamente em relação à identidade dos hackers, que costumam se manter anônimos, mas à motivação alegada. Por isso, a autora aponta duas formas distintas de Hackeamento de Interesse do Público: a primeira é realizada por hacktivistas que procuram, explicitamente, tornar público o que eles entendem como ações danosas à sociedade. Uma outra é formada por agentes misteriosos que, ao contrário, mantêm suas intenções obscuras, mas que, ainda assim, divulgam documentos que chamam a atenção do público e provocam investigações.

Até 2014 os hackeamentos de interesse do público eram efetuados apenas por hacktivistas, tendo o WikiLeaks e o grupo Anonymous como maiores expoentes da estratégia. Naquele ano, no entanto, um grupo autointitulado Guardiões da Paz invadiu os servidores da multinacional Sony vazando diversos e-mails da empresa. Mais tarde, o grupo admitiu que o ataque era uma resposta à empresa por ter debochado do líder norte-coreano Kim Jong-un, no filme "A entrevista". A ação foi atribuída pelos Estados Unidos ao governo da Coreia do Norte, o que nunca foi confirmado. Independentemente da possível participação do governo coreano no ataque, o exemplo ilustra bem as diferenças entre os dois tipos de Hackeamento de Interesse do Público.

1.5 As questões éticas

Alguns dias após o início da divulgação do caso *Cablegate*, Alan Rusbridger, editor do *The Guardian*, recebeu um e-mail de Max Frankel, advogado que supervisionou a defesa do *The New York Times* no caso Pentagon Papers, quarenta anos antes (Leigh; Harding, 2011, p. 22). Nele, o advogado copiava um memorando que, na época, enviou ao ombudsman do jornal. Em quatro pontos, defendia, basicamente, o seguinte: 1) A informação que quer sair vai sair. A obrigação do jornal é recebê-la com responsabilidade e publicá-la, ou não, de acordo com os padrões do jornal; 2) Todas as fontes merecem ser protegidas pelo jornal. Apesar disso, é dever do jornal revelar qualquer tendenciosidade ou objetivos aparentes da fonte. Se a fonte infringe a lei de alguma forma, qualquer tentativa de fazer cumprir a lei não cabe à imprensa; 3) O jornal

deve limitar a publicação de informações que possam causar dano imediato, irreparável e direto. Em caso de dúvida, atrasar a publicação para dar às autoridades chance de provar que o perigo existe; e, 4) Ninguém pode prever com segurança as consequências de uma publicação.

Informações publicadas pela imprensa, oriundas de vazamentos, não são novidade. No caso brasileiro, Moretzsohn e Pinto (2020) lembram ainda, citando análises reunidas por Cerqueira (2004), o quanto essas informações já foram utilizadas pela mídia tradicional de forma acrítica. Mas se os vazamentos para a imprensa não são novidade, suas características, o espaço ocupado por eles na mídia, os atores envolvidos e a forma de serem trabalhados pela comunidade midiática - não só os jornalistas - isso sim, vem mudando. Como consequência, as questões éticas que envolvem o uso de vazamentos de informação pela imprensa vêm se ampliando. Grande parte da discussão que move acadêmicos e jornalistas na linha de frente das reportagens investigativas hoje parece reunir dilemas que podem ser divididos em duas grandes abas, que se interligam e se afetam mutuamente: tecnologia e transparência.

Como analisa Christofolletti (2016), o enorme volume dos dados envolvidos em grande parte dos vazamentos atuais significa mais tempo na preparação da notícia, risco da perda de fôlego em coberturas mais longas e, por si só, pode causar sua inverificabilidade. No episódio Cablegate, por exemplo, as redações dos veículos consorciados foram forçadas a se prepararem melhor para checar a autenticidade dos dados, e a buscar formas mais seguras de fazer seu trabalho. Apesar disso, o *The Guardian* não checkou rigorosamente todas as informações vazadas no WikiLeaks. Seria humanamente impossível, justificaram os jornalistas (Leigh; Harding, 2011). Em algumas reportagens da série publicada, certos órgãos governamentais foram consultados, mas não em todas. Christofolletti e De Oliveira (2011, p.93) colocam frente a isso algumas questões: isso macula a legitimidade do trabalho exaustivo empreendido? Essa falha é essencial ou colateral? Se o cruzamento de dados e a confirmação de informação são condições essenciais para um jornalismo responsável e ético, quando o volume impede essa checagem, como os jornalistas devem agir: publicar sem checar ou deixar de tornar públicas aquelas revelações, mesmo que muito relevantes para seus públicos?

A decisão de publicar ou não informações que não puderam ser completamente checadas é tomada ainda sob a pressão da existência de novos canais para a publicização das informações, proporcionados pela internet. Organizações como o próprio WikiLeaks, que operam em um espaço limítrofe entre os diferentes atores jornalísticos, fazem com que o acesso à informação

não seja mais restrito a jornalistas e fontes (Di Salvio; Porlezza, 2020). Lynn Walsh, jornalista investigativa de televisão e ex-presidente da *Society of Professional Journalists* (SPJ), concorda que os jornalistas estão veiculando informações como essa porque o público tem acesso a elas de qualquer maneira, “e acho que os jornalistas estão sentindo a pressão de denunciá-la” (Marcus, 2017, p.10). Em casos de grandes volumes de informação, o zelo jornalístico pode significar abrir mão de um “furo”. Quando os dirigentes da FIFA, por exemplo, começaram a ser indiciados por lavagem de dinheiro e corrupção, jornalistas do Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo ainda estavam revisando metodicamente (mas não reportando) as informações sobre eles reveladas pela fonte do Panama Papers.

Se a pressão do tempo se tornou ainda maior para os jornalistas com a entrada em campo de outros fluxos de informação passíveis de serem acessados pelo público, ela já tinha se estabelecido como uma força desestabilizadora com a noção de “tempo real” na atividade da imprensa. Segundo Moretzsohn, este passa a ser o principal “valor notícia”, “num *continuum* vertiginoso a pautar o trabalho nas grandes redações, que, além dos tradicionais produtos impressos diários, oferecem simultaneamente serviços de informação em “tempo real”” (Moretzsohn, 2002, p.12). É de se pensar se ao “fetiche da velocidade” apontado pela autora, não se alinhou um “fetiche do volume”, em que público e profissionais se deixam seduzir pelas possibilidades tecnológicas e pelo mundo do Big Data. Marcus (2002) acredita que vazamentos deixaram de ser um primeiro passo no longo processo do jornalismo investigativo para fazer parte do ciclo de notícias diário. Mas, “assim como o apetite por vazamentos, os riscos também cresceram e agora precisam ser avaliados em um ritmo mais rápido do que nunca” (Marcus, 2017, p. 6).

O problema do tempo – ou falta dele – não é o único. A distância física que separa fontes e jornalistas também acarreta riscos éticos, “como a passividade e a acomodação das redações; a ausência de controle no *input* jornalístico; a delegação de confiança e a transferência de responsabilidade do repórter para a fonte” (Christofoletti, 2016, p.73). Chegamos então à segunda grande causa de dilemas éticos (além daqueles causados pela tecnologia e o enorme volume de dados vazados que ela permite): a relação entre as fontes e os jornalistas em casos de vazamentos, especialmente aqueles em que a fonte opta por ficar no anonimato. Em uma época em que a sociedade exige cada vez mais transparência - seja dos governos, seja das empresas - o jornalismo deve também aumentar a transparência de seus processos produtivos? Isso significaria

automaticamente deixar o público mais bem informado? E mais: é importante para o público conhecer a fonte de um vazamento? Em que isso pode ir de encontro ao princípio, tão caro ao jornalismo, da proteção ao anonimato da fonte?

Nos materiais institucionais produzidos para os jornalistas, como manuais e códigos de ética e deontológicos, a problemática da relação com as fontes parece se concentrar na questão do anonimato: sua legitimidade; conveniência; problemas e significado para o público. Fidalgo (2000), ao fazer um panorama de códigos deontológicos de jornalistas na Europa, mostra que é a questão da confidencialidade - a proteção do anonimato das fontes - a referência mais repetida nos documentos. Mais de duas décadas depois, Christofolletti, Paul e Beker (2021) analisaram os códigos deontológicos dos 20 maiores mercados de notícias da América Latina com foco na postura das empresas de mídia em relação à transparência do seu próprio negócio e de suas práticas. Os autores relatam que, além do Brasil, outros sete países tratam, nos documentos, da transparência com relação às fontes.

Deixar o público ciente das fontes utilizadas pelo jornalismo, por exemplo, aparece como recomendação no documento chileno (“transparecer as fontes”) e no uruguaio, (“tentar por todos os meios que o público conheça a origem da informação”). Este coloca a ressalva: se em algum caso não for possível ou causar algum prejuízo à fonte, deve-se fornecer ao público as informações que permitam compreender os motivos desse impedimento. Também a Guatemala defende que as razões de um necessário sigilo devem ser expostas ao público, o que pode ser interpretado como um ato transparente sobre métodos jornalísticos. Os países destacam a importância da inviolabilidade do sigilo de fontes, seja como medida de proteção a elas (Colômbia) ou como forma de respeito àquelas que solicitam anonimato (Cuba e Venezuela). De qualquer maneira, como lembra o código do Fopea (Argentina), a prática *off the record* deve ser acordada entre as duas partes.

A necessidade de discutir tais questões é colocada em um cenário onde a fonte, além de ter acesso a espaços midiáticos não controlados pela imprensa, é incentivada pelos próprios veículos a vazarem informações de forma anônima para suas redações, através de softwares como o SecureDrop, usado pelo *New York Times*, *The Guardian*, *Financial Times*, *Associated Press*, *The Intercept* e pelo *The Intercept Brasil* (Di Salvo, 2021). Quando o jornalista investigativo David Cay Johnston recebeu, na caixa de correio de sua casa em Nova York, duas páginas da declaração de imposto de renda de 2005 do então presidente Donald Trump, ele sabia que havia muitas

maneiras de rastrear o autor do vazamento. Mas preferiu não fazer isso; nem para tentar avaliar a confiabilidade do vazamento, nem para satisfazer sua curiosidade pessoal: caçar a fonte da informação poderia desencorajar futuros vazamentos.

"Por que eu iria querer descobrir de onde veio?" Johnston pergunta. "Por que eu iria querer colocar a pessoa que fez isso em perigo, ou me colocar em perigo? Eu não vejo nenhuma vantagem. Além disso, [ao fazer isso] acabei de dizer a qualquer um que possa me enviar um documento: 'Ei, vou investigar você'. E quero que as pessoas me enviem documentos (Marcus, 2017, p.1).

Mas, nesta relação tríplice, entre público, jornalista e fonte, as questões de confiança vão além. Como evitar que a imprensa se torne um instrumento nas mãos de agentes ocultos, com agendas próprias, especialmente em caso de vazamentos com dados tão volumosos? "Se age eticamente, o jornalista há de confiar na fonte, mas ela terá apresentado todo o material disponível ou terá selecionado as partes que lhe são convenientes?" (Moretzsohn; Pinto, 2020, p. 184). Karam e Schmitz acrescentam outras preocupações: Como saber quando fontes inescrupulosas usam o sigilo para difamar, caluniar e espalhar boatos? Será que os repórteres utilizam o recurso de fontes sigilosas para dar suas próprias opiniões? (Karam; Schmitz, 2010, p. 174). O editor da revista estadunidense *Vice*, Joseph Cox, sustenta que em coberturas baseadas em material entregue por hackers, saber o que omitir é tão importante quanto saber o que publicar: "Essa abordagem pode irritar algumas fontes, mas o equilíbrio entre o que incluir e o que deixar de fora é constante, e às vezes difícil" (Cox, 2017). Em pelo menos um caso estudado nesta pesquisa, essa irritação foi verbalizada: a fonte do episódio da Vaza Jato, Walter Delgatti, afirmou em entrevista que Glenn Greenwald, do *The Intercept Brasil*, vazou muito pouco. "Até hoje eu não entendo o porquê disso", disse ele (Delgatti, 2021(a),39'50).

Além de difícil, a busca pelo equilíbrio entre o que publicar e o que omitir pode ser um esforço invisível. Segundo os jornalistas do *The Guardian* David Leigh e Luke Harding, pouco mais de dois mil dos 250 mil telegramas diplomáticos vazados pela soldado Chelsea Manning foram publicados no chamado Cablegate. O que não impediu as críticas.

A amplitude do processo de edição e a extensão relativamente limitada da publicação dos telegramas foram aparentemente negligenciadas por muitos comentaristas - incluindo importantes jornalistas norte-americanos -, que falavam de modo depreciativo de uma "divulgação em massa" leviana dos telegramas e do consequente risco à vida. Mas até o presente momento não houve nenhuma "divulgação em massa" (Leigh; Harding, 2011).

O cuidado, no entanto, é parte fundamental dos princípios jornalísticos, seja a fonte hacker ou não, precisamente o que difere o tratamento jornalístico de outras abordagens: “Em algum ponto, você vai ter que considerar com muito cuidado que partes do material você vai explorar”, dizem Obermayer e Obermaier. “E pelas mesmas razões, tanto legais quanto jornalísticas, nós não podemos postar milhares de documentos online, como os coordenadores do WikiLeaks. Aqui na Alemanha temos leis bastante duras em relação a informações vazadas” (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 2).

Ao tratar com material hackeado, grande parte do que o jornalista deve levar em consideração não é muito diferente da postura frente a denúncias comuns: o que a fonte está tentando alcançar? Qual será o impacto da publicação deste material? E a publicação deste material é mais importante do que qualquer dano que possa causar? Principalmente quando se lida com dados que geralmente afetam não apenas funcionários do governo, políticos ou grandes empresários, mas pessoas comuns completamente aleatórias. “Nada disso é uma ciência exata, mas como as violações de dados continuam saturando as manchetes e os dados se tornaram a moeda da informação jornalística, os repórteres precisam se familiarizar com essas questões o mais rápido possível” (Cox, 2017).

No entanto, se casos de vazamentos de informação já envolvem uma gama de dilemas éticos para o jornalista, informações repassadas por *hackers* trazem ainda a questão da ilegalidade no ato de obtenção das informações. “A maçã é podre para fins de incriminação, mas não é podre para fins de repercussão política” (Duarte, 2020, p. 39). Foi assim que o advogado do *The Intercept Brasil*, Rafael Borges, explicou aos jornalistas que eles poderiam usar as informações recebidas oriundas de atividades ilícitas, mas não poderiam em hipótese alguma pagar, orientar, instigar ou ser cúmplice, de qualquer maneira que fosse. No Direito, o princípio é conhecido como *The fruits of the poisonous tree* - a teoria dos frutos da árvore envenenada - que tem origem na jurisprudência estadunidense. Ou seja, poderiam receber as maçãs envenenadas, mas não participar da colheita. Da mesma forma, pela origem ilícita das provas, que invalidaria qualquer processo, eles não deveriam esperar que as autoridades citadas ali fossem punidas. O que pode ser frustrante para as fontes. A parte final do livro em que os jornalistas alemães detalham as reportagens feitas a partir das informações sobre a empresa Mossack Fonseca é dedicada a um manifesto assinado por John Doe, onde a fonte coloca que

No final, milhares de processos poderiam resultar dos Panama Papers, se apenas as autoridades policiais pudessem aceder e avaliar os documentos reais. O ICIJ e as suas publicações parceiras declararam, com razão, que não os fornecerão às agências responsáveis pela aplicação da lei. Eu, no entanto, estaria disposto a cooperar com as autoridades policiais na medida do possível (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 346).

1.6 Quadros-resumo

Quadro 1 - Visibilidade da fonte

EPISÓDIO	FONTE	VISIBILIDADE DA FONTE
Pentagon Papers	Daniel Ellsberg	Não anônima
Cablegate	Chelsea Manning	Anônima, mas descoberta posteriormente
Caso Snowden	Edward Snowden	Não anônima
Panama Papers	“John Doe”	Anônima
Vaza Jato	Walter Delgatti	Anônima, mas descoberta posteriormente

Fonte: *corpus* estudado

Quadro 2 – Relevância dos Vazamentos

ANO	EPISÓDIO	CONTEXTO	RELEVÂNCIA DO VAZAMENTO
1971	Pentagon Papers	Revelou ações e ataques militares dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, entre 1945 e 1967, até então negados ou mantidos em segredo.	O episódio é considerado um marco em pelo menos três sentidos: mudança de postura do povo em relação à, até então, infalibilidade implícita dos presidentes. Levantou questões sobre a legitimidade de a imprensa divulgar informações obtidas de forma ilegal. Foi ainda a primeira – e última - vez que o governo estadunidense tentou censurar a veiculação de jornais (e foi derrotado legalmente).

2010	Cablegate	Divulgação de mais de 250 mil telegramas entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos com embaixadas em vários países. Foi precedido pelo vazamento de documentos da Guerra no Afeganistão e pelo vazamento de documentos da Guerra do Iraque.	Menos do que o conteúdo dos telegramas diplomáticos, o episódio é marcante pela visibilidade obtida pelo site WikiLeaks, até então pouco conhecido. O site abalou o cenário do jornalismo quando, utilizando-se da tecnologia digital e de rede, implementou a possibilidade de divulgação de informações que prescindia do jornalista. Levantou ainda discussões sobre a liberdade de expressão e o limite do direito legítimo de sigilo em assuntos governamentais.
2013	Caso Snowden	Vazamento de documentos que indicavam que a Agência Nacional de Inteligência (NSA) tinha implementado secretamente um programa de vigilância em massa da população dos Estados Unidos e de países amigos e democráticos.	Maior vazamento ocorrido até então, atingiu um tema muito caro aos estadunidenses: as liberdades individuais. Além do volume e importância das informações sobre a vigilância digital do governo, a repercussão foi enormemente ampliada pelo fato de Snowden ter se recusado a ficar anônimo e ter escapado.
2016	Panama Papers	Tornou públicas informações sobre as atividades – muitas antiéticas ou ilegais – da empresa de advocacia panamenha Mossack Fonseca, que abria e administrava empresas offshore para clientes no mundo todo, muitas vezes usadas para esconder dinheiro ou dificultar o rastreamento de seus verdadeiros donos.	Megavazamento, muito maior do que o de Snowden em quantidade de informações, o episódio foi marcante pelo trabalho colaborativo de vários órgãos de imprensa e jornalistas de cerca de 80 países, liderados pelo Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo.
2020	Vaza Jato	Revelou conversas controversas, através do aplicativo <i>Telegram</i> , do então juiz Sergio Moro (Ministro da Justiça, na época do vazamento), com o promotor da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol.	O vazamento detonou uma série de investigações e uma ação no Supremo Tribunal Federal que acabou por declarar a suspeição do juiz no caso.

Fonte: *corpus* estudado

2 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Pode parecer estranho, à primeira vista, que uma pesquisa sobre o trabalho jornalístico envolvendo vazamentos de informação não se baseie na cobertura da imprensa, e não tenha como *corpus* os jornais; telejornais; cobertura radiofônica ou revistas semanais que noticiaram os eventos. Mas isso era justamente o que *não* me interessava: a notícia pronta, da forma como veio a público. Minha investigação se foca no processo como se deu a construção dessa notícia, especificamente no que diz respeito à atuação da fonte e sua relação com o jornalista - e com a mídia em geral.

Para encontrar o que queria, teria que buscar relatos dos bastidores. Assim, optamos por um *corpus* composto por diferentes objetos empíricos: relatos autobiográficos, entrevistas e livros-reportagem baseados em depoimentos dos diretamente envolvidos em cada um dos episódios de vazamento de informação - de preferência, para cada episódio de vazamento, relatos feitos tanto pela fonte quanto pelos jornalistas envolvidos. Na falta disso, por pelo menos uma das partes.

Livros e entrevistas, tanto impressas quanto audiovisuais, apresentam mais de uma camada de significado: suas narrativas e suas materialidades, pelo menos, incluídas aí as características e exigências de serem produtos culturais comercializados. Foi, então, levando em conta a natureza dos objetos empíricos como objetos comunicacionais, que trabalhamos com as quatro entrevistas e os sete livros na pesquisa.

Biografias, autobiografias, relatos de vida - ou, o que a historiografia passa a chamar mais tarde de História Oral - enfrentaram um percurso cheio de altos e baixos como método científico (Motta, 2000). Formaram durante bastante tempo a base da historiografia dominante, calcada na História Política, focalizando instituições e datas ou reproduzindo a vida de figuras ilustres e heróis nacionais. Na década de 1960 tal perspectiva historiográfica começou a ser duramente criticada por estar reproduzindo uma história positivista, privilegiando o ato único e ignorando as forças estruturais na construção da realidade histórica (Motta, 2000). Ganham força as abordagens marxistas e estruturalistas e, mais tarde, a história social e a micro-história, privilegiando o cotidiano e as mentalidades em detrimento ao acontecimento. Além disso, situada na fronteira entre literatura e história, a biografia como método científico foi associada à

imprecisão e à subjetividade, produto para um público a quem só interessavam as intimidades dos biografados.

A recuperação de vários tipos de fontes, ampliando o campo do que se entende por documento histórico - dos textos e documentos principalmente oficiais para escritos de todo o tipo, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas e documentos orais - pode ser identificada com o surgimento da Escola dos Annales¹¹, em 1929 e, em sequência, a História Nova (Le Goff, 1998). Motta (2000), no entanto, data como a partir dos anos 1980 o momento em que as biografias produzidas no século XIX passaram a ser entendidas pela historiografia da mesma maneira que os monumentos, os arquivos, os símbolos e as comemorações, ou seja, como lugares onde a memória nacional se fixou (Nora, 1993). O próprio método biográfico estava sendo reposicionado nos estudos históricos: saindo de extremos para encontrar o seu lugar. Nem a ideia de que se podia contar a vida de um homem abstraído-se o quadro histórico, nem o determinismo que se seguiu em que as forças individuais eram consideradas irrelevantes. A biografia recuperava e deixava transparecer os complexos processos de elaboração e tomada de decisões (Motta, 2000). Assim, entender o contexto que permitiu a Edward Snowden, um jovem de 23 anos sem ensino superior, acesso a informações confidenciais tão sensíveis, ou entrever, pela narrativa de Manning, o papel que a impossibilidade de lidar com a trajetória de mulher trans dentro do exército representou em sua decisão de vazar informações, pode falar muito mais sobre a sociedade da época do que apenas descrever o surgimento de uma fonte jornalística.

Um outro aspecto, fundamental para o olhar comunicativo, deve ser levado em consideração: a narrativa; o ato de narrar algo ou narrar a si. Se a narração de um fato, ou de outrem, remonta à antiguidade, o ato de narrar-se é instaurado na modernidade, quando surge a ideia do indivíduo como *self*. Narrar-se, então, faz parte da necessidade de se construir - a si e ao mundo ao seu redor - em uma sociedade em que é preciso mais do que apenas pertencer a certa comunidade, tempo e lugar para fazer sentido. Mas toda narrativa implica em seleção, exclusão. Não poucas vezes, nas narrativas de si, implica em elaborações da memória ou em invenção pura e simples. Narrar-se, então, deve ser entendido como um ato performativo, um “ato autobiográfico” que entrega uma dupla verdade: a verdade que concerne ao sujeito autobiógrafo ao se dar significação e consistência, e a verdade histórica que concerne à modalidade pela qual,

11

Tendo como fundadores Marc Bloch, Fernand Braudel e Lucien Febvre.

naquele momento e lugar, o sujeito moderno consegue se dar consistência (Calligaris, 1988).

Além de autobiografias (nos casos de Edward Snowden, Chelsea Manning e Daniel Ellsberg) fazem parte do *corpus* da pesquisa os livros-reportagem de Luke Harding (a respeito do caso Snowden); Luke Harding e David Leigh (Cablegate e WikiLeaks); Leticia Duarte (Vaza Jato) e dos jornalistas alemães Bastian Obermayer e Frederik Obermaier (Panama Papers).

Nem literatura pura nem jornalismo estrito (tem a possibilidade de mesclar diferentes gêneros: interpretativo, investigativo e literário) o livro-reportagem foge das restrições impostas pelas rotinas produtivas de uma redação, mas se utiliza de procedimentos metodológicos sistemáticos do jornalismo, como a apuração, a pesquisa e o confronto de versões (Rocha; Xavier, 2013). A quase totalidade dos autores de livros-reportagem de sucesso no Brasil é proveniente, ou ainda atua, em órgãos midiáticos de referência, especialmente os impressos - um vínculo que os aproxima de seus potenciais leitores, que já conheceriam, de antemão, as capacidades desses profissionais (Maciel; Rocha, 2016).

Em um esforço pioneiro para conceituar o livro-reportagem, Lima o enxerga como um subsistema e um dos gêneros da prática jornalística (Lima, 1993, p. 55). Enquanto a notícia seria o catalisador para o jornalismo cotidiano, a grande reportagem ocuparia este papel em relação ao livro-reportagem. Desta forma, o livro-reportagem teria como função ir além do jornalismo diário, informando e orientando em profundidade. Outra diferença do livro-reportagem para o jornalismo diário - ou mesmo semanal - reside em sua temporalidade, ao abrir mão de duas características básicas do jornalismo: a atualidade e a periodicidade. Onde o jornalismo diário busca o furo, o livro-reportagem tenta escapar da efemeridade da imprensa cotidiana (Lima, 1993, p. 38).

Ao pesquisar a produção literária de repórteres em busca da formulação do conceito "livro de repórter", Marocco, Zamin e Silva (2019) identificam, desde os anos 1960, um crescimento exponencial no número de títulos de não ficção escritos por jornalistas. Na década de 1950, apenas um foi publicado. Na década seguinte, nove livros. Nas décadas seguintes o número é significativamente maior: 13, 29, 44, 89 e 50, publicados por jornalistas nos anos 1970, 1980, 1990, 2000 e no período 2010-2018, respectivamente. Note-se, no entanto, que estes números não dizem respeito apenas a biografias ou grandes reportagens investigativas, mas também a coletânea de crônicas ou relatos de viagem e descrição e crítica das práticas jornalísticas. Biografias, autobiografias e livros-reportagem - muitas a respeito de jornalistas famosos -

ampliam o escopo de fontes para o campo dos estudos do jornalismo. No entanto, é importante entender que são produtos da indústria cultural que respondem a demandas próprias (Romancini, 2005).

Também o são, em última instância, as entrevistas que fazem parte do *corpus* da pesquisa. Elas foram concedidas para periódicos ou sites jornalísticos, com enquadramento, ambientação e estrutura próprios deste gênero.

A entrevista jornalística pode ser considerada um procedimento de apuração ou mesmo um gênero próprio dentro do jornalismo - ou, ainda, um produto do *infotainment*, concedida sob os holofotes de um talk show, por exemplo (Caputo, 2006). Sodré (2006) afirma que ela sintetiza elementos dos princípios fundamentais de elaboração do texto jornalístico: a humanização, a vulgarização e a autoridade. A humanização tem o objetivo de estimular a simpatia e a emoção, para fazer o leitor compreender os aspectos não imediatamente evidentes de um acontecimento. A vulgarização diz respeito ao uso de exemplos, metáforas, parábolas etc., como forma de se aproximar da linguagem comum. A autoridade suscita o reconhecimento dos argumentos de autoridade, na medida em que prestigia a palavra do entrevistado, mas também o próprio discurso do veículo em que é transmitida.

A primeira entrevista jornalística de que se tem notícia foi publicada no periódico estadunidense *New York Sun*, em 1836, pelo repórter James Gordon Bennet com a proprietária de um prostíbulo, onde teria ocorrido um crime (Martinez, 2015). O gênero logo tornou-se popular, respondendo a uma demanda da época por um jornalismo desvinculado dos partidos políticos e da literatura – ou seja; da opinião e da ficção -, apresentando um novo regime discursivo calcado no que seria o “verdadeiro”. Neste novo paradigma, dar voz às testemunhas dos fatos é um dos recursos utilizados na busca por uma objetividade jornalística que Tuchman (1999) classifica como um “ritual estratégico”.

Marocco chama a atenção, ainda, para outro ritual. A ideia de que ecoaria, na entrevista jornalística, o procedimento da confissão, da forma como foi descrito por Foucault: um ritual que se desenrola numa relação de poder (Marocco, 2011, p. 107). Nesta perspectiva, o jornalista espera conseguir da fonte, na sua condição de testemunha, não só um relato verdadeiro dos acontecimentos, mas também que ela revele o que traz escondido em si.

A ideia da confissão levou Morin (1973) a cunhar a categorização de “neoconfissões” como uma das tipologias para a classificação da entrevista jornalística. O teórico francês fala em

uma “*striptease* da alma” ou confissão que vai além do superficial, da informação, colocando o jornalista no papel de um confessor. A confissão seria uma necessidade intensa em uma sociedade em que poucos se voltam para a religião (seja para um padre confessor ou em um diálogo direto com o criador) e, alega Morin, “somente os neuróticos se beneficiariam do neoconfessor, o psicanalista” (Mariano, 2018, p. 8).

Das entrevistas utilizadas como *corpus* na pesquisa, uma foi concedida a um jornal impresso e três são produtos audiovisuais, de telejornalismo. Podemos ver, nas entrevistas, modos de endereçamento próprios, que podem variar de acordo com a suposição de quem é a audiência, ou seja, a quem o produto se destina.

A ideia de endereçamento, como entendemos aqui, coincide com o que Gomes (2007) coloca como sendo aquilo que é característico das formas e práticas comunicativas específicas de um produto midiático, seu “tom”, seu estilo. Diz respeito ao modo como um programa de tv, por exemplo, tenta estabelecer uma forma particular de relação com sua audiência. Desta forma, a mesma notícia relatada em um telejornal no horário nobre, em um programa de auditório ou em um programa noticioso que enfatiza o crime e a ação policial têm endereçamentos distintos, buscando estabelecer relações com seus públicos próprios.

2.1 Os livros

1) Título: *Secrets: A memoir of Vietnam and the Pentagon Papers*

Daniel Ellsberg, 2003 / Primeira edição - 2002

500 páginas - edição em inglês, sem orelha. Todas as citações na pesquisa foram feitas a partir de uma tradução livre da autora.

O livro é dividido em quatro partes, além de um prefácio e um prólogo do autor. Na primeira parte, da página 48 até a página 169, conta a experiência de dois anos, anterior ao vazamento, de Ellsberg no Vietnã. Páginas internas trazem fotos em preto e branco do autor e de outros personagens importantes do episódio. Ellsberg não aborda sua infância ou adolescência; o livro se resume aos anos no Vietnã e aos períodos do vazamento e julgamento. A narrativa termina com o resultado do julgamento.

A edição consultada, de 2003, traz o selo de “American Book Award, 2003”, com 30 citações de diferentes órgãos de imprensa estadunidenses. As citações estão divididas pela capa, última capa e duas primeiras folhas internas. A imensa maioria foca apenas, ou principalmente, no aspecto político do vazamento, e na coragem da fonte. Pouquíssimos abordam a natureza da narrativa. Mas quando o fazem, usam expressões como “dramático”, “poderoso”, “hipnotizante” e “ritmo acelerado”.

2) Título: Os arquivos Snowden

Subtítulo: A história secreta do homem mais procurado do mundo

Luke Harding, 2014 / Primeira edição - 2014

279 páginas - edição em português

Na orelha os editores apresentam um livro “que conta os bastidores das ações de Edward Snowden e dos jornalistas que enfrentaram a pressão dos governos norte-americano e britânico para conseguir um furo histórico”. A apresentação dá mais ênfase ao caráter de *thriller* da narrativa (a expressão, inclusive, é utilizada) do que à natureza do vazamento ou suas implicações políticas. A intenção também se mostra no subtítulo do livro: “a história secreta do homem mais procurado do mundo”. O único comentário da imprensa vem na capa, feito por um colunista do *The Observer*, mas com a leitura bastante prejudicada pelo *lay out*. Apesar de ser focado principalmente no episódio do vazamento, e terminar com sua fuga para Moscou, o livro aborda um pouco a infância e adolescência de Snowden, formando um perfil da fonte.

3) Título: Eterna Vigilância

Subtítulo: Como montei e desvendei a maior rede de espionagem do mundo

Edward Snowden, 2019 / Primeira edição - 2019

286 páginas - edição em português

O livro, autobiográfico, conta, de forma cronológica, a vida de Snowden, desde a infância, até Moscou, focando - naturalmente - no episódio do vazamento. A apresentação na orelha é de Glenn Greenwald. Na última orelha os editores apresentam Snowden como atual presidente do conselho de diretores da Freedom of Press Foundation, e listam alguns dos prêmios que ganhou como ativista.

4) Título: Sem Lugar para se esconder

Subtítulo: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano

Glenn Greenwald, 2014 / primeira edição 2014

285 páginas – edição em português

O livro relata os primeiros contatos de Snowden, não levados muito a sério por Greenwald, e como o jornalista quase perde um dos maiores furos da história do jornalismo. Descreve o contato de Poitras e os dias em Hong Kong com a fonte. A maior parte do livro, no entanto, trata do conteúdo do vazamento em si: os programas de espionagem em massa dos Estados Unidos. Curiosamente, a única citação que aparece, na quarta capa, é a de uma crítica da revista *Newsweek* que não comenta o ato do vazamento ou a polêmica sobre a rede de vigilância estadunidense sobre seus cidadãos, mas ressalta a “fúria justiceira” do autor e classifica Greenwald como “uma das 10 opiniões mais importantes dos Estados Unidos”.

5) WikiLeaks: A guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado

David Leigh e Luke Harding, 2011 / Primeira edição 2011

336 páginas - edição em português

O livro se concentra na figura de Assange, na criação do WikiLeaks e no acordo de colaboração jornalística feito pelo site com os periódicos *The Guardian*, *Der Spiegel*, *The New York Times*, *El Pais* e *Le Monde*. Como o vazamento de Chelsea Manning foi, até agora, o mais importante feito pelo site, e causador de perseguição política e econômica sofridas tanto pelo site quanto pelo próprio Assange, o episódio é relatado em detalhes - do ponto de vista, principalmente, do *The Guardian* e seus jornalistas, especialmente o relacionamento com Assange. Quando o livro foi escrito, Manning estava presa, assim, não há declarações dela.

Na segunda parte do livro, são reproduzidos alguns dos telegramas vazados no episódio, com indicação do site para quem estiver interessado em ver a totalidade do material usado nas várias reportagens publicadas.

6) README.txt: a memoir

Chelsea Manning, 2022 / Primeira edição 2022

259 páginas - edição em inglês. Todas as citações na pesquisa foram feitas a partir de uma tradução livre da autora.

De todos os livros que fazem parte do *corpus* este é o mais pessoal. O próprio nome do livro permite mais de uma interpretação: README.txt (LEIA-ME. txt) é como se apresentam os arquivos de texto introdutórios para a explicação e uso de softwares; um texto tutorial. Efetivamente, ao vazar o material, Manning incluiu um arquivo de texto com orientações para os jornalistas. *Read me*, no entanto, pode também mostrar o anseio da autora de ser “lida”, reconhecida e compreendida. Também na apresentação - Nota do autor - Manning termina o texto dizendo: “este livro é um relato honesto do que eu testemunhei, do que eu vivenciei e do que eu senti”.

Ao contrário da autobiografia de Snowden, e dos elementos biográficos de outros livros, a história pessoal da fonte não é utilizada principalmente para compor um pano de fundo, ou deixar claras suas inclinações políticas. O processo pessoal de elaboração política que culminou no vazamento das informações para o WikiLeaks e o processo pessoal de elaboração em torno de sua identidade transgênero parecem entrelaçados em toda a narrativa. Não existe uma relação de causa e efeito entre eles, em nenhum nível - como inclusive tentou estabelecer o exército estadunidense - mas os dois são permeados pela questão da transparência, tornada mais angustiante em um ambiente onde a política oficial para o assunto era a do “Don’t Ask, Don’t Tell” (“Não Pergunte, Não Conte”). Na última orelha Manning é apresentada pelos editores como uma ativista da transparência (*transparency activist*).

Na quarta capa os comentários são a respeito da pessoa de Manning, e não do livro, assinados por Daniel Ellsberg; Laura Poitras e Chase Strangio, advogado norte-americano e ativista pelos direitos da pessoa transgênero. Diferentemente do que acontece nas outras autobiografias consultadas, em que o autor conta sua participação no exército, no governo ou na Comunidade de Inteligência Americana, o livro de Manning traz uma declaração do governo na primeira página:

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a política ou posição oficial do Departamento de Defesa ou do governo dos EUA. A liberação pública desta publicação pelo Departamento de Defesa não implica endosso do Departamento de Defesa ou precisão factual do material.

7) Título: *The Panama Papers*

Subtítulo: *Breaking the story of how the rich and powerful hide their money*

Bastian Obermayer e Frederik Obermaier, 2020 / Primeira publicação 2016

387 páginas - edição em inglês, sem orelha. Todas as citações na pesquisa foram feitas a partir de uma tradução livre da autora.

O prefácio do livro é escrito por Luke Harding, jornalista do *The Guardian* e autor de outros dois livros do *corpus*. Na primeira página estão algumas citações. A primeira, breve, é de Edward Snowden, que apenas diz ser aquele “o maior vazamento na história do jornalismo de dados”. Na capa, logo abaixo dos nomes dos autores, vem a informação de que foram os ganhadores de um Prêmio Pulitzer em 2017. Na última capa, outras três citações; uma delas de Bob Woodward, jornalista do caso Watergate.

Logo no início da narrativa os autores avisam: alguns diálogos transcritos, entre fonte e jornalista, foram levemente alterados para proteção da fonte. Apesar de reveladores, não são muitos os diálogos apresentados, como também ocupa um espaço menor a descrição da reportagem investigativa que durou mais de um ano. Servem - quase - como uma ilustração para o conteúdo realmente importante: os casos, transformados em reportagem, de como o escritório de advocacia Mossack Fonseca ajudava os ricos a esconderem a trilha do dinheiro.

Fora alguns comentários sobre a família, nos períodos da investigação, não há nenhuma referência à história de vida dos jornalistas.

8) Título: *Vaza Jato*

Subtítulo: *Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*

Letícia Duarte, 2020 / Primeira edição 2020

319 páginas - edição em português

O livro se divide em duas partes: na segunda, uma seleção de matérias publicadas pelo *The Intercept Brasil* durante a Vaza Jato. Como é dito na Nota dos Editores, nem “as melhores ou as mais importantes, mas aquelas que acreditamos ser fundamentais para um entendimento pleno do significado deste trabalho”. Na primeira, a reportagem de Letícia Duarte.

Querendo relatar os bastidores das reportagens, a equipe do *The Intercept Brasil* resolveu delegar a tarefa a alguém que não fazia parte do seu time editorial, mas que fosse “uma repórter

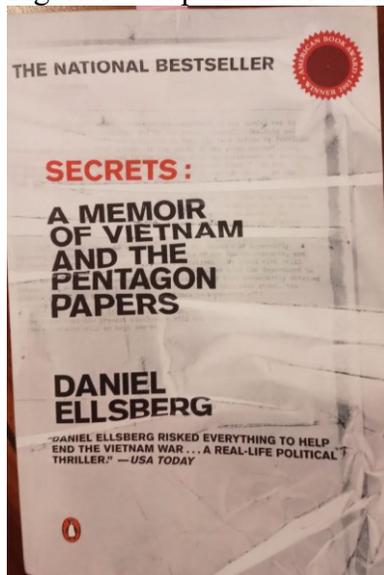
experiente”, como é dito na apresentação. Na capa, no entanto, a autoria fica dúbia: o nome da autora vem acima de “The Intercept Brasil”, como se fossem coautores. Essa “dobradinha” é repetida na lombada e na página interna, além do copyright.

2.1.1 Iconografia

Ao fazermos uma comparação iconográfica das capas, encontramos também alguns indícios de como as narrativas foram pensadas editorialmente.

Os editores dos livros *Secrets*, de Daniel Ellsberg; *Vaza Jato*, de Letícia Duarte, *Read.me*, de Chelsea Manning, *Sem lugar para se esconder*, de Glenn Greenwald, e *The Panama Papers*, de Obermayer e Obermaier, optaram por capas com composições gráficas, apenas.

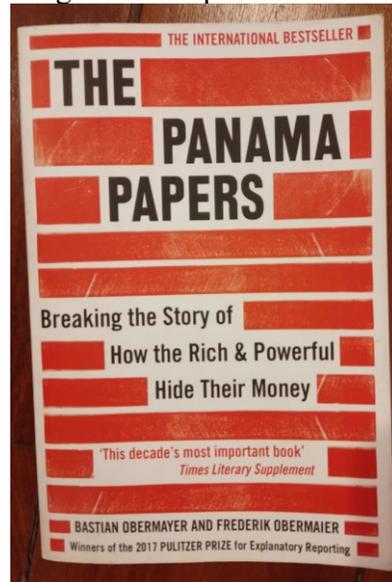
Figura 1 – Capa do livro *Secrets: a memoir of Vietnam and the Pentagon Papers*



Fonte: foto da autora

No primeiro, o tom é sóbrio: fundo branco e texto em preto, com apenas a primeira parte do título em vermelho. A imagem em que repousa o texto nos leva a uma outra época, em que eram relatórios eram escritos à máquina e documentos secretos eram xerocados. A composição mistura, no primeiro plano, papel ofício amassado e, ao fundo, e com pouca visibilidade, o que seria parte do estudo.

Figura 2 – Capa do livro The Panama Papers



Fonte: foto da autora

A ideia de encobrimento também é o que inspira a capa do livro sobre a empresa Mossack Fonseca: remete a um texto de relatório, fortemente censurado, com apenas alguns trechos à mostra. A intenção é reforçada ao abrirmos o livro, e encontrarmos o mesmo efeito em preto e branco. Na capa, no entanto, a opção por usar um vermelho-telha como cor para encobrir os trechos censurados pode remeter a outra leitura: uma parede de tijolos estilizada; a barreira encobrindo o dinheiro de poderosos no mundo. Essa noção se completa com um jogo de palavras em inglês. Logo no centro da capa, quase tão grande quanto o título, vem o subtítulo: “breaking the story of how the rich & powerful hide their money”. A expressão “breaking the story” significa, no jargão jornalístico, dar a notícia, dar o furo. O verbo “to break”, no entanto, quer dizer “quebrar”. De fato, os conjuntos de texto espalhados pela capa parecem estar abrindo buracos na parede de tijolos, por onde se poderia entrever a fortuna escondida.

Figura 3 – Capa do livro Vaza Jato



Fonte: foto da autora

A cor - no caso, o amarelo - também tem um uso importante na capa do livro sobre a Vaza Jato. Ao compor com o fundo preto as letras do título, de forma desencontrada, dá a ideia de tremor, um abalo sísmico supostamente produzido pela investigação. O preto e amarelo também evocam a interdição, como as fitas usadas pela polícia para isolar uma área. O efeito acompanha o subtítulo “os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil”. Na quarta capa, os comentários de cinco órgãos de imprensa (*The Washington Post*, *The Guardian*, *Le Monde*, *El País* e *Al Jazeera*) estão encapsulados em caixas de texto que imitam as mensagens trocadas por aplicativos de conversa pela internet como o Telegram, invadido pelo hacker. Essa estética é estendida ao miolo do livro.

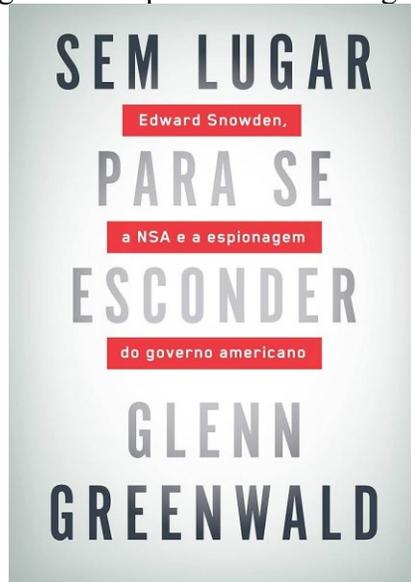
Figura 4 – Capa do livro README.txt



Fonte: foto da autora

A capa do livro de Chelsea Manning evoca claramente o universo digital. O fundo imita os pixels desencontrados de uma imagem digital que ainda não está completa. Nos remete a um dos vazamentos feitos por ela através do WikiLeaks: o vídeo Collateral Murder. O subtítulo - A Memoir - é grafado como o nome de um arquivo, abaixo de um ícone que remete a um arquivo de texto.

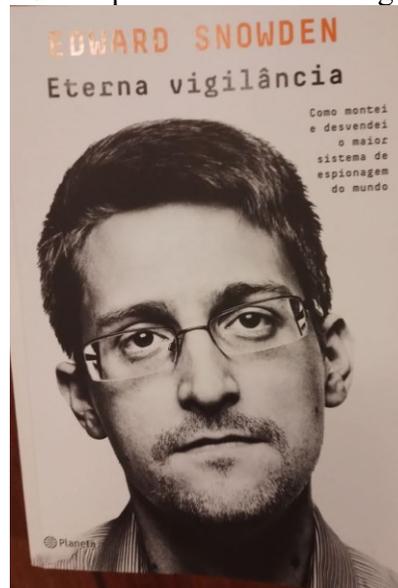
Figura 5 – Capa do livro Sem lugar para se esconder



Fonte: foto da autora

Assim como na capa do livro de Chelsea Manning e Ellsberg, a capa do livro de Greenwald traz o nome do autor com o mesmo peso do título do livro. As cores repetem as da capa de Secrets: preto e cinza com trechos em vermelho para ressaltar. Um efeito de luz no centro da capa faz relação com a ideia da falta de privacidade – ou da impossibilidade de se esconder. Como na capa do livro Panama Papers, o subtítulo vem em um layout que remete a trechos censurados de relatórios.

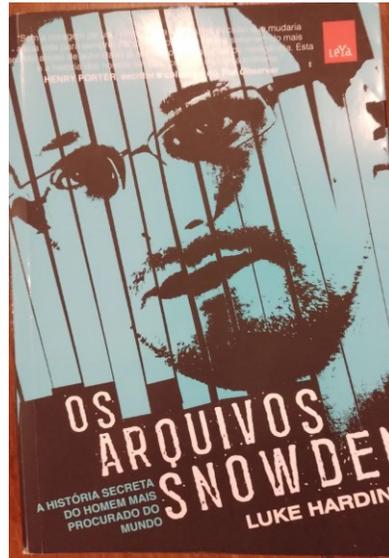
Figura 6 – Capa do livro Eterna Vigilância



Fonte: foto da autora

Dois livros sobre o caso Snowden trazem seu rosto na capa, mas de formas diferentes: na autobiografia a foto, em preto e branco, não tem efeitos, e seu semblante, um pouco triste, parece querer apresentá-lo como “bom-moço”.

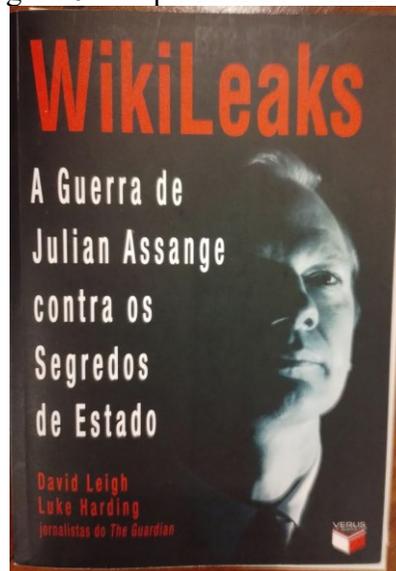
Figura 7 – Capa do livro Os Arquivos de Snowden



Fonte: foto da autora

A capa do livro de Luke Harding, ao contrário, busca transmitir o clima frenético de um livro de espionagem: as letras inclinadas denotam movimento, Snowden é apresentado em azul e preto, com efeitos de fragmentação, brilho e recortes - como uma imagem que possa desaparecer a qualquer momento.

Figura 8 – Capa do livro WikiLeaks



Fonte: foto da autora

Por fim, também o livro sobre Assange e o WikiLeaks traz, na capa, um tom pessoal, com a foto de Assange. O jogo de luz e sombra na foto azulada remete à dicotomia entre o escondido e o revelado - que permanece no subtítulo: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado.

2.2 As entrevistas

A fonte do episódio Vaza Jato, Walter Delgatti, não reuniu suas memórias em um livro. A opção escolhida para suprir esta lacuna foi utilizar entrevistas em vídeo. As entrevistas analisadas como parte do *corpus* desta pesquisa apresentam modos de endereçamento distintos, apesar de serem, as três, produtos audiovisuais jornalísticos. Também no episódio Pentagon Papers, recorremos a uma entrevista - do jornalista; a única encontrada sobre o assunto. A entrevista, concedida em 2015, só foi veiculada em 2021, no *The New York Times*, por ocasião das comemorações de 50 anos do caso.

A primeira entrevista de Walter Delgatti - fonte do episódio Vaza Jato - que integra o corpus, foi ao ar pela CNN Brasil - canal jornalístico transmitido em suas plataformas digitais e na TV por assinatura. A segunda foi veiculada no site 247, um portal de notícias que se apresenta como “progressista e democrático”. A terceira pode ser encontrada no Veja.com, site da revista semanal Veja. Todas as entrevistas foram acessadas via Youtube.

Nas três entrevistas Walter Delgatti está de terno e parece à vontade, respondendo às perguntas com simpatia e desenvoltura. As estruturas dos produtos audiovisuais, no entanto, são bastante distintas. Poderíamos dizer, em uma análise rápida, que a CNN privilegia o caráter jornalístico do produto; a TV 247 enfatiza a questão política da prisão de Delgatti e o Veja.com busca um estilo documentário, talvez buscando um público mais sofisticado. O endereçamento começa já nos títulos. O primeiro traz as expressões “Exclusivo” e “diz hacker à CNN”. O segundo traz apenas os nomes do entrevistador e do entrevistado, em uma espécie de equilíbrio

de forças. O terceiro centra-se exclusivamente na pessoa do entrevistado: começa com a citação de um desejo (quero ser deputado) e a razão de sua visibilidade (o hacker que vazou conversas da Lava Jato).

1) CNN Brasil

Título: “Exclusivo: Lava Jato queria prender Gilmar Mendes e Toffoli, diz hacker à CNN”
 Duração: 58 minutos (total) - Data: 21 dezembro 2020

A entrevista é apresentada por dois âncoras, e tem o formato tradicional dos telejornais.

Figura 9 – Frame da entrevista CNN (a)



Fonte: site CNN Brasil / Youtube

A reportagem abre com uma “cabeça” do repórter, contextualizando o episódio. Em seguida, mistura narração (de outra repórter, diferente) e alguns takes e sonoras de Delgatti nos momentos que antecedem a entrevista, como forma de aproximar o telespectador do entrevistado. O texto diz que “depois de quase um ano de negociação, ele aceitou dar uma entrevista exclusiva para a CNN Brasil”. A informação causa estranheza por vir em seguida a uma fala de Delgatti. O tom não é de quem negociou tanto para contar seus segredos; ao contrário, parece animado com a

situação, realizado: “eu nunca gravei, é a primeira vez na minha vida, eu nunca consegui uma entrevista”.

Figura 10 – Frame da entrevista CNN (b)



Fonte: site CNN Brasil / Youtube

O cenário da entrevista é tradicionalmente jornalístico: o entrevistador (um terceiro) também de terno, frente ao entrevistado, em uma sala neutra, e câmeras de *making of* mostrando a equipe principal realizando a reportagem. Não existe uma interação maior entre entrevistado e entrevistador do que as perguntas formais e as respostas. A entrevista, no entanto, não é apresentada corrida, está dividida, em pequenos pedaços, alinhavada por um longo off.

Figura 11 – Frame da entrevista CNN (c)



Fonte: site CNN Brasil / Youtube

2) TV 247

Título: Joaquim de Carvalho entrevista o hacker Walter Delgatti
 Duração: 1 hora e 48 minutos - Data: 16 fevereiro 2021

Figuras 12 e 13 – Frame da entrevista TV 247 (a) (b)



Fonte: TV 247/ Youtube

A entrevista foi feita virtualmente, com Delgatti no escritório do advogado, que está ao seu lado durante a apresentação. O entrevistador explica que isso é necessário porque uma das restrições impostas à Delgatti pela Justiça é a de que ele não pode acessar a internet. Como forma

de burlar essa medida, o acesso foi feito do escritório de seu advogado que, em seguida, sai do enquadramento da câmera.

Ainda no bojo desta explicação, o entrevistador deixa transparecer certa parcialidade em favor do hacker com comentários como “ele nao pode nem trabalhar nem de uber, se quiser” ou “não foi cassada a liberdade de expressão dele, isso já se tentou fazer na justiça, mas ainda há um pouco de democracia neste país” e “hoje é um personagem mundial, ele tem sido procurado por cineastas, por biógrafos porque a ação dele certamente vai mudar o sistema de justiça”. O site abriu chat para perguntas e comentários. Na descrição da entrevista, existe ainda um link para arrecadar fundos para Delgatti através de uma “vakinha” - um site de *crowdfunding*.

3) Veja.com

Título: “Quero ser deputado”, diz Walter Delgatti Neto, hacker que vazou conversas da Lava Jato.

Duração: 6 minutos e 15 - Data: 21 fevereiro de 2021.

Figuras 14 e 15 – Frame da entrevista Veja.com (a) (b)



Fonte: Veja.com / Youtube

Os primeiros segundos do vídeo já exibem elementos sonoros e visuais típicos do documentário: extremo close up, uso constante do *fade* como elemento de edição e trilha sonora marcante. A opção pelo dramático é clara, seja no áudio ou na escolha das imagens e falas de abertura - o segundo take mostra Delgatti mexendo na tornozela eletrônica. Não há narração e

a presença da entrevistadora é percebida apenas em algumas perguntas em off. A entrevista é toda composta pela fala da fonte, alinhavada por informações em cartelas com composição gráfica sofisticada, com foto e texto em preto e branco e detalhes em vermelho.

4) The New York Times

Título: “Now It Can Be Told: How Neil Sheehan Got the Pentagon Papers”

Por Janny Scott

Publicada em 7 de fevereiro, atualizada em 9 de fevereiro 2021

Publicada em inglês. Todas as citações na pesquisa foram feitas a partir de uma tradução livre da autora.

Figuras 16 e 17 – Reprodução do *The New York Times* (a) (b)



Fonte: The New York Times.com

Durante anos, o jornalista estadunidense Neil Sheehan se recusou a contar a história de

como tinha conseguido o estudo. Apenas em 2015 concedeu uma entrevista, com a condição de só ser publicada após sua morte, que ocorreu em janeiro de 2021. Em junho, o *The New York Times* republicou a entrevista, sob o título de “Agora pode ser contado: como Neil Sheehan conseguiu os Pentagon Papers”. Além da entrevista foram veiculadas diversas matérias em homenagem aos 50 anos do vazamento do estudo.

2.3 Quadro resumo

Quadro 3 – *Corpus* estudado

EPISÓDIO	NATUREZA	TÍTULO	AUTOR/ ENTREVISTADO
Pentagon Papers	Livro	Secrets	Daniel Ellsberg
Pentagon Papers	Entrevista / The New York Times	Now it can be told: How Neil Sheehan got the Pentagon Papers	Neil Sheehan
Cablegate	Livro	WikiLeaks: A Guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado	Davis Leigh e Luke Harding
Cablegate	Livro	README.txt	Chelsea Manning
O Caso Snowden	Livro	Eterna Vigilância	Edward Snowden
O Caso Snowden	Livro	Os Arquivos de Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo	Luke Harding
O Caso Snowden	Livro	Sem lugar para se esconder	Glen Greenwald
Panama Papers	Livro	The Panama Papers	Bastian Obermayer e Frederik Obermaier
Vaza Jato	Livro	Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil	Letícia Duarte e The Intercept Brasil
Vaza Jato	Entrevista / CNN Brasil	Exclusivo: Lava Jato queria prender Gilmar Mendes e Toffoli, diz hacker à CNN	Walter Delgatti
Vaza Jato	Entrevista / TV 247	Joaquim de Carvalho entrevista o hacker Walter Delgatti	Walter Delgatti
Vaza Jato	Entrevista / Veja.com	Quero ser deputado, diz Walter Delgatti Neto, hacker que vazou conversas da Lava Jato	Walter Delgatti

Fonte: autoria própria

3 INVESTIGANDO OS EPISÓDIOS I - A COLABORAÇÃO

Nesta seção e na próxima, exploramos as narrativas do *corpus* segundo os marcadores propostos para a investigação: Identidade da fonte; Dinâmica de Aproximação; Dinâmica de Colaboração; Motivação Alegada e Consequências. O texto relativo a cada marcador é subdividido conforme o episódio de vazamento, com o nome da fonte – e não do episódio – como título, uma vez que nosso interesse não reside no episódio em si, mas na fonte: as características que podem levá-la a ser uma fonte colaborativa ou protagonista; nas dinâmicas vividas com os jornalistas; nas motivações alegadas e nas consequências de seus atos. A divisão também tem o objetivo de tornar mais fácil comparar e identificar pontos em comum e aspectos únicos de cada fonte, ou cada dinâmica, assim como as motivações e consequências. Todas as informações factuais; as opiniões; relatos a respeito do estado de espírito; passado ou histórico familiar da fonte foram retiradas dos livros e entrevistas que compõem o *corpus*.

O primeiro marcador - Identidade da Fonte - é fundamental para formar tanto a fonte com características de colaboração como a fonte com características de protagonismo. As Dinâmicas de Aproximação e Colaboração, no entanto, referem-se mais diretamente à constituição da fonte colaborativa, enquanto os marcadores Motivação Alegada e Consequências dizem respeito a razões e situações que determinam o protagonismo. Assim, e para que não ficasse um texto demasiado longo, achamos adequado dividir a análise do *corpus* em duas seções, precedidas pela moldura teórica com a qual confrontamos as narrativas. Nem sempre foi possível manter algum tipo de uniformidade no espaço dedicado a cada marcador ou fonte, dada a variedade das circunstâncias - tanto das dinâmicas do vazamento, em si, quanto da composição das narrativas: alguns autores/episódios apresentavam uma história mais completa em fatos, dados e detalhes do que outros.

Nesta parte inicial do capítulo em que investigamos a Identidade da Fonte, a Dinâmica de Aproximação e a Dinâmica de Colaboração, elencamos as características de redacional (Hartley, 2000); (Deuze; Witschge, 2016) e midiaticizada (Hepp, 2014); (Hjarvard, 2014) da sociedade como fundamentais para a formação de fontes protagonistas e colaborativas, assim como a significância da literacia midiática (Ferrés; Piscitelli, 2012), (Regis; Timponi; Maia, 2012) em

nossa sociedade.

3.1 Uma sociedade midiaticizada e redacional

O surgimento de um tipo de fonte com disposição e habilidades para colaborar editorialmente com a imprensa, ou que permaneça protagonista de narrativas jornalísticas - por empenho próprio ou não - não acontece de forma descontextualizada de uma sociedade em que a presença da mídia é estruturante.

A midiaticização pode ser vista como um processo de longo prazo, não linear, um conceito usado para analisar a inter-relação entre as mudanças da mídia e da comunicação, por um lado, e a transformação social e cultural, por outro (Hepp; Hasebrink, 2015), (Hepp, 2014). Em uma sociedade submetida à midiaticização em um grau crescente, “as mídias são coprodutoras de nossas representações mentais, de nossas ações e relacionamentos com outras pessoas em uma variedade de contextos privados e semiprivados” (Hjarvard, 2014, p.23).

A midiaticização trata de um conjunto de fenômenos que mostram a profunda articulação - e não apenas o uso instrumental - entre as mídias e o cotidiano, alterando a forma como agimos, individualmente ou como sociedade. Uma articulação que envolve, especialmente, as lógicas das mídias digitais. A essa articulação, Sodr  (2002) prefere se referir como ordenamento; um ordenamento artificial em que a comunicação   entendida como processo informacional. Da  o que ele chama de “*bios* mediaticizado”, para conceituar a sociedade, uma vez que as mídias transformam a maneira como o indiv duo est  presente nela.

Em 1998 Thompson j  dizia que a recep o dos produtos da m dia deveria ser considerada uma atividade de rotina, uma parte integrante e constitutiva da vida di ria que se imbricava em outras atividades de forma complexa. Esse comportamento ganhou intensidade e novos contornos com o estabelecimento da internet como a base tecnol gica para a forma de organiza o da sociedade (em que a quantidade de informa o e a rapidez da circula o dos fluxos s o as principais caracter sticas) e com o desenvolvimento das tecnologias de comunica o m vel. N o apenas a *recep o* se imbrica a outras atividades do cotidiano hoje, mas a *produ o* e a *circula o* midi tica t m - tanto a produ o e circula o de conte do de

caráter particular (textos e fotos), como a produção e circulação de conteúdo informativo/jornalístico. Em 2016, a Pesquisa Brasileira de Mídia apontava a internet como o segundo meio mais utilizado pelo brasileiro para se informar, perdendo só para a televisão. Em 2022 uma pesquisa realizada pelo PoderData¹² apontava a preferência pela internet - 43%. Nos Estados Unidos, em 2010, por um estudo elaborado pelo Pew Research Center, mostrava que seis em cada dez adultos americanos (61%) recebem notícias online num dia normal, e 71% dos americanos recebem notícias online pelo menos ocasionalmente. Nos dois países os dispositivos móveis lideram como forma de acesso às notícias. No Brasil, no entanto, o celular é a principal forma de acesso à *internet* no país - entre as classes D e E 80% das pessoas dependem exclusivamente do celular para navegar. E navegar por onde? Aqui, também, o cenário se mostra em constante mudança. O Digital News Report 2023, do Instituto Reuters, mostrou como o conteúdo baseado em vídeo, distribuído através de redes como TikTok, Instagram e YouTube, está se tornando cada vez mais importante para as notícias, especialmente em partes do Sul Global, desbancando plataformas gigantes como Facebook.

De uma sociedade midiaticizada surge o que Hartley chamou de uma sociedade redacional (2000). Aqui, é importante explicar o uso do termo, não confundindo com o que normalmente chamamos de redator, em português. A ideia de uma sociedade redacional deriva do termo “redator” em francês, russo e alemão - que, como aponta o autor, significa “editor” naquelas línguas. Editar no sentido de preparar para a publicação, revisar, colocar em uma determinada forma. Logo, a maior característica de uma sociedade redacional não é a capacidade de produzir informações, mas a importância de selecioná-las, editorializá-las e apresentá-las de determinada forma. “Uma sociedade redacional seria aquela em que tais práticas editoriais determinam o que se entende ser verdade, e quais políticas e crenças devem ser seguidas a partir disso” (Hartley, 2000, p. 44).

Em seu artigo, Hartley analisa que neste novo ecossistema de circulação intensa de informações, o jornalista estaria bem-posicionado, sendo a pessoa a quem caberia usar suas habilidades de pesquisa, precisão, edição, organização e apresentação. Um cenário de fluxo ampliado de informações, demandando os serviços do que Bruns (2011) chamou de *gatewatcher*:

12

Reportagem acessada em outubro 2024; disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internet-e-principal-meio-de-informacao-para-43-tv-e-preferida-de-40/>

a curadoria de uma enorme quantidade de informações focalizando principalmente na republicação, divulgação e contextualização das notícias.

Ocorre que, como colocam Deuze e Witschge (2016), em uma sociedade altamente midiaticizada, não é suficiente para o indivíduo o acesso à informação ou à produção de sentido feitas por um profissional, decorrente das informações circulantes. As práticas editoriais são necessárias para qualquer pessoa, na era digital, e não podem ser consideradas algo exclusivo de um grupo profissional particular como jornalistas empregados em organizações jornalísticas. A *todos* é necessária a habilidade de pesar, peneirar e processar a grande quantidade de informações que recebe.

Ao contrário do que possa aparentar, no entanto, as habilidades e competências que os indivíduos mostram nos processos de recepção e de produção da informação podem variar de um grupo para outro, ou mesmo de uma classe para outra, já que são socialmente adquiridas. Uma vez adquiridas, tornam-se parte da maneira social de ser dos indivíduos e se revelam tão automaticamente que ninguém as percebe como complexas e sofisticadas aquisições sociais que são (Thompson, 1998). É preciso não perder de vista, portanto, o caráter político-social desta aquisição de habilidade.

3.1.1 A competência midiática

Se o processo de midiaticização da sociedade é constitutivo das fontes colaborativas e protagonistas, o que concretamente habilitou aquelas pessoas a colaborarem com jornalistas ou tomarem a frente desse protagonismo? Ou, em outras palavras: se estamos, como disseram Hartley (2000) e Deuze e Witschge (2016), em uma sociedade redacional, quais são as habilidades de que precisamos para nela existir e como as adquirimos?

A partir de 1970, a ideia de que as mídias - impressas ou não - se tornavam cada vez mais mediadoras entre o indivíduo e a sociedade fez surgir uma linha de estudos que ampliava o conceito de letramento para incluir a forma como assimilávamos os conteúdos midiáticos.

Os estudos de Comunicação, em determinado momento alinhando-se aos estudos da

Educação, forjaram diferentes expressões para traduzir conceitos mais ou menos convergentes a respeito da necessidade de analisar, compreender e estimular a capacidade do homem, enquanto sujeito, de interagir com a mídia de forma consciente e cidadã. Expressões como Media Literacy e Media Education foram se estabelecendo, enquanto no Brasil a ideia de Educação para os Meios, ou Alfabetização Midiática ia cedendo lugar ao conceito de Educomunicação (Soares, 2014) e Letramento Midiático (Do Amaral; Mendes, 2019).

Em 2009, Celot e Tornero traçaram um mapa conceitual definindo bases para a mensuração do letramento midiático da população nos países europeus, e dividiram em duas as dimensões envolvidas no processo: as competências individuais e os fatores ambientais. Por fatores ambientais, os autores entendem, principalmente, a disponibilidade da mídia e o contexto de letramento daquela população (ambos problemáticos no caso brasileiro, é sempre bom lembrar). Ferrés e Piscitelli (2015), por sua vez, propõem o conceito de Competência Midiática para o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes, enquanto a abordagem da UNESCO (2016) privilegia o conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), como novo construto da alfabetização. Todas essas abordagens trabalham no sentido de buscar a formação e o desenvolvimento de um repertório de competências e habilidades não apenas para usar dispositivos midiáticos, mas para compreender o fluxo de sentidos dentro de um ambiente midiático; todo um *modus operandi* do espaço social no qual as mediações simbólicas acontecem (Martino; Meneses, 2016).

Tais competências e habilidades não são, no entanto, apenas racionais; existe um processo de cognição que não se limita ao lógico. A complexidade dos processos de letramento na contemporaneidade pede outros olhares – é preciso pensar, por exemplo, as materialidades da comunicação. A mediação promovida por dispositivos como computadores, celulares, consoles de games etc., é não só multimodal, mas multissensorial. Aparatos digitais incorporam não apenas o uso de imagens, sons, músicas, mas também habilidades táteis e proprioceptivas (Regis; Timponi; Maia, 2012). Tarefas que executamos diariamente, como navegar na internet, jogar videogame ou assistir a um seriado na tv, implicam processos de busca, exploração e conexão de conteúdos. “Nesse contexto, os dispositivos técnicos também não são meras ferramentas ou extensões de habilidades humanas, mas reconfiguram de forma dinâmica e complexa o processo cognitivo” (Ferrés; Piscitelli, 2012, p.11 8).

Habilidades redacionais e letramento midiático e informacional são o que forjam fontes -

em maior ou menor grau - com possibilidades de colaboração ou protagonismo. Além de maior ou menor intimidade com as tecnologias de informação e comunicação, têm conhecimento dos protocolos e procedimentos jornalísticos / midiáticos, e se utilizam da mídia para divulgar sua versão dos fatos e permanecer visíveis. Ellsberg, na década de 1970, já fazia uso instrumental da mídia, indo a programas de tv e publicando artigos em jornais expondo seus pontos de vista, como funcionário da Rand Corporation. 50 anos depois, Chelsea Manning vivia e trabalhava com um grau sofisticado de uso da tecnologia, e relata que no final de seu julgamento, a esposa do seu advogado criou uma conta para ela no Twitter: “Eu vi isso como uma forma de responder a todas as pessoas que me escreviam, uma forma de contornar as restrições da prisão quanto ao tempo que eu tinha permissão para escrever cartas (Manning, 2022, pág. 238). Depois de passar meses presa na solitária, Manning voltava a se inserir na lógica de um cotidiano de interações midiáticas, desta vez entrando em uma rede social com forte caráter noticioso - o Twitter.

3.1.2 Fontes colaborativas

O que define uma fonte colaborativa é o seu nível de envolvimento com os jornalistas na rotina da construção da notícia. Este pode acontecer em duas frentes: no âmbito da compreensão dos fatos ou nas decisões relativas à investigação e divulgação deles.

Greenwald, por exemplo, conta que, no quarto de hotel em Hong Kong, onde encontrou Snowden pela primeira vez, às vezes ficava atordoado com o material - gráficos, tabelas, memorandos - apresentados pela fonte que, pacientemente, explicava cada um, contextualizando e relacionando as informações (Harding, 2014). Já John Doe, pseudônimo escolhido pela fonte do caso Panama Papers, apenas repassou o material gigantesco para os jornalistas alemães Bastian Obermayer e Frederik Obermaier. Mas, logo no início mostrou que não seria assim tão passivo: “Essa história pode se comparar com os documentos de Snowden, mas você está publicando em alemão. Você precisa se associar ao *New York Times* ou a um jornal inglês do mesmo calibre” (Obermayer; Obermaier, 2016, p. 18).

Além de existir em diferentes frentes, a colaboração entre fonte e jornalista pode se dar também em diferentes níveis. Podemos, desta forma, dizer que uma fonte é muito ou pouco

colaborativa.

É importante delimitar aqui o que chamamos de envolvimento da fonte na construção da notícia. Pode-se argumentar que toda fonte se envolve na construção da notícia na medida que, ao fornecer informações, já seleciona quais fatos e dados serão repassados ao jornalista. É verdade. Também é verdade que algumas fontes proativas - em especial assessorias de imprensa - às vezes “emplacam” não só o assunto que desejam ver divulgado, mas o próprio texto do release, que é republicado quase integralmente. Tais interferências, no entanto, são prerrogativas da ação da fonte, e não se constituem em um trabalho colaborativo. A fonte colaborativa atua *junto* com o jornalista, por imposição dela ou a pedido dele - por necessidade e conveniência.

O acesso e a relação do jornalista com a fonte, para a construção de notícias, fazem parte do que chamamos de práticas produtivas do jornalismo. A maneira como uma notícia é construída e narrada lhe dá um determinado sentido, e exerce influência, em algum grau, na maneira como os leitores vão entendê-la. Ao estudo desses caminhos, regras e práticas para a construção da notícia, dá-se o nome de newsmaking. (Martino, 2014). As pesquisas de newsmaking têm, geralmente, uma abordagem etnográfica, e conseguem identificar não apenas as continuidades, mas as rupturas nas práticas jornalísticas (Wolf; Figueiredo, 1987). Grandes vazamentos, por exemplo, foram fundamentais para redefinir a ideia do jornalista como “lobo solitário”, na medida em que forçaram - e mais: mostraram ser indispensável hoje - a prática da colaboração entre jornais. A colaboração internacional não é nova, mas vinha sendo feita de forma tímida e em casos de exceção (Freitas, 2016).

A perspectiva do newsmaking leva em conta, entre outros aspectos, os critérios de noticiabilidade, descritos por Wolf e Figueiredo (1987) como um conjunto de critérios que estabelecem a *aptidão* de cada acontecimento para ser transformado em notícia. Definida a noticiabilidade de um fato resta saber, dentre todos os que se têm à mão, *possíveis* de serem publicados, quais os mais *relevantes* para serem publicados. É onde entra o conceito de valor-notícia. Os valores-notícia estabelecem critérios para a seleção do material, e dizem respeito a quatro características: o conteúdo; a disponibilidade do material; o público e a concorrência. Destes, é a segunda que nos interessa: a disponibilidade do material.

Na rotina das redações, com a queda dos números de profissionais contratados e a instantaneidade da publicação de notícias, leva-se cada vez mais em consideração a facilidade e rapidez com que aquele evento pode ser coberto: o quão acessível o acontecimento é para os

jornalistas, o quão tratável é, tecnicamente, nas formas jornalísticas habituais. Por isso o autor destaca as fontes que fornecem material já facilmente inserido nas rotinas de produção. Os casos de grandes vazamentos estudados aqui mostram que, por estarem em uma posição de suprir deficiências de conhecimento técnico do conteúdo do vazamento, da parte dos jornalistas, fontes colaborativas podem tornar o evento mais acessível e disponível, aumentando seu valor-notícia.

Se a quantidade de informações disponíveis hoje na internet e a sofisticação dos dados vêm forçando o desenvolvimento de novas competências técnicas nos jornalistas e novas estratégias no jornalismo - como o jornalismo colaborativo internacional e a participação do público em atividades até então exclusivas dos jornalistas, por exemplo - também as fontes são submetidas aos mesmos processos, e vêm mudando. Freitas (2016) ao analisar o jornalismo colaborativo em tese de doutoramento, já apontava como, em cada um dos grandes casos de vazamento, “não só os jornalistas, mas também as fontes vão se qualificando para as investigações e o trabalho conjunto. E como, por meio de experiência própria ou busca de informação sobre coberturas anteriores, estão mais preparados para fazer escolhas individuais” (p. 118).

As novas tecnologias de informação vêm alterando também o perfil de quem pode ter acesso a informações sigilosas. Ao invés de figurões bem-posicionados na hierarquia da organização de onde se originaram as informações (Ellsberg, Mark Felt), muitas fontes hoje são significativamente mais jovens (os nativos digitais) e, ou não estão ligadas à organização (Delgatti), ou ocupam posições inferiores nelas (Chelsea Manning, Snowden), ligadas à área de tecnologia da informação. A alteração do perfil da fonte, no que diz respeito à idade, traz uma identidade geralmente mais ambientada com a produção e distribuição de informação, principalmente nas redes sociais. Nativos de uma era em que as barreiras para o fazer jornalístico estão cada vez mais tênues.

No entanto, se é verdade que os grandes vazamentos intensificaram e sofisticaram a prática do jornalismo colaborativo, não segue que fontes colaborativas são sempre “o outro lado do balcão”: elas podem existir também fora de um processo de jornalismo colaborativo. Da mesma forma, como mostra o episódio do Cablegate, nem toda fonte envolvida em um processo de jornalismo colaborativo detém as características necessárias para ser classificada de colaborativa; tampouco se pode dizer que todo hacker é fonte colaborativa - Walter Delgatti, fonte no caso Vaza Jato, por exemplo, não o é.

3.2 Identidade da fonte

Quem são as fontes que fizeram chegar às mãos dos jornalistas as informações secretas? O que elas têm em comum, e o que as diferencia? O que trazem de novo? E como estas diferentes características influenciam suas atuações e as forças que exercem no campo jornalístico?

A identidade da fonte é o primeiro dos marcadores propostos para o estudo das dinâmicas entre fonte e jornalistas. Ela vai determinar, em grande medida, todo o resto. Através deste marcador procura-se fazer um perfil da fonte não anônima (ou que tenha pedido anonimato, mas cuja identidade tenha sido posteriormente revelada); avaliar o poder de afetação da fonte sobre o conteúdo vazado e observar o modo de acesso às informações, incluídos a cópia, o armazenamento e o transporte dos dados.

Nos episódios estudados, a fonte do caso Panama Papers é a única que permanece anônima até hoje. Autointitulava-se “John Doe”, nome que os policiais estadunidenses costumam dar aos cadáveres sem identificação. Pela frequência e atualidade das informações passadas, a fonte parecia ter acesso às informações durante o período do vazamento. Já Edward Snowden, fonte do escândalo sobre a vigilância dos Estados Unidos; Chelsea Manning, fonte do caso *Cablegate*; e Walter Delgatti, fonte da Vaza Jato, tinham uma característica comum: a intimidade com a tecnologia.

As novas tecnologias de informação e comunicação vêm alterando o perfil das redações e o ecossistema jornalístico como um todo. Ao analisar a identidade das fontes nos episódios de vazamento escolhidos, vemos que também o perfil das fontes de vazamentos vem sofrendo mudanças decorrentes da tecnologização da informação. Muda o perfil das fontes porque muda quem tem acesso às informações: hoje, jovens recém-saídos da faculdade - ou nem isso - com alto grau de habilidade tecnológica, têm acesso a dados complexos e sensíveis. Daí decorre o fim de uma certa elitização no perfil das fontes - e essa parece ser a principal característica das fontes dos vazamentos digitais. Na época dos Pentagon Papers, apenas profissionais no topo da hierarquia tinham acesso a informações confidenciais. Esse era o perfil de Daniel Ellsberg (Pentagon Papers) e também de Mark Felt (Watergate): o primeiro trabalhou durante anos como analista no Pentágono, chegando a atuar como Assistente Especial do Secretário Adjunto de Defesa. O segundo ocupava o segundo posto mais alto do FB: Diretor Associado.

3.2.1 Edward Snowden

Era exatamente esse imaginário que ocupava a mente do jornalista do The Guardian, Glenn Greenwald, quando foi se encontrar com Snowden no saguão de um hotel em Hong Kong, em junho de 2013. “Eu pensei que ele devia ser um burocrata consideravelmente mais velho”, declarou ao jornalista Luke Harding (Harding, 2014, p.11). O nível de acesso privilegiado ao material ultrassecreto do qual a fonte parecia desfrutar e a sofisticação de sua análise política não prepararam Greenwald para o que ele encontrou - esperava ver algum veterano da cena política.

Ver que a fonte daquele espantoso acervo era um homem tão jovem foi uma das experiências mais desconcertantes que já tive. Minha mente começou a percorrer depressa todas aquelas possibilidades: seria aquilo uma espécie de fraude? Será que eu tinha perdido meu tempo indo até o outro lado do mundo? [...] Talvez fosse o filho de Snowden, pensei, ou então seu assistente ou namorado, que agora iria nos conduzir a ele. Todas as possibilidades imagináveis passaram pela minha cabeça, e nenhuma delas fazia sentido algum (Greenwald, 2014, p. 46).

O próprio Snowden reconhece que, apesar de delatores poderem surgir em qualquer nível de operação de uma instituição, a tecnologia digital inaugurou uma era em que “pela primeira vez na história registrada, os mais eficazes virão de baixo, das fileiras tradicionalmente menos incentivadas a manter o *status quo*” (Snowden, 2019, p. 204). Para ele, a dependência que qualquer organização descentralizada (a Comunidade de Inteligência incluída) tem dos computadores, faz com que as camadas mais baixas da hierarquia empresarial estejam cheias de tecnólogos cujo acesso legítimo a infraestruturas vitais não corresponde ao seu nível de autoridade - nem ao seu comprometimento com a instituição. Funcionários cujo acesso a informações vitais é totalmente desproporcional à autoridade para influenciar decisões institucionais.

Em outras palavras, geralmente há um desequilíbrio entre o que pessoas como eu pretendem saber e o que temos capacidade de saber, e entre o pequeno poder que temos para mudar a cultura institucional e o vasto poder que temos para mostrar nossas preocupações à cultura em geral (Snowden, 2019, p.204).

Snowden não tinha diploma superior, e sequer tinha terminado o ensino médio. Ainda assim, sua posição na Agência Nacional de Segurança, como um dos cerca de mil administradores do sistema, lhe dava autorização para acessar muitas informações confidenciais que mesmo outros usuários, com autorização de uso ultrassecreta, não podiam. Nascido em 1983, aos 22 anos recebeu a primeira autorização Top Secret da Agência de Segurança Nacional. “Ele podia abrir um arquivo sem deixar um rastro eletrônico. Ele era, nas palavras de uma fonte de inteligência, um “usuário fantasma” capaz de assombrar os locais sagrados da agência” (Harding, 2014, p.52).

Snowden relata em suas memórias que começou cedo a gostar de computadores. Aos sete anos viu seu pai trazer para casa um Commodore 64, um dos primeiros sistemas de computadores domésticos do mercado, e começou a programar de mentirinha. No ensino médio, começou a hackear como uma alternativa para a rebeldia adolescente: “era cool demais para praticar vandalismo e não tão cool para usar drogas” (Snowden, 2019, p.49). Começou hackeando jogos de computador, para obter mais “vidas”. Logo, estava entrando no site do Laboratório Nacional de Los Alamos, centro de pesquisa nuclear do país, e avisando aos técnicos do local sobre uma falha no sistema de segurança. “A maioria dos hackers, particularmente os jovens, buscava não lucro ou poder, e sim testar os limites de seu talento e qualquer oportunidade de provar que o impossível é possível” (Snowden, 2019, p. 53).

O *whistleblower* que - ironicamente - acabou exilado em Moscou, nada tinha de comunista, nem de longe. Em sua casa, no Havaí, Snowden tinha um adesivo na porta da frente: “A liberdade não é gratuita”, adornado com estrelas e listras - símbolos da bandeira estadunidense. Seu pai era oficial da Guarda Costeira dos Estados Unidos, libertário e conservador. Ardente defensor das liberdades individuais, Snowden defendia o porte de arma e, como outros hacktivistas, era um apoiador do político Ron Paul - cujas ideias se encontram bem à direita de muitos republicanos - tendo inclusive contribuído para sua campanha presidencial em 2012 (Harding, 2014). Mantinha um exemplar da Constituição estadunidense em sua mesa de trabalho, apoiada ao sempre presente Cubo Mágico: “Eu gostava de ler a Constituição em parte porque suas ideias são ótimas, e, em parte, porque a prosa é boa, mas muito mais ainda porque assustava meus colegas de trabalho (Snowden, 2019, p. 195).

Não era admirador de vazadores ou do WkiLeaks; ao contrário. Em 2009, como relatou ao jornalista Luke Harding, em um chat no *Ars Technica*, um conhecido website tecnológico,

Snowden (com o pseudônimo de TheTrueHOOHA) condenou o *The New York Times* por publicar uma matéria sobre um plano secreto israelense para atacar o Irã: “Que porra é essa NYTIMES? Vocês estão tentando COMEÇAR uma guerra? Jesus Cristo, eles são como o wikileaks...” (Harding, 2014, p. 30). Anos depois, o próprio Snowden fez questão de ressaltar a diferença deste episódio para o que ele tinha protagonizado: “A maioria dos segredos que a CIA possui é sobre pessoas, não sobre máquinas e sistemas, portanto, eu não me sentia à vontade com revelações que eu achava que poderiam colocar alguém em perigo” (Harding, 2014, p.33).

Copiar, armazenar e retirar os arquivos de sua base de operações no Havaí foi uma empreitada que pediu um certo planejamento. A fonte conta que usou cartões SD (Secure Digital), mini e micro, do tipo usado em câmeras digitais, mas muito menores. Algumas vezes, levava em um Cubo Mágico, um daqueles brinquedos em que cada face tem vários quadradinhos coloridos e você tem que ordená-los. A escolha do Cubo Mágico não foi aleatória; ele já era conhecido como o cara do Cubo Mágico, porque estava sempre mexendo nele enquanto andava pelos corredores. Chegou a comprar alguns e distribuir aos colegas de trabalho: “quanto mais as pessoas se acostumassem a eles, menos iriam querer olhar mais atentamente para o meu” (Snowden, 2019, p. 223).

Dá para colocar [o cartão] dentro de um quadrado do Cubo Mágico e depois colocar o quadrado de volta, ninguém notará. Em outras tentativas, levei o cartão na meia, ou, na maioria das vezes, paranoico, na bochecha, para poder engoli-lo caso fosse necessário. Com o tempo, à medida em que fui ganhando segurança e confiança em relação aos meus métodos de criptografia, eu simplesmente guardava o cartão no bolso (Snowden, 2019, p.221).

A distribuição dos cubos mágicos para os colegas foi uma das ações que mostra a personalidade metódica da fonte. Não deixou nada ao acaso, fosse na hora de copiar os arquivos, levá-los para casa, entrar em contato com os jornalistas e até mesmo na forma de evitar que as informações chegassem a mãos indesejadas: quando soube, em Hong Kong, que não teria asilo como refugiado, limpou os 4 notebooks que tinha em seu quarto e destruiu a chave criptográfica, o que significa que não conseguiria acessar mais nenhum documento, mesmo que fosse forçado a isso. Mas o planejamento parava por aí. Snowden garante que nunca se arrependeu de ter revelado sua identidade, mas que gostaria de tê-lo feito com um plano melhor para o que vinha a seguir: “na verdade, eu não tinha plano nenhum”.

3.2.2 Chelsea Manning

A fonte do episódio Cablegate, tinha, por um lado, um perfil muito semelhante ao de Snowden. Do pai, que passara cinco anos na Marinha trabalhando com sistemas de computador, Manning herdou o fascínio por tecnologia de ponta, o patriotismo e a crença fervorosa no serviço militar (Harding, 2011, p.35). Além disso, aos 23 anos tinha acesso a informações confidenciais graças a sua posição de analista de inteligência.

O governo minimizou o nível de acesso que eu na verdade tinha, para não parecer tão ruim. Na verdade, analistas de níveis inferiores cuja tarefa é filtrar as informações para preparar relatórios e análises acabam tendo conhecimento mais amplo, profundo e especializado do que pessoas mais acima da cadeia hierárquica (Manning, 2022, p.206).

A soldado abre seu livro de memórias com a frase “Preciso confessar: eu cresci extremamente online”. A interação com computadores não foi apenas uma coisa de adolescência, e tampouco somente como usuário. Pouco depois de ter aprendido a ler já começava, com o pai, a codificar. “No início não entendia direito, e simplesmente digitava exatamente o que o manual de instruções me dizia para fazer” (Manning, 2022, p.18). Mas com dez anos já estava imaginando e criando seus próprios jogos simples, como um esquiador ziguezagueando por uma montanha, ou seu primeiro site.

Compilar informações confidenciais e deixar a base militar estadunidense com elas não constituiu um grande problema para a fonte, que já tinha feito cópias de backup de trabalho. Em 8 de janeiro começou o processo de passar os DVD-RWs que tinha armazenado no trabalho para o seu laptop pessoal.

Transferi os arquivos para o meu Macbook Pro e depois para um cartão SD que pretendia levar na minha licença. Nós todos queimávamos tantas coisas em DVD-RWs diariamente - e saíamos com eles do SCIF, fosse para uso pessoal ou treinamento - que ninguém olhou duas vezes para mim (Manning, 2022, p.128).

Se olhassem, iriam ver arquivos rotulados com títulos como Taylor Swift, Kate Perry, Lady Gaga e Mannings Mix. Manning conta em suas memórias que tampouco os funcionários da

alfândega da Marinha, quando chegou aos Estados Unidos, criaram algum problema. Os documentos estavam em sua câmera como arquivos em um cartão de memória SD.

Ao examinarmos o relato da fonte, observamos que, no caso de Manning, não só a idade e posição ocupada na instituição, o acesso a informações sigilosas que esta lhe proporcionava ou sua habilidade com tecnologias digitais formam os aspectos mais relevantes de sua identidade como fonte. Dois outros aspectos são fundamentais: sua identidade hacker e sua identidade trans.

É impossível desvincular as questões de gênero pelas quais Manning passava naquele momento de suas motivações para o vazamento: a busca pela transparência. Hoje uma declarada ativista pela transparência, Manning entrou no Exército com sua identidade de nascimento, Bradley Manning, gênero masculino. Aos 22 anos, e lidando com um desconforto em relação a seu gênero desde muito cedo, Manning estava em uma instituição em que a política oficial, para esses casos, era “Don’t ask; don’t tell” ou seja: não pergunte; não conte. “Eu estava lutando com minha identidade de gênero e trabalhando dentro de um exército que oficialmente não permitia que pessoas como eu servissem às claras (Manning, 2022, p.4). Ao preencher os papéis de recrutamento, em vários pontos o texto mencionava que o Exército não perguntaria sobre sua identidade de gênero (que ele não deveria, inclusive, divulgar) e que ele não poderia envolver-se em atos homossexuais ou se casar com alguém do mesmo sexo.

A impossibilidade de viver sua própria identidade de gênero dentro do Exército - e a busca pela transparência - juntava-se a outro aspecto de sua personalidade: a identidade hacker. Manning conta que a internet discada entrou cedo em sua vida, por volta de 1993, quando começou a navegar por chats cheios de hackers intrometidos: “conversávamos sobre jogos e filmes em meio a perguntas sobre solução de problemas e dicas de codificação e sugestões de configuração de hardwares” (Manning, 2022, p.23). Pouco tempo depois começou a ler as ideias de Richard Stallman. “A comunidade de código aberto parecia um movimento” (Manning, 2022, p.25). Na prisão, quando conseguiu sair do pesadelo da solitária, Manning se correspondia com amigos hackers, que lhe enviavam livros de matemática e artigos de criptografia: “era a minha comunidade, o mundo hacker” (Manning, 2022, p. 241).

3.2.3 Walter Delgatti

No caso Vaza Jato, a fonte também se valeu de sua habilidade tecnológica para acessar informações, desenvolvida, segundo ela, de forma autodidata: “Eu não sou formado em TI, não fiz curso nenhum, mas sempre gostei, desde os 12 anos gostava de jogos, de computador, já trabalhei em lan houses” (Delgatti, 2021(a), 21’).

Já vimos como a tecnologia vem possibilitando outros perfis de fontes: mais jovens, e com baixas posições hierárquicas. Walter Delgatti nos traz mais um aspecto: é um exemplo de como as fontes de informações sigilosas e sensíveis hoje podem estar em lugares bem distantes dos envolvidos no vazamento. Distância não somente física, mas também em relação à possibilidade de afetação sobre o conteúdo vazado; ao contrário de Manning, Snowden, Ellsberg e, aparentemente, John Doe, que trabalhavam em contato direto com as informações vazadas.

O estudante de direito Walter Delgatti, de 30 anos, tinha o apelido de “Vermelho” em Araraquara, cidade de porte médio no estado de São Paulo, onde morava. Não por qualquer inclinação política, mas devido a seus cabelos e barba ruivos. Delgatti admite que não tinha interesse pela política: “Eu nunca votei. Desde pequeno, eu nunca votei. Sempre justifiquei meu voto” (Delgatti, 2021(a), 1’45).

Em 2015, como conta Delgatti, a polícia fez uma busca em seu apartamento apreendendo uma quantidade de comprimidos psicotrópicos - segundo ele, medicamentos para insônia e ansiedade que usava desde a infância. O caso teria ficado parado até 2017, quando o promotor do Ministério Público de Araraquara, Marcel Zanin Bombardi, o indiciou por tráfico de drogas (acusação da qual foi inocentado). Foi a partir do hackeamento deste promotor que Delgatti, mais tarde, chegou ao aplicativo de mensagem do promotor da Operação Lava Jato, Deltan Delagnol.

Apesar da imprensa apelidá-lo de “O hacker de Araraquara”, Delgatti não deixou transparecer, em nenhuma de suas entrevistas, um compartilhamento dos ideais políticos que caracterizam a identidade hacker - ele estaria mais perto de ser um “cracker” do que um hacker, de acordo com a definição de Stallman.

Se o estilo de vida, a ficha criminal e o passado nebuloso¹³ podem lançar dúvidas sobre o

13 Nas entrevistas do *corpus*, Delgatti relata seus problemas com a polícia apenas a partir da busca realizada em seu

caráter e a ética do estudante, sua posição como fonte, em relação ao caso da Vaza Jato, parece bastante clara. A se basear em seus depoimentos, Delgatti não tinha nenhuma ligação com as figuras envolvidas no vazamento; não chegou até ali intencionalmente (estava hackeando outra pessoa por outros motivos) e, apesar de apoiar a Lava Jato na época, afirmava não ter conhecimento qualitativo da situação – tanto jurídica, dos bastidores das Lava Jato ou política, das batalhas envolvidas.

3.2.4 John Doe

Ao ser perguntada, pelos jornalistas alemães, quem estava fazendo contato, a fonte do Panama Papers disse tratar-se apenas de “um cidadão preocupado” - em uma clara referência a Edward Snowden: foi assim também que Snowden se identificou para a documentarista Laura Poitras. A fonte, que procurou os jornalistas alemães Bastian Obermayer e Frederik Obermaier, autointitulava-se “John Doe”, nome que os policiais estadunidenses costumam dar aos cadáveres sem identificação. Os jornalistas avaliam, no entanto que, pela frequência e atualidade das informações passadas, a fonte parecia ter acesso direto, durante todo o período do vazamento, à totalidade da base de dados da firma de advocacia Mossack Fonseca, uma firma panamenha especializada em criar contas *offshore* para empresas de fachada (Obermayer; Obermaier, 2020, p.viii). A proximidade da fonte com a empresa fica clara em um diálogo em que a fonte declarou: “É assustadora a quantidade de atividade criminal que *acontece aqui*” (Obermayer; Obermaier, 2020, p.22 - grifo nosso). O material incluía registros de 214 mil empresas *offshore*, nomes de proprietários reais ou "beneficiários" e varreduras de passaportes, extratos bancários e cadeias de e-mail.

É bizarro. Quando olhamos nos arquivos, nos deparamos com e-mails trocados

apartamento em 2015. Uma reportagem do GI, no entanto, traz a informação de que Delgatti foi preso em 2015 por falsidade ideológica e investigado em 2017 por falsificação de documentos, além de ter “passagens por estelionato” Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/02/saiba-quem-e-walter-delgatti-netto-hacker-da-vaza-jato-presos-pela-policia-federal.ghtml>.

apenas alguns dias antes. É quase como se estivéssemos tendo acesso ao material da Mossack Fonseca em *real time*, como se estivéssemos dentro da firma de advocacia que presta serviços para tantos criminosos (Obermayer; Obermaier, 2020, p.50).

O acesso ilimitado e imediato da fonte às comunicações internas da empresa criava situações curiosas, como quando John Doe repassou a Obermayer e-mails com cópias de artigos deles publicados no *Süddeutsche Zeitung* sobre a Mossack Fonseca, ou mensagens trocadas internamente com comentários a respeito de jornalistas que tinham indagado sobre este ou aquele cliente. “Agora sabemos que o Panamá está lendo o que publicamos. Mas eles não sabem que estamos lendo seus e-mails” (Obermayer; Obermaier, 2020, p.50).

Se a fonte parecia estar no Panamá, a escolha de um jornalista do *Süddeutsche Zeitung* para seu contato pode ter sido motivada pela nacionalidade do principal executivo da firma Mossack Fonseca: Jürgen Mossack nasceu na Bavária, região no sudeste da Alemanha. A estratégia se provou correta.

Esse fato empurrou a história um pouco mais para o topo de nossas prioridades. [...] No mínimo, agora temos um gancho que chamará a atenção das pessoas: um alemão ajudou alguns dos piores criminosos e ditadores do nosso tempo a esconder seus rastros (Obermayer; Obermaier, 2020, p.26).

O episódio do Panama Papers mostra que, além da idade e posição da fonte dentro da hierarquia da empresa, e da possível distância – seja física ou pela falta de envolvimento direto com as informações – outra característica emerge nas fontes nesta nova era digital: não necessariamente a fonte tem conhecimento de detalhes, do todo que está sendo vazado. John Doe, por exemplo, vazava indiscriminadamente - não sabia de tudo o que estava entregando e nem poderia, dado o tamanho do material.

- Alguma novidade? Também: algum jornalista da África envolvido no projeto?
- Sim, vários
- E?
- Encontraram a irmã de Kabila [presidente da República Democrática do Congo], o filho de um ditador, inúmeros escândalos relativos a contratos de mineração, e petróleo. E o filho do Kofi Annan.
- O filho do Annan? Isso é uma brincadeira, certo?
- Não

- Ahnnnnn [gemido]. Eu não sabia dessa tampouco.... Isso é muito deprimente (Obermayer; Obermaier, 2020, p.196).

3.2.5 Daniel Ellsberg

Ao acompanharmos as narrativas da fonte do episódio Pentagon Papers, vimos que, ao contrário das outras fontes deste estudo, antes de vazarem os documentos para a imprensa Ellsberg tentou chegar a seu objetivo - o fim do envolvimento dos Estados Unidos na guerra do Vietnã - por caminhos oficiais. Caminhos que exigiam proximidade e posição hierárquica em relação ao conteúdo das informações e seu contexto. É que só uma fonte com o perfil tradicional – ou seja, uma pessoa na posição dele em relação ao poder de afetação sobre o conteúdo vazado – poderia trilhar com alguma segurança.

Formado em economia pela universidade de Harvard, Ellsberg trabalhava na Rand Corporation, uma ONG de pesquisa com foco nos aspectos militares da guerra fria. Em meados de 1964 foi chamado para trabalhar no Pentágono, pelo principal assessor para assuntos de segurança internacional do Secretário de Defesa, Robert McNamara. Ellsberg tinha o mais alto nível de liberação possível a um civil, um cargo que ficaria, em termos militares, entre um tenente-general e um major-general. A fonte afirma que se considerava um liberal em assuntos domésticos, mas realista e duro, apesar de equilibrado, quando se tratava de enfrentar a União Soviética (Ellsberg, 2003, p.25).

Em 1965 foi voluntário para servir no Vietnã como civil junto ao Departamento de Estado. Não foi sua primeira visita ao país em caráter oficial. Quatro anos antes, tinha feito parte de uma força-tarefa de alto nível do Pentágono. Ellsberg relata que, na época, precisou de menos de uma semana para ver que os Estados Unidos não seriam bem-sucedidos lá; opinião que repassou, informalmente, a seus superiores na Rand Corporation. De volta aos Estados Unidos, resolveu levar adiante sua avaliação: os Estados Unidos deveriam deixar o Vietnã. Naquele momento, “não era com o público em geral que eu queria falar. Era, ainda, com pessoas com determinados níveis de autorização, pessoas responsáveis por fazer ou aconselhar a política de segurança nacional” (Ellsberg, 2003, p.181). Tentou fazer com que o então Conselheiro Nacional

de Segurança e futuro Secretário de Estado do governo Nixon, Henry Kissinger, lesse o estudo. Entregou ainda, em mãos, o estudo completo ao presidente do comitê de Relações Exteriores do Senado, Senador William Fulbright. “Eu disse que tinha considerado a hipótese de levar os documentos à imprensa, e estava preparado para fazer isso, mas me parecia que as audiências do Congresso eram o melhor lugar para divulgá-los” (Ellsberg, 2003, p.326).

Antes do vazamento, Ellsberg resolveu levar suas opiniões à imprensa, ainda em caráter oficial. Publicou, junto com outros 5 integrantes da Rand Corporation, uma carta explicitando as razões pelas quais defendiam uma retirada imediata das tropas americanas do Vietnã, entregando-a aos editores do *New York Times* e, depois, ao *Washington Post*.

Ellsberg afirma em seu livro que nenhuma destas ações (entre outras tentativas) surtiram qualquer efeito – ou, pelo menos, não os efeitos esperados. De especialista, bem-posicionado hierarquicamente na burocracia governamental, tentando influenciar os tomadores de decisão, Ellsberg passaria então a fonte, vazando informações para a imprensa. Mas se a cópia e armazenamento do material foram fáceis para Snowden e Manning, na era dos vazamentos digitais, para Ellsberg, único representante dos vazamentos analógicos no *corpus*, não foi bem assim....

Daniel Ellsberg tinha em seu cofre, no escritório, os 47 volumes do estudo. Para repassar as informações contidas em suas 7.000 páginas, precisava fazer cópias. Em 1969, isso significava o uso de uma máquina xerox, de preferência particular. O trabalho começou a ser feito na pequena agência de publicidade de uma amiga de Tony Russo, colega de Ellsberg que, como ele, foi levado aos tribunais mais tarde.

Ellsberg fazia as cópias à noite, e cumpria seu horário na Rand Corporation durante o dia. Retirar as folhas das presilhas de metal, copiá-las uma a uma, reagrupá-las (foram feitos dois conjuntos de cópias, inicialmente), devolver as folhas para a encadernação.... a rotina, além de vagarosa, envolvia o uso de uma máquina que não era familiar ao analista. Ao descrever seus movimentos repetidos à exaustão, Ellsberg comenta:

Isso tudo é muito familiar hoje em dia, mas na época era uma tecnologia nova. Eu gastava alguns minutos colocando e levantando a tampa da copiadora, e não sabia por que isso deveria ser feito. Teria relação com a qualidade da cópia ou a luz era ruim para os olhos? Será que era muito brilhante? Como isso funcionava? Será que aquela luz verde estranha era algum tipo de radiação? Para andar mais rápido, finalmente resolvi fazer as cópias com a tampa levantada (Ellsberg, 2002, p. 302).

Entre a primeira e a segunda cópia de cada página havia ainda um processo que Ellsberg chamava de “desconfidencialização do documento”: duas faixas, no topo e no final de cada página, onde apareciam os selos de “Top Secret”, eram retiradas com a ajuda de uma tesoura. Folhas que eram copiadas com falhas, ou amassadas, eram juntadas para serem picotadas no dia seguinte, na Rand Corporation. Mais tarde, quando decidiu fazer outras cópias e entregar para diferentes jornais, além do *New York Times*, Ellsberg foi obrigado a recorrer a copiadoras comerciais, e guardar volumosos pacotes com partes do estudo na casa de amigos.

3.3 Dinâmica de aproximação

Historicamente, as fontes sempre tiveram duas maneiras de expor informações sigilosas que - acreditavam - deveriam ser de conhecimento de toda a sociedade: repassá-las para a imprensa ou para políticos, para que eles dessem a elas a visibilidade necessária. Hoje, a internet se estabeleceu como uma terceira via para o fluxo dessas informações - tanto através de sites de denúncia como o WikiLeaks quanto dentro das próprias redes sociais.

Analisar a dinâmica de aproximação entre fonte e imprensa nos mostra qual o caminho escolhido pela fonte e como se deu, ao final, a aproximação. As razões para essa ou aquela escolha variam: se algumas fontes se identificavam ideologicamente com o veículo ou jornalista contactado, outras estavam preocupadas com a segurança e a abrangência da publicação. Algumas dinâmicas de aproximação apresentam mais de uma etapa: a fonte ia a mais de um jornalista, ou começavam procurando políticos para só depois chegar na imprensa, ou, em outras ocasiões, os próprios jornalistas procuravam parceiros - sem esquecer a intermediação representada pelo WikiLeaks no caso de Manning.

Para além do relato sobre a dificuldade ou facilidade de acessar a imprensa, esse é um marcador que pode fornecer pistas para observar a relação da própria imprensa com os novos mecanismos de divulgação de informação. Também permite analisar o que Lisboa e Benetti (2017) chamam de credibilidade constituída e credibilidade percebida da imprensa: a primeira, a

credibilidade construída pelo veículo. A segunda, aquela atribuída pelo interlocutor.

A credibilidade percebida pelo público pode ou não estar de acordo com a credibilidade que o veículo procura construir. E para que a credibilidade seja um atributo efetivo de um veículo de imprensa, é preciso haver uma correspondência entre as duas. É verdade que, para que haja uma credibilidade percebida, é necessário que haja antes uma credibilidade construída, um *ethos*, como dizem as autoras. No entanto, e apesar de a credibilidade percebida pelo leitor sofrer influência direta da credibilidade constituída, não necessariamente estará fundada em todos os mesmos valores e princípios (Lisboa; Benetti, 2017).

É significativo, por exemplo, que, no movimento de se aproximar da imprensa, Snowden não escolheu exatamente jornalistas tradicionais: optou pela documentarista Laura Poitras e Glenn Greenwald, advogado, blogueiro e colunista do *The Guardian*. Em seu livro a fonte conta que, ao tentar selecionar os jornalistas, depois de algum tempo debruçado sobre vários nomes possíveis, resolveu deixar que o sistema que ele estava tentando expor fizesse o trabalho por ele: “decidi que meus melhores parceiros seriam jornalistas nos quais o Estado de segurança nacional já estivesse de olho (Snowden, 2019, p. 214).

Mais tarde, quando perguntado pelo jornalista do *New York Times*, Peter Maass, por que abordara Greenwald e Poitras, em vez de seu próprio jornal, Snowden respondeu:

Depois de 11 de setembro, muitos dos veículos mais importantes dos EUA abdicaram de seu papel como verificadores do poder - a responsabilidade jornalística de desafiar os excessos do governo -, por medo de serem vistos como antipatriotas e, assim, punidos no mercado durante o período de nacionalismo exacerbado. Sob a perspectiva profissional, essa era a estratégia óbvia, mas o que beneficiava as instituições acabou saindo muito caro para o público. Os principais veículos ainda estão apenas começando a se recuperar deste período frio (Snowden, 2019, p. 62).

Mais de 40 anos antes, no entanto, Ellsberg – como veremos – percebia o *The New York Times* como o jornal perfeito para seu vazamento, não só por suas características editoriais, mas por seu prestígio.

Como temos colocado, a tecnologia tem facilitado cada vez mais o acesso à informação. O que a tecnologia não garante, no entanto, é acesso à Imprensa: relacionamento, sim¹⁴. Assim como o acesso às informações, a facilidade de uma fonte em se aproximar da imprensa parece

¹⁴ Excetuando, como veremos, os casos de softwares próprios para vazamentos – e, mesmo nestes casos, com ressalvas.

também estar intimamente ligada a seu perfil. Snowden, Manning e Delgatti tiveram dificuldade para se aproximar de jornalistas. A conversa definitiva entre Ellsberg e Sheehan (Pentagon Papers), por outro lado, começou no porão da casa do jornalista, quando Ellsberg pediu para que ele o hospedasse por alguns dias em Washington. Nesta análise, John Doe se mostra como uma possível exceção: conseguiu contato imediato com jornalistas interessados em seus dados sem, possivelmente, conhecimentos prévios - até onde, pelo menos, sabemos.

A dinâmica de aproximação e a dinâmica de colaboração mostram o grau de preparação da fonte para a ação do vazamento. Manning foi obrigada a aproveitar a estreita janela de tempo que tinha, antes que sua licença acabasse, para subir as primeiras informações, em condições bastante adversas. Snowden, na outra ponta do espectro, planejou cuidadosamente durante anos sua ação.

A dinâmica de aproximação entre fonte e imprensa pode ainda ter momentos dignos de cinema - e alguns realmente foram parar na tela. Mark Felt - o Garganta Profunda - e o jornalista Bob Woodward (Watergate) tinham um código curioso: quando o repórter queria encontrar a fonte, movia de lugar uma bandeirola vermelha em sua varanda e Felt entrava em contato. Snowden usou o cubo mágico como senha para ser reconhecido no saguão do hotel, e Ellsberg chegou a se registrar em quartos de hotel com nomes falsos para encontrar o jornalista do *The Washington Post*.

3.3.1 Chelsea Manning

Manning, aos 23 anos na época em que começou a vazar material para o WikiLeaks, era apenas um soldado, trabalhando como analista de inteligência. A fonte afirma que o site não foi sua primeira escolha: suas investidas anteriores, tentando entregar o material para o *Washington Post* ou o *The New York Times*, não tinham sido bem-sucedidas.

Foi uma provação frustrante. Não confio no telefone, nem queria enviar nada por e-mail: poderia ser vigiado. Mesmo os telefones públicos não eram

realmente seguros. Entrei em redes de lojas - principalmente Starbucks - e pedi emprestado o telefone fixo deles, argumentando que tinha perdido meu celular ou que meu carro tinha quebrado. (Manning, 2022, p. 6).

Uma mensagem deixada no *The New York Times* com o número de Skype da fonte não obteve resposta. No *Washington Post* foi atendida, rapidamente, por um jornalista - mas, garante, sem resultado.

O repórter que contactei não entendeu o quão sensível era o material que eu queria expor, ou que eu só poderia fornecer a informação digitalmente e que não tinha tido tempo suficiente para estabelecer uma linha de comunicação segura. Eles também não usavam criptografia de ponta a ponta - isso foi antes que o Signal, um aplicativo de mensagens de texto totalmente criptografado e de fácil acesso, começasse a ser usado pela mídia (Manning, 2022, p. 6).

Manning relata em seu livro de memórias que ainda pensou em dirigir até a sede de uma outra publicação, a *Politico*, ao norte do estado da Virgínia. O plano era simples: entrar, pedir uma reunião e entregar, ali, na hora, o material. Mas era o último dia de sua licença, e uma nevasca de grandes proporções impedia a viagem. A solução foi oferecer ao WikiLeaks. Um plano que também apresentava certas dificuldades...

A internet gratuita na Barnes & Noble não é... rápida. Especialmente se você estiver em uma rede criptografada, executando *ping* em nós em todo o mundo para mascarar sua localização real e garantir o anonimato. Mas era o que eu tinha para trabalhar. Eu precisava carregar quase meio milhão de relatórios de incidentes e registros de atividades significativas (SIGACTS) que eu havia trazido comigo em um cartão de memória de Bagdá (Manning, 2022, p. 3).

A entrega do material ao WikiLeaks foi feita com algumas reservas: Manning temia que as informações não fossem levadas a sério, já que o site, na época, ainda era muito pouco conhecido. “Embora eu compartilhasse as reivindicações do WikiLeaks de um compromisso com a transparência, para os propósitos do que eu queria fazer era uma plataforma muito limitada” (Manning, 2022, p. 7).

Os primeiros arquivos a serem enviados para o WikiLeaks, em janeiro de 2010, foram os SIGACTs do Iraque e Afeganistão, uma compilação de atividades consideradas significativas pelos analistas. Manning frequentava *chat rooms* usando um aplicativo chamado IRC (*Internet*

Relay Chat). Ela acreditava que um deles, pelo menos, era frequentado também por integrantes do WikiLeaks. Foi aí que soltou o arquivo. Durante muito tempo nada aconteceu. Em fevereiro colocou no chat um telegrama que indicava que a Islândia se sentia ameaçada pelo governo inglês, com quem tinha uma dívida. A Holanda, outra credora da Islândia, pedia então ajuda aos Estados Unidos para resolver o impasse. Nesta época, Manning acreditava que o WikiLeaks estava sediado na Islândia, e iria se interessar. Ela estava certa. O telegrama foi publicado no site, o que significava que eles tinham também os SIGACTs. Mas o telegrama holandês não seria a última coisa que Manning iria enviar naquele mês.

O vídeo que mais tarde ficou conhecido como “Collateral Murder” mostra um ataque aéreo em julho de 2007, realizado por dois helicópteros Apache do Exército estadunidense, no distrito de Nova Bagdá, que resultou na morte de civis iraquianos e dois jornalistas da Reuters. A agência de notícias tinha pedido ao governo acesso ao vídeo, para saber como seus jornalistas tinham sido mortos - e só conseguiram uma versão editada de três minutos. Manning conta em seu livro que, inicialmente, tinha feito uma cópia do vídeo pensando em uma maneira de fazê-lo chegar à Reuters, mas quando WikiLeaks publicou o telegrama de Reykjavík, a soldado vislumbrou uma maneira mais rápida de fazer com que o episódio ficasse conhecido. Após enviar o vídeo, recebeu uma mensagem de alguém do WikiLeaks que se apresentava como “office”, e depois “preassociation”, com quem eventualmente começou a conversar, quase diariamente, através de um *chat* criptografado. Manning o apelidou de Nathaniel Frank, autor de um livro que tinha lido recentemente. Mas nunca soube com certeza quem era.

Ao longo do tempo, e pelo papel que ele desempenhou no *chat room*, eu entendi que era uma pessoa importante no grupo. Imaginei que fosse Julian Assange, ou talvez Daniel Schmitt (agora conhecido como Daniel Domscheit-Berg), outra figura central do WLO. Ou alguém que os representasse (Manning, 2022, p. 240).

O telegrama sobre a Islândia, os registros de guerra do Iraque e Afeganistão e o vídeo Collateral Murder foram divulgados pelo WikiLeaks isoladamente. No episódio dos telegramas diplomáticos - Cablegate -, excepcionalmente, a dinâmica de aproximação foi dupla: da fonte com o WikiLeaks e, mais tarde, a aproximação entre site e grande imprensa. Neste caso, a iniciativa foi do *The Guardian*.

O jornalista do *The Guardian*, Nick Davies, conta que em junho de 2010 procurou

Assange assim que soube sobre o vazamento de uma imensa coleção de documentos diplomáticos e militares. Assange estava sendo então procurado pelo governo estadunidense para impedi-lo de divulgar os telegramas vazados por Manning, e o jornalista queria convencê-lo de que a história teria mais impacto e significado se ele estivesse disposto a se aliar a um ou dois jornais “por mais tradicionais, covardes ou parciais que parecêssemos aos olhos de alguns hackers” (Leigh; Harding, 2011, p. 101). Além disso, Davies sabia que Assange estava desapontado com a recepção, pelo público, do vídeo *Collateral Murder*, divulgado de maneira solitária em Washington. Um terceiro ponto pesava em favor daquele acordo: a segurança, tanto da fonte quanto da própria história.

Assange disse que o WikiLeaks estava pronto para divulgar essas informações havia duas semanas, mas que hesitava porque, embora nunca tivesse revelado se Manning era realmente sua fonte, estava preocupado com as implicações legais para o jovem soldado (Leigh; Harding, 2011, p. 107).¹⁵

Davies e Assange conversaram sobre a possibilidade de incluir o *The New York Times*. A entrada de um jornal estadunidense traria uma garantia inexistente na terra da rainha: as histórias do WikiLeaks no jornal estariam protegidas pelas disposições sobre a liberdade de imprensa da primeira emenda da Constituição americana. E, é claro, pelo precedente da batalha histórica do *The New York Times* pelo direito de publicar os Papéis do Pentágono. O jornalista inglês acreditava que em hipótese alguma a administração de Obama atacaria o jornal democrata mais poderoso dos Estados Unidos.

¹⁵ Neste momento a soldado Manning já estava presa.

3.3.2 Walter Delgatti

Imprensa ou congresso? No caso Vaza Jato, a fonte acreditava também serem estas duas as instituições adequadas para o destino do que considerava informações sensíveis e importantes, que deveriam ser de domínio público. Entretanto, também como outras fontes antes dele, Delgatti nutria desconfiança em relação a ambas. E afirma ainda ter tentado entregar, sem sucesso, o material a outros jornalistas, que não o levaram a sério: “Eu chamava, falava que tinha arquivos da Lava Jato, conversas, e eles não acreditavam ou não davam bola” (Delgatti, 2020, 10’37”).

No fim, foi o poder legislativo, e não a imprensa, a primeira opção de Delgatti. Em seu livro-reportagem, Duarte (2020) relata que o primeiro contato foi feito em 12 de maio de 2019 com a ex-deputada federal pelo PC do B, Manuela D’Ávila. Mas a intenção era, na verdade, falar com o ex-deputado do PSOL, Jean Willys, que havia renunciado no início do ano alegando estar sofrendo ameaças. “Eu sabia que ele estava exilado em outro país. Eu pensei que como ele estava exilado, teria coragem de enviar isso a alguém (Delgatti, 2021(a),32’37).

Delgatti mandou mensagem para Manuela através da conta de Telegram do senador Cid Gomes. “Consegue confiar em mim?” A ex-deputada respondeu que sim, e no mesmo minuto veio a resposta:

Olha, eu não sou o Cid. Eu entrei no Telegram dele e no seu. Mas tenho uma coisa que muda o Brasil hoje. E preciso contar com você. Eu entrei no Telegram de todos os membros da força-tarefa da Lava Jato. Peguei todos os arquivos” (Duarte, 2020, p. 11).

Sem esperar resposta, começou a mandar prints de conversas aleatórias, incluindo documentos da força-tarefa *Greenfield*, que pediu a prisão de Temer em 2019, acusando-o de recebimento de propina de empresas do setor portuário. “Estou em todas as forças-tarefas” (Duarte, 2020, p.11).

O livro descreve um desconforto da ex-deputada com a necessidade de checar a veracidade das informações, com a forma com que elas foram conseguidas e as possíveis questões jurídicas envolvidas Manuela, então, teria orientado Delgatti a contatar a imprensa. Em um primeiro momento, a fonte foi contra.

O hacker não gostou da ideia. Disse que a maioria dos jornalistas estava “com eles”, os membros da força-tarefa da Lava Jato. “Eles manipulam a mídia, manipulam tudo”. Desapontado, ameaçou criar uma conta no Twitter e postar todo o material. “Melhor coisa. Desculpa incomodar”, ele escreveu, como quem retira a oferta (Duarte, 2020, p. 13).

Ainda assim, Manoela teria sugerido o jornalista Glenn Greenwald. Delgatti respondeu que podia ser, mas enfatizou que teria que ser alguém com coragem.

Eu estava tentando convencer o hacker a passar para outra pessoa. Então pensei: se ele for um hacker como diz que é, vai se sentir um Snowden. Se não for, o Glenn vai ter condições de me dizer. Tinha muito medo de que aquilo caísse na mão de alguém que levantasse as informações sem apurar, como espuma no vento” (Duarte, 2020, p. 14).

O diálogo relatado no livro mostra os dois caminhos tradicionais - através de políticos e através da imprensa - e o terceiro, mais recente, para uma fonte em posse de material sigiloso que pretende publicizá-lo: “por conta própria” na internet. A “terceira via” pode ser mais ou menos independente: através de sites que recebam estas denúncias, como o WikiLeaks ou apenas, como ameaçou Delgatti, “criando uma conta no Twitter para postar todo o material”.

Manoela conta que fez a ponte entre a fonte e o jornalista. “Obviamente eu estou interessado” (Duarte, 2020, p.16) disse Greenwald. No primeiro contato que fez com o jornalista, a fonte disse que era formado em direito e estava fazendo pós-graduação em Harvard - nenhuma das duas informações eram verdadeiras. Para Manoela, disse ainda que o app Telegram era mais seguro que o Signal para ele, porque “era amigo do fundador da Rússia (sic)” (Duarte, 2020, p.17). O traço um pouco megalomaniaco da fonte iria se confirmar ao longo do relacionamento entre Delgatti e Greenwald.

3.3.3 John Doe

“Aqui é John Doe. Interessado em dados? Ficaria feliz em compartilhá-los” (Obermaier; Obermaier, 2017, p.1). O jornalista alemão Bastian Obermaier diz que essas foram as primeiras

palavras que apareceram na tela de seu computador em uma noite de 2015. O texto logo captou sua atenção. Afinal, segundo o repórter, jornalistas investigativos são geneticamente programados para que (assim como os cães de caça) suas orelhas se ergam, imediatamente, em posição de alerta, ao som dessas palavras. O uso do termo “dados”, ao oferecer o material, foi ainda um sinal auspicioso para quem já lidou com todo tipo de fonte:

Você sempre pode identificar as piores fontes - ou as malucas, ou confusas - por seus e-mails. Às vezes, pessoas malucas têm boas histórias, mas são a exceção e não a regra. A vantagem dos dados é que não se acham importantes, ou são verborrágicos. Não têm uma missão e nem querem te enganar. Simplesmente estão ali, e você pode checar (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 2).

Um outro bom sinal foi que a fonte não tinha pedido dinheiro. Mas insistia em ficar anônima. Jornalistas normalmente preferem conhecer suas fontes, para avaliá-las e entender seus motivos. “Mas eu poderia viver com aquelas condições” (Obermayer; Obermaier, 2017, p.3).

Obermayer e Obermaier pareciam oscilar entre a confiança nos dados e a desconfiança em relação à fonte. Apesar de admitir que, naturalmente, preferiam saber bem mais sobre a origem dos dados, garantem, em seu relato, que isso não era crucial. “O que é crítico é que os dados são autênticos e socialmente relevantes e, depois de muita checagem e contra-checagem, sua autenticidade é inquestionável” (Obermayer; Obermaier, 2017, p.63). Ainda assim, as dúvidas permaneciam: “quem poderia estar interessado em nos pregar uma peça? Quem poderia nos armar uma armadilha, e como? Como poderíamos testar a confiabilidade de nossa fonte?” (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 64).

Ao ser perguntada como enviaria os dados, a fonte impôs condições: só conversar através de chats criptografados. Sua vida estaria em perigo se tivesse a identidade revelada. Nenhum encontro, nunca. E garantiu que o jornalista entenderia quando visse o quão sensíveis e perigosas eram as informações que seriam repassadas. A extensão do que seria o vazamento poderia ser desconfiada pelas palavras que se seguiram. Depois de estabelecer suas condições, garantiu ao jornalista: “a escolha das reportagens, naturalmente, é sua” (Obermayer; Obermaier, 2017, p.3).

O que foi um problema para Greenwald em 2012, já era normal em 2015 para Obermayer: ao ser requisitado, o jornalista imediatamente mandou para a fonte seus contatos para uma comunicação criptografada (Obermayer; Obermaier, 2017, p.3). Mas a fonte tinha outra exigência a fazer, desta vez, uma exigência editorial – sua única:

Essa história pode se equiparar aos documentos vazados por Snowden em importância, mas você está publicando em alemão. Você precisa de uma parceria com o *New York Times* ou um outro jornal de língua inglesa do mesmo calibre (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 8).

Bastian Obermayer e Frederik Obermaier argumentaram que seu jornal, o *Süddeutsche Zeitung*, tinha um histórico de trabalho em investigações difíceis e parcerias com o *The Guardian*, o *Washington Post* e a *BBC*. Ainda assim, prometeram à fonte que trariam o *The New York Times* a bordo, mesmo sem terem muita certeza de que conseguiriam. Os jornalistas relatam que procuraram o diretor do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos que, depois de receber algumas amostras, concordou em ir até Munique para avaliar o material. O que se seguiu, nas palavras de Luke Harding, que prefacia o livro de Obermayer e Obermaier, foi “um ano inteiro de uma colaboração jornalística secreta e emocionante entre mais de oitenta países” (Obermayer; Obermaier, 2017, viii).

3.3.4 Daniel Ellsberg

Ellsberg recorda, em seu livro, que em outubro de 1969, quando levou os primeiros volumes do estudo, não sabia quanto tempo levaria para copiar cada um, ou o quanto seria capaz de copiar antes da história vir a público. A preparação para o vazamento, se levou muitos – e intensos – meses (mais de um ano), resumiu-se a copiar o estudo e encontrar um lugar para guardá-lo.

Ainda não tinha ainda pensado sobre quando ou como iria divulgá-lo. Mas a fonte sabia que queria o estudo reproduzido – senão na íntegra – o mais extenso e fielmente possível. Quando tomou a decisão, o *The New York Times* pareceu a escolha óbvia: “era o único jornal de registros, que publicava discursos e entrevistas coletivas em sua totalidade. Nenhum outro jornal faria isso. Era o único que publicaria o estudo em sua íntegra, e tinha prestígio bastante para se sair bem” (Ellsberg, 2003, p. 365).

Ellsberg conhecia o jornalista Neil Sheehan, o responsável por cobrir o Pentágono para o

New York Times. Na verdade, já tinha vazado outros segredos para ele em 1968. Exatamente por isso, procurou ficar distante do repórter nos anos seguintes (Ellsberg, 2003, p. 366). Mas, aparentemente, seria ele de novo o contato. A fonte dos Pentagon Papers - que morava na Califórnia - conta que, uma noite em que estava em Washington, em março de 1971, ligou para Sheehan perguntando se poderia pernoitar em sua casa. Uma conversa sobre crimes de guerra deixou claro que o jornalista acreditava que os Estados Unidos poderiam ter cometido crimes de guerra no Vietnã, e que o envolvimento do país com o Vietnã tinha sido um terrível engano. Ellsberg relata que os dois ficaram conversando até de madrugada, e quando descreveu para ele o estudo, Sheehan ficou interessado. Não podia garantir que o *The New York Times* ia usá-lo, mas achava que sim. Combinaram um segundo encontro.

Apesar de nunca ter sido publicado antes, nem mesmo trechos, a existência do estudo não era um segredo quando o *The New York Times* começou a divulgá-lo. Cinco dias após falar com Sheehan, o *Boston Globe* publicou uma matéria com o título: “Apenas 3 leram o relatório secreto sobre a Indochina; todos pedem uma retirada rápida” (Ellsberg, 2003, p. 369). A matéria era fruto de uma conversa que Ellsberg tivera com um repórter do jornal dez dias antes, a respeito de um artigo que a fonte tinha publicado no *New York Review of Books*. De uma conversa que durou mais de uma hora sobre a política externa de Nixon, a menção ao estudo não tinha ocupado mais do que dez minutos. Era a primeira vez que o estudo era mencionado na imprensa.

A fonte no caso Pentagon Papers afirma em suas memórias que tinha duas reivindicações em relação a como a imprensa deveria agir quando procurou o repórter do *The New York Times*: primeiro, que o jornal pretendesse de verdade publicar o material. Segundo que fosse uma grande reportagem - não apenas uma matéria, ainda que com destaque, mas que pudesse se estender o bastante para fazer jus ao material. Fora isso, sabia que não poderia exigir qualquer “garantia contratual”.

Neil pediu uma cópia do estudo para avaliar o interesse do jornal. Ellsberg disse não. Tinha medo de que alguma coisa vazasse antes de ter obtido um compromisso de algum veículo com a publicação do material. “Eu estava preparado para deixá-lo ver os documentos o quanto quisesse. E para fazer anotações. Mas eu não o deixaria fazer uma cópia ou levá-lo ao jornal” (Ellsberg, 2003, p. 373). Dar uma cópia a Neil significava perder todo o controle sobre o material. Em termos práticos, o *The New York Times* poderia, a partir desse momento, publicar do jeito que quisesse.

Para Sheehan, essa ideia era absurda; o jornalista tinha pressa, e acreditava que o problema era a fonte: “porque quando o *Times* estivesse de posse do material, o *Times* iria em frente com isso. E quando fosse divulgado, ele poderia ser pego. E ele não tinha um político para protegê-lo.” (Sheehan, 2021). As impressões do jornalista do episódio Pentagon Papers, que por anos se negou a falar sobre o episódio, só foram conhecidas muitos anos depois. Em janeiro de 2021, o *The New York Times* publicou uma entrevista em que Sheehan conta como conseguiu os documentos - entrevista concedida em 2015 com a condição de só ser publicada após sua morte.

Sheehan argumenta que Ellsberg estava assumindo sérios riscos, tinha perdido o controle e estava dividido: queria expor o estudo, mas tinha medo de ser preso. O jeito encontrado pelo jornalista para burlar essas limitações teria sido então fazer uma cópia da chave do apartamento que Ellsberg tinha lhe dado, para que pudesse consultar o material à vontade. Um final de semana, quando ele sabia que Ellsberg estaria fora de casa, Neil entrou no apartamento e - ajudado por sua mulher - fez uma cópia do material (Ellsberg, 2003, p. 375). O fato não é negado pelo jornalista, que se justifica: precisava agir rápido. Tinha medo de que o governo ficasse sabendo e fosse à justiça para impedir a publicação.

Eu conhecia Ellsberg há muito tempo e ele pensava que eu estava operando sob as mesmas regras normalmente usadas: a fonte controla o material. Ele não percebeu que eu havia decidido: esse cara é simplesmente impossível. Você não pode deixar isso nas mãos dele. É muito importante e é muito perigoso (Sheehan, 2021).

Sheehan achava que Ellsberg tinha sido descuidado, usando cheques pessoais para pagar as cópias que fez e abordando membros do Congresso, deixando “rastros no teto, nas paredes, em todos os lugares. De jeito nenhum o *Times* vai poder proteger esse cara”, pensou Sheehan.

Mais cedo ou mais tarde, tive medo de que ele encontrasse um político que fosse direto ao Departamento de Justiça, disse Sheehan. Essa pessoa iria ligar para o procurador-geral e dizer: ‘Ei, O *The New York Times* tem algum tipo de grande estudo secreto, eles conseguiram com Dan Ellsberg’ (Sheehan, 2021).

A fonte admite, em seu relato, que a questão da exclusividade nunca foi discutida claramente com o jornalista, mas entendia que estava implícita, e estava *ok* com isso. Uma vez que os editores aceitassem suas condições, estava bom para ele: “eles podiam não ter me tratado

como um parceiro, mas eu admirava a coragem deles, e era grato, tanto como cidadão quanto como ativista” (Ellsberg, 2003, p. 389).

Quando o governo decidiu entrar na justiça para proibir o *The New York Times* de continuar publicando o material, Ellsberg mudou de ideia: era preciso aproveitar o *momentum* e não deixar o assunto morrer. A entrega do material para o *Washington Post*, como mostra o livro, teve lances de filmes de espionagem, com nomes falsos, quartos de hotel e telefonemas cruzados para cabines públicas. Ellsberg fez três exigências: não ser citado como a fonte, não reproduzir dados sensíveis dos telegramas publicados que pudessem ameaçar revelar códigos secretos e - a condição que o jornalista menos gostou - entregar, em Washington, uma cópia do material ao senador do Alaska Mike Gravel, para que ele pudesse - se conseguisse - apresentar o material no Congresso. Ellsberg ainda acreditava na via política.

A partir daí, Ellsberg continuou a divulgar o estudo para outros jornais. O que não foi difícil, e nem precisou de qualquer negociação.

Quase todos os grandes jornais queriam participar - o que é impressionante, dadas as ações legais sem precedentes e a evidente fúria do governo - e nenhum dos que abordamos recusou a oportunidade. Depois do *Washington Post* o *Boston Globe* era uma escolha óbvia, não tanto porque era o jornal local, mas porque tinha sido um dos primeiros e um dos mais veementes a se opor à guerra. (Ellsberg, 2003, p. 396).

Em 24 de junho, os onze jornais da cadeia de *Knight Ridder* publicaram matérias simultaneamente ao *Los Angeles Times*. Mas a divulgação do estudo ficaria restrita à imprensa escrita: Ellsberg descreve a falta de interesse das emissoras de TV pelo relatório - mesmo partes inéditas dele. Apesar de estarem dedicando metade de seus noticiários do horário nobre ao embate entre jornais e governo, NBC e ABC disseram não. CBS também, mas depois de muito hesitar, e com um motivo forte: já estava com sua própria guerra particular com o governo a respeito de um documentário sobre o trabalho de relações públicas dos militares (Ellsberg, 2020).

Por esse motivo, quando todas as três emissoras pediram entrevistas a Daniel Ellsberg, no período em que ainda estava escondido, ele escolheu a CBS. A entrevista seria feita pelo jornalista e âncora do telejornal da emissora Walter Cronkite, conhecido como “o homem mais confiável da América”. Na apresentação, Cronkite se referia a Ellsberg como “a mais provável fonte do vazamento dos papéis”. “Mas eu ainda mantinha minha posição de apenas comentar o

estudo, e não assumir o papel de fonte” (Ellsberg, 2020, p.400).

3.3.5 Edward Snowden

Snowden conta em suas memórias que, quando decidiu se tornar um delator, tinha em mente um exemplo próximo, um exemplo que ele *não* queria seguir. Thomas Drake, veterano da Força aérea e da Marinha dos Estados Unidos, era um executivo da NSA. Depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, começou a questionar os programas secretos da agência de combate ao terrorismo. Seguiu todos os canais protocolares, queixando-se primeiro a seu chefe, testemunhando junto ao inspetor geral da NSA, ao Pentágono e diante de comissões congressionais de supervisão da Câmara e do Senado. Finalmente, frustrado, foi ao *Baltimore Sun*. Drake foi processado e condenado a 35 anos de prisão. Após 4 anos foi posto em liberdade condicional, quando se declarou culpado de uma contravenção menor e o governo retirou as queixas. Snowden não esqueceria: “O sistema não funciona” disse ele em entrevista a Luke Harding. A razão era simples: “Você tem que denunciar o delito aos seus principais responsáveis” (Harding, 2014, p .46).

A fonte resolveu então entrar em contato de forma anônima com jornalistas interessados em liberdades civis. Laura, porque Snowden sabia que ela se preocupava com a política externa estadunidense, tendo feito já documentários sobre isso. Era também constantemente assediada pelo governo. Greenwald porque era conhecido por ser um advogado de causas de liberdades civis, “um homem cético e argumentativo, do tipo que brigava com o diabo, e quando o diabo não estava por perto, brigava consigo mesmo” (Snowden, 2019, p. 214).

Em dezembro de 2012, Snowden fez o primeiro contato com Greenwald. O e-mail começava dizendo: “A segurança das comunicações das pessoas é muito importante para mim” (Greenwald, 2014, p. 17). O remetente queria que Greenwald instalasse um programa de criptografia em seu laptop, e se ofereceu para ajudar. Greenwald conta que ele chegou a mandar um passo a passo para o jornalista, três dias depois. E jogou uma isca: “Há pessoas por aí com quem o senhor adoraria conversar, mas que nunca vão poder entrar em contato a menos que saibam que suas mensagens não poderão ser lidas em trânsito (Greenwald, 2014, p. 18). Para o

jornalista, havia dois problemas: a sua falta de intimidade com tecnologia – “sou basicamente um analfabeto em tecnologia”, disse em 2014, em depoimento a Luke Harding (Harding, 2014, p.58) e uma oferta muito vaga, pouco tentadora. “Eu li, mas não respondi” (Greenwald, 2014, p. 19). A fonte sentiu que ele poderia também ter a sensação de que alguém insistindo em criptografia podia se revelar meio maluco (Snowden, 2019, p. 59). O próprio jornalista brinca com a forma como estes primeiros contatos aconteceram: “Eis quão perto cheguei de ignorar um dos maiores e mais influentes vazamentos de segurança nacional da história dos Estados Unidos” (Greenwald, 2014, p. 20).

Ao final de 2013, Snowden tentou outro jeito de chegar a ele. Enviou um e-mail para a documentarista Laura Poitras. Para entrar em contato com os jornalistas, usou uma série de identidades diferentes: Cincinnatus, Citizenfour, Verax. Para não ser rastreado, Snowden conta que decidiu fazer o que se chama de *wardriving*: sair dirigindo por aí em busca de sinal de wifi, seja de uma biblioteca, um banco, ou uma escola, transformando seu carro em um sensor ambulante de redes sem fio (Snowden, 2019, p. 216). Do estacionamento de um resort, escrevia para Laura Poitras. Amiga e colaboradora de Greenwald, Poitras era outra crítica fervorosa do estado de segurança dos EUA. Ficou intrigada, mas desconfiada. Snowden reproduz em seu livro o diálogo:

- Não sei se você existe mesmo, se é maluco ou se está tentando me armar uma cilada.
- Não vou lhe perguntar nada. Só vou lhe contar coisas [...] Aposto que você não gosta desse sistema. Só você pode contar essa história (Snowden, 2019, p. 63).

Apesar de cuidadosa, a fonte não parecia preocupada em esconder sua identidade, e fez algo inesperado: “Eu não vou limpar os metadados. Espero que você pinte um alvo nas minhas costas e diga ao mundo que fiz isso sozinho” (Snowden, 2019, p, p. 65).

Cerca de dois anos depois do primeiro contato, Snowden começou também a se comunicar com Greenwald, que concordara com a criptografia. Mas quando o delator perguntou se o jornalista poderia ir a Hong Kong encontrá-lo, Greenwald pediu alguma coisa “mais substancial”. Snowden mandou-lhe cerca de vinte documentos, a maioria com o carimbo de Top Secret - um tesouro. Estava aberto, finalmente, o caminho que Snowden buscava.

3.4 Dinâmica de colaboração

A dinâmica de colaboração entre fonte e jornalista pode acontecer em vários níveis em um caso de vazamento de informações. Geralmente, o grau de colaboração já é indicado na hora da aproximação. Apenas entregar, por exemplo, a informação para o jornalista, como algo que está lhe queimando as mãos e que você quer se ver livre o mais rápido possível. Ou negociar a amplitude do aproveitamento do material, como fez Ellsberg ao exigir a divulgação do estudo em sua (quase) integralidade. Sugerir, como John Doe, a fonte dos Panama Papers, a colaboração internacional entre jornalistas. Organizar e contextualizar informações, deixando-se disponível para trabalhar, junto com os jornalistas, o significado dessas informações, como Snowden - que, ainda, orientou a distribuição geográfica do material. É a partir deste momento, portanto, que se determina e se investiga a atuação de fontes colaborativas - aquelas que exibem algum grau de colaboração, seja por iniciativa própria ou a pedido dos jornalistas.

Volto a chamar a atenção para o fato de que os marcadores não indicam aspectos isolados no processo de vazamento de informações. A identidade do vazador, suas motivações, as dinâmicas de acesso e colaboração e as consequências que sofrerá - tudo isto está interligado. Trabalhar em maior ou menor contato com o jornalista, com maior ou menor exposição na mídia, depende em grande parte de sua identidade, de suas motivações, e disso resultará diferentes consequências.

O nível de colaboração de uma fonte com o jornalista mostra-se ainda um marcador significativo para a discussão sobre identidade jornalística hoje: em que capacidade uma fonte colaborativa deve ser considerada dentro do campo jornalístico? Ela estaria entrando na área de atuação do jornalista? No episódio conhecido como Cablegate, essa dinâmica de colaboração trouxe ainda para a equação um complicador: os papéis do site WikiLeaks e de Julian Assange, a quem os jornalistas do *The Guardian*, Leigh e Harding, classificam em seu livro como “uma nova espécie de editor intermediário”. E acrescentam: “um papel algumas vezes desconfortável, no qual ele buscava manter certo grau de controle sobre o material da fonte” (Leigh; Harding, 2011, p. 141).

É curioso notar que o jornalista Glenn Greenwald teve duas experiências opostas neste estudo. Foi o responsável pela divulgação de dois dos seis vazamentos: os casos Snowden,

quando trabalhava para o *The Guardian*, e a Vaza Jato, já como fundador do *The Intercept Brasil*. No primeiro, o nível de colaboração entre hacker e jornalista foi grande, o maior do nosso *corpus*; no segundo, inexistente.

3.4.1 Walter Delgatti

Na primeira reunião que teve com os jornalistas que iriam trabalhar na Vaza Jato, Glenn Greenwald estava entusiasmado: “Isso pode ser ainda maior que o caso Snowden” (Duarte, 2020, p.27). O entusiasmo se limitava, aparentemente, apenas ao material que recebera. O relato do jornalista do *The Guardian* Luke Harding, sobre o caso Snowden, revela que embora o relacionamento de Greenwald com Snowden também tenha iniciado com reservas, evoluiu tanto do ponto de vista pessoal como profissional, em termos de respeito mútuo e colaboração técnica (Harding, 2014). Com a fonte do caso Vaza Jato, foi diferente.

Menos de 15 minutos depois das mensagens de texto, o hacker pediu que fizessem uma ligação de voz. Greenwald hesitou. Lembrava que Snowden tinha muita cautela em suas comunicações. [...] O fato de o hacker brasileiro insistir em falar por voz desde o início, sem maiores cuidados, deu a Greenwald a impressão de que ele não seria uma fonte tão responsável ou sofisticada como tentava parecer (Duarte, 2010, p.18).

A investigação da Polícia Federal sobre o hackeamento das mensagens dos integrantes da força tarefa da Lava Jato chegou a sugerir que não era uma, apenas, a fonte que entregava material para o *The Intercept Brasil*. Em depoimento a Duarte (2020), Greenwald disse acreditar que sempre falou com a mesma pessoa, apesar de admitir que podia estar errado, mas é taxativo em afirmar que em nenhum momento soube quem lhe escrevia: “Noventa por cento das conversas foram por texto, então poderiam ser três, quatro, dez pessoas” (Duarte, 2020, p. 98).

Até o final de julho de 2020, O *The Intercept Brasil* publicou 105 reportagens da Vaza Jato, em parceria com outros veículos de comunicação: Uol/Band; Folha de São Paulo; Veja; El País; Agência Pública e BuzzFeed News. O volume de mensagens que a fonte repassou para o site era grande, e a checagem dos fatos demorada. Durante o tempo de preparação das reportagens, a fonte reclamava que nada tinha sido ainda publicado. Os jornalistas não compartilhavam com a

fonte o andamento das checagens e apuração, nem a produção das reportagens. Da parte da fonte, o resultado gerou sentimentos contraditórios em relação ao trabalho de Greenwald.

O contexto em que ele coloca eu gostei, inclusive eu agradeço por ter feito isso, mas ele fez o vazamento a conta gotas, e acabou não vazando tudo. O motivo eu não sei. [...] me senti um pouco decepcionado com isso, mas eu não tenho acesso, o conhecimento do porquê ele fez isso (Delgatti, 2021(a), 41'13).

Por outro lado, a fonte entendia e respeitava o trabalho editorial do jornal, inclusive diferenciando-o da utilização jurídica do material:

Eu acredito que o Glenn, o *Intercept*, eles queriam a reportagem completa. Então eles buscavam, eles viam a conversa e eles tentavam encaixar, com a data, e montar aquela reportagem completa. Já a defesa do Lula não, eles veem a conversa e inserem nos autos. E cada cidadão analisa de um jeito” (Delgatti, 2021(a), 7 '29”).

Ainda na entrevista a Joaquim Carvalho, Delgatti diz não ter entregado a Greenwald todo o material que tinha em mãos, apenas 57 gigabytes que diziam respeito à operação Lava Jato. Depois disso, o jornalista teria se recusado a receber qualquer material: “Ele vazou muito pouco, até hoje eu não entendo o porquê disso. Eu não falei com ele (Delgatti, 2021(a), 39'50”).

Apesar da fonte não ter interferido em nenhum momento na produção das reportagens, a escolha da data para publicar os primeiros textos acabou sendo forçada por ela, após uma declaração que deixou Greenwald receoso. Em tom jocoso, que não deixava claro se era um plano ou uma piada, Delgatti teria telefonado cobrando uma data de publicação, dando uma justificativa para a imprensa: queria investir na bolsa de valores, supostamente para tentar faturar com o impacto da divulgação das mensagens. Diante da possibilidade de uma responsabilização futura de ganhos financeiros com o material, e depois de consultar advogados, Greenwald resolveu publicar no dia seguinte - um domingo -, quando as bolsas nacionais e internacionais estariam fechadas. “Na hora em que os mercados reabrissem, na segunda-feira, todos no país já teriam a mesma informação, o que eliminaria qualquer possibilidade de favorecimento à fonte” (Duarte, 2020, p. 50).

3.4.2 Chelsea Manning

Ao contrário de Delgatti, Chelsea Manning não teve contato direto com os jornalistas que noticiaram seus vazamentos ou sua prisão. Mas assim como o brasileiro, também não pareceu muito feliz com o tipo de cobertura que recebeu - para ela, contraditória, e sempre do ponto de vista do governo:

A mídia, por sua vez, continuava a se beneficiar enormemente dos vazamentos, escrevendo matérias com revelações cada vez mais suculentas, e ao mesmo tempo os repórteres continuavam mais ou menos a aceitar a posição do governo sobre as minhas ações. Eu era a fonte mais importante que havia em anos e a maior ameaça aos interesses americanos no exterior (Manning, 2022, p.176).

Mais tarde, durante seu julgamento, com uma equipe de advogados que buscava uma boa relação com a imprensa, o tom pareceu mudar um pouco. Manning destaca a cobertura equilibrada do julgamento feita pelo repórter especializado em segurança nacional do *The New York Times*, Charlie Savage, que “não apenas aceitava o que o governo dizia como verdade, ele ia além do que estava sendo dito para descrever o que era verdade” (Manning, 2022, p.209).

De início, Manning imaginava que teria outro tipo de relação com a imprensa. A fonte afirma em suas memórias que o material compilado por ela, digitalmente, tinha sido preparado especialmente para ser entregue a repórteres - com os cuidados necessários. Imaginando que um jornalista iria abrir o arquivo, incluiu um arquivo de texto com o nome “Readme.txt” - forma como é nomeado o arquivo de texto explicativo de um sistema de informática. Além de indicar a natureza das informações, com data e origem, dava algumas orientações e conselhos: um trabalho não muito diferente do tipo de avaliação, análise e elaboração de relatório para a qual Manning tinha sido treinada.

Você pode precisar de uns 90 - 180 dias com essa informação para decidir a melhor forma de divulgar uma quantidade tão grande de dados, e proteger a fonte. Este é, possivelmente, um dos mais significativos documentos de nossa época, retirando o nevoeiro que envolve a guerra, e revelando a verdadeira natureza da guerra assimétrica do século 21. Tenha um bom dia (Manning, 2022,

p.129).

Apesar de não ter estabelecido uma relação direta com um jornalista, depois de enviar o material ao site Manning continuou conversando com o contato do WikiLeaks, a quem ela chamava de Nathaniel Frank.

No início, minhas conversas com “Nathaniel Frank” eram gerais. Tínhamos interesses semelhantes - política, tecnologia de informação - e eu não tinha ninguém no trabalho com quem pudesse conversar sobre essas coisas no nível em que gostaria de discuti-las. Logo, estávamos conversando quase todos os dias, às vezes por quase uma hora de cada vez, sobre uma série de tópicos, e não apenas sobre quaisquer publicações que o WikiLeaks estava preparando. [...] Em retrospecto, percebo que isso significou mais para mim do que para “Nathaniel Frank”, e que nossa proximidade era artificial e circunstancial (Manning, 2022, p. 140).

Não se pode dizer, no entanto, que este contato continuado tenha sido qualquer tipo de colaboração, como no caso Snowden, nem ao menos um acompanhamento da produção das matérias, como mostrava o interesse de John Doe. Apesar desta distância, ao acompanhar as discussões dentro do próprio WikiLeaks sobre como lidar com a publicação do vídeo *Collateral Murder* (as gravações dos helicópteros estadunidenses que atacaram civis e acabaram matando dois jornalistas da Reuters), Manning percebeu uma disputa de personalidades e prioridades editoriais. A fonte avalia que o vídeo introduziu uma certa quantidade de estresse no coletivo e expôs - ou criou - facções.

Algumas pessoas, incluindo Assange, estavam mais interessadas em causar impacto do que em apresentar uma situação complexa em todas as suas sutilezas [...] A facção mais séria, responsável - os jornalistas com mentalidade tecnológica, os politicamente conectados - deram um passo atrás (Manning, 2022, p.141 - 142).

Assim como aconteceu com Delgatti, nem tudo que Manning enviou ao site, ou ofereceu ao WikiLeaks, foi publicado. Seu último *upload* foi de um vídeo de um ataque aéreo no Afeganistão em 2009 em que mais de cem civis, na maior parte crianças e mulheres, tinham sido mortos acidentalmente. Até a publicação de suas memórias, o vídeo não tinha sido divulgado ou o incidente admitido pelo governo estadunidense.

Como no marcador anterior - dinâmica de aproximação -, a dinâmica de colaboração

neste episódio é dupla: além das relações entre Manning e WikiLeaks, inclui as relações entre WikiLeaks e imprensa tradicional que, aliás, também não correram sem tropeços. Segundo os jornalistas do *The Guardian*, Assange tentava influenciar a ordem e o momento das publicações, deixando os jornais na expectativa, apesar do acordo original prever a entrega de todo o material para a publicação. De boa vontade, fornecera os menos importantes diários de guerra do Afeganistão e do Iraque, mas falava de como usaria seu poder para reter os telegramas, a fim de “disciplinar” os grandes veículos de comunicação (Leigh; Harding, 2011, p.141).

Certamente tivemos momentos de dificuldade e tensão no decurso de nosso empreendimento conjunto, causados tanto pelas dificuldades de comunicação aberta e regular quanto pelo status de Assange como uma mistura confusa de fonte, intermediário e editor. E enquanto Assange era certamente a fonte principal dos documentos, de maneira alguma era uma fonte convencional - ele não era a fonte original e muito menos confidencial. Nos últimos tempos, deixara de ser até mesmo a única fonte (Leigh; Harding, 2011, p.21).

3.4.3 John Doe

A parceria entre John Doe e Obermayer, uma vez definidas as condições básicas para a segurança da fonte, começou pela decisão sobre a forma de envio do material.

- Nós temos que conversar sobre a melhor maneira de eu te mandar uma grande quantidade de material. Alguma ideia?

(Honestamente, pensou Obermayer? Nenhuma. Nunca tive uma fonte anônima querendo me mandar material em quantidades calculadas em gigabyte.)

- Vou ter que pensar sobre isso. Qual a quantidade de dados que estamos falando aqui?

- Mais do que qualquer coisa que você já viu (Obermayer; Obermaier), 2017, p.9).

A fonte estava certa. Não só era mais do que Obermayer jamais tinha visto, como era mais do que já fora divulgado em qualquer vazamento anterior na história do jornalismo. A questão tecnológica foi um tormento logo de cara. Os arquivos seguiam crescendo, gigabyte após gigabyte. Ao longo dos meses, muitos diálogos repetiam mais ou menos um padrão:

- Preparados para mais dados?
- Sério?
- Muito sério.
- Quanto?
- Menos de 100GB dessa vez. Mas ainda assim bastante.
- Wow! Isso é uma loucura (Obermayer; Obermaier, 2017, p.216)

Não é fácil transferir uma quantidade tão grande de dados, especialmente criptografada. Os jornalistas alegam não poder descrever a solução encontrada, por questões de segurança, mas que “depois de semanas coçando a cabeça, a solução encontrada foi estranha, mas razoavelmente segura” (Obermayer; Obermaier, 2017, p.22).

Apesar do nível de colaboração profissional entre fonte e jornalista não ter sido alto, eles ficaram em contato por meses.

Alguns dias, escrevemos uns para os outros praticamente sem parar, por meio de uma variedade de chats anônimos e criptografados, geralmente sobre questões técnicas. Recebemos folder XY? Conhecemos este ou aquele formato de arquivo? Caso contrário, falamos de política, de Angela Merkel e da Grécia, de Chávez, Putin, Obama e China, ou dos receios das nossas fontes. Então voltamos a discutir gigabytes (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 22).

A maior parte dos diálogos transcritos no livro, no entanto, mostram o cuidado com a segurança tanto de fonte como dos próprios jornalistas. Em certo momento, John Doe pediu algum tipo de aviso, algumas semanas antes da publicação. Pensava em avisar à família, e algumas pessoas em quem ele confiava. Obermayer não tinha certeza de que era uma boa ideia:

- Isso pode colocá-las em risco.
- Eu sei. Em um sentido, o risco existe de qualquer maneira. Eu não vou contar a história toda - apenas o necessário, e o mais importante, como entrar em contato com o Süddeutsch Zeitung no caso do pior cenário. Mas se alguma coisa acontecer a mim, ou se eu desaparecer, eu quero que haja pelo menos uma pessoa que entenda o porquê (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 121).

Os dados entregues por John Doe aos jornalistas alemães iriam marcar o início do maior projeto de jornalismo investigativo internacional de todos os tempos, envolvendo cerca de 400 jornalistas. Uma tarefa monumental, que precisava ser tratada com cuidado e segurança. E isto

leva tempo. Em dado momento, a lentidão necessária para checar e recheckar milhares de informações sigilosas começou a deixar a fonte impaciente.

- O plano ainda é soltar o material na primavera? Parece muito longe.
- É verdade. Mas também é muito material. Se a gente apressar, corremos o risco de cometer erros.
- Claro, eu só detesto a ideia de ter que esperar tanto tempo. Por que não um pouco antes? Fevereiro?
- A gente só tem uma chance. Tudo tem que se encaixar. Cada história é incrivelmente complicada isoladamente, Rússia, Islândia, Siemens, os bancos... E se formos antes, vamos perder parceiros e impacto.
- Hmm. Eu gostaria que o projeto fosse mais flexível.
- Nós também. Mas não é. E já chegamos até aqui (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 265).

3.4.4 Daniel Ellsberg

No episódio Pentagon Papers, os relatos de Daniel Ellsberg e Neil Sheehan sobre o que aconteceu após a fonte oferecer o material ao jornalista diferem um pouco. Ellsberg garante, em seu livro, ter ficado durante 3 meses sem nenhuma notícia de Sheehan. Ao se despedirem, sem nenhuma garantia de publicação, Ellsberg diz que sentiu apenas um “vago otimismo de sua parte” (Ellsberg, 2003, p.384). Sheehan, por sua vez, afirma em entrevista que fazia questão de ligar para Ellsberg de tempos em tempos, e até voltou uma vez para - teoricamente - fazer mais anotações. O jornalista, no entanto, admite que enganou deliberadamente Ellsberg durante este tempo. Disse a ele que seus editores estavam discutindo a melhor forma de apresentar o material, e que tinha estado ocupado com outras atribuições. Na verdade, como afirmou mais tarde, estava escondido em um quarto de hotel no centro de Manhattan com os documentos e uma equipe cada vez maior de editores e repórteres do *Times*, trabalhando febrilmente para viabilizar a publicação (Sheehan, 2021).

A fonte, por sua vez, garante que Sheehan não fez contato nem mesmo para avisar o dia em que publicariam a primeira matéria. Ellsberg teria ficado sabendo da publicação por um outro jornalista do *The New York Times*, que nem imaginava que ele era a fonte. Tentou, então, entrar

em contato com Sheehan, que ignorou suas mensagens até que o editor o avisasse de que 10 mil cópias do jornal tinham sido já impressas: agora não havia mais como voltar atrás (Sheehan, 2021).

Sheehan afirma que apesar de não estar disposto a dizer diretamente que estavam prestes a publicar, algumas semanas antes da data decidiu enviar uma espécie de sinal, esperando um “consentimento tácito”. Disse a Ellsberg que agora precisava dos documentos, não apenas das suas notas. Como Ellsberg havia dito que só os entregaria quando tivesse a certeza do interesse do *The New York Times*, Sheehan imaginou que ele entenderia a mensagem. Não foi o que aconteceu.

Quando vi a primeira matéria no *Times*, eu superei minha irritação com Neil e o *Times* por me deixarem no escuro pelos últimos três meses. Fiquei feliz quando vi como eles estavam tratando o material e o impacto que estavam alcançando (Ellsberg, 2003, p. 388).

Nos seis meses seguintes à publicação, não houve contato entre os dois homens. Pouco antes do Natal de 1971 eles se encontraram em Manhattan e Sheehan disse o que tinha feito. O diálogo, como descrito por Sheehan, podia estar nas cenas finais de um filme “B” de Hollywood.

- Então você roubou, como eu
 - Não Dan, não roubei. E nem você. Esses papéis são de propriedade do povo dos Estados Unidos. Eles pagaram com o dinheiro do Tesouro Nacional e com o sangue de seus filhos, e têm direito a eles (Sheehan, 2021).

3.4.5 Edward Snowden

De todas as fontes, Snowden é a que mais colaborou com os jornalistas. Principalmente desvendando os mistérios dos power points e gráficos que faziam parte do material. Se compararmos o vazamento do Panama Papers com o de Snowden, o volume de informações vazadas no caso Snowden foi menor. Mas a natureza específica dos dados era extremamente técnica - referindo-se a programas, técnicas de interceptação, coisas de que praticamente ninguém

fora da Agência de Segurança Nacional tinha conhecimento.

A maioria não estava escrita em linguagem humana, mas em um tipo estranho de dicionário compreensível somente aos iniciados. Algumas coisas não faziam qualquer sentido, eram tão compreensíveis quanto antigos pergaminhos assírios.” (Harding, 2014, p. 69).

Esse tipo de avaliação não veio como uma surpresa para Snowden:

Eu sabia de pelo menos duas coisas sobre os habitantes do Quarto Poder: eles competiam por furos e não sabiam quase nada sobre tecnologia (Snowden, 2019, p. 210).

Neste caso, a fonte foi fundamental para ajudar a entender, classificar, interpretar e relacionar os documentos vazados, trabalhando em colaboração próxima ao jornalista. E tinha consciência disso: “Eu teria que me tornar parceiro deles, fornecer-lhes treinamento tecnológico e ferramentas para ajudá-los a fazer suas reportagens com precisão e segurança” (Snowden, 2019, p.213).

Snowden relata em sua biografia que, antes de se decidir por fazer contato com os jornalistas, chegou a pensar em simplesmente publicar parte dos documentos mais relevantes na internet. Logo desistiu. Uma das razões para isso era o temor de que não fosse levado a sério.

Dezenas de pessoas postam informações confidenciais na internet todos os dias, muitas sobre tecnologias de viagem no tempo e alienígenas. Eu não queria que minhas revelações, que já eram bastante inacreditáveis, fossem incluídas entre as bizarras e se perdessem entre as loucuras (Snowden, 2019, p. 207).

A fonte afirma que queria uma parceria - uma pessoa ou instituição - que não só garantisse a veracidade dos documentos, mas que “avaliasse os potenciais perigos da revelação de informações confidenciais, e que ajudasse a explicá-las colocando-as no contexto tecnológico e legal” (Snowden, 2019, p.208).

Mas essa lua-de-mel com a imprensa não incluía todos os veículos. Desde o início, não mostrava muita simpatia pelo *The New York Times*. Em suas memórias, Snowden dá as razões para suas reservas: em meados de 2004 dois repórteres produziram uma matéria sobre os passos

iniciais do programa de vigilância após o 11 de setembro, com informações de delatores do Departamento de Justiça. Após consultar o governo (um ato considerado cortesia, habitual do jornal, que tem o objetivo de escutar as razões do governo para não publicar esta ou aquela informação) o jornal engavetou a matéria inteira, que só foi publicada mais de um ano depois.

Se o *The Times* ou qualquer outro jornal fizesse algo parecido comigo - se pegasse minhas revelações, fizesse uma matéria e a submetesse a verificação, e depois não a publicasse -, eu estaria acabado. Dada a probabilidade de eu ser identificado como a fonte, seria o mesmo que me entregar antes de qualquer revelação ser levada a público (Snowden, 2019, p. 210).

Pelos relatos de Snowden e Greenwald, o tempo e cuidado que a fonte tomou para a preparação do material não foram pequenos. Em um dos últimos e-mails que mandou para Laura Poitras, ela pediu ainda mais quatro a seis semanas para concluir os passos que estava tomando para poder encaminhar os documentos (Greenwald, 2014, p. 24). Em Hong Kong, onde montou seu quartel-general, Snowden ficou 10 dias sem sair do quarto, antes de Poitras e Greenwald chegarem. A fonte relata que, enquanto mandava mensagens já desesperadas para os dois (“Por favor, venham antes que a NSA perceba que eu estou longe do trabalho há tempo demais”), organizou um resumo do que daria aos jornalistas. Criou um glossário de termos técnicos como “metadados” e “carregador de comunicação”, outro de acrônimos e abreviações. Achou que explicar o material através das tecnologias envolvidas ia ser complicado, e decidiu fazê-lo por meio dos programas de vigilância, “essencialmente, por meio de histórias, em uma tentativa de falar a língua deles” (Snowden, 2019, p.246). Alguns dos documentos que entregou aos jornalistas não eram para publicação, mas para que eles entendessem o sistema: a preocupação de Snowden era que a notícia fosse dada de forma correta (Greenwald, 2014, p.62).

Snowden passou uma semana enclausurado com Greenwald e Ewen MacAskill, outro jornalista do *The Guardian* que se juntou a eles um pouco mais tarde, ainda no primeiro dia. Conversavam o dia inteiro sobre os programas da NSA enquanto Laura filmava, como tinha sido combinado já antes da chegada dela em Hong Kong. “Foi uma dinâmica surrealista. Além de nunca ter conhecido um cineasta antes de ser filmado por uma, eu nunca havia me reunido com um jornalista antes de servir como sua fonte” (Snowden, 2019, p.247). Apesar disso, tinha suas próprias ideias a respeito de como a imprensa deveria tratar o vazamento, e estabeleceu uma série de condições para entregar o material:

Insistiu que os documentos da NSA/GCHQ que revelassem espionagem fossem destinados aos alvos dessa vigilância. Achava que a mídia de Hong Kong devia ter a informação relativa à espionagem a Hong Kong, o material brasileiro deveria ir à mídia brasileira e assim por diante. Foi categórico neste ponto (Harding, 2014, p.120).

No livro de Harding fica claro que Snowden, ao fazer tais exigências, não procurava apenas facilitar o trabalho de investigação dos repórteres, ou mirava um interesse maior do público local. Sua preocupação era que, se o material caísse em mãos de terceiros, adversários daqueles países (no caso estadunidense; russos ou chineses), isso o deixaria aberto às acusações de que era um desertor ou agente estrangeiro.

Mas a colaboração “editorial” de Snowden, parece, havia começado muito antes. Greenwald conta que em sua primeira conversa com a fonte, ficaram em um chat por duas horas. Snowden estaria preocupado com uma reportagem específica, que Laura – com o consentimento dele – tinha passado para o repórter do *Washington Post*, Barton Gellman. Ao invés de publicar a reportagem diretamente, como a fonte esperava, o *Post* convocara uma grande equipe de advogados para discutir a questão (Greenwald, 2014, p. 27).

“Não gosto do rumo que isto está tomando”, disse-me ele. “Eu queria que outra pessoa trabalhasse na reportagem sobre o PRISM, de modo que o senhor pudesse se concentrar no arquivo maior, sobretudo naquele sobre a espionagem doméstica em massa, mas agora prefiro realmente que seja o senhor a publicar essa matéria. Há muito tempo venho lendo o que escreve e sei que vai ser agressivo e destemido na condução deste assunto”, afirmou (Greenwald, 2014, p. 27).

E o que o irritava mais: o fato de Gellman, a conselho dos advogados e editores do *Post*, ter se recusado em absoluto a ir a Hong Kong para se encontrar com ele e repassar os documentos (Greenwald, 2014, p. 66).

3.5 Quadros – resumo

Quadro 4 – Identidade da fonte

EPISÓDIO	IDENTIDADE DA FONTE
Pentagon Papers	Daniel Ellsberg, 40 anos, economista. Funcionário da Rand Corporation, como analista estratégico para o governo estadunidense.
Cablegate	Chelsea Manning, 23 anos, soldado do exército estadunidense trabalhando como analista de inteligência. Na época do vazamento, ainda conservava a identidade de Bradley Manning, de gênero masculino, com que nascera.
Caso Snowden	Edward Snowden, 29 anos, ex-funcionário da CIA e funcionário terceirizado da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos.
Panama Papers	Desconhecida.
Vaza Jato	Walter Delgatti, 30 anos, estudante de direito.

Fonte: *corpus* estudado

Quadro 5 – Dinâmica de aproximação

EPISÓDIO	DINÂMICA DE APROXIMAÇÃO
Pentagon Papers	A fonte já conhecia o jornalista, profissionalmente, tendo inclusive vazado informações anteriormente para ele. Ao fazer uma viagem a Washington, pediu para pernoitar na casa do jornalista.
Cablegate	Usou o wifi grátis de uma livraria para subir anonimamente o material para o site WikiLeaks.
Caso Snowden	Depois de tentar um contato sem sucesso com Glenn Greenwald, contactou a documentarista Laura Poitras que fez a ponte com o jornalista.
Panama Papers	Contactou os jornalistas por computador e continuou as conversas através de chats criptografados
Vaza Jato	Procurou inicialmente uma ex-deputada, mas por sugestão dela, que intermediou o contato, entregou o material ao jornalista Glenn Greenwald.

Fonte: *corpus* estudado

Quadro 6 – Dinâmica de colaboração

EPISÓDIO	DINÂMICA DE COLABORAÇÃO
Pentagon Papers	Não houve
Cablegate	Não houve
Caso Snowden	Organizou previamente as informações para melhor entendimento por parte dos jornalistas, produzindo inclusive um glossário. Ficou 10 dias com os jornalistas em um quarto de hotel repassando o material ajudando-os a navegar pelas siglas, powerpoints e termos técnicos.
Panama Papers	Apontou a necessidade de uma colaboração com jornal de língua inglesa, sugerindo o The New York Times
Vaza Jato	Não houve

Fonte: *corpus* estudado

4 INVESTIGANDO OS EPISÓDIOS II – O PROTAGONISMO

O vazamento de informações para a imprensa é um acontecimento que não se encerra em si. A partir do momento em que o conteúdo se torna notícia, o próprio vazamento se torna notícia. A mídia, assim, comunica com diferentes ênfases: 1) o conteúdo que se desejava manter em segredo; 2) o acontecimento da divulgação (quem fez e como se deu o vazamento) e, muitas vezes, 3) o acontecimento da cobertura jornalística da divulgação.

A identidade da fonte de determinado vazamento; o fato dela ter pedido anonimato ou ter vindo a público; de lutar ou capitular; de fugir ou ser presa, são todos elementos que determinam se o acontecimento do vazamento será descartado pelo público e pela imprensa como menos interessante face ao conteúdo vazado (como no caso de Walter Delgatti, por exemplo ou do episódio dos Panama Papers) ou se, ao contrário, ganhará vida própria sendo transformado em mais uma das narrativas midiáticas produzidas em função do vazamento (como nos casos de Ellsberg, Manning e Snowden).

Depois do episódio Cablegate, Chelsea Manning, que já estava presa, viu sua posição na mídia mudar. Na época, a comissão de direitos humanos do parlamento alemão escreveu um protesto para o governo estadunidense. Mais de duzentos professores das faculdades de direito de Harvard e Yale - incluindo um ex-professor do então presidente Barack Obama - assinaram uma carta condenando as condições em que Manning estava presa como violação dos direitos humanos. “O tratamento dispensado a mim pelas Forças Armadas americanas virou uma história em si na imprensa” (Manning, 2022, p.176). A fonte então decidiu interferir no tipo de narrativa que era publicada pela imprensa.

Logo após minha chegada ao Quântico, comecei a me ver nos noticiários da TV e, quando cheguei ao JRCF, as muitas implicações de ser uma figura pública ficaram claras para mim. Eu disse ao David que precisávamos contratar uma empresa de relações públicas. Isso não seria apenas uma corte marcial. Eu senti que esta era uma guerra pelo significado da América, tanto aqui como no exterior (Manning, 2022, p.192).

Na verdade, o julgamento de Manning não dizia respeito tanto ao conteúdo vazado por

ela, mas ao direito de fazê-lo. O próprio Secretário de Defesa estadunidense, Robert Gates, após uma reação inicial hostil, minimizou o efeito dos telegramas divulgados (Manning, 2022). No entanto, três dias após o início de seu julgamento, Manning viu seu protagonismo midiático ameaçado... por outro *whistleblower*. No dia 5 de junho de 2013 estourava a notícia do vazamento de Edward Snowden.

O momento foi difícil para mim. Isso sugou todo o ar da minha defesa. Praticamente toda a imprensa fez as malas e foi embora, e eu não podia culpá-los. Esta era uma história enorme e importante em seu plantão. E embora a opinião pública tenha mudado para o nosso lado desde a minha prisão, de repente, eles poderiam me considerar o mau vazador, aquele que estava na prisão, aquele que não podia dar uma entrevista, aquele com supostos problemas pessoais. Ed era o herói. Fui presa antes de poder divulgar minha narrativa, meu lado da história, e agora minha segunda chance de fazer isso havia sido eliminada da primeira página (Manning, 2022, p. 207).

Dois ideias se destacam na fala de Manning: a importância da narrativa própria e o peso do aval jornalístico. A fonte vê a importância, para a construção de um entendimento de culpa ou inocência que, em última instância, poderia significar a liberdade ou uma vida atrás das grades, de fazer chegar ao público seu ponto de vista, sua própria narrativa. E lamenta que, quando tem essa chance, perde o lugar de destaque, de visibilidade: a primeira página dos jornais que agora era ocupada Snowden e sua própria narrativa.

Propomos, nesta pesquisa, apresentar o protagonismo da fonte como uma qualidade *e* um acontecimento; produtor *de* e – ao mesmo tempo – produzido *por* novas narrativas midiáticas (estas, por si, novos acontecimentos). Começamos então, abordando o protagonismo da fonte pela perspectiva teórica do conceito de acontecimento. Em seguida, apresentamos o conceito de fonte protagonista e observamos as narrativas do *corpus* segundo as motivações (alegadas) e as consequências sofridas pelas fontes.

4.1 A dupla dimensão do acontecimento

O acontecimento é um conceito amplamente trabalhado nas ciências humanas e sociais,

de várias formas. Usamos como conceitos operadores dois conjuntos de ideias: a dupla vida do acontecimento, apontada por Quéré (2012), e a midiaticização do acontecimento (Rodrigues, 1993); (Zago, 2013; 2017).

Para Quéré, o acontecimento tem duas dimensões: o acontecimento como experiência imediata e como objeto de investigação. A primeira é experimentada no momento da irrupção, a maneira como afeta o cotidiano coletivo e a sensibilidade dos sujeitos (França; Lopes, 2017). Ao produzir afetações, o acontecimento estimula a busca da compreensão e, aí, o acontecimento ganha sua segunda vida. Se transforma em objeto do qual tomamos consciência ganhando, conseqüentemente, novos modos de operação e características novas. As duas instâncias, no entanto, coexistem; estão intrinsecamente relacionadas e é impossível separá-las. Quéré afirma mesmo que estamos constantemente em via de converter acontecimentos existenciais em acontecimentos objetos, e quando o acontecimento ganha dimensão de objeto, torna-se não só fonte de inferências e raciocínio, mas um meio de ação controlada: “Com efeito, servimo-nos deste tipo de objeto cognitivo-discursivo para intervir no curso dos acontecimentos, a fim de canalizá-lo ou atenuar sua brutalidade. Os acontecimentos-objeto tornam-se, assim, agentes da história que se faz” (Quéré, 2011, p. 31).

Desta forma pensamos os grandes vazamentos de informação: não só os efeitos imediatos dos segredos revelados são considerados. O próprio vazamento se torna um acontecimento objeto, analisado e investigado, gerando polêmica e opiniões contraditórias. Este alçamento a um acontecimento objeto se dá, ainda mais fortemente, em vazamentos que apresentam protagonismo da fonte; que pode ser determinado por suas motivações e/ou pelas conseqüências de seus atos. Desta forma o protagonismo da fonte atua, como coloca Quéré, como agente da história que se faz. O espaço onde tudo isso acontece é, prioritariamente, a mídia.

“A mídia tanto pode ser um dos lugares em que surgem e se produzem acontecimentos (na sua dimensão existencial), como o espaço em que acontecimentos são repercutidos (e adquirem sua segunda vida) (...) E às vezes essa segunda vida é tão transformadora, e causa tanto impacto, que ela atua igualmente (e novamente) como acontecimento existencial – este, por sua vez, será comentado, e se transformará, de novo, numa segunda vida, numa espiral crescente” (França, 2012, p.16).

Podemos continuar trabalhando a ideia das várias camadas de acontecimentos a partir das considerações de Rodrigues (1993) a respeito dos acontecimentos midiáticos. Ao fazerem circular

as notícias, em suas enunciações, os meios de comunicação trabalham em mais de uma camada de impacto. Primeiro - e a internet exponencializou esse efeito – garante aos acontecimentos notoriedade pública aprofundando e intensificando o alcance das transformações que operam no mundo. Para além disso, no entanto, acabam por realizar novos atos. Um deles se refere ao novo acontecimento produzido quando é feito um relato. Esse é um ato que independe da forma da enunciação ou de seus efeitos. Apenas existe, pelo fato de uma enunciação ter sido feita. O ato da enunciação, no entanto, ganha uma nova camada de significado quando, em sua condição de locução, produz efeitos pelo fato de dizê-lo. Os efeitos da divulgação dos Pentagon Papers, por exemplo, sobre o andamento da guerra do Vietnã (ou seja, o conteúdo do vazamento), foram quase nulos. O fato de o *The New York Times* ter sido censurado, e outros jornais passarem a divulgar o estudo desafiando o governo, foi o que se tornou perene nesse episódio.

Dentre todos os acontecimentos que testemunhamos, ou dos quais ficamos sabendo através de outros, alguns serão considerados importantes e outros não. Os acontecimentos importantes são aqueles que significam uma marca temporal. Assim como utilizamos marcos físicos concretos para organizar e entender o espaço, usamos marcos temporais como referências para organizar e entender nosso passado e planejar nosso futuro (Molotch; Lesters, 1993). Essas referências mudam com os hábitos e as características culturais de cada sociedade. Mudam, também, com o tempo: o que poderia ser marcante, fundamental há 100 anos, hoje pode ser banal e não merecer atenção.

As marcas temporais podem ser de caráter privado ou público, e não são aleatórias: o “entalhe temporal da realidade” é sempre feito através de uma necessidade que vai determinar o parâmetro a ser usado. No tempo privado, por exemplo, importantes marcadores de tempo são acontecimentos como aniversários, casamentos, mortes etc. São acontecimentos que marcam características fundamentais para o ordenamento da nossa socialização, tanto do ponto de vista prático como de criação de subjetividades.

No tempo público, os marcos são outros. Molotch e Lesters definem tempo público como “a dimensão da vida coletiva através da qual as comunidades humanas vêm a ter o que é considerado ser um passado padronizado e perceptivamente partilhado, presente e futuro” (Molotch; Lesters, 1993, p. 64). Nessa dimensão, os entalhes são feitos, principalmente, através da mídia. Nesse sentido, o jornalismo atua elaborando, em narrativas, para a sociedade, os fatos mais relevantes, organizando uma visão coletiva e razoavelmente coesa do mundo.

Grandes vazamentos de informação costumam produzir efeitos bastante visíveis, marcantes e em muitos casos extremamente duradouros. Mexem com contratos estabelecidos no seio da sociedade, em suas diversas camadas - dentro da sociedade civil ou entre sociedade civil e governo – e por isso funcionam como marcos, não só para a sociedade, como para o jornalismo enquanto prática e função social. Foi o caso, por exemplo, do episódio Pentagon Papers, para a discussão sobre a liberdade de imprensa ou do Caso Snowden, para levantar a questão da vigilância do governo sobre os cidadãos estadunidenses. Ou, ainda, dos episódios Cablegate e Panama Papers, para o fortalecimento do jornalismo colaborativo.

Colocamos acima que a mídia tanto pode ser um dos lugares em que surgem e se produzem acontecimentos, como o espaço em que acontecimentos são repercutidos. Devemos, por conseguinte, considerar aqui um fenômeno decorrente da midiaticização que permite a “espiral crescente” mencionada por França: a recirculação da notícia nas redes sociais, suas características e consequências. Zago (2017; 2013) propõe que a recirculação da informação pelas redes sociais pelos interagentes, após sua circulação inicial pelos veículos de comunicação, seja considerada como uma nova dimensão do acontecimento jornalístico, uma vez que torna visíveis novos desdobramentos e significados para o acontecimento inicial. Nesta dimensão, o público age no sentido de expandir o alcance do acontecimento “tanto ao filtrá-lo quanto ao comentá-lo para outras pessoas, a partir de críticas, de humor e do estabelecimento de relações com outros acontecimentos espacial ou temporalmente próximos” (Zago, 2013, p. 157).

A circulação e recirculação de acontecimentos nas redes sociais pode gerar ainda o chamado ciberacontecimento, seja ele gerado dentro das redes ou um acontecimento externo, inicialmente, que se desdobrou principalmente nas redes digitais, e cuja repercussão o torna, inclusive, objeto de notícia de veículos jornalísticos tradicionais (Zago, 2017). Grande parte das narrativas que se constroem tanto *a respeito das* fontes protagonistas como as construídas *pelas* fontes protagonistas acontece no ambiente digital, na circulação e recirculação de notícias, comentários e depoimentos, ou em campanhas de apoio às fontes, como foi o caso da campanha “Eu sou Bradley Manning”, lançada nas redes por artistas e ativistas.

4.1.1 Fontes protagonistas

As fontes protagonistas, em um sentido literário, ocupam o papel principal em narrativas jornalísticas posteriores ao vazamento, gerando forças que atuam dentro, sobre e a partir do campo jornalístico. Tais narrativas não fazem parte da cobertura jornalística dos sigilos divulgados pelo vazamento, mas procuram dar conta de outro acontecimento: o protagonismo daquele ator em sua capacidade de fonte. Este protagonismo da fonte, como vimos, não encontra abrigo em classificações existentes, e está fortemente ligado à identidade da fonte, suas motivações, às consequências que sofre e à extensão de sua permanência na mídia, seja esta estimulada pela imprensa ou pela própria fonte. Assim como ocorre com as fontes colaborativas, podemos ter diferentes níveis de protagonismo, ou seja, fontes mais ou menos protagonistas.

O protagonismo desenvolvido pela fonte, em um caso de vazamento de informação, pode atuar como uma força auxiliar na afirmação da autoridade jornalística em relação àquele episódio, ou seja, no direito do repórter de ter sua narrativa dos fatos reconhecida como a mais legítima. No processo de estabelecimento da autoridade jornalística alguns “incidentes críticos” - conceito desenvolvido pela teórica americana Barbie Zelizer (1992) - propiciam aos jornalistas acessar e renegociar o significado de sua atividade pelo confronto entre diferentes narrativas de memória.

Grandes vazamentos fornecem bons incidentes críticos. A expressão “o jornalismo pós-Snowden”, por exemplo, não só foi o nome de uma série de encontros promovidos pela Universidade de Columbia, com o intuito de investigar os caminhos da atividade, como apareceu em diversos artigos e ensaios, acadêmicos ou não, que reconheceram as rupturas instauradas pelo episódio. Analisando o caso Snowden a partir do conceito de incidente crítico, Ribeiro e Bertol (2017) ressaltam a importância simbólica que ele teve, e atribuem grande parte desse valor simbólico ao modo como se deu a cobertura, e como esta se constituiu através dos diferentes relatos posteriores dos jornalistas - os *retellings*, nos termos de Zelizer. Mas chamam atenção também para os relatos, e o próprio protagonismo, da fonte: Snowden, exilado em Moscou, costuma participar de debates pela internet, como no lançamento em março de 2015 do *Snowden Surveillance Archive* no Canadá. O *Snowden Surveillance Archive* foi criado pela organização não governamental *Canadian Journalists for Free Expression* (CJFE). Reúne todos os documentos já publicados por veículos de comunicação do conjunto passado por Snowden à imprensa. Nesses momentos, Snowden relembra o acontecimento e reitera os significados de sua

decisão de tornar públicos os documentos da Agência Nacional de Segurança. “A demanda por sua presença, mesmo que virtual, indica o quanto sua versão é valorizada, certamente em detrimento de outras” (Ribeiro; Bertol, 2017).

Marcar território na disputa de narrativas memoráveis, continuam as autoras, foi algo que os personagens envolvidos viram como urgente. Além de fonte, Snowden foi personagem principal no documentário *Citizenfour*, de Laura Poitras, que ganhou o Oscar de 2015. Também complementou com seu relato particular, quatro anos mais tarde, as narrativas publicadas por Luke Harding, do *The Guardian* (que mais tarde serviu como base para o roteiro do filme de Oliver Stone) e Glenn Greenwald (do mesmo jornal) - os dois livros editados em 2014, uma vez que era preciso “contar o quanto antes suas memórias para reforçar a competência e a autoridade” (Ribeiro; Bertol, 2017, p.67). Cinco anos mais tarde, Snowden publicou suas memórias.

Glenn Greenwald ganhou o Pulitzer por sua cobertura do caso Snowden. E tem, mundialmente, seu nome associado ao caso e à fonte. Mas Greenwald não ganhou sozinho. Dividiu o prêmio com Barton Gellman, jornalista do *Washington Post* que também obteve em primeira mão acesso aos documentos. Na verdade, Gellman recebeu o material antes de Greenwald. Mas não publicou. O jornal americano publicou sua primeira reportagem apenas um dia após o furo do periódico inglês. Em 2020 Gellman publicou seu relato: *Dark Mirror: Edward Snowden and the American Surveillance State*, focado menos na cobertura do vazamento do que nas questões de segurança e vigilância trazidas à tona pelo vazamento.

Gellman é um jornalista conhecido; ganhador de outros prêmios além do Pulitzer; professor visitante em universidades de prestígio nos EUA e palestrante em diversas instituições para a formação da opinião pública americana, que atuam para reforçar o respaldo de sua autoridade. Mas, como lembram Ribeiro e Bertol, não é citado no documentário de Poitras, o que “não deixa de ser uma forma de apagar sua memória do caso” (Ribeiro; Bertol, 2017, p.68). Mais importante do que isso, Gellman se recusou a viajar para Hong Kong, para encontrar Snowden. Seu nome, assim, não está associado à fonte de forma direta, como ocorre com Greenwald. Não houve contato, colaboração, história ou memória comum. O próprio posicionamento do jornal mais tarde, apoiando a abertura de processo contra Snowden por espionagem, parece ter contribuído para distanciar cada vez mais os relatos de Gellman das narrativas de Greenwald e Harding.

Além da identidade, motivos e consequências parecem ser o que determinam a

potencialidade de determinada fonte para ser ou não protagonista. A seguir, vamos identificar, no *corpus* estudado, as motivações alegadas e as consequências de cada vazamento.

4.2 Motivação alegada

Ao contrário de outros marcadores que lidam com fatos, o marcador “motivação” pode tão somente mostrar as motivações *alegadas* pelas fontes e por pessoas envolvidas com o vazamento, relatadas nos livros e em entrevistas. E a elas podemos então confrontar suas ações anteriores e posteriores ao vazamento. As motivações da fonte (ou motivações alegadas) funcionam principalmente para compor a narrativa de sua atuação como fonte e, como tal, e ancoradas em tal narrativa - aí sim - serão julgadas pela opinião pública e pelas autoridades. Este processo, assim como a motivação da fonte, pode interferir diretamente na eventual transformação do vazador em fonte protagonista.

O *whistleblower* será julgado não só pelo Estado (quando possível) mas, sempre, pela opinião pública. “Somos nós, em última instância, em sociedades democráticas, que determinamos se o vazamento é um mero crime ou uma ação transformadora, independentemente do processo legal que o agente da ação sofra” (Pait; Pinheiro, 2014, p.24). Todo o desenrolar do vazamento, incluindo aí a cobertura midiática, tem impacto sobre o vazamento em si. Neste ritual mediado o passado e a personalidade do vazador ficam sob escrutínio da sociedade. Quais suas motivações políticas, quais os dramas pessoais que o moveram a fazer aquilo? Vingança, traição? Ou um sacrifício autêntico de quem se vê sem alternativas para mudar o que acredita estar errado? Neste momento, a fonte protagonista leva vantagem, com a mídia como aliada providenciando espaços para que seu ponto de vista seja constantemente reafirmado. O espaço dado, na mídia, a um herói – ou um vilão – certamente não será o mesmo dado a uma fonte anônima. Uma fonte sem grandes atrativos para o público terá maior dificuldade em ver sua narrativa prevalecer sobre outras - como as narrativas da imprensa, da polícia, das redes sociais etc.

Das seis fontes dos vazamentos estudados, uma delas permanece anônima - o informante do caso Panama Papers. É mais difícil, então, analisar suas motivações. Ainda assim, pelas

circunstâncias percebidas e diálogos reproduzidos, parece estar de alguma forma alinhada com outras três fontes que tinham - em que pesem as diferenças de contexto - posições parecidas: Snowden, Ellsberg e Manning se arriscaram para tornar públicas informações sigilosas que chegaram em suas mãos (todos tinham acesso legal aos documentos) uma vez que, acreditavam, o público deveria conhecê-las. Argumentavam que, de alguma forma, faziam parte de um esquema maior com o qual não concordavam.

4.2.1 Walter Delgatti

Se é verdade que toda fonte tem interesses, é fato também que em boa parte das vezes esses interesses são velados ou nunca ficam totalmente claros. Nos diálogos que teve com a deputada Manuela D'Ávila e com o jornalista Glenn Greenwald, descritos no livro de Duarte, Delgatti afirmava não querer ganhar nada com o vazamento, sem outro interesse além de deixar público o que ele considerava uma farsa: “eu vi essa manipulação, essa perseguição, e não me senti confortável em apagar aquilo, em guardar aquilo para mim” diz a fonte em entrevista (Delgatti, 2021(a), 16’ 54”). A versão difere das conclusões chegadas pela Polícia Federal que, além de deter Delgatti, prendeu também cinco outros hackers, ligados a ele, que teriam invadido o telefone de 176 pessoas com o objetivo de obter informações para fraudes bancárias.

Inicialmente, Delgatti disse ter agido sozinho. Mais tarde, quando foi preso, assumiu a colaboração de outro hacker: “a essa altura eu tive ainda a ajuda do Thiago, o outro rapaz que foi preso” (Delgatti, 2020, “9’30”). Quando a notícia sobre o hackeamento dos telefones das autoridades foi divulgada e Greenwald o interrogou, a resposta, segundo relato do jornalista foi: “Posso garantir que não fomos nós. Não somos hackers *newbies* [amadores], a notícia não condiz com nosso modo de operar, nós acessamos o *Telegram* com a finalidade de extrair conversas e fazer justiça, trazendo a verdade para o povo” (Duarte, 2020, p. 48).

Apesar da fala um tanto heroica, fazer justiça e trazer a verdade para o povo nunca foi o primeiro objetivo da fonte ao começar a hackear os telefones das autoridades. Mesmo escolhendo a versão de Delgatti como verdadeira, ao invés da versão da Polícia Federal, vemos que o hackeamento inicial, pelo menos, foi feito por motivos puramente pessoais. Segundo a própria

fonte, a primeira pessoa a ter o Telegram invadido foi o procurador da cidade em que morava. Delgatti tinha sido acusado de tráfico de drogas, e estava sendo processado. Durante a audiência, viu o promotor mexer várias vezes no celular, conversando através do Telegram. Delgatti afirma que estava convencido de que o assunto era ele, acreditava ter sido vítima de uma armação e que poderia provar se conseguisse ler as conversas do promotor que o acusava. Através das agendas do promotor - e dos outros - foi ampliando o acesso aos aplicativos de mensagens das autoridades.

Após cumprir seis meses de prisão preventiva, Delgatti foi absolvido da acusação de tráfico. A carreira de hacker de Delgatti foi temporariamente deixada de lado até 2019, quando, ao chegar em casa, após um debate na faculdade sobre a reforma da previdência, ele resolveu assistir online, ao vivo, a sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Eu me lembro que havia uma conversa entre um deputado e outro na qual eles falavam assim: “olha eu vou falar agora (eu acho) como líder do partido e vou detonar você, fique vendo”. E ele foi lá, e falou, e detonou. E voltou, e na conversa [*aqui Delgatti no vídeo faz o gestual de quem conversa através de chat de texto no smartphone*] ele dava risada. Então eu fui entendendo que estava sendo enganado até por eles. Porque de certa forma eles brigavam ali em público e no Telegram eles conversavam normal, como se fossem amigos, fossem tomar cerveja e estivesse zombando da cara do povo (Delgatti 2021(a), 23'10”).

Começou pelo Telegram do deputado Kim Katagui, que fazia parte do debate. Em seguida, começou a buscar os integrantes da força tarefa da Lava Jato; mas todos apagavam as conversas - menos o promotor Deltan Dallagnol “aquele histórico gigantesco, era só o Dallagnol que tinha” (Delgatti, 2021(b) 2'01). “No dia que o Lula conseguiu o HC [habeas corpus] eles ficaram malucos. Foi ali que eu vi a perseguição ao Lula. E fiz uma analogia com o meu caso” (Delgatti, 2021(b), 31 '50”).

Podemos perceber no episódio dois tipos de motivações, para diferentes ações. O primeiro, a motivação para o hackeamento. Essa teria sido puramente pessoal em um primeiro momento: em 2017 uma tentativa de, através da invasão do *Telegram* do promotor que o acusava, conseguir alguma informação que lhe fosse favorável. Depois, em 2019, ao ver o comportamento dos deputados na televisão, pode-se argumentar que surgiram razões de caráter público: expor um comportamento inadequado, enganador, imoral mesmo, dos parlamentares. Mais tarde, Delgatti volta a falar em razões pessoais, explicitadas quando ele relata a analogia entre seu caso e de

Lula: os dois estariam sendo perseguidos de forma abusiva.

4.2.2 Daniel Ellsberg

Em 1967 uma desilusão geral pairava dentro do governo, muito mais do que entre o público, a respeito dos caminhos da guerra no Vietnã. Essa era a sensação que Ellsberg descreve em seu livro de memórias: de que fazia parte, junto com seus colegas no governo ou nas instituições de pesquisa para o governo, de uma geração que queria ver o fim da guerra. O que não significava uma falta de comprometimento com os ideais políticos estadunidenses: “eu era como eles em muitos aspectos, em nada diferindo em caráter ou valores, não menos comprometido com a guerra fria, o anticomunismo, o segredo, a presidência” (Ellsberg, 2003, p. xIII).

A fonte sabia que o estudo não provava o que precisava ser denunciado sobre a estratégia secreta de Nixon no encaminhamento da guerra do Vietnã, e sobre como ele vinha enganando o povo e o Congresso. Mas mostrava que quatro dos seus predecessores tinham feito exatamente isso. Ellsberg acreditava que o simples ato de divulgar o estudo de McNamara não iria terminar a guerra, nem perto disso. Mas podia ajudar. “No estado de espírito que estava, isso era o bastante” (Ellsberg, 2003, p. 293).

No início eu via o conflito como um problema, que tentei ajudar a resolver. Depois, como um impasse, e tentei fazer com que saíssemos dali sem prejuízo para os interesses nacionais. Por fim vi a guerra como um desastre político e moral, um crime. Foi quando eu tentei expor, resistir e acabar com aquilo (Ellsberg, 2003, p. xi).

Ellsberg conta que, naquele momento, entendia que ninguém queria realmente acreditar que o governo Nixon mentia sobre a continuidade ou até mesmo a escalada da guerra. A verdade - desconhecida do público, de grande parte da imprensa e do Congresso - mas bem conhecida por quem estava dentro da engrenagem do poder executivo - é que segredos de grande importância para o povo eram guardados por décadas. O que não era um grande problema para Ellsberg naquele momento. Como um dos integrantes deste pequeno círculo do poder executivo, ele

compartilhava de um “ethos” próprio:

Para o Congresso, a imprensa e o público, saber muito a respeito do que o presidente estava fazendo com a nossa ajuda era, na melhor das hipóteses, desnecessário e irrelevante. Na pior, era um incentivo para indivíduos e instituições desinformados, míopes e paroquiais intervirem em assuntos que eram muito complicados para eles entenderem e a estragá-los. Isto parece paternalista ao ponto de soar antidemocrático. E era (Ellsberg, 2003, p. 43).

Ainda assim, o conflito no Vietnã não tinha acabado e nem estava em vias de acabar, ao contrário do que prometia o governo - e do que ansiava a fonte. Mesmo depois de publicadas as reportagens, Ellsberg admitia que seu objetivo parecia muito longe de ser alcançado.

“Até onde sei, não convenci ninguém que já não fizesse parte do movimento antiguerra [...] Por isso, seis meses após a publicação dos Pentagon Papers, quando as pessoas me perguntaram o que eu tinha conseguido com isso, eu respondi: nada. Nada em relação ao final da guerra, minha maior preocupação. Não era a opinião pública que eu estava querendo mudar, mas a política de Nixon, os bombardeios, a guerra (Ellsberg, 2003, p. 415).

4.2.3 Chelsea Manning

Daniel Ellsberg e Chelsea Manning tinham pontos em comum e diferenças fundamentais em suas motivações para o vazamento. Em ambos os casos o pano de fundo era uma guerra, e a fonte estava diretamente envolvida, trabalhando para o governo estadunidense - fosse ela militar ou civil. Ellsberg, no entanto, queria o fim da guerra. Esse era seu objetivo final. Deixar públicas as decisões e manipulações dos governos anteriores em relação à presença dos Estados Unidos no Vietnã, como forma de chamar a atenção para os mesmos vícios no governo de Nixon, foi a única maneira que ele encontrou para tentar chegar a seu objetivo. Manning, ao contrário, não queria necessariamente o fim da guerra. Mas achava que o cidadão estadunidense deveria estar mais bem informado sobre o que, de fato, acontecia na guerra para apoiar ou não as decisões do governo.

Em 2013 uma organização chamada Gabinete Internacional Permanente para a Paz deu a Manning um prêmio por seu “notável trabalho pela paz”. O prêmio foi recebido, em seu nome, pela coronel Ann Wright, uma ex-oficial sênior do Departamento do Estado Americano que, após pedir demissão em 2003, tornou-se uma ativista antiguerra. Ao ler a transcrição do discurso de Wright, Manning resolveu escrever uma declaração, publicada pelo *The Guardian*, explicando seu ponto de vista: “Não está muito claro para mim que minhas ações foram explicitamente pela “paz” ... Acho que o público não pode decidir que ações e políticas são ou não justificadas se eles não têm nem os detalhes mais rudimentares sobre o que elas são e seus efeitos” (Manning, 2022, p.181).

Na verdade, duas eram as forças principais que a levaram ao papel de *whistleblower*: sua inconformidade com o que o cidadão comum estadunidense sabia a respeito da guerra e sua inconformidade com o próprio gênero, e com a impossibilidade de viver sua realidade de mulher trans servindo no exército. No caso da guerra, Manning não tinha exatamente uma agenda ideológica abrangente. Mas tinha um objetivo: “complicar a versão adaptada e higienizada da guerra que se espalhava como um incêndio no meu país, onde qualquer questionamento de uma narrativa clara era percebido como desleal” (p.139).

Eu estava frustrada com a dissonância chocante entre o que nós, destacados para zonas de combate, sabíamos ser verdade e o que o resto da América acreditava que estava acontecendo. Era exaustivo (Manning, 2022, p.122).

Além da constante frustração gerada pelas duas realidades (“tanta informação que eles recebiam era distorcida ou incompleta”), Manning criticava o próprio sistema de sigilo de informações. “Por que guardamos tantos segredos? Não parecia haver uma lógica interna consistente para as determinações de sigilo” (Manning, 2002, p.11). A fonte relata um episódio que marcou um *turning point* em sua compreensão. Seis semanas após chegar ao Iraque, foi solicitada, pelo oficial de relações com a imprensa, a preparar um documento com todas as Atividades Significativas que teriam acontecido nos dois meses anteriores. Um relatório completo, com incidentes, número de mortes, exemplos detalhados e análises. Altamente confidencial. Depois de uma olhada rápida, o oficial retirou o selo de sigiloso e mandou para a imprensa. Chocada, Manning perguntou ao oficial como ele poderia fazer isso tão rapidamente. O oficial disse então que o sistema de sigilo existia inteiramente para o interesse do governo dos

Estados Unidos, que poderia retirar a classificação de sigilo quando fosse de seu interesse.

Me dei conta de que não só *eu* não achava que aquilo tudo deveria ser secreto, mas que as altas patentes também não, pelo menos não quando lhes convinha. Naquele instante, comecei a pensar se o público não merecia ter a mesma informação que eu tinha. Se estávamos mostrando a jornalistas o quadro todo quando nos convinha, por que não o tempo todo? Isso era, afinal de contas, informação histórica (Manning, 2022, p.12).

Mas a busca por transparência ia além das ações de guerra. A forma como o exército - e principalmente o governo - tratavam a questão de gênero atingia suas crenças políticas: “Minha vida intelectual e política pode ser dividida em pré e pós Proposição 8¹⁶. Isso me fez pensar muito sobre minha fé cega no nacionalismo” (Manning, 2022, p.91).

O sofrimento causado pela política “*Dont ask, dont tell*” não era invisível; Manning relata em suas memórias que teve vários problemas de relacionamento e desafio à autoridade devidos à extrema insatisfação com sua situação. Tudo isso, no entanto, era abafado - investigar e, idealmente, tentar resolver situações como essa, acreditava a fonte, significaria seu afastamento, o que não era uma opção: como oficial de inteligência, ela era muito valiosa. Na prisão, Bradley Manning começou sua transição: “A liberação dos vazamentos quebrou uma represa dentro de mim. Eu queria que a era dos segredos acabasse na minha vida” (Manning, 2022, p.153).

Véspera de Ano Novo. Eu estava sozinho novamente. Acendi um cigarro após o outro e decidi que esta seria a minha década. Era 2010, eu tinha 22 anos e estava pronto para fazer alguma coisa. Eu não queria mais ficar preso. Eu não queria estar disfórico pelo resto da minha vida. Eu queria descobrir se estava pronto para a transição. Eu queria começar fazendo acontecer as coisas em que acredito. Por mais cafona que pareça, olhei para as estrelas e decidi que queria ver se conseguiria mudar o mundo, em vez de me sentir oprimido pelas coisas que achava horríveis nele (Manning, 2022, p. 128).

16

A Proposição 8 trata de uma lei, aprovada na Califórnia em 2008, definindo como válido, naquele estado, apenas o casamento entre um homem e uma mulher.

4.2.4 John Doe

“Não existe dinheiro, mas obviamente também não existe fama para alguém que prefere se manter anônimo. Mas existe perigo” (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 22). Mergulhados em um volume gigante de dados, expondo incontáveis transações dos clientes da firma panamenha Mossack Fonseca, os jornalistas do *Süddeutsche Zeitung* se perguntavam por que aquela fonte se arriscava tanto.

- Por que você está se arriscando?
- Não posso explicar minhas razões sem revelar minha identidade. Mas, falando genericamente, eu sinto que eu tenho que fazer isso porque eu posso. É muito importante. É assustadora a quantidade de atividade criminal que acontece aqui.
- Você não tem medo?
- Definitivamente. Mas tento ser cuidadoso (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 22).

O relato dos jornalistas alemães mostra que John Doe queria divulgar o material para tornar os crimes públicos. Deixou, como veremos mais à frente, uma espécie de justificativa: um manifesto sobre a desigualdade de renda. Ainda assim, deixa entrever alguma motivação escondida (“não posso explicar minhas razões sem revelar minha identidade”). Além de tornar públicos os crimes, e os donos do dinheiro escondido, a fonte parecia ter uma preocupação específica com a empresa em si e os donos da Mossack Fonseca.

- O que você acha que vai acontecer à empresa quando tudo isso for publicado?
- Eu acho que a empresa terá problemas. Qualquer um no negócio de guardar segredos tem que esperar problemas. Não só com os clientes.
- E quanto a Jurgen Mossack e Ramon Fonseca? Você acha que eles realmente serão presos, e extraditados, ou vão tentar fugir e se esconder em algum lugar?
- Na verdade, não. O Panamá parece ter leis bastante adaptadas a esse tipo de negócios. Mas as autoridades panamenhas teriam que realmente querer ir atrás deles, o que é duvidoso.
- Mas o Jurgen Mossack é alemão....
- Ele provavelmente não viaja muito. Mas se ele ficar no Panamá,

provavelmente terá pouco o que temer.

- Triste, mas eu acho que você está certo. Você como jornalista não fica indignado vendo pessoas como essas conseguindo escapar?

- Ficamos. Mas a aplicação da lei não é o nosso trabalho.... (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 141).

O final do livro de Obermayer e Obermaier traz uma espécie de manifesto de John Doe, de seis páginas, com o título de “A revolução será digitalizada”. Nele, a fonte afirma que a desigualdade de renda é uma das questões que definem o nosso tempo. Vem sendo debatida através dos anos por políticos, acadêmicos, estudantes e ativistas, sem que nada de concreto consiga ser feito. A razão? A fonte - ela mesma -, responde: corrupção massiva e generalizada. E, segundo John Doe, não é coincidência que a resposta venha de uma firma de advocacia. “Mais do que apenas uma engrenagem na máquina de gerenciar riqueza, a firma Mossack Fonseca usou sua influência para escrever e dobrar as regras em todo o mundo para favorecer os interesses de criminosos” (Obermayer; Obermaier, 2017, 345). Teria chegado a hora da prestação de contas.

Eu decidi expor a Mossack Fonseca porque eu achei que seus fundadores, empregados e clientes devem responder por seus papéis nesses crimes, dos quais apenas parte veio à tona até agora. Levará anos, provavelmente décadas, para que a extensão completa dos atos sórdidos da firma seja conhecida (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 346).

Mais uma vez, não deixa barato para o fundador da firma: “No mínimo, nós sabemos que o Jürgen Mossack cometeu perjúrio frente a uma corte federal em Nevada” (Obermayer; Obermaier, 2017, p.346). O manifesto segue dizendo como os sistemas bancário e financeiro - e seus sistemas reguladores - todos falharam. E aposta na tecnologia para uma revolução:

Os historiadores podem facilmente contar como as questões que envolvem impostos e desequilíbrios de poder levaram a revoluções em épocas passadas. Naquela altura, o poderio militar era necessário para subjugar os povos, ao passo que agora, restringir o acesso à informação é igualmente eficaz, ou mais, uma vez que o ato é muitas vezes invisível. No entanto, vivemos numa época de armazenamento digital barato e ilimitado e de ligações rápidas pela Internet que transcendem as fronteiras nacionais. Não é preciso muito para ligar os pontos: do início ao fim, da geração à distribuição global da mídia, a próxima revolução será digitalizada. Ou talvez já tenha começado (Obermayer; Obermaier, 2017, p. 350).

4.2.5 Edward Snowden

“O que está fazendo é crime. Você provavelmente vai para a cadeia pelo resto da sua vida. Por que está fazendo isso? Realmente vale a pena?” (Harding, 2014, p.93). A pergunta foi feita para Snowden pelo jornalista do *The Guardian*, Ewen MacAskill. Não era pura curiosidade. Como jornalista mais experiente do grupo que foi para Hong Kong encontrar-se com Snowden, MacAskill, um repórter político de 61 anos, estava fazendo uma avaliação da fonte.

MacAskill já tinha conhecido muitos vazadores de informações. A grande maioria era de políticos. E os motivos não variavam muito: uns vazavam por ambição; outros, por vingança; muitos tinham queixas, se sentiam preteridos. Mas Snowden parecia diferente: “Ele tinha um senso de idealismo” (Harding, 2014, p. 93). Para Snowden, a razão poderia ser descrita mais como um ato de restauração. Assim como John Doe, ele via a ação do *whistleblower* não como um ato radical de dissensão ou resistência, mas “como um ato convencional de sinalização de que o navio está voltando ao porto, onde será desmontado, reformado e seus vazamentos serão remendados antes que possa começar de novo” (Snowden, 2019, p. 204). Para a fonte, sem trazer à luz todo o escopo desse sistema global de vigilância em massa desenvolvido e implantado pelo governo estadunidense, não haveria esperança de restabelecer um equilíbrio de poder entre os cidadãos e sua governança. Em depoimento ao jornalista Glenn Greenwald, a fonte garantiu que o que queria não era acabar com os sistemas de vigilância, mas forçar um debate longo com consequências reais, e “permitir que as pessoas decidam se eles devem continuar a existir” (Greenwald, 2014, p. 56).

Snowden afirma que, no início, estava mais interessado em entender como funcionava tecnicamente o sistema de vigilância a que o governo estava submetendo países amigos e cidadãos estadunidenses do que preocupado com os alvos dele. E que só mais tarde, ao ver que fazia parte de um sistema que feria a Constituição e os direitos básicos da população, começou a se perguntar em que ponto teria que violar a lei.

A fonte afirma que não houve um momento específico em que resolveu se tornar um *whistleblower*. Foi uma decisão tomada aos poucos, enquanto via “toda uma ladainha interminável de mentiras dos altos funcionários para o Congresso - e, portanto, para o povo americano” (Harding, 2014, p. 47). Snowden se referia principalmente a um episódio, no início

de 2013, em que o então diretor de Inteligência Nacional James Clapper testemunhou, sob juramento, ao Comitê de Inteligência do Senado, que a NSA não estava envolvida na coleta em massa das comunicações dos cidadãos estadunidenses. “Vários congressistas diante dos quais Clapper estava testemunhando sabiam muito bem que o que ele estava dizendo era falso, mas, mesmo assim, recusaram-se - ou sentiram-se legalmente impotentes - a confrontá-lo” (Snowden, 2019, p. 197).

Assim como Manning, Snowden criticava também os vazamentos seletivos do governo sobre a guerra: “A CIA frequentemente anuncia seus sucessos, independentemente de sua confidencialidade e das consequências” (Snowden, 2019, p.203).

Ao divulgar ao *The Washington Post* e ao *The New York Times*, esbaforido, seu ataque com drones a al-Aulaqi, o governo Obama admitiu tacitamente a existência do programa de drones da CIA e sua *disposition matrix*, ou lista de mortes, sendo que ambos eram oficialmente ultrassecretos. Além disso, o governo estava implicitamente confirmando que se envolvia não apenas em assassinatos direcionados, mas em assassinatos direcionados de cidadãos estadunidenses. Esses vazamentos, realizados na forma coordenada de uma campanha de mídia, foram chocantes demonstrações da abordagem situacional do Estado ao sigilo: algo que deve ser mantido para que o governo aja com impunidade, mas que pode ser quebrado sempre que ele pretenda reivindicar créditos (Snowden, 2019, p. 203).

Ao desejo de colocar em discussão a validade ou não do sistema de vigilância massiva dos Estados Unidos, a fonte junta sua própria razão pessoal: “Não quero viver em um mundo onde tudo que digo, tudo que faço, todos com quem converso, toda expressão de criatividade, amor ou amizade estejam sendo gravados” (Harding, 2014, p. 15). Em suas memórias, Snowden admite – assim como Ellsberg, antes dele, - que os efeitos de sua ação foram menores do que o esperado:

Já faz seis anos que me entreguei porque testemunhei o declínio do compromisso dos chamados governos avançados do mundo todo para com a proteção dessa privacidade que eu considero - e as Nações Unidas também - um direito humano fundamental. No entanto, nesse período, esse declínio só continuou, já que as democracias estão voltando ao populismo autoritário. E em nenhum lugar essa regressão foi mais aparente do que na relação dos governos com a imprensa (Snowden, 2019, p. 12).

4.3 Consequências

Maior ou menor perseguição a fontes, aos jornalistas e aos veículos que desafiam governos e o poder, de modo geral, são elementos que ajudam a determinar a força histórica da imprensa em sua função de “cão de guarda”. Exílio, prisão, notoriedade: tudo pode acontecer. E uma das consequências para a fonte pode ser justamente seu alçamento à figura de fonte protagonista, tornando-se principal personagem de acontecimentos jornalísticos posteriores.

De forma geral (com a exceção do site WikiLeaks e alguns momentos tensos na reação do *The Guardian*), os veículos que publicaram os vazamentos estudados neste *corpus* pouco sofreram ou, ao contrário, lucraram com os vazamentos, ganhando prêmios e leitores. As fontes, por outro lado, tiveram em suas histórias desfechos menos favoráveis. As que recusaram o anonimato (Ellsberg e Snowden), ou que foram descobertas posteriormente (Delgatti e Manning), foram processadas e julgadas. A única que permaneceu em liberdade, Ellsberg, deve o fim de seu processo a questões técnicas no julgamento. Snowden está exilado em Moscou. Delgatti preso no Brasil e Chelsea Manning em liberdade nos Estados Unidos depois de receber, em 2017, um perdão presidencial - após ter ficado sete anos detida. Nesta seção, analisamos apenas cinco episódios de vazamento: não há informações sobre consequências para a John Doe, a fonte do caso Panama Papers.

4.3.1 Chelsea Manning

O período de prisão de Manning foi particularmente brutal, que incluiu duas tentativas de suicídio. A fonte relata que no Afeganistão, ficou 59 dias em uma espécie de jaula de metal, de 2,5 metros quadrados, no centro de uma tenda, onde a iluminação artificial tornava impossível saber se era dia ou noite. Quatro dias após os *SIGACTS* da guerra do Afeganistão serem publicados, foi levada para os Estados Unidos, onde passou nove meses novamente em regime de prisão solitária, antes de ser transferida para uma prisão regular. Um relatório das Nações Unidas, após uma investigação de mais de um ano, classificou o tratamento dado à soldado de “cruel,

desumano e degradante, configurando uma violação ao artigo 16 da convenção contra a tortura” (Manning, 2022, p. 171). Decididamente, quando começou a pensar em vaziar as informações para a imprensa, Manning não imaginava nada nem perto disso:

O que eu estava tentando nunca havia sido feito antes e, portanto, as consequências eram desconhecidas. [...] Ninguém tinha ido para a prisão por causa desse tipo de coisa; eu não tinha ouvido falar de Ellsberg na época, mas conhecia bem Thomas Drake, um delator da NSA que havia sido processado pela Lei de Espionagem. Ele havia enfrentado acusações que somavam uma sentença de 35 anos de prisão, mas pouco antes do julgamento fez um acordo que resultou no cumprimento apenas de serviço comunitário em liberdade condicional. [...] Imaginei que, no máximo, seria desligado do exército ou perderia meu nível de autorização de segurança. Eu nunca considerei realmente a noção de uma vida passada na prisão, ou pior (Manning, 2022, p.8).

Manning foi considerada culpada de 17 das 22 acusações, seis das quais enquadradas na lei de espionagem. A sentença final foi de 35 anos de confinamento (ao começar o julgamento, Manning já estava detida havia três anos). A acusação mais controversa foi “ajudar o inimigo”. “Foi uma aplicação da lei sem precedentes, basicamente acusando-me ao equivalente a uma traição por ser uma fonte” (Manning, 2022, p.190). Sua corte marcial oferecia ao governo a chance de enviar uma mensagem aos vazadores em um momento crucial: não façam isso; as consequências podem ser maiores do que você imagina.

Manning afirma, em suas memórias, acreditar que o resultado foi influenciado pela eclosão do caso Snowden: uma vez que o governo não conseguiu prendê-lo, ela teria se tornado uma espécie de “bode expiatório cativo” (Manning, 2022, p.208). Além deste deslizamento simbólico – perdia o papel de herói para Snowden - Manning também teve que lutar para que prevalecesse, na mídia, uma narrativa coerente de suas motivações: “o público não tinha me ouvido falar desde que fui preso. Eu era simplesmente um símbolo, um ator de filme mudo em que as pessoas projetavam seu amor e seu ódio, sua política e seus medos” (Manning, 2022, p.194).

Ao contrário de Ellsberg e Snowden, durante o julgamento Manning não tinha acesso direto à imprensa para estabelecer, de forma satisfatória, seu protagonismo – ele acontecia à sua revelia. Da mesma forma que as outras duas fontes, no entanto, ela continuou (ainda que em menor escala) na cena política e midiática após o episódio. Além de, durante um tempo, escrever uma coluna mensal para o *The Guardian*, tornou-se o que classifica de “ativista da transparência”:

“o ativismo rapidamente se transformou em um emprego de tempo integral” (Manning, 2022, p.257).

Os veículos de imprensa tradicionais que publicaram o material vazado por Manning nada sofreram. Assange e o site WikiLeaks, ao contrário, foram fortemente perseguidos. No domingo, primeiro dia de publicação dos telegramas, o WikiLeaks foi vítima de um ataque hacker massivo. Assange desviou a página principal do site para um serviço da Amazon - o que funcionou até que um senador estadunidense contactasse a Amazon para obrigá-los a proibir Assange de usar seu servidor para abrigar o WikiLeaks. Em seguida, grande parte dos fundos do site foram bloqueados pela MasterCard, Visa, PayPal e até pelo sistema postal suíço, que encerrou uma conta bancária de Assange. E, naturalmente, o governo dos Estados Unidos anunciou uma investigação criminal ativa e permanente sobre os vazamentos (Leigh; Harding, 2011, p.204, 205).

Para as fontes, o episódio Cablegate gerou consequências aparentemente díspares com sua importância política. Em 19 de janeiro, a agência de notícias Reuters publicou que, em informes privados ao Congresso, diplomatas americanos de alto escalão admitiram que os efeitos colaterais da divulgação de milhares de telegramas diplomáticos privados em todo o mundo não foram particularmente ruins. Ou, como resumiu o Secretário de Defesa, Robert Gates, com inesperada honestidade, em uma entrevista coletiva:

Os governos negociam com os Estados Unidos porque é do seu interesse, não porque gostam de nós ou confiam em nós ou por nossa capacidade de guardar segredos. Então outros países continuarão a negociar conosco. Isso é constrangedor? Sim. Desconfortável? Um pouco. Mas o impacto a longo prazo? Muito modesto (Manning, 2022, p. 178).

No entanto, além da condenação de Manning, Assange ficou sete anos exilado dentro da embaixada do Equador, em Londres, e depois detido em uma prisão de segurança máxima, na Inglaterra, aguardando uma decisão sobre uma possível extradição para os Estados Unidos. Em junho de 2024, em um acordo com o governo estadunidense, Assange declarou-se culpado de conspirar ilegalmente para obter e divulgar informações confidenciais, recebendo uma pena de 62 meses (que, na prática, resultou em sua soltura, uma vez que o tempo detido tinha sido superior a isso).

Mas a publicidade - e a controvérsia - tornaram o WikiLeaks uma imensa marca global,

gerando uma enorme quantidade de sites clones: IndoLeaks, BrusselsLeaks, BalkanLeaks, ThaiLeaks, PinoyLeaks. Alguns republicaram telegramas das embaixadas norte-americanas, outros publicaram material de suas próprias fontes (Leigh; Harding, 2011, p.247).

4.3.2 Daniel Ellsberg

Ao entregar os documentos que ficariam conhecidos como os Pentagon Papers ao jornalista Neil Sheehan, do *The New York Times*, Ellsberg pediu anonimato, só. A fonte garante, em seu relato, que não chegou a conversar com o jornalista sobre a possibilidade de o jornal protegê-lo, porque imaginou que o *The New York Times* fosse fazer isso automaticamente, até certo ponto. Mas também não estava procurando um confronto: se, por algum motivo legal ou político, o governo resolvesse não ir atrás dele, não seria ele que iria provocar um processo.

Por outro lado, sabia que as suspeitas do vazamento recairiam sobre seus colegas - apenas algumas poucas pessoas poderiam ter acesso ao estudo. Neste caso, garante, não pretendia se esconder. "Ao primeiro sinal de investigação criminal, eu iria me declarar como única fonte da publicação" (Ellsberg, 2003, p.374).

Havia uma pequena possibilidade de que ele não fosse processado - Ellsberg confessa que não se lembrava de ter havido algum indiciado em vazamentos anteriores, apesar de, com certeza, alguns desses vazamentos terem tido suas fontes identificadas. No entanto, nenhum tinha sido tão extenso. Por outro lado, a legislação era dúbia:

O Congresso nunca aprovou qualquer lei que estabelecesse sanções criminais contra o que eu fiz: copiar e fornecer informações oficiais classificadas sem autorização a jornais, ao Congresso e ao que os nossos princípios constitucionais consideram como nosso público soberano (Ellsberg, 2003, p. 429).

Os procedimentos que lidavam com esses casos, até então, eram basicamente regras administrativas, prevendo sanções como a perda de acesso a informações confidenciais ou a demissão. Mas não foi o que aconteceu; Ellsberg foi indiciado em uma corte federal por 12 acusações, e poderia ter sido condenado a 115 anos de prisão. Na verdade, a condenação apenas

não aconteceu por um erro do governo. Chelsea Manning diz, em seu livro de memórias, que uma das estratégias do governo para desacreditar vazadores de informação é acusá-los de tudo o que puderem, tentando retratá-los como loucos, bêbados ou sexualmente desviantes. Para isso, teriam até um termo: “*nuts and sluts*”, algo como “loucos e putas” (Manning, 2022, p.8). No caso de Ellsberg, apostaram no “*nuts*”, e resolveram invadir o escritório de seu psiquiatra buscando munição para o ataque.

A missão foi dada a um grupo conhecido como “Os bombeiros da Casa Branca”, uma espécie de piada interna do governo. Os “bombeiros” faziam parte de um programa desenvolvido especialmente para vazarem informações: telegramas falsos ou “melhorados” - envolvendo Ted Kennedy, por exemplo - e, no caso de Ellsberg, “provas” que ajudassem a “destruir sua imagem pública e sua credibilidade” (Ellsberg, 2003, p. 439). Esse mesmo grupo foi o responsável pela invasão dos escritórios do partido democrata, em 1972, no episódio conhecido como Watergate. Em abril de 1973, quando o julgamento foi invalidado, os jornais noticiavam: "Quando Watergate se encontra com o julgamento dos Pentagon Papers" (Ellsberg, p. 444).

A prática de utilizar a imprensa para desacreditar uma fonte não era discutida de forma sutil no governo. Segundo o então presidente Nixon, aquele era um jogo que deveria ser jogado na imprensa. Ellsberg reproduz uma conversa gravada, do presidente com o procurador geral da república, General Mitchell, e seu conselheiro Henry Kissinger, em que Nixon diz:

Vamos colocar o filho da puta na cadeia. Não se preocupe com o julgamento dele, apenas divulgue tudo o que puder. Julgar ele na imprensa. Julgar ele na imprensa. Tudo, John, que tiver na investigação, divulga, vaza. A gente quer destruir ele na imprensa. Imprensa. Está claro? (Ellsberg, 2003, p. 432)

Parte da estratégia de destruir a imagem pública e a credibilidade de Ellsberg era obter sua ficha psiquiátrica do consultório de seu médico. Mas não só isso: o próprio psiquiatra foi investigado na esperança de encontrar algo que o pressionasse a não testemunhar a favor de Ellsberg.

A perseguição do governo ao *The New York Times*, a batalha jurídica que se seguiu e o veredito da justiça abriram caminho para que, ao menos nos Estados Unidos, a imprensa se sentisse segura em publicar informações confidenciais obtidas por fontes anônimas ou não. Como vimos nos episódios do Cablegate, Snowden e do Panama Papers, isso pesou na decisão de outros jornais estenderem ao periódico estadunidense a participação em reportagens investigativas que,

em seus países, não tinham tanta garantia de publicação.

Os documentos sobre a guerra do Vietnã renderam uma série de matérias, como queria Ellsberg. Quando a terceira parte da reportagem foi publicada, em junho de 1971, o governo resolveu agir. Mandou uma carta ao *The New York Times* pedindo para que a publicação fosse suspensa e para que eles entregassem a cópia do estudo. Como o jornal se recusou, partiram para uma ação legal. O juiz deu uma ordem para que, temporariamente, até que fosse analisado o caso, o jornal não publicasse mais nada.

Após a ordem inicial dada ao *The New York Times*, de suspender as publicações, qualquer jornal que publicasse o estudo estaria, em tese, desafiando uma proclamação solene da Casa Branca e do Departamento de Justiça de que estavam causando danos irreparáveis à segurança nacional. Mas isso não os impediu. Ellsberg relata o impacto da decisão: as pessoas e instituições que estavam desafiando o governo eram pilares do *establishment*. Até então, para elas, uma atitude dessas seria impensável (Ellsberg, 2003, p. 399) Depois das liminares contra o *NY Times* e *Boston Globe*, no entanto, nenhum processo foi instaurado contra o *Los Angeles Times*; o *Chicago Sun - Times* ou os jornais da cadeia Knight.

4.3.3 Walter Delgatti

O hacker de Araraquara, como ficou conhecido Walter Delgatti, foi preso em julho de 2019. Foi condenado a 20 anos e 1 mês de prisão, mas continuou cumprindo a pena fora da prisão, com medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica e a condição de não acessar a internet. Delgatti se considera abandonado: “Jornais e partidos de esquerda apoiam mais a operação do que o hacker” (Delgatti, 2021(b), 5’05”). Mas, pelo menos naquela época, tinha planos. “Caso eu ganhe uma notoriedade positiva com tudo isso, [a ideia é] que eu me candidate a deputado federal pelo meu estado (Delgatti, 2021(b), 5’21”). Até o momento em que esse trabalho foi feito, isso não tinha acontecido.

Em relação aos jornalistas, além da tensão envolvida em uma cobertura baseada no vazamento de material sigiloso obtido de forma ilegal, a única ameaça real foi Glenn Greenwald

quem sofreu - aliás esse foi o único episódio em que um jornalista foi, pessoalmente, atingido. Como estrangeiro, apesar de morador no país desde 2005 e com filhos adotados junto com seu companheiro, o brasileiro David Miranda, Greenwald era o mais vulnerável - além de ser “uma vitrine” do *The Intercept Brasil*. Depois de um depoimento de Delgatti, o ministro Sergio Moro publicou uma portaria, de número 666, que facilitava a prisão e a deportação sumária de estrangeiros. O texto tratava sobre “o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”. Pelo Twitter, Greenwald classificou a nova norma como “terrorismo” (Duarte, 2020).

O tom de ameaça ficou mais forte quando o próprio presidente Jair Bolsonaro, no dia seguinte, afirmou: “Eu teria feito um decreto, porque quem não presta tem que mandar embora” (Duarte, 2020, p. 99). Embora reconhecendo que Greenwald não poderia ser punido pela nova portaria, por ser casado com brasileiro e ter filhos adotados no país, o presidente ainda sugeriu que ele poderia ser punido de outra maneira: “Talvez pegue uma cana aqui no Brasil, não vai pegar lá fora, não” (Duarte, 2020, p.99). As ameaças resultaram em um ato de desagravo a Greenwald e ao *The Intercept Brasil*, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, reunindo jornalistas, artistas, políticos, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e o público em geral. Segundo os organizadores, cerca de 3 mil pessoas acompanharam o ato, no auditório, e 2 mil pelos telões instalados no saguão e do lado de fora (Duarte, 2020, p. 106).

Apesar de não ter sido formalmente investigado pela Polícia Federal, Greenwald foi denunciado pelo Ministério Público Federal sob a acusação de participar de associação criminosa, interceptação de comunicações e invasão de dispositivo informático. Em fevereiro de 2020 a denúncia foi rejeitada pela Justiça Federal em Brasília.

4.3.4 Edward Snowden

É irônico, como já comentamos, que o ardente defensor das liberdades civis, amante das armas e

leitor da Constituição – como mostra sua biografia – tenha sido obrigado a aceitar exílio em Moscou. Quando ficou claro que não poderia ficar em Hong Kong (mesmo se ganhasse a batalha contra a extradição para os Estados Unidos, teria que ficar preso durante todo o período, que poderia se arrastar por anos), a Rússia não tinha sido sua primeira escolha. Nem segunda. Na verdade, o próprio governo estadunidense, de alguma forma, forçou esse desfecho.

Snowden garante que tinha preferência pela Islândia, mas isso significava passar pelo espaço aéreo estadunidense, o que seria impensável. América do Sul, então. A ajuda para um asilo no Equador vinha de um outro vazador de informações: Julian Assange. Como forma de concretizar o plano, a jornalista do WikiLeaks Sarah Harrison encontrou-se com Snowden levando um salvo-conduto para aquele país (mais tarde o governo de Quito revogaria o salvo-conduto, dizendo ter sido um erro). Mas, ao fazer uma escala em Moscou, Snowden chegava em uma espécie de limbo. O presidente Putin argumentou que, como os Estados Unidos tinham cancelado seu passaporte, ele não podia seguir viagem. Ficou mais de um mês isolado no aeroporto, com Sarah Harrison como companhia. Durante aquele tempo, pediu asilo político a 27 países diferentes, como relata. Depois de semanas, finalmente apareceu para uma coletiva com a imprensa. Pedira asilo na Rússia, temporariamente, até que pudesse viajar para a América Latina. Até o momento em que este texto foi escrito, Snowden continuava em Moscou - ou, como diz ele, em uma escala de vinte horas que já se arrasta há mais de seis anos. “O exílio é uma escala sem fim” (Snowden, 2019, p. 259).

Depois que a primeira reportagem foi publicada no *The Guardian*, dois dias após Laura Poitras e Glenn Greenwald terem chegado a Hong Kong, foi ficando claro para ele que o governo estadunidense estava tentando identificar a fonte de todas as maneiras possíveis. Voltar aos Estados Unidos não era uma opção: a lei não fazia distinção entre fornecer informações sigilosas à imprensa em nome do interesse público e fornecê-las, ou até mesmo vendê-las, ao inimigo. E a pena pela divulgação de documentos ultrassecretos, seja para espões estrangeiros ou jornalistas nacionais, era de até dez anos por documento (Snowden, 2019, p. 250).

Mas a fonte sabia que, caso - ou quando - fosse identificada pelo governo, teria que lutar para que sua própria narrativa predominasse. Ou, pelo menos, para que fosse ouvida. E para que a história sobre a figura do *whistleblower*; e as tramas do governo para desacreditá-lo, não se sobrepusessem à história sobre o que estava sendo vazado.

Usariam o rosto que encontrassem - meu rosto - para evitar ter que prestar

contas: em vez de abordar as revelações, eles impugnariam a credibilidade e a motivação do vazador. Portanto, eu tinha que tomar a iniciativa antes que fosse tarde demais. Se eu não explicasse minhas ações e intenções, o governo o faria, e de uma maneira que desviaria o foco de seus erros. A única esperança que eu tinha de reagir era me apresentar primeiro e me identificar (Snowden, 2019, p. 248).

Assim surgiu o vídeo, feito por Poitras no quarto de hotel em Hong Kong, que deixou a fonte conhecida no mundo inteiro. Começava de forma simples: “meu nome é Ed Snowden. Tenho 29 anos de idade”. Além do vídeo, Greenwald fez um perfil de Snowden em uma de suas reportagens. Mas a fonte, ao que parece, queria ter controle sobre quando e onde sua narrativa iria aparecer – um protagonismo calculado. No período em que estava em Hong Kong, recusou todos os convites da imprensa para entrevistas. “Ele sabia que a mídia adora levar qualquer notícia para o lado pessoal, e queria manter o foco na vigilância da NSA, não em ele mesmo. [...] Se quisesse, Snowden poderia ter passado dia e noite nos programas de tv mais influentes, com o mundo inteiro assistindo” (Greenwald, 2014, p.235).

Assim como Ellsberg e Manning, tanto Snowden quanto Greenwald tiveram sua cota de tentativa de descrédito pela e na imprensa. Snowden como um narcisista megalômano (Greenwald, 2014, p. 235). Já os ataques a Greenwald foram, principalmente, direcionados à sua (falta de) identidade jornalística. Chamado de ativista e blogueiro, os ataques eram, nas palavras de Greenwald, uma tentativa de, ao retirar a “etiqueta” de jornalista, reduzir a legitimidade da notícia. A classificação de ativista, além disso, abria caminho para consequências jurídicas e criminais, já que ele perderia qualquer proteção legal, formal ou informal, que os jornalistas têm (Greenwald, 2014, p. 225).

A natureza das informações repassadas por Snowden representava, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, problemas legais consideráveis, especialmente em um ambiente pós - 11 de setembro, em que não só a disposição geral dos governos, mas também suas leis, endureciam. A postura do *Washington Post*, que deixou de publicar o furo e impediu a ida do repórter a Hong Kong se encontrar com Snowden, é um exemplo. A cautela, no entanto, não era à toa. Poucas semanas antes de Greenwald se encontrar com a fonte, fora divulgada a notícia de que o governo de Obama obtivera um mandado judicial para ler os e-mails e registros telefônicos de repórteres e editores da agência de notícias *Associated Press* para descobrir qual tinha sido a fonte de uma determinada notícia. Não só: o Departamento de Justiça estadunidense estava

acusando o chefe da redação da emissora de televisão *Fox News*, em Washington, de “cúmplice de conspiração com os supostos crimes de uma fonte” uma vez que o jornalista teria “auxiliado e facilitado” a fonte a revelar informações confidenciais (Greenwald, 2014, p. 68).

Ainda assim, aos editores do *The Guardian*, parecia mais seguro começar a publicar as reportagens pelos Estados Unidos. Também por isso o *The Guardian* buscou (contra a vontade de Snowden) a parceria do *The New York Times*. Um acordo que iria beneficiar ambos. Como disse o editor chefe do *The Guardian*, Lucas Harding, desta forma, o *NYT* tinha um pen-drive; o *Guardian* tinha a primeira emenda (Harding, 2014, p.154). O jornalista se referia à primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos que impede o governo de restringir a liberdade de imprensa. Na Inglaterra, no entanto, a situação era outra. O *Official Secrets Act* (Ato de Segredos Oficiais) determinava que era crime funcionários do governo vazarem informação da inteligência, e tinha cláusulas que poderiam resultar na condenação dos próprios jornalistas. A simples posse dos arquivos de Snowden em Londres poderia levar a uma ordem de prisão.

Para se ter uma ideia, na década de 1970 enquanto nos Estados Unidos Woodward e Bernstein colhiam os louros de sua investigação sobre o Watergate, na Inglaterra dois jovens jornalistas eram presos por revelar, em um artigo, a existência do GCHQ - o *Government Communications Headquarters* - uma agência britânica de (na época) espionagem por rádio. E o material de Snowden revelava, entre outras coisas, que o GCHQ havia grampeado chefes de Estado durante as duas conferências do G20 realizadas em Londres em 2009. Era exatamente esse material que o governo britânico queria ver destruído.

Depois que publicou a primeira reportagem (200 exemplares especiais no início da noite, e trinta mil exemplares às duas da manhã, para evitar que o governo os impedisse), Alan Rusbridger, editor do *The Guardian*, recebeu uma visita do secretário de gabinete do primeiro-ministro inglês. O jornalista conta, em seu livro, que o secretário deixou em aberto uma possível ação legal caso eles continuassem publicando. O governo insistia na entrega do material, mesmo que isso fosse, na prática, inócuo: afinal, o material já estava nos Estados Unidos, e em posse de Greenwald, no Brasil. O clima começava a ficar pesado: “Vocês já se divertiram. Está na hora de devolver o material” (Harding, 2014, p.155). O editor se recusou a entregar os arquivos. A alternativa, para que o jornal não fosse fechado, era destruir tudo o que o *The Guardian* londrino tinha em mãos.

Durante três horas, no que Rusbridger classificou como “um dos episódios mais estranhos

na longa história do *The Guardian*”, o jornal teve que destruir seus próprios computadores, sob as orientações de dois homens do governo.

Quando o quebra-quebra finalmente terminou, os jornalistas colocaram mais alguns componentes no desmagnetizador, como crianças pequenas colocando peças moduladas em uma caixa. Todos recuaram. Ian se inclinou à frente e ficou observando. Nada aconteceu. Nada, ainda. Então, finalmente, um estouro (Harding, 2014, p.160).

O editor do *The Guardian* conta que, depois disso, onde quer que fosse carregava um pequeno pedaço de computador destruído no bolso interno do paletó. “É uma espécie de artefato, um símbolo do papel do Estado *versus* o do jornalista” (Harding, 2014, p. 256).

Os parceiros do *The Guardian*, o *The New York Times* e o *ProPublica*, pouco sofreram. O *NYT* foi abordado pelos britânicos, mas se recusou a entregar o material. Ficou por isso mesmo. O *ProPublica* foi ignorado.

4.4 Quadros-resumo

Quadro 7 – Motivação Alegada

EPISÓDIO	FONTE	MOTIVAÇÃO ALEGADA
Pentagon Papers	Daniel Ellsberg	Queria ver o fim do envolvimento dos Estados Unidos na guerra do Vietnã.
Cablegate	Chelsea Manning	Queria que os cidadãos americanos conhecessem a realidade da guerra, e não uma versão adaptada e higienizada.
Caso Snowden	Edward Snowden	Queria que o povo estadunidense tivesse ciência do grau de vigilância a que estavam sendo submetidos.
Panama Papers	John Doe	Queria tornar públicas as atividades criminosas que a firma Mossack Fonseca exercia e encobria.
Vaza Jato	Walter Delgatti	Diferentes motivações para o hackeamento inicial (motivos particulares) e para o vazamento de dados: se dizia um cidadão indignado, procurando justiça.

Fonte: corpus estudado

Quadro 8 – Consequências

EPISÓDIO	CONSEQUÊNCIAS / FONTE
Pentagon Papers	Seu julgamento foi anulado quando se descobriu que a acusação tinha obtido evidências de forma ilegal.
Cablegate	Foi presa e julgada. Depois de sete anos teve a pena, de 35 anos, comutada pelo presidente Barack Obama.
Caso Snowden	Está exilado em Moscou.
Panama Papers	Desconhecidas
Vaza Jato	Foi julgado e condenado. Cumprindo prisão domiciliar.

Fonte: corpus estudado

5 FRONTEIRAS PERMEÁVEIS

Em 2009 Brian Boyer, do *Washington Post*, publicava em seu twitter um anúncio buscando um profissional para os quadros do jornal. Não seria um fato digno de nota se, no título do anúncio, a expertise procurada não fosse um pouco incomum: “procura-se um hacker”. A proposta oferecia bolsas para programadores que quisessem ir para o jornalismo “ajudar a salvar a democracia”. Boyer fazia parte de um time de jornalistas-programadores, um tipo de profissional adotado não só pelo *The Washington Post* como por jornais como *The New York Times*, *Chicago Tribune* e o *The Guardian* (Parasie, 2011).

A incorporação de profissionais da informática no quadro de uma redação de jornalismo mexe com o que se entende como prática e identidade jornalística, e uma possível redefinição do campo jornalístico. Ao investigar a construção da identidade dos jornalistas-programadores em sua tese de doutorado, Lima opta pela abordagem de *mundos sociais* dentro do universo jornalístico, como forma de analisar as trajetórias de carreiras dos jornalistas de dados, “que ocorrem nas dimensões dos indivíduos e dos processos do trabalho jornalístico” (Lima, 2021, p. 84). A necessidade da inclusão da expertise tecnológica dentro das redações, que força a inclusão no campo de novos profissionais e habilidades, se revela em diferentes níveis e frentes. Do ponto de vista da narrativa, abre espaços para novas formas de tratar a notícia (jornalismo de dados, realidade ampliada etc.); do ponto de vista da técnica, torna possível o tratamento de grandes quantidades de dados, e é fundamental para garantir a segurança de se trabalhar com eles.

É também em um cenário de uma sociedade midiaticizada, com a ascensão da comunicação mediada pelas redes sociais digitais, que a reverberação midiática dos acontecimentos é amplificada. Vemos, então, as fontes jornalísticas ocupando espaços que não ocupavam antes - ou ocupando-os de outras formas, e com outra intensidade. Surgem, ou são intensificadas, as características de colaboração e protagonismo nas fontes.

Nesta parte final da pesquisa apresentamos duas novas categorias na taxonomia das fontes: a fonte colaborativa e a fonte protagonista. Como embasamento para a proposta, fazemos um breve resgate do estudo das fontes e de algumas das taxonomias já sugeridas por diversos autores, mostrando que, apesar de existirem classificações significativas do nosso ponto de vista - como a de fontes proativas, por exemplo (Pinto, 2000) - os elementos de protagonismo (como

colocado) e colaboração não foram contemplados até então. Por fim, analisamos em que medida essas novas características tensionam o campo jornalístico. Trabalhamos com a ideia de que as fronteiras que delimitam o campo jornalístico se mostram hoje permeáveis - deixando entrar e sair atores, com novas e antigas formas de atuação concomitantes - podendo alterar, mas não necessariamente por isso desfigurando seus contornos.

5.1 Novos tipos de fontes

“Tudo começa com a informação recolhida pelo jornalista” (Martino, 2014, p.38). Uma informação chega ao jornalista por alguma fonte: um depoimento; um documento; uma denúncia; um release - não importa. A partir daí, começa a construção da notícia que será, mais tarde, veiculada.

Uma das escolhas que o jornalista faz nesta construção é a seleção de outras fontes para confirmar, confrontar ou comentar o fato inicial. Não apenas o número de fontes (pluralidade) é importante, mas a variedade (diversidade) de pontos de vista também ajuda a construir uma notícia mais completa. Por isso, conhecer a fonte - e, implicitamente, sua credibilidade e autoridade naquele assunto - é importante para o leitor.

Gans (2004, p. 147) define como “todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista”. Pinto (2000, p. 278) inclui grupos, instituições sociais ou os vestígios construídos e deixados por eles: falas, documentos, dados. Das fontes, espera-se que produzam informações relevantes, verdadeiras e completas, na medida de seu conhecimento. Apesar disso, o percurso da informação, da fonte ao consumidor da notícia, não é sempre claro ou linear, muito menos desprovido de forças internas movidas por interesses diversos, às vezes antagônicos. Como colocam Kischinhevsky e Chagas (2017, p. 115) “jornalistas e fontes coexistem dentro de um sistema que revela exercícios de poder e disputas entre os agentes pela interpretação da realidade”.

Nessa disputa, a sociologia do jornalismo já demonstrou a preponderância da escolha de fontes oficiais pelos jornalistas e as distorções que isso traz. Serrano (2003) cita Tuchman ao

comentar que esta prática deixa ao “homem da rua” o papel simbólico de *representação* dos outros, e não de *representante* dos outros. Entre as razões para tal preponderância estão a facilidade de acesso, a disponibilidade constante, a expertise e a credibilidade que fontes oficiais transmitem ao público. Hall et al (1999) criam por isso o conceito de *definidores primários* da notícia para fontes que representam o poder organizado - seja porque são fontes oficiais ou especialistas ligados a instituições tradicionais. Os *definidores primários* ocupam um lugar privilegiado em relação ao jornalista e, conseqüentemente, detém um grau maior de influência na mediação dos sentidos, uma hegemonia do enquadramento interpretativo da narrativa feita pela imprensa. Schelsinger (1990), no entanto, argumenta que tal modelo, de caráter estruturalista, ignora a questão da competição entre as fontes. De fato, fontes não oficiais cada vez mais contam com uma consistente estrutura de divulgação de seus interesses, seja através de profissionais (dentro ou fora de suas organizações) ou de forma amadora. Ao surgimento dessa capacidade de passar à ofensiva, impulsionado pelas assessorias de imprensa, que competem pela atenção do jornalista e pela possibilidade de marcar a agenda das redações, Manuel Chaparro (2007) chamou de “a revolução das fontes”. As fontes, institucionalizadas, não apenas se tornaram mais hábeis e rápidas para fornecer informações a jornalistas, mas se capacitaram para promover acontecimentos com valor notícia. Assim, avalia Chaparro, “transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimentam, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz de seus interesses, provavelmente legítimos” (p. 14).

5.1.1 Breve incursão pela taxonomia das fontes

Além dos autores citados acima, desde a década de 1970 um grande número de pesquisadores como Molotch e Lesters (1993); Lage (2000); Schmitz (2011); McNair (1998) e Wolf e Figueiredo (1987) têm estudado as fontes de informações jornalísticas, elaborando, para fins de um conhecimento mais profundo deste agente, classificações e categorizações. A variedade resultante deste esforço é enorme, porque qualquer classificação depende de parâmetros escolhidos - e estes, mais uma vez, podem ser vários. Uma categorização pode ir de uma simples diferenciação entre fontes oficiais e não oficiais até um trabalho extenso como o de

Lopes (2016), que procurou tipificar as fontes baseada em seis variáveis subdivididas em macro e micro categorias. Ou a tipificação de Schmitz (2011), que inclui a qualificação de confiável, credível ou duvidosa.

Elaborar uma taxonomia definitiva para as fontes de informação no jornalismo me parece tarefa impossível, dada a multiplicidade de olhares e perspectivas que podem ser adotados ao se analisar o universo de indivíduos ou instituições que municiam de informações outros indivíduos ou instituições. Mas não por isso o trabalho de investigação e categorização de fontes torna-se menos importante. De forma geral, uma classificação deve, antes de tudo, ter como objetivo abreviar o trabalho científico, substituindo a multiplicidade indefinida dos indivíduos por um número restrito de tipos, cuidadosamente escolhidos (Durkheim, 2002). Na rotina produtiva do jornalista, as classificações das fontes permitem conhecer melhor as características da pessoa ou instituição de onde se originou a informação com que se trabalha, suas perspectivas e vieses, ajudando - quando é de interesse do veículo - a buscar uma maior diversidade de opiniões. Para a pesquisa de práticas e teorias de jornalismo, mostram-se operadores teórico-metodológicos importantes.

Christofoletti (2016), ao analisar as questões éticas envolvidas em delações e vazamentos, chega mesmo a considerar (mas avaliou ser, então, prematuro) uma taxonomia exclusiva para personagens que tornam públicas informações que antes eram secretas.

São classificados genericamente como fontes, e aparecem nos relatos jornalísticos em categorias que contribuem (ou não) para credenciar seus discursos reveladores. Ora são informantes ou depoentes; ora vazadores ou denunciadores, quando não delatores... Uma nova taxonomia dessas fontes talvez seja precoce ainda, mas o que nos interessa neste artigo é refletir sobre as relações entre jornalistas e essas fontes, e questionar quais responsabilidades profissionais derivam desses pactos de confiança (Christofoletti, 2016, p. 66).

Schelsinger (1990) já apontava um excessivo midiacentrismo predominante na sociologia do jornalismo que, de forma geral, focava seus estudos em *como* as organizações de mídia fazem uso das fontes. E por isso defendia a criação de uma sociologia própria das fontes. O autor nos lembra que muitas vezes os jornalistas estão frente a fontes poderosas que têm interesse tanto em *divulgar* fatos como em *esconder* fatos. Logo, o acesso direto entre fontes e jornalistas não garante, necessariamente, um fluxo livre de informação. No coração do estudo das fontes estão as

relações entre a mídia e o exercício de poder político e ideológico, especialmente - mas não exclusivamente - por instituições centrais que buscam definir e controlar o fluxo de informação em alguma área polêmica. Da mesma forma, Pinto (2000) entende que qualquer taxonomia das fontes irá estar, necessariamente, vinculada a interesses e perspectivas distintas. Assim, elabora a seguinte classificação das fontes e seus parâmetros:

1. Pessoais ou documentais (natureza)
2. Públicas ou privadas (origem)
3. Episódicas ou permanentes (duração)
4. Locais, nacionais ou internacionais (âmbito geográfico)
5. Oculares ou indiretas (grau de envolvimento com os fatos)
6. Ativas ou passivas (atitude face ao jornalista)
7. Assumidas ou anônimas (identificação)
8. Proativas/ reativas ou defensivas (estratégia de atuação)

Se considerarmos as diversas classificações propostas pelos autores como instrumentos analíticos para pesquisa, são os três últimos itens da taxonomia de Pinto que mais nos interessa, já que tratam menos da *posição* da fonte em relação ao fato e mais da *relação* da fonte com o jornalista; seus interesses; ações realizadas para divulgar o que deseja e os resultados. O autor chega mesmo a mencionar, sem nomeá-las ou se aprofundar, abordagens que procurariam analisar os problemas que emergem da relação entre fonte e jornalista, onde predominaria uma orientação normativa, jurídico-legal e ético-deontológica.

Enfim, encontramos, efetivamente, hoje, nas taxonomias existentes, algumas classificações que poderíamos utilizar no estudo dos vazamentos de informação, mas nada que contemple exclusivamente o surgimento e/ou aumento das características de colaboração e protagonismo nas fontes, suas complexidades e consequências no cenário do jornalismo atual.

Um último aspecto a abordar é o do jornalista como fonte. Kischinhevsky e Chagas, ao abordarem a problemática da diversidade e pluralidade das fontes nas rotinas profissionais do rádio, argumentam que os jornalistas pertencem à esfera da produção, e não constituem fontes de notícias. A exceção seria quando estes protagonizam alguma ação “fora do script” - são vítimas de agressões ou acidentes no exercício da profissão, por exemplo. De resto, “outros meios de comunicação são acompanhados, mas, salvo em furos de reportagem (cada vez mais

esporádicos), não constituem fontes em si: sempre estarão referenciando um dos tipos citados acima” (Kischinhevsky e Chagas, 2017, p.117).

Ainda que levemos em conta a diferenciação colocada por Schmitz (2011) entre fonte de notícias e fonte de informação, o ponto importante aqui é: até que ponto, esse acompanhamento dos outros meios de comunicação - ou seja, o local onde jornalistas se informam - não constitui em si mesmo uma fonte?

Tal é o ponto de vista de Pinto (2000) e Wolf e Figueiredo (1987), que consideram esse consumo uma fonte significativa, principalmente por seu efeito homogeneizador. Além de proporcionar modelos e abordagens para a produção de notícias, coloca-se como agenda para os próprios jornalistas, que não querem deixar de abordar fatos que seus concorrentes noticiaram. Cria-se assim o que Bourdieu chamou de “circulação circular da informação” (Bourdieu, 1997, p. 30). A essas questões somam-se, hoje, aspectos derivados da plataformização da comunicação e do consumo de informação via redes sociais, em especial o twitter. Estudos analisam não só o uso do twitter como fonte, aí incluída a recirculação de twittes dos próprios jornalistas (Zago, 2011) mas um possível movimento de realocação de autoridade do jornalista, como verificador de fontes, para a própria plataforma (Molyneux e McGregor, 2021).

5.1.2 Duas novas categorias para as fontes

A investigação da atuação das fontes nos seis episódios de vazamentos de informação, e um mergulho no estudo da taxonomia das fontes confirmou o amplo espaço dentro do estudo das fontes para considerar duas novas classificações: fontes protagonistas e fontes colaborativas, que podem apresentar tais características em graus variados: podem ser muito ou pouco colaborativas, e muito ou pouco protagonistas.

As categorias de fontes protagonistas e colaborativas são necessariamente estabelecidas *a posteriori*: apenas com o vazamento ficam desenhados o nível de colaboração e o grau de protagonismo das fontes. Por isso, são categorias que servem mais à análise de casos do que ao uso prático na rotina do fazer jornalístico: não se busca uma fonte colaborativa ou protagonista como se busca, por exemplo, uma fonte que naquele contexto signifique diversidade de pontos de

vista, ou uma fonte que garantirá a informação segura a tempo hábil de ser publicada, ou ainda uma fonte que saiba se comportar de acordo com as demandas técnicas deste ou daquele veículo. Mais do que a definição cristalizada de um tipo nítido de fonte, as classificações de colaborativa e protagonista buscam lançar luz a nuances que possam indicar novas práticas e direções dentro do campo jornalístico. Elas podem, naturalmente, ser atribuídas a fontes em episódios que não estejam no escopo nem de denúncias nem de vazamentos. Estes constituem, no entanto, seu ambiente ideal, pelo interesse natural motivado pela pessoa do *whistleblower* e pelas possibilidades, abertas pela tecnologia: acesso e participação do público como novos agentes na dinâmica jornalística, quantidade e complexidade dos dados envolvidos nos grandes vazamentos, a pulverização dos polos de produção e divulgação de informações jornalísticas e a grande mediação dos acontecimentos nas redes sociais.

Como já colocamos anteriormente, tanto as novas tecnologias de informação e comunicação como o surgimento das redes sociais foram fundamentais para os perfis e as ações de fontes colaborativas e protagonistas. Resta saber agora como essas novas fontes, com conhecimento tecnológico e inseridas em uma sociedade de colaboração e compartilhamento, agem sobre o campo jornalístico.

5.2 Jornalismo e tecnologia digital

A colaboração entre agentes oriundos da área de tecnologia e profissionais da imprensa, muitas vezes com a natureza do trabalho de um se misturando à natureza do trabalho do outro, acontece em um contexto de popularização da cibercultura e de disseminação da cultura de dados abertos na web. Governos e instituições de diferentes países, estados e cidades passaram a liberar grandes quantidades de informação *online* sobre saúde, educação, políticas públicas em geral, crime e infraestrutura. Parasie (2011) identifica essa prática como uma resposta ao *open data movement*, que incentiva autoridades a disponibilizar seus dados para o público. Governança e transparência são conceitos que pularam dos manuais de administração para o vocabulário do marketing das empresas. Governos e cidadãos (imprensa incluída) buscam um terreno comum através das leis de acesso à informação - com diversos graus de sucesso, eficácia e transparência.

A liberdade e o acesso a informações são valores básicos inerentes à cultura hacker, assim

como o compartilhamento universal de tecnologia com o objetivo de modificar as instituições e as relações sociais. Jornalismo, por sua vez, é, basicamente, a circulação de informação (checada) de interesse público - muitas vezes informação que pessoas, governos ou instituições poderosas preferiram não ver divulgadas. Nessa perspectiva estaria, segundo Parasie (2011), a afinidade entre hackers e jornalistas. A percepção é compartilhada por Träsel (2014), que chega a considerar o Jornalismo Guiado por Dados como uma imbricação entre a cultura profissional dos jornalistas e a cultura hacker, nativa do campo da informática. Em ambos os grupos poder-se-ia encontrar uma tendência à apropriação de tecnologia, que seria incomum nos jornalistas tradicionais, e uma disposição a compartilhar know-how. Mas não só. O Jornalismo Guiado por Dados baseia-se na ideia de um jornalismo feito *a partir* de dados, e busca essencialmente introduzir a racionalidade científica nas rotinas de produção jornalística (Träsel, 2014). O termo deriva do anterior, Jornalismo de Dados, que surgiu pela primeira vez em um artigo do programador Adrian Holovaty, em 2006. Em texto publicado em seu website, o programador sugere a incorporação de técnicas de gerenciamento de bases de dados ao cotidiano das redações, como forma de facilitar o reaproveitamento das informações coletadas no trabalho diário de reportagem (Träsel, 2014, p.292).

No Brasil, o jornal paulista O Estado de São Paulo foi protagonista na utilização, de maneira mais estruturada, de jornalistas programadores. Em 2012 criou um núcleo de dados que aos poucos tornou-se referência. Hoje o núcleo de dados do jornal já não existe mais. A prática da utilização de dados como base de reportagens, no entanto, espalhou-se por outros jornais - tanto na imprensa tradicional como em novas iniciativas digitais -, sendo inclusive tema de cursos oferecidos pela Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Lima, 2021).

Em sua forma mais visível, o jornalismo guiado por dados se popularizou principalmente pelos infográficos e narrativas audiovisuais que traduzem informação em bases de dados com milhares ou milhões de registros, dificilmente manejáveis sem a ajuda de computadores. É certo que as redações já abrigavam computadores há algum tempo, por exemplo, mas sem mudanças significativas nas práticas jornalísticas. Foram exatamente a quantidade de dados disponíveis, e as possibilidades de novas narrativas interativas para a produção jornalística, que impulsionaram a presença da tecnologia digital avançada dentro das redações. Somente nos últimos anos, indivíduos que sabem escrever código de software assumiram um papel de destaque no campo do jornalismo, com as posições de desenvolvedor, cientista de dados ou programador-jornalista

(Lewis; Usher, 2014). Aí, sim, a construção da notícia - ou de algumas notícias - sofre mudanças estruturais, como a pioneira *Snow Fall*, do *New York Times*, ou o curta-metragem Rio de Lama, sobre a tragédia ambiental de Mariana. Com câmeras capazes de fotografar e filmar cenas em 360 graus, e *headsets* adequados (dispositivos de visualização das imagens estereoscópicas), o jornalismo começou incursões no desenvolvimento de linguagem e formato que possibilitem o público não apenas ver (ou ouvir) as notícias, mas ter a sensação de ser testemunha dos acontecimentos.

Apesar desses “encontros” entre jornalismo e tecnologia, principalmente no escopo do fazer jornalístico, o assunto em si continua árido e nebuloso para a maior parte dos jornalistas quando se trata da cobertura de temas e possibilidades tecnológicas na vida da sociedade. Pelo menos continuava, em 2014, quando Edward Snowden resolveu assumir o papel de *whistleblower*:

Foi essa falta de conhecimento, ou até mesmo de interesse em tecnologia, que fez que grande parte dos jornalistas deixasse passar dois eventos que me surpreenderam durante meu processo de coleta de fatos sobre vigilância em massa (Snowden, 2019, p. 210).

Snowden conta em seu livro autobiográfico que o primeiro destes eventos foi a inauguração de uma vasta instalação de dados - projetada para conter 4 salas de 7.500 metros quadrados cheias de servidores. A NSA tinha, de início, chamado a instalação de Depósito de Dados em Massa. Depois, percebendo que seria difícil explicar o nome, caso a informação vazasse, o local foi renomeado para Depósito de Dados de Missão. Fora um jornalista da revista especializada em tecnologia *Wired*, nenhum jornalista pareceu notar ou fazer as perguntas fundamentais: por que uma agência governamental, especialmente uma agência de inteligência, precisa de tanto espaço? O que eles pretendem armazenar lá?

O segundo aconteceu em março de 2013, em uma rara aparição do diretor de tecnologia da CIA. Em uma palestra aberta ao público, em um evento de tecnologia, ele afirmou que “na CIA, nós fundamentalmente tentamos coletar tudo e guardar tudo para sempre” (Snowden, 2019, p.212). Mais tarde, em uma conversa com os jornalistas, ele admitiu que a agência poderia rastrear os smartphones deles mesmo quando desligados; que poderia monitorar cada uma de suas comunicações. E ainda deu um aviso: “A tecnologia está se movendo mais rápido do que o governo ou a lei podem acompanhar. Mais rápido do que vocês podem acompanhar. Vocês

deveriam perguntar quais são seus direitos e quem é o dono de seus dados” (Snowden, 2019, p.213).

Esses episódios mostraram a Snowden que ele teria que fazer mais do que apenas entregar os documentos aos jornalistas, mais mesmo que apenas ajudá-los a interpretar os documentos.

5.2.1 Fontes seguras

Seja para buscar ou receber informações, entender o que se tem em mãos ou se resguardar quando a informação é delicada e deve ser trabalhada sem risco de ser divulgada antes do tempo, a figura do especialista em informática na redação, quando a informação é repassada através de vazamentos de dados, parece ser hoje indispensável - independentemente do seu status profissional, ou do quanto ele esteja envolvido com as práticas e decisões editoriais.

A equipe do *The Intercept Brasil*, por exemplo, recorreu ao Diretor de Segurança da Informação do *The Intercept* nos Estados Unidos, Micah Lee, para arquivamento seguro do material no episódio da Vaza Jato. O “Jedi nerd” - como foi apelidado pelos jornalistas brasileiros - criou ainda um programa criptografado para facilitar a integração do conteúdo multimídia aos chats e que permitisse uma busca por palavras-chave, de modo a facilitar o manuseio do material (Duarte, 2020). Mesmo não tendo entregado todo o acervo que tinha em mãos, Walter Delgatti, a fonte no episódio Vaza Jato, passou aos jornalistas do *The Intercept Brasil* um material volumoso, de difícil navegação. Centenas de chats, cada um deles identificado por um código numérico em formato html. Alguns arquivos tinham mais de 80 partes, e cada uma dessas partes com até centenas de páginas. Tudo isso repassado sem nenhuma organização ou hierarquia (Duarte, 2020, p. 29).

No caso Panama Papers, o Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo mandou dois especialistas em dados para ajudar a organizar e acessar as informações: a jornalista espanhola Mar Cabra e o programador-chefe da Costa Rica, Rigoberto Carvajal.

No final de qualquer investigação do ICIJ, ninguém conhece tanto os dados como Rigo. Ele tem que entender cada ramificação para poder programar adequadamente todas as ferramentas que vamos usar: uma base de dados em

múltiplos níveis com alto grau de segurança para podermos trabalhar com documentos secretos, possível de ser acessada por cada um dos jornalistas envolvidos no projeto ao redor do mundo; um fórum seguro para todos se comunicarem e uma base de dados exclusiva para a criação de visualizações (Obermeier; Obermeyer, 2017, p. 76).

Mais uma vez, o site WikiLeaks - e seus mega vazamentos - serve como marco para uma mudança profunda nas relações entre o jornalista e a tecnologia a partir de 2010. Em 2012 Snowden reforça essa tendência ao exigir que o jornalista do *The Guardian*, Glenn Greenwald, instalasse um programa de criptografia em seu computador para que ele pudesse enviar o material.

Todos os envolvidos no caso Snowden passaram, em pouco tempo, de novatos a especialistas em criptografia. “Muito rapidamente, tivemos que melhorar bastante nossas habilidades de espionagem” (Harding, 2014, p. 115). A cada vazamento, fontes e jornalistas se aprimoram no uso da tecnologia: “uma das muitas lições dos vazamentos de Snowden é que um computador só é relativamente seguro contra hackers se nunca tiver sido conectado à Internet, por exemplo, e se um *air gap* o separar de outros sistemas (Harding, 2014, p.65).

O próprio Snowden, no entanto, sofreu, na época, revezes tecnológicos. Ele sabia que os metadados poderiam ser um caminho até ele. No entanto, retirar os metadados significaria alterar os arquivos, e isso poderia pôr em risco a autenticidade das informações. E, mesmo se ele retirasse os metadados, poderia haver outras marcas d’água e identificadores embutidos em locais desconhecidos no arquivo. “Pela primeira vez, a dificuldade tecnológica me forçou a confrontar a perspectiva de descartar minha prática vitalícia de anonimato e me apresentar como fonte. Eu assumiria meus princípios assinando meu nome neles e me deixando condenar” (Snowden, 2019, p. 225).

Hoje, existem ferramentas de comunicação mais seguras, como o aplicativo Signal, o navegador Tor ou softwares como o Global Leaks ou Secure Drop (Di Salvio, 2021). O *The Intercept*, por exemplo, é um dos veículos que se utilizam do programa *Secure Drop* como um canal para incentivar fontes a vazarem informações de forma segura – o mesmo programa usado pelo *The Intercept Brasil* que, no dia de seu lançamento, em 2016, logo após a mensagem de boas-vindas, publicou um vídeo orientando as pessoas a como vazarem conteúdo para o site. “A gente foi criado para isso” (Duarte, 2020, p. 37). Em sua página, sob a retranscrição “seja nossa fonte”, o site convida possíveis fontes a entrarem em contato com o veículo através deste

programa:

Um dos princípios fundadores do Intercept é que a denúncia é vital para responsabilizar instituições de poder. [...] Se você ficar sabendo de qualquer comportamento que acredita ser antiético, ilegal ou prejudicial ao interesse público, considere compartilhar suas informações conosco de forma segura. Nossos repórteres trabalham junto com especialistas em segurança digital e advogados para minimizar o risco de exposição nas apurações mais sensíveis. Se você quer nos contar algo ou nos enviar algum tipo de documento ou informação, siga as nossas orientações para se comunicar de forma segura com os repórteres do Intercept. O canal a ser usado depende de suas circunstâncias pessoais, do tipo de informação a ser compartilhada e do nível de risco envolvido.

5.3 A colaboração na comunicação

Um dos objetivos desta pesquisa é entender a natureza, o alcance e a influência do tipo de arranjo colaborativo que parece ter surgido entre fontes e jornalistas, no âmbito dos vazamentos de informação. Usamos aqui o termo colaboração para descrever uma participação qualificada da fonte, que pode apresentar diferentes níveis. As dinâmicas de colaboração no jornalismo hoje, no entanto, não podem ser consideradas isoladamente do cenário maior de uma cultura de conexão e participação que permeia a sociedade (Jenkins; Ford; Green, 2013).

Castells (2001) abre seu livro “A Galáxia da Internet” com a frase “A internet é o tecido de nossas vidas”, comparando a importância da rede mundial de computadores para a sociedade com o que significou a energia elétrica para a Era Industrial. O uso da Internet como sistema de comunicação e forma de organização acelerou-se no final dos anos 1990, transformando profundamente atividades econômicas, sociais, políticas e culturais, que começam a se estruturar em redes. Uma das mudanças mais significativas para a indústria midiática foi o fim da exclusividade dos meios de comunicação de massa, em seu modelo um-para-muitos. A era digital abriu ao consumidor uma via de mão dupla, em que ele podia interagir com os produtos midiáticos - na verdade, era estimulado a isso, como forma de captação e fidelização de público. Em pouco tempo esse modelo ampliou-se para a circulação de informação em rede, em que

muitos falavam com muitos.

Uma grande mudança na forma de interação do público com a mídia acontece com a erupção da cultura da convergência “onde as velhas e novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam e onde o poder do produtor e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (Jenkins, 2008, p. 29). Por convergência, Jenkins refere-se a três movimentos simultâneos: o trânsito do fluxo de conteúdo através de múltiplas plataformas de mídia, a cooperação entre os múltiplos mercados midiáticos e o comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação. Essas mudanças apontavam para a transição da cultura *interativa* para a cultura *participativa* - inicialmente, grupos de fãs que se apropriavam de suas histórias preferidas para alterar ou dar sequência a elas, distribuindo seu conteúdo pela web.

A convergência midiática não significou apenas a substituição de processos tecnológicos ou de mídias de distribuição, ou a divulgação de um mesmo conteúdo em diferentes plataformas, mas uma mudança da lógica pela qual os consumidores processavam a notícia e o entretenimento. É (se pensarmos que ainda está em curso) tanto um movimento corporativo, de cima para baixo - visando o lucro e a sobrevivência em um cenário incerto, quanto um movimento de consumidor, de baixo para cima - na busca pela democratização do uso, da produção e da disseminação da informação. A cultura da convergência e da participação, no entanto, é também analisada criticamente por autores que apontam as estratégias do capitalismo para cooptar as utopias libertárias da cibercultura (Primo, 2010) e o trabalho humano (Fuchs, 2014).

A promessa de democratização da informação foi o santo graal da revolução digital, a utopia que não se realizou. É inegável que hoje temos muito mais informação circulando, assim como facilidade de acesso a elas. Mas se existe informação de qualidade mais acessível, por outro lado a sociedade enfrenta hoje, em uma aparente contradição, o fenômeno da desinformação. Além disso, a administração das plataformas por onde essa informação percorre até chegar a cada um de nós; os algoritmos que decidem a que tipo de informação seremos expostos - tudo isso ainda representa uma enorme caixa preta sob as forças, quase sempre antagônicas, das empresas, dos governos e da sociedade civil. Os últimos, com investidas mais ou menos tímidas para estabelecer maior transparência e algum tipo de regulação sobre as primeiras. Estas não são, no entanto, questões que discutiremos aqui. Nosso foco reside na dinâmica de colaboração da fonte com o jornalista e seus efeitos.

A seguir vamos abordar a ideia de colaboração de três formas: primeiro, pesquisando sua

conceituação, e a forma como é utilizada em alguns ambientes. Em seguida, apontando como a ideia permeia hoje o cenário comunicacional. Por fim, com foco no jornalismo, destacamos práticas e momentos do desenvolvimento de um de seus aspectos dentro da comunicação: a colaboração entre público e imprensa.

5.3.1 Conceituando a colaboração

Sempre que uma atividade inclui dois ou mais agentes, um nível qualquer de interação irá certamente acontecer: de um simples empurrão não intencional à negociação de intrincados acordos, ou até a formação de estruturas sociais altamente complexas na natureza - sejam grupos de insetos ou humanos. Cooperação e colaboração são duas formas de interação em que agentes buscam, juntos, otimizar os resultados de suas ações. Às vezes, mas nem sempre, envolve o compartilhamento de informação e competências, porque estas faltam a um ou a outro. A cooperação e a colaboração podem, ainda, ser intencionais ou não e acontecer até mesmo entre antagonistas ou rivais (Georgé; Glaizes; Camps, 2011).

A partir daí, no entanto, torna-se bem mais complicado conceituar as ações de colaboração e a de cooperação - ou mesmo diferenciá-las. Elas podem existir em vários níveis, com diferentes nuances, e em ambientes diversos. Qualquer uma dessas variáveis é o suficiente para que um termo seja usado de uma maneira por uns e de outra por outros. Muitas vezes, inclusive, os dois termos são empregados como sinônimos, apesar de alguns autores buscarem definições mais precisas para eles.

Apesar de não existir um consenso, de uma forma geral as definições utilizadas em áreas como ciência da informação; psicologia; engenharia; computação e educação para diferenciar a colaboração da cooperação são elaboradas usando como parâmetros: a) o grau de reciprocidade dos resultados - se todos lucram ou não da mesma forma, ou com a mesma intensidade; b) o compartilhamento ou não de objetivos - todos os envolvidos tinham ou não os mesmos objetivos para efetuar a ação conjunta e; c) a situação de independência ou de hierarquia de posições entre os atores - alguém lidera a ação ou são atores independentes ou com a mesma importância dentro

da ação.

No âmbito da produção de conhecimento científico, Vanz e Stumpf (2010) também apontam a diversidade de concepções para o termo colaboração. A preocupação maior da área, no entanto, reside na tentativa de definir em que ponto a participação de alguém, em um projeto científico, tem peso suficiente para ser considerada uma colaboração.

Na área da Comunicação, e em especial no jornalismo, o termo *colaboração* parece ter se fixado como a designação de um trabalho em conjunto, independentemente do grau de participação dos agentes ou da hierarquia presente na relação. Essa percepção deriva tanto do reconhecimento do uso generalizado da expressão “jornalismo colaborativo” na própria imprensa, como pela leitura de diversos artigos científicos sobre a colaboração jornalística que, em seu bojo, utilizam prioritariamente a forma “colaboração” ou, ainda, ambos os termos de forma intercambiável.

Na intenção de embasar empiricamente esta percepção, foi feita uma rápida pesquisa no buscador Google Acadêmico procurando trabalhos que trouxessem no título - ou no corpo do trabalho - as seguintes palavras-chave:

Quadro 9 – Colaboração e Cooperação

TERMOS	NO TÍTULO – GOOGLE ACADÊMICO	NO CORPO – GOOGLE ACADÊMICO
“Jornalismo” e “colaboração”	25	92.400
“Jornalismo” e “cooperação”	03	61.700
“Jornalismo” e “colaborativo”	57	24.100
“Jornalismo” e “cooperativo”	0	20.200

Vale notar que o termo cooperativo, em grande parte dos artigos, designava uma única organização jornalística em que os participantes trabalhavam em forma de cooperativa, e não a ação conjunta de duas ou mais empresas ou indivíduos interagindo para otimizar seus resultados e objetivos particulares.

5.3.2 A colaboração no jornalismo

Ruellan (2006) considera que a construção do discurso midiático sobre a atualidade é produzida pela inter-relação de três atores: os jornalistas, as fontes e o público. Indo um pouco além, face ao atual ecossistema jornalístico, propomos descolar os atores “jornalistas” de uma outra força atuante nesta inter-relação: as instituições midiáticas - produtoras de informação jornalística ou plataformas de distribuição. Em décadas passadas, falar de *jornalismo* era referir-se forçosamente a profissionais contratados por empresas de mídia, lotados nas redações, sujeitos aos benefícios e aos constrangimentos organizacionais (Breed, 2003); (Soloski, 2003) decorrentes desta relação profissional. Na década de 1970, a profissionalização das fontes (Chaparro, 2007) ampliou esse escopo, criando o que Sant’anna (2005) denomina de *mídia das fontes*. Hoje, as mudanças estruturais (Pereira; Adghirni, 2011) e os múltiplos arranjos no novo ecossistema jornalístico (Anderson, Bell, Shirky, 2013), assumidos por quem pratica atos jornalísticos (Stearns, 2013) faz com que seja conveniente separar estes atores. Até porque a plataformização da informação (Rashidian et al, 2020); (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020); a circulação e a recirculação de informações jornalísticas pelas redes sociais (Zago, 2013; 2017) trouxeram diversas outras questões para essa equação.

A colaboração entre os atores do fazer jornalístico - fontes, público, jornalistas e organizações de mídia - não é, no entanto, novidade. Em 1846, cinco jornais concorrentes de Nova Iorque resolveram dividir os custos de cobertura da Guerra do México, usando a então revolucionária tecnologia do telégrafo; assim nasceu a Associated Press (AP), uma das maiores agências de notícias mundiais (Freitas, 2016). Cerca de 170 anos depois, uma fonte autointitulada John Doe, com aparente acesso ilimitado aos dados da empresa de advocacia panamenha Mossack Fonseca, detonava o maior projeto de jornalismo colaborativo jamais visto. Para os jornalistas alemães Bastian Obermeyer e Frederik Obermeier, depois de muito tempo de desolação na indústria global da comunicação, com o enxugamento das redações e a crise do mercado publicitário, pareciam que eles estavam vivendo a era de ouro do jornalismo investigativo: “este modelo contraintuitivo de cooperação parecia ser o caminho a seguir numa altura em que as organizações de comunicação social estavam falidas” (Obermeyer; Obermeier, 2020, p.ix).

Contra intuitivo; talvez. Com dimensões inéditas; com certeza. Mas, certamente, o caminho não era novo. Ao se juntar ao *El País*, *The New York Times*, *Der Spiegel* e o *Le Monde*, mais de um ano antes, para noticiar as informações vazadas por Manning ao WikiLeaks, os jornalistas do *The Guardian* sabiam que aquele consórcio não era exatamente uma nova invenção. Desta forma, a experiência do Panama Papers foi uma espécie de ápice.

Foi - ou seria, se funcionasse - a culminação de uma tendência cada vez maior nos veículos de comunicação. E o que tornou essa tendência possível também a fez necessária: o crescimento tecnológico das comunicações globais massivas e quase instantâneas. Se os grupos midiáticos não aprendessem a trabalhar as histórias através das fronteiras, as histórias os deixariam para trás (Leigh; Harding, 2011, p. 179).

Freitas (2014) localiza em 1970, no chamado *Arizona Project*, o surgimento de um modelo de trabalho em colaboração, quando o assassinato de um jornalista que investigava a máfia nos Estados Unidos motivou 38 repórteres e editores a pedirem licença de seus veículos para continuar a investigação, gerando mais de 20 reportagens publicadas em diversos veículos. A colaboração no jornalismo, no entanto, não se resume hoje ao trabalho conjunto de repórteres ou editores, envolvendo cada vez mais outros atores.

5.3.3 A colaboração entre público e imprensa

Se é verdade que toda forma de interação pressupõe algum tipo de comunicação (verbal ou não verbal), também é verdade que todo processo comunicacional inclui algum nível da ação no momento da recepção (ou seja, no âmbito do público; leitor e/ou audiência). A produção de sentido implica o preenchimento das “lacunas” das múltiplas textualidades que nos são apresentadas na vida social (Matheus, 2013, p. 46). Este tipo de ação simbólica, no entanto, não descreve a totalidade da interação do público com a mídia - incluídos aqui os produtos jornalísticos. Tampouco o leitor, neste processo de interlocução, se constitui apenas como consumidor.

A interação entre público e imprensa acontecia já desde o final do século XIX, ampliada na época pela introdução sistemática do uso do telégrafo. Incluía visitas aos escritórios dos jornais, como estratégia de aproximação e fidelização do público; a publicação de piadas e poemas enviados pelos leitores; enigmas e charadas, publicados num dia e respondidos na edição seguinte, com a distribuição de prêmios para os leitores que os solucionassem. Matheus define essa participação como “um longínquo parentesco com a ideia de interatividade” (Matheus, 2013, p.51).

O envio de sugestões ou reclamações são práticas que permanecem até hoje, e ganharam mais espaço e visibilidade ao longo dos anos nas seções de cartas do leitor ou como aproveitamento para novas pautas. Atualmente, no entanto, o poder da audiência - notadamente no jornalismo digital - é muito maior, conseqüentemente ampliando também a noção de mediação do jornalista. As ações de comentar e ranquear as notícias dos veículos online podem retroalimentar o processo de edição: “É neste ponto, face a face com seu público, que o jornalista on-line oscila entre a função de entreter e mobilizar sua audiência” (Barsotti, 2014, p. 17).

Mas a influência da audiência não se encerra quando clica nos sites noticiosos ou escolhe qual matéria quer ler. A recirculação das notícias nas redes sociais (Recuero; Zago, 2010) transformou a audiência em um elemento muito mais atuante na forma em que as notícias são percebidas e assimiladas pela sociedade. Haja visto o fenômeno da desinformação social. Ao pesar e peneirar e repassar as notícias que considera interessante, nos fluxos das redes sociais, a audiência produz uma espécie de curadoria, ou o que Shoemaker et al (2010) chamam de *audience gatekeeping*. O conceito clássico de *gatekeeper* descreve uma necessidade prática da produção jornalística tradicional. É preciso selecionar, entre uma quantidade quase inesgotável de possibilidades, quais eventos irão se tornar notícia, uma vez que não existe estrutura nem para apurar e produzir todas as notícias nem espaço para publicá-las. Ao jornalista (primeiro o repórter, depois o editor) caberia a tarefa de filtrar os eventos que passarão ou não pelos sucessivos portões (*gates*) até chegarem ao público. Mas, em um cenário em que a produção jornalística tradicional não é mais a única a fazer circular notícias, o conceito - ainda válido - convive, na prática jornalística, com a ideia de *gatematching*: *gatematchers* fundamentalmente divulgam notícias (indicando as fontes) em vez de publicá-las (Bruns, 2003).

Aqui tomamos emprestado de Prado e Anjos (2016) a definição de *arquitetura de participação* como “organização dos fluxos, espaços ou campos por onde o usuário deverá

participar ou colaborar, no sentido de fornecer informações relevantes para a construção do relato jornalístico” (Prado; Anjos, 2016, p. 146). De forma mais ou menos arrojada, a imprensa tradicional vem abrindo brechas para a colaboração do público, especialmente nas fases de apuração e produção de notícias, mas quase sempre controladas. Essas colaborações vão desde os velhos telefonemas de ouvintes às rádios para relatar condições de trânsito até sofisticadas participações em plataformas digitais criadas especialmente para a ocasião. Prado e dos Anjos destacam, por exemplo, o modelo do *crowdsourcing* dentre uma série de práticas que fomentam a inserção do público nas instâncias que circunscrevem a apuração. Os autores contam que o primeiro registro de uso do termo apareceu na revista especializada em tecnologia *Wired*, como resultado das expressões *outsourcing* (terceirização) e *wisdom of crowd* (sabedoria da multidão).

É exatamente uma colaboração neste nível, com o público interagindo e cumprindo tarefas, que Bruns relata em seu artigo *Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo* (Bruns, 2011). O exemplo conta a iniciativa bem-sucedida do *The Guardian* que, em junho de 2009, disponibilizou *online* seu banco de dados com quase meio milhão de documentos relativos a solicitações de ressarcimento de despesas dos membros do Parlamento Britânico, convidando seus leitores a revisarem os documentos. Essa experiência coletiva de jornalismo investigativo e outros projetos semelhantes marcam, segundo o autor, uma nova fase do relacionamento, ainda cauteloso, entre jornalistas e suas audiências.

O que em 2011 parecia um relacionamento ainda cauteloso, foi ganhando força ao longo dos anos. Outros exemplos de como a audiência participa do processo jornalístico pode ser visto na análise do caso do Parceiros do RJ (Becker, 2012), ou na investigação do uso de vídeos caseiros e de câmeras de segurança no jornalismo (De Aguiar; De Andrade, 2019).

Dentro deste cenário, o desenvolvimento de habilidades e técnicas midiáticas da sociedade - e, por extensão, por parte de qualquer fonte potencial - é, por vezes, incentivado pelos próprios jornalistas, como relatam Siqueira e Dias a respeito da rotina de produção colaborativa nas redações de TV na Paraíba. Forçada pelas condições impostas pela pandemia da Covid 19, e na impossibilidade de estar fisicamente no local da gravação, “jornalistas estimularam suas fontes a gravarem seus próprios materiais, inclusive dando tutoriais para desenvolver as habilidades técnico/profissionais de fontes não profissionais (Siqueira; Dias, 2021, p.160).

Até agora falamos de diversos tipos de interação e colaboração entre público e mídia. De maneira bastante esquemática, poderíamos separá-los em:

1. público que interage com a mídia a convite dela, **como audiência** com a intenção de algum ganho objetivo da parte do público ou apenas por diversão; e a captação e fidelização do público e busca de métricas de engajamento, por parte da empresa.
2. público que interage com o ambiente midiático **como produtor** criando produtos - jornalísticos ou não - (jornalismo cidadão; blogs; fanfics etc.)
3. público que interage com o ambiente midiático **como curador** gerindo o fluxo de recirculação de informações nas redes sociais
4. público que colabora com a mídia por iniciativa própria, **como fonte**, oferecendo informação ou material para ela, sem outro nível de interação (vídeos caseiros, sugestão, denúncias)
5. público que colabora com a mídia **como fonte ou apurador** a pedido dela, e sob sua tutela, em projetos de *crowdsourcing*.

A participação do público na produção de notícias, em seus diversos níveis, apesar de mostrar-se um fenômeno mais ou menos estabelecido, não segue sem críticas e reflexões, especialmente no que diz respeito à aplicação (ou não) de uma ética jornalística a esses produtos (Christofoletti, 2014) ou à possível afetação à noção de autoridade jornalística por agentes considerados *outsiders* - (Moretzsohon, 2014).

Ao analisar a oferta de imagens amadoras e sua utilização pelos telejornais, Roxo e Grupillo (2019) classificam ainda o caso brasileiro como uma excepcionalidade: “no Brasil, a autoridade jornalística se fundamentou por meio de outros preceitos. Ela se exprimiu numa cláusula corporativista, o Decreto-Lei 972/1969, tornando o exercício jornalístico exclusivo dos graduados em jornalismo” (Roxo e Grupillo, 2019). Muito embora o Supremo Tribunal Federal tenha derrubado essa cláusula em 2009, ela ainda parece fundamentar o senso de profissionalismo dos jornalistas brasileiros.

Seguimos, então, para o último tópico da pesquisa: fontes colaborativas e protagonistas como vetores de forças que agem sobre o campo jornalístico. Até que ponto elas ameaçam a autoridade jornalística e a composição do campo?

5.4 O campo jornalístico

Nesta seção introduzimos a ideia de que o campo jornalístico pode apresentar fronteiras permeáveis, podendo incorporar novos elementos alterando seu contorno sem, necessariamente, se desfigurar - ou seja, sem deixar de ser reconhecido como tal. Esta ideia não pretende ser absoluta: descreve unicamente uma situação encontrada ao analisar a atuação de fontes protagonistas e colaborativas como vetores de força sobre o campo. Portanto, ao observar a atuação de fontes colaborativas e protagonistas, não leva em conta – apesar de não ignorar – as forças exercidas por outros atores ou pela crise do modelo de negócio do jornalismo. Apesar disso, ao trazer uma moldura teórica para essa análise, necessariamente estaremos nos ancorando, por vezes, em conceitos e análises elaboradas a partir da atuação de outros atores, uma vez que as fontes são pouco estudadas nesta perspectiva. Enfim, queremos enfatizar que a proposta não é oferecer respostas, mas acrescentar uma nova visada à discussão sobre o futuro do jornalismo.

Para levar adiante esta discussão, no entanto, é preciso esclarecer os parâmetros que utilizamos ao nos referirmos ao campo jornalístico.

A análise do possível efeito que os movimentos de fontes protagonistas e colaborativas podem exercer no campo jornalístico leva em consideração o conceito operativo de campo de Bourdieu como um espaço social estruturado que abriga uma permanente disputa por poder, sofrendo o impacto de forças internas e externas. São espaços relacionais submetidos a forças estruturais: composto por agentes que se relacionam e cujas condutas são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado (Bourdieu 2011).

Silva (2009) nos mostra diferentes possibilidades quando falamos em campo jornalístico; seu caráter científico, acadêmico ou epistêmico. Neste trabalho nos atemos ao campo enquanto espaço das práticas jornalísticas - e é nesse espaço que analisamos as ações das fontes e as relações destas com os jornalistas e com as próprias práticas jornalísticas. Ao eleger o espaço das práticas como campo, não o fazemos com uma intenção reducionista, mas entendendo, como nos lembra Lago (2015), que o campo só existe enquanto construção na pesquisa: “a noção de campo, portanto, é inseparável da pesquisa empírica e tem uma função epistemológica que se liga à construção do objeto de pesquisa” (p.735).

Bourdieu relata a constituição do campo jornalístico como datada do século XIX, em torno da oposição de jornais sensacionalistas - que ofereciam histórias e notícias, de preferência “sensacionais” e jornais que propunham análises e comentários, e afirmavam valores como a objetividade. O campo se forma então em torno de dois princípios de legitimação que se opõem: o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os “valores” ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores (Bourdieu, 1997, p.105). Traquina (2012) posiciona estas lógicas em dois polos: o polo ideológico, em que o jornalismo é definido como um serviço público que fornece informações para o exercício da cidadania, e o polo econômico, constituído pela ideia do jornalismo como negócio e das notícias como mercadoria.

O contorno do campo, a partir da emergência do que podemos chamar de jornalismo moderno (Schudson,1981) foi definido por um conjunto de rotinas, valores, hábitos e noções aprendidos em sala de aula ou no dia a dia da profissão: o conceito de valor-notícia (Wolf; Figueiredo,1987); as ideias do jornalista como *gatekeeper* (White,1999) e como cão de guarda; a noção de objetividade (Tuchman,1999); os constrangimentos e censuras a que jornalistas são submetidos, exercidos pela empresa ou pelo grupo de colegas (Breed,1999); (Soloski,1999) ou ainda exercidos pela própria natureza da ocupação, (como as questões de tempo e espaço), (Traquina, 2012); (Gans, 2004).

Zelizer (1992), no entanto, argumenta que a mirada para o jornalismo enquanto profissão, apenas, não é suficiente para entender a totalidade da prática jornalística. Por isso sugere uma diferente moldura teórica na ideia de jornalistas como uma “comunidade interpretativa transnacional” - ou “tribo”, como prefere Traquina (2020) -, partilhando quadros de referência comuns. O conceito permitiria estudar dimensões da prática jornalística até então pouco exploradas: a centralidade da narrativa (storytelling); os contatos informais entre os próprios jornalistas e a relevância do discurso jornalístico sobre a atuação dos repórteres em eventos marcantes (os incidentes críticos), ajudando a configurar e reconfigurar a autoridade jornalística (Zelizer, 1992).

A definição de Eldridge de campo jornalístico, por sua vez, nos permite evidenciar com clareza esses três elementos-chave que abordamos até aqui: identidade, atividade e legitimidade. O campo jornalístico seria, então,

um espaço de pertencimento social, moldado primeiro pelas formas como um grupo de atores sociais (no nosso caso, jornalistas) concorda que estão envolvidos num esforço partilhado (jornalismo) e, em segundo lugar, na forma como promovem a sua eficácia no desempenho seus papéis sociais repetidamente em relação à sociedade em geral (Eldrige, 2019, p. 9).

A eficácia deste ou daquele jornalista, ou deste ou daquele órgão de imprensa - e a consequente posição que ocupa na hierarquia do campo jornalístico - varia com o capital simbólico que possui - o poder de fazer ver (transformar o fato em notícia veiculada) e fazer crer (dar credibilidade àquela narrativa). É o volume de capital específico do campo jornalístico que garante legitimidade: não apenas de “falar” no campo, mas, principalmente, de determinar o que é legítimo ser falado.

Para Bourdieu, o poder maior do jornalismo estava justamente no monopólio do “fazer ver”:

um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (Bourdieu, 1997, p. 65).

É fato que a internet estabeleceu o fim deste monopólio. O fazer-se ver é mais simples, imediato e acessível hoje. O fazer-se crer - esse é mais complicado, especialmente em um cenário de disseminação de fake news e das possibilidades abertas pela inteligência artificial e *deep fake*. Mas, antes mesmo deste cenário um tanto distópico no que diz respeito à credibilidade da informação circulante, um novo ecossistema jornalístico já se anunciava, borrando cada vez mais os contornos do campo jornalístico. Um jornalismo “pós-industrial” (Anderson; Bell; Shirky, 2013), exigindo novas formas de organização, premissas, técnicas e ferramentas. Do ponto de vista acadêmico, seria necessário, coloca Deuze (2016) reconsiderar o próprio objeto de estudo: “de um espaço facilmente localizável e bem-organizado para uma rede dispersa e fragmentada de trabalhadores, trabalhadores sem carteira de trabalho, cidadãos voluntários e qualquer coisa nesse sentido” (Deuze, 2016, p. 15).

5.4.1 *Interlopers* e as fronteiras permeáveis

A partir, principalmente, dos vazamentos de Chelsea Manning para o WikiLeaks, uma das grandes discussões no âmbito da Comunicação - inclusive por parte do público - era se o site podia ou não ser considerado jornalismo. Em sua descrição, em 2011, o site usava jargões e descrevia práticas jornalísticas:

O WikiLeaks combinou tecnologias de segurança de ponta com jornalismo e princípios éticos. Tal como outros meios de comunicação que realizam jornalismo investigativo, aceitamos (mas não solicitamos) fontes anônimas de informação [...] quando a informação chega, nossos jornalistas analisam o material, verificam e escrevem uma notícia sobre o assunto descrevendo seu significado para a sociedade. Em seguida, publicamos a notícia e o material original para permitir que os leitores analisem a história no contexto do material original¹⁷.

A mídia tradicional, por sua vez, meio tonta, procurava defender seu território, baseada nas ideias de legitimidade e da manutenção de valores e normas profissionais. E usava a narrativa como estratégia, fazendo questão de se diferenciar publicamente de seu parceiro digital. O editor executivo do *The New York Times*, Bill Keller, por exemplo, criticou o grupo pela sua “antipatia loquaz em relação aos Estados Unidos”, caracterizou o seu líder, Julian Assange, como “arrogante, conspiratório e estranhamente crédulo”, e repetidamente enfatizava a independência do jornal em relação ao WikiLeaks (Coddington, 2012).

Logo os estudos de comunicação viram além da questão específica, e começaram a se perguntar *como* o WikiLeaks teria mudado o jornalismo e, conseqüentemente, quais as fronteiras que delimitavam o campo jornalístico (McCurdy, 2013); (Wahl-Jorgensen, 2014); (Coddington, 2012).

A noção de fronteiras, inicialmente criada por Gieryn para determinação do campo científico (Fontoura, 2021), traz consigo a ideia de *boundary work* (trabalho de fronteira), ou seja, a “atribuição de certas características a um campo para criar uma fronteira social entre ele e campos adjacentes, normalmente como uma tentativa de afirmar sua autonomia e ampliar seus recursos materiais e sociais” (Coddington, 2012, p. 380).

¹⁷ <https://wikileaks.org/>

Di Salvio e Porlezza (2020) apontam para o fato de que, independentemente das pressões externas aplicadas ao campo, a redefinição das fronteiras do jornalismo é um processo constante que cristaliza as normas, valores e mitos que garantem a estabilidade na profissão. No entanto, os autores defendem o ponto de vista de que, embora um trabalho de fronteira seja necessário para fortalecer o profissionalismo do jornalismo, este precisa “manter as suas fronteiras abertas para contribuições relevantes, por exemplo, quando membros da audiência ou especialistas são convidados a contribuir à prática jornalística” (2020, p. 248). Trabalham, então, com a ideia de fronteiras bem delimitadas permitindo o livre trânsito de contribuições esporádicas. No entanto, como lembra Fontoura (2021), se as fronteiras são espaços de disputa, com forças constantes ‘patrulhando’ para barrar ou admitir novos atores, os fenômenos definidores do jornalismo estão não apenas no centro do que se considera jornalismo, mas também nas margens, que têm visto sua influência crescer. Ou seja, mais do que forças e atores que invadem o campo jornalístico - ou são convidados a participar dele - são forças e atores que estão ajudando a redefinir o campo jornalístico.

A esse grupo de atores e atividades que existem fora (ou na borda) do campo jornalístico, mas exercem forças em direção ao campo e contribuem para borrar essas fronteiras, a literatura de língua inglesa vem nomeando, genericamente, como *peripheral actors* e *peripheral journalism*. No Brasil, a expressão “jornalismo de periferia” ou “jornalismo periférico” - que seria a tradução direta do termo - caracteriza historicamente um jornalismo produzido por agentes econômica e/ou fisicamente posicionados na periferia social, que buscam produzir novos sentidos e narrativas a respeito de suas vidas. O termo tende a ser utilizado de forma geográfica e simbólica, muito mais do que para definir práticas. Ocorre que, como aponta Moreira, “o vínculo identitário dos jornalistas com meios e atividades formais de comunicação mudou com as novas percepções de espaço e de tempo advindas das tecnologias” (Moreira, 2021, p.3). Como consequência, jornalistas periféricos podem ser encontrados hoje em três diferentes condições: no exterior das metrópoles (na periferia geográfica das cidades); fora do espaço formal da indústria jornalística (na periferia profissional das redações); ou extrínsecos à mídia convencional (na periferia da lógica industrial de produção), com conteúdo gerado e distribuído em plataformas digitais (Moreira, 2021, p.6).

Tal noção vem ao encontro do que Tandoc (2019) coloca ao refletir sobre os vários termos usados para definir os atores periféricos ao jornalismo (e sobre como a utilização de um ou outro

termo trabalha para moldar nosso entendimento e nossas expectativas de como estes atores devem se comportar). O autor entende que o surgimento de novas funções e novas perspectivas traz consigo diferentes papéis e normas de atuação para os atores que, ainda assim, são cobrados no sentido de comportar-se e atuar de acordo com normas e padrões instaurados pelo jornalismo tradicional. Isso leva a uma constante negociação entre o novo e o antigo.

Não há dúvida de que a convergência das mídias, a crise do modelo de negócios e o surgimento das redes sociais levaram jornalistas a performarem ações no seu dia a dia que não eram, anteriormente, requisitadas - ações técnicas; administrativa/financeiras; relacionadas à plataformização da comunicação e à divulgação em redes sociais. Às vezes, produzindo questionamentos sobre a própria autoridade jornalística (Molineux; McGregor, 2021).

Da mesma forma com que jornalistas passam a performar tarefas alheias ao jornalismo tradicional, outros atores não-jornalistas vêm ganhando status dentro do campo. Muitas organizações de notícias consideram que algumas ações, que contribuem diretamente para a produção de notícias, exigem novos conjuntos de competências que não fazem parte da formação jornalística tradicional - e, portanto, de outros profissionais. Em alguns casos, tais cargos têm perfil editorial (Ferrer-Conill & Tandoc, 2018). Tandoc (2019) sustenta que, ao classificar essas novas designações de cargos como nível de editor, alguns meios de comunicação parecem reconhecer claramente que as tarefas envolvidas estão diretamente relacionadas ao jornalismo.

No rastro da discussão, outros termos como “*strangers, new entrants, emergent actors*” (Tandoc 2019) surgiram para designar os atores periféricos ao campo jornalístico. Eldrige (2014, 2018) elaborou a ideia de *media Interlopers* (intrusos da mídia): atores oriundos do ambiente digital que, apesar de não terem sido forjados da mesma forma e não terem as mesmas características da mídia tradicional, de alguma forma fazem parte do processo produtivo do jornalismo. Expandindo ainda mais essa ideia, Holton e Belair-Gagnon (2018) criaram três diferentes categorias de intrusos digitais. Primeiro, aqueles que agem produzindo conteúdo independente, questionando os padrões e normas jornalísticos, como blogueiros e youtubers. Segundo, os atores cujo envolvimento é menos óbvio e não acontece na produção de conteúdo, mas em processos acessórios, não questionando a autoridade jornalística, como empresas de métricas digitais. Por fim, agentes que estão dentro de empresas jornalísticas, em papéis não relacionados diretamente a jornalismo e muitas vezes com formações não jornalísticas, como por exemplo programadores e desenvolvedores de produtos auxiliares ao trabalho jornalístico.

Muitas vezes, os mesmos atores que reivindicam uma identidade jornalística são aqueles que se colocam no papel de antagonistas da mídia tradicional - e por isso se consideram melhores: mais independentes, mais ágeis, mais críticos. Nem todos os novos atores, no entanto, desse novo ecossistema jornalístico - ou antigos atores com novas capacidades - reivindicam uma identidade jornalística. Daí decorre, em nosso entendimento, que nem todos os novos atores ameaçam, com suas características e práticas, redefinir os contornos do campo jornalístico.

Eldridge (2019), por outro lado, ao invés de se preocupar com atores que reivindicam a identidade jornalística, argumenta que atividades que se estabelecem na fronteira do campo jornalístico não devem ser vistas como um problema se aceitarmos a ideia de que, com a ascensão da mídia digital, os jornalistas não são mais os principais (ou os únicos) fornecedores de notícias. Outros atores passaram a levar notícias ao público, com diferentes formatos, mais ou menos dinâmicos, mais ou menos acessíveis; nem todos seguindo a lógica do jornalismo. Assim, não deveríamos vê-los, todos, necessariamente, como jornalistas, mas considerar o jornalismo como um campo que se constrói entre essas forças e no encontro entre aqueles que vêm do centro do campo (os jornalistas “tradicionais”, cientes e zelosos da força da sua própria identidade jornalística) e aqueles que vêm da periferia (os *interlopers*). Neste exercício, diz o autor, e fazendo concessões para “as significativas complexidades na compreensão do dinamismo do jornalismo nas suas fronteiras”, o campo não seria concebido tendo suas fronteiras como um espaço de entrada ou de expulsão, mas sim como um espaço de relações sociais (Eldridge, 2019, p.13). Di Salvio e Porlezza (2020) colocam as fontes hackers como exemplo da hibridização do campo jornalístico, onde conviveriam, hoje, as lógicas das mídias tradicionais e das novas mídias.

Nesse sentido, sugerimos as concepções de fronteiras *permeáveis* ou *porosas* para o campo jornalístico. A porosidade (de uma rocha, por exemplo), se dá pelos espaços vazios dentro dela, enquanto a permeabilidade garante a livre circulação de água pela estrutura de algum material. Nesta concepção, o campo jornalístico teria em sua composição porosidades - espaços vazios - em que se daria essa negociação envolvendo novas competências, novos atores e novas ações advindas das mídias digitais, sem comprometer sua identidade. Da mesma forma, a noção de fronteiras permeáveis admite a entrada de agentes fronteirços (após exercer certo nível de pressão, naturalmente) sem prejuízo aos contornos do campo.

Usando a moldura teórica concebida por Eldridge, e a noção de fronteiras permeáveis, podemos dizer então que fontes protagonistas e colaborativas se relacionam com jornalistas como

interlopers: fontes colaborativas atuam em algum grau na construção da notícia (âmbito das práticas jornalísticas) e fontes protagonistas auxiliam os jornalistas, com suas atuações midiáticas, a estabelecerem a narrativa dominante para determinado incidente crítico. Apesar do que trazem de novo para a atividade em suas atuações, nenhuma delas, no entanto, reivindica a identidade jornalística, ou reconhece em suas ações a difusão de informações jornalísticas como atividade principal. Assim, permanecem - dentro do campo jornalístico - em seus papéis tradicionais de fonte.

5.5 Quadro-resumo

Quadro 10 – Graus de colaboração e protagonismo

EPISÓDIO	FONTE	GRAU DE COLABORAÇÃO	GRAU DE PROTAGONISMO	CARACTERIZAÇÃO DA FONTE
Pentagon Papers	Daniel Ellsberg	Não houve	Alto	Não colaborativa Protagonista
Cablegate	Chelsea Manning	Não houve	Médio	Não colaborativa Protagonista
O caso Snowden	Edward Snowden	Alto	Alto	Colaborativa Protagonista
Panama Papers	John Doe	Médio	Não houve	Colaborativa Não protagonista
Vaza Jato	Walter Delgatti	Não houve	Não houve	Não colaborativa Não protagonista

Fonte: *corpus* estudado

CONCLUSÃO

Começo as considerações finais me remetendo, ainda que tardiamente, ao início deste texto – à epígrafe escolhida. Que, talvez, deixe entrever uma certa simpatia pela figura do *whistleblower*; uma parcialidade ou até mesmo uma opinião; algo inaceitável em uma perspectiva positivista da ciência.

Nossas hipóteses, no entanto, e as investigações que fazemos, tratam de questões intrinsecamente práticas, e não ideológicas ou morais. A pergunta maior é: para onde está indo o jornalismo? Esperamos ter deixado aqui uma pequena contribuição para compor um mapa nesse sentido, ainda que seja um mapa em constante mutação. Se conseguimos nosso objetivo, esta tese terá apontado algumas características novas nas fontes de vazamentos de informação; o cenário em que o fenômeno se apresenta (e que o permite acontecer) e possíveis implicações para o campo jornalístico.

Temos acompanhado, nas últimas décadas, mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas e profundas, que alteram não só nossas interações com as máquinas, mas a forma com a qual nos relacionamos e percebemos o mundo. Sem qualquer determinismo tecnológico, podemos dizer que as novas tecnologias de informação e comunicação nos legaram uma sociedade em que a participação e a colaboração online fazem parte do cotidiano, e a produção e o compartilhamento de informações jornalísticas já não estão restritos a profissionais. Mesmo quando se trata de jornalismo profissional, a produção da notícia se faz tanto dentro quanto fora das instituições tradicionais. Com diferentes arranjos econômicos e profissionais e com vínculos mais ou menos flexíveis.

As mudanças, entretanto, geradas pelo avanço tecnológico, não estão apenas nas práticas – sociais ou profissionais – mas também na natureza das informações circulantes: no volume possível de armazenar e transmitir e, muitas vezes, na sofisticação da informação.

Da perspectiva do estudo das fontes, o que tudo isso gera é um tipo de fonte com capacidade, interesse e muitas vezes requisitada a atuar com maior grau de envolvimento na dinâmica da produção da notícia. Além disso, as possibilidades abertas pela internet e pelas redes sociais ampliam as chances de a fonte se fazer ouvida e percebida pelo público (quando quer ou pode); de ver circular sua própria narrativa. Desta forma, se transformam e se intensificam as

características de colaboração e protagonismo na atuação das fontes.

Para tentar demonstrar a pertinência das novas tecnologias de informação e comunicação nas alterações das dinâmicas entre fontes e jornalistas, assim como o grau de intensidade das características de colaboração e protagonismo, elegemos, como objeto de estudo, vazamentos de informação, escolhendo para a empiria cinco que consideramos os mais relevantes. A cada passo da pesquisa as perguntas se avolumavam, e isso me parecia um bom sinal... Como atuam essas fontes com novas características? Que fatos; atributos ou dinâmicas as cunham? Seriam as forças geradas por elas significativas o suficiente para se consolidar um novo tipo de fonte? E quais as implicações para o campo jornalístico?

Como mencionado na introdução, meu interesse pelo estudo das fontes veio a reboque da figura do hacker. Ao começar a ler sobre os vazamentos de informação pude perceber que em alguns casos, mesmo quando as informações não foram obtidas através de hackeamento, a personalidade hacker da fonte (no caso dos vazamentos; do *whistleblower*) foi fundamental. Achei, então, pertinente dedicar algum espaço às figuras do hacker e do *whistleblower*.

Os episódios de vazamento, definidos tanto por sua pertinência para a sociedade quanto para o jornalismo, nos apresentam um vazamento analógico (Pentagon Papers) e quatro digitais (Cablegate, Caso Snowden, Panama Papers e Vaza Jato). Isso nos permitiu identificar permanências e rupturas nas dinâmicas entre fonte e jornalista ao longo de quase 50 anos, e visualizar como as condições colocadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação foram fundamentais para forjar um novo perfil de fonte: mais jovem, com forte habilidade tecnológica e ocupando um lugar inferior na cadeia hierárquica da instituição que teve seus dados vazados – ou mesmo sendo exterior a ela.

A identidade foi o primeiro operador metodológico criado para avançar, de forma sistemática, na investigação das fontes e suas novas dinâmicas, seguida pelas dinâmicas de aproximação e colaboração, as motivações alegadas e as consequências. Buscamos nos relatos de fontes e jornalistas os momentos que nos possibilitaram observar estas características e suas manifestações.

Duas hipóteses foram apresentadas no início da pesquisa. A primeira atribuía principalmente às novas tecnologias de informação e comunicação as mudanças que moldaram as relações entre fonte e jornalista nos vazamentos de informação ao longo das décadas. A segunda argumentava o surgimento – ou intensificação – das características de colaboração e

protagonismo nas fontes. Além disso, nos propusemos a analisar a forma como as forças representadas pelas novas características de colaboração e o protagonismo das fontes atuavam na configuração e reconfiguração do campo jornalístico. Acreditamos que, em diferentes graus, nossas hipóteses tenham sido confirmadas.

A significância das novas tecnologias de informação e comunicação, e como elas vêm alterando as dinâmicas na sociedade, foi apresentada através de uma pesquisa bibliográfica. O que nós buscamos foi demonstrar a inferência de que o que afeta a sociedade e nos afeta como indivíduos afeta também as fontes enquanto atores da prática jornalística, gerando novos comportamentos, necessidades e conformando um novo tipo de fonte. Já mencionamos acima a habilidade tecnológica e, atrelados a ela, a juventude e a posição da fonte em relação à instituição que teve seus dados vazados. Hoje, no entanto, a todos nós – mesmo os que não possuem habilidades tecnológicas – são requeridas competências midiáticas para poder conviver, de forma sadia, com o volume de informação circulante. Competências também editoriais, uma vez que não só filtramos o que é importante ou não, mas o que vamos recolocar em circulação comentando, dando likes ou apenas passando adiante a informação nas redes sociais. Ou mais: criando nossos próprios canais de veiculação de informação online.

Do ponto de vista da tecnologia de armazenamento, transmissão e tratamento de dados, podemos fazer uma pequena linha do tempo. Os jornalistas do *The Guardian*, David Leigh e Luke Harding, relatam em seu livro como tiveram que se adaptar para visualizar e poder entender as informações vazadas pela soldado Chelsea Manning. Tiveram ajuda de um especialista técnico, que improvisou rapidamente uma base de dados, de um especialista em internet – o editor de dados do *The Guardian*, e de um outro especialista: um visualizador de dados. Ao ser apresentado a ele, Leigh comentou: “eu nem sabia que essa função existia!” (Leigh; Harding, 2011, p.113). Mas foi com o vazamento de Snowden que os jornalistas foram forçados, como colocou Harding, a melhorar suas habilidades de espionagem.

Três anos depois, a solução tecnológica para receber os 2,7 terabytes de dados que compunham o Panama Papers foi, nas palavras do jornalista alemão Bastian Obermayer, razoavelmente simples. Para navegar por elas, no entanto, tiveram ajuda dos especialistas do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos: “Eles vão nos dizer como atacar essa montanha de dados e trazer um programa que nos permita pesquisar mais eficientemente” (Obermayer; Obermaier, 2027, p. 71). Em 2020, o editor do *The Intercept Brasil*, Glenn

Greenwald, que oito anos antes quase perdia o furo do vazamento de Snowden por não ter um canal de comunicação criptografado, também já sabia o caminho das pedras: pediu ajuda ao Jedi Nerd – como os jornalistas brasileiros apelidaram o diretor de Segurança da Informação do *The Intercept* nos Estados Unidos.

Em relação aos graus de colaboração e protagonismo na atuação das fontes, o resultado foi um pouco mais variado. Mesmo sem nunca ter tido contato anterior com jornalistas, como relata em seu livro, Edward Snowden – assim como John Doe – deu sugestões editoriais sobre a formação de parcerias e colaboração entre veículos. Snowden foi, no entanto, a única fonte com alto grau de colaboração.

Podemos imaginar algumas razões para isso. A primeira diz respeito à qualidade da informação. Se compararmos com o resto do *corpus*, de todas as informações sigilosas divulgadas pelos *whistleblowers*, os dados referentes ao sistema massivo de vigilância do governo estadunidense eram os mais técnicos, sofisticados e indecifráveis. Dezenas de siglas, gráficos e power points que eram, como disse Luke Harding, “tão compreensíveis quanto antigos pergaminhos assírios” (Harding, 2014). Snowden sabia que, sem ele, os jornalistas não conseguiriam navegar pelos dados oferecidos. Quase todos os outros vazamentos (algumas informações repassadas por Manning também precisavam de “tradução”) eram compostos de relatos, dados históricos, dados bancários, conversas telefônicas e mensagens trocadas que, se demandavam uma lenta e custosa apuração e confirmação, eram de fácil compreensão.

Outra razão que contribuiu para essa parceria intensa foi a decisão da fonte de se identificar. Uma colaboração no grau que ele imaginava – e que realmente aconteceu – provavelmente seria infinitamente mais complicada à distância e tentando manter-se anônimo.

É pertinente também o fato de que Snowden conhecia a fundo o que estava vazando – ao contrário de John Doe, por exemplo. Talvez, se a fonte do Panama Papers se dispusesse a um contato mais próximo com os jornalistas, pudesse ajudá-los a buscar as confirmações e apurações necessárias para a publicação das reportagens. Mas não há dúvida que tal colaboração, se houvesse, seria mínima: não só pela natureza mais simples (apesar de explosivas) das informações, como pelo fato de que parte do que ele vazava era novidade para a própria fonte.

É impossível prever se as condições apresentadas no Caso Snowden irão se repetir. Ou se outras condições, não contempladas nos casos que compõem o estudo e não imaginadas ainda,

irão produzir um ambiente favorável a uma colaboração tão intensa. Além disso, como vimos, os veículos de imprensa estão cada vez mais contando com a colaboração de tecnólogos – empregados dos jornais ou parceiros – para resolver questões tecnológicas. De qualquer maneira, pela importância do vazamento e de suas dinâmicas, pelas questões levantadas para o jornalismo e principalmente pela possibilidade de sua repetição, entendemos que a qualificação de fonte colaborativa (em alto grau no caso de Snowden e em médio grau no caso de John Doe) poderia nos trazer uma definição para um tipo de relacionamento entre fonte e jornalista que, se não representa uma ameaça às identidades de fonte e de jornalista, tampouco se limita a reproduzir os papéis tradicionais dos *whistleblowers*.

Diferente da característica da colaboração, que tem seu ápice no Caso Snowden e é baixa ou inexistente nos episódios anteriores, o protagonismo da fonte tem em Daniel Ellsberg, já na década de 1970, um forte exemplo. Soube, antes mesmo de ser fonte, buscar na mídia um caminho para divulgar suas ideias. Quando descobriu a força que teve o vazamento, para a imprensa, de uma informação encaminhada por ele a um Senador, não hesitou em repassar outras informações a Neil Sheehan, antes mesmo do episódio do Pentagon Papers. Administrou suas aparições na mídia e, terminado o episódio, manteve sua narrativa como base para o ativismo, a produção literária e atividades acadêmicas.

Os protagonismos vividos por Snowden e Manning, quarenta anos depois, já estavam conformados em outra lógica de circulação de informações. Acontecimentos, produções midiáticas e informações jornalísticas se espalham hoje por uma sociedade em rede, circulando e recirculando por diversos canais e veículos, se reconfigurando a todo o tempo. O que, de certa forma, torna o grau de protagonismo da fonte mais difícil de mensurar do que o grau de colaboração.

Em função da clara delimitação dos papéis de fonte e jornalista, uma dinâmica colaborativa diferente ou mais intensa do que a habitual fica evidenciada com alguma facilidade. Investigar o protagonismo da fonte, por sua vez, não diz respeito tanto à dinâmica da fonte com o *jornalista*, mas da fonte com a *mídia* como um todo. Para avaliar essa característica, poderíamos buscar uma abordagem quantitativa ou qualitativa. No primeiro caso, por exemplo, uma pesquisa que utilizasse como metodologia a análise de conteúdo de notícias em determinados veículos em determinado espaço de tempo, ou de comentários nas redes sociais. Optamos, no entanto, por uma abordagem qualitativa, analisando as ações tomadas pelas fontes para garantir sua

permanência nas mídias; as relações das fontes com redes sociais; e as consequências de seus atos do ponto de vista midiático. A escolha do *corpus* - entrevistas e livros escritos por fontes e jornalistas narrando os episódios, em detrimento à tradicional pesquisa nos veículos de imprensa - já indica o caminho seguido na elaboração desta tese. O que não impede uma possível realização, posterior, de uma pesquisa complementar, de caráter quantitativo, para a análise das características de protagonismo exibidas pelas fontes nos episódios.

Fontes protagonistas e colaborativas geram forças que atuam dentro, sobre e a partir do campo jornalístico. Interferem nas práticas jornalísticas e misturam sua narrativa à narrativa circulante da imprensa que pode significar uma parceria ou uma oposição. Por isso, esta tese se propôs ainda a analisar qual o impacto destas novas características para a configuração e reconfiguração do campo jornalístico.

A pesquisa mostrou que, apesar de extrapolarem o que era, anteriormente, a *atuação* das fontes, fontes colaborativas ou protagonistas não parecem extrapolar o *papel* de fontes. Não reivindicam para si identidades jornalísticas e, apesar das possibilidades de distribuição de informação por conta própria criadas pela internet, ainda atribuem importância à intermediação do jornalista profissional. Mesmo no caso Cablegate, em que Chelsea Manning entregou as informações para o site WikiLeaks, vimos que isso só foi feito após tentativas de contato com repórteres de jornais tradicionais.

Os tempos mudaram, o jornalismo mudou, os modelos de negócio certamente mudaram e a desinformação circulante pelas redes é suficiente para deixar qualquer um desanimado. O que defendemos nesta pesquisa, no entanto – e ainda que seja restrito ao objeto escolhido – é que, ainda que tenha fronteiras permeáveis, os contornos do campo jornalístico continuam definidos pela autoridade jornalística – quem tem direito e autoridade a dar a ver e dar a entender o mundo. O que não significa hoje, necessariamente, um jornalista com diploma ou carreira tradicional. Laura Poitras é documentarista e, se hoje a posição profissional de jornalista, ocupada por Glenn Greenwald, pareça sedimentada, quando foi contactado por Snowden era, apesar de colunista no *The Guardian*, mais conhecido por sua atuação na área do direito. A investigação sobre a identidade jornalística – seja ela percebida por seus pares, pelo público ou pela lei – já é, no entanto, outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C.W., BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptando-se ao presente. **Revista de Jornalismo ESPM**, abril, maio, junho, p.30 – 89, 2013.

ANJOS, Manoel Moabis Pereira dos. O dispositivo coletiva de imprensa na operação lava jato: estudo das estratégias estabelecidas por fontes, assessores e jornalistas. 2021.

BAACK, Stephen. What big data leaks tell us about future journalism and its past. **Internet Policy Review**, 2016. Acesso em 29/07/2022. <https://policyreview.info/articles/news/what-big-data-leaks-tell-us-about-future-journalism-and-its-past/413>.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação: uma história do tempo passando. **Revista Transversos**, n. 11, p. 98-118, 2017.
_____. **Comunicação e Método**. Cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad, 2020

BARSOTTI, Adriana. Transformações contemporâneas nas práticas jornalísticas: o jornalista on-line como mobilizador de audiência. **Teorias do Jornalismo e experiências profissionais: Múltiplas perspectivas**, p. 24, 2023.

BECKER, Beatriz. Todos juntos e misturados, mas cada um no seu quadrado: um estudo do RJTV 1ª edição e do Parceiro do RJ. **Galáxia**, n. 24, p. 77-88, 2012.

BECKETT, Charlie. WikiLeaks as journalism. **Polis**, 2011. Acesso em: 20/07/2022. <http://blogs.lse.ac.uk/polis/2011/06/25/wikileaks-as-journalism-2/>.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **Todos os homens do presidente**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2014.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216

_____. A influência do Jornalismo. In **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BREED, W. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

BREVINI, Benedetta; HINTZ, Arne; McCURDY, Patrick. Beyond Wikileaks – implications for the future of communications, *Journalism and Society*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

BRUNS, A. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, 2011.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 43-58, 1998.

CAPUTO, Stela Guedes. Sobre entrevistas. **Teoria, prática e experiências**. Ed. Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CELOT, Paolo; PÉREZ-TORNERO, José Manuel. Study on Assessment Criteria for Media Literacy Levels. A comprehensive view of the concept of media literacy and an Understanding of how media literacy level in Europe Should Be Assessed. Brussels: European Commission. 2009. Disponível em: https://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/literacy-criteria-report_en.pdf.

CERQUEIRA, L. E. **A mídia e o jornalismo fiteiro**. São Paulo: Observatório da Imprensa/Projor, 2004.

CHAGAS, Luã José Vaz. Entre fontes e jornalistas: a seleção de vozes na construção das notícias na Band News e na CBN. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

CHAGAS, Helena Maria de Freitas. a Vaza Jato e as primeiras fissuras no discurso hegemônico da Lava Jato: A disputa pela construção da narrativa nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) - Universidade de Brasília, 2021.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Fonte, sujeito jornalístico nos novos cenários da notícia. In: Del Bianco, Nélia; Santos, Marli. **Manuel Carlos Chaparro, 70 anos na estrada do texto**. São Paulo: INTERCOM, 2014.

CHAPARRO, Manuel. **A pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Riscos éticos em tempos de delações, vazamentos e clamor pela transparência. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2-2016, p. 58-77, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; DE OLIVEIRA, Cândida. Jornalismo pós-WikiLeaks: deontologia em tempos de vazamentos globais de informação//Journalism post-Wikileaks: ethics in times of global information leaks. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 231-245, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; PAUL, Dairan; BECKER, Denise. Transparência e ética jornalística: análise de códigos deontológicos nos maiores mercados de notícia latino-americanos. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 23, n. 3, 2021.

CODDINGTON, Mark. Defending a paradigm by patrolling a boundary: Two global newspapers'

approach to WikiLeaks. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 89, n. 3, p. 377-396, 2012.

COLEMAN, Gabriella. The public interest hack. **Limn**, 2017, 8, 18–23.

COSTA, Joyce da. A construção da personagem na revista Piauí: Uma perspectiva ética da transformação de uma fonte em personagem por meio da tessitura da identidade narrativa de Francenildo nas textualidades biográficas do jornalismo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015

COX, Joseph. How to report on a hack without becoming a puppet. **Vice**, 2017. Acesso em 20/01/2022. <https://www.vice.com/en/article/bmwzb4/how-to-report-on-a-hack-without-becoming-a-puppet>.

D'AGOSTINO, Rosanne. **Entenda a decisão de Fachin que anulou as condenações de Lula e o que acontece agora**. G1, 2021. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/entenda-a-decisao-de-fachin-que-anulou-as-condenacoes-de-lula-e-o-que-acontece-agora.ghtml>. Acesso em 22/05/2024.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE AGUIAR, Leonel Azevedo; DE ANDRADE, Ana Paula Goulart. As imagens de vídeos amadores e de vigilância no telejornalismo: um estudo sobre as práticas jornalísticas contemporâneas. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 194-211, 2019.

DELGATTI, Walter. Joaquim de Carvalho entrevista o hacker Walter Delgatti. **TV247**, 16/02/2021(a). Entrevista concedida a Joaquim de Carvalho. Acesso em 28/04/2022. <https://www.facebook.com/Brasil247/videos/joaquim-de-carvalho-entrevista-o-hacker-walter-delgatti/334128271242561/>

_____. 'Quero ser deputado', diz Walter Delgatti Neto, hacker que vazou conversas da Lava Jato. **VEJA.com**, 19/02/2021(b). Acesso em: 09/05/2022

_____. Exclusivo: Lava Jato queria prender ministros Gilmar Mendes e Toffoli, diz hacker à CNN. **CNN**, 21/12/2020. Acesso em: 09/05/2022

DEUZE, Mark, WITSCHGE, Tamara. O que o Jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, jul-dez. 2016.

DI SALVO, Philip. Securing whistleblowing in the digital age: SecureDrop and the changing Journalistic practices for source protection. **Digital Journalism**, v. 9, n. 4, p. 443-460, 2021.

DI SALVO, Philip; PORLEZZA, Colin. Hybrid professionalism in journalism: Opportunities and risks of hacker sources. **Studies in Communication Sciences**, v. 20, n. 2, p. 243-254, 2020.

DO AMARAL, Maria Cristina G. Rosa; MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro. Letramento

mediático e apropriações da juventude sobre a crítica à mídia hegemônica. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 9, n. 24, p. 140-157, 2019.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia [1]. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

DUARTE, Leticia. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

ELDRIDGE II, Scott.A. Boundary maintenance and interloper media reaction Differentiating between journalism's discursive enforcement processes. **Journalism Studies**, 15 (1). (2014)

ELDRIDGE II, Scott A. (2019). Where Do We Draw the Line? Interlopers, (Ant)agonists, and an Unbounded Journalistic Field. **Media and Communication**, 7(4), 8-18.
<https://doi.org/10.17645/mac.v7i4.2295>

ELLSBERG, Daniel. **Secrets: A memoir of Vietnam and the Pentagon Papers**. Londres: Penguin Papers, 2002.

FAUSTO NETO, Antonio. Jornalismo: do chão da fábrica aos novos processos de redesenho da profissão na sociedade em vias de midiaticização. In: SILVA, Fernando Firmino; SOUSA, Joana Belarmino; NUNES, Pedro (Orgs.). **Escutas sobre o jornalismo**. João Pessoa (PB): Editora do CCTA, 2017, pp. 205-226.

FELT, Mark; O'CONNOR, John. **A vida do Garganta Profunda**. São Paulo: Record, 2009

FERRÉS, Joan; PISCITELLI, Alejandro. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina**, v. 9, n. 1, 2015.

FIDALGO, Joaquim. A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 319-337, 2000.

FLOR, Guaira Índia. O jornalismo em tempos de WikiLeaks: uma análise do FolhaLeaks e da Folha de S. Paulo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 24, 2012.

FRANÇA, Vera Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **Matrizes**, v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017.

FREITAS, Carla Miranda B. de. A colaboração no jornalismo: do Arizona Project aos Panama Papers. 2016. 176. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-

Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FUCHS, Christian. **Social Media: a critical introduction**. Sage, 2014

GANS, Herbert J. **Deciding what news is: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Tima**. Northwestern University Press, 2004.

GEORGÉ, Jean-Pierre; GLEIZES, Marie-Pierre; CAMPS, Valérie. Cooperation. **Self-organising Software: From Natural to Artificial Adaptation**, p. 193-226, 2011.

GERK, Cristine. Jornalismo na Era dos Testemunhos e as mudanças nas práticas jornalísticas no século XXI: o caso Lava Jato. **Revista de Comunicação Dialógica**, n. 2, p. 78-92, 2019.

GEHRKE, Marília. O uso de fontes documentais no jornalismo guiado por dados. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Itania Maria Mota. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. In: **E-Compós**. 2007.

GOMES, Itania Maria Mota. **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Edufba, 2011.

GRAHAM, Katherine. **The Pentagon Papers**. Making History at the Washington Post. E-book.

GREENWALD, Glenn. Washington pede ação legal contra sua própria fonte após aceitar Pulitzer por reportagem. **The Intercept Brasil**, 2016. Acesso em 08/08/2022. <https://theintercept.com/2016/09/19/washington-post-pede-acao-legal-contrasua-propria-fonte-apos-aceitar-pulitzer-por-reportagem/>.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014

GREENWALD, Glenn., REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. **The Intercept Brasil**. Retirado de <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>.

HALL et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden**. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

HARTLEY, John. Communicative democracy in a redactional society: the future of journalism studies. **Journalism**, v. 1, n. 1, p. 39-48, 2000.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da

mediatização na era da “mediação de tudo”. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014.

HEPP, Andreas; HASEBRINK, Uwe. Interação humana e configurações comunicativas: transformações culturais e sociedades midiaticizadas. **Parágrafo**, v. 3, n. 2, p. 75-90, 2015.

HJARVARD, Stig. Mediatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014.

JENKINS, Henry. **A cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture. In: **Spreadable media**. New York University Press, 2013.

JUNIOR, Edson Gil Santos. O jornalismo da fonte como parte necessária de um jornalismo plural e democrático: as rotinas da divulgação da Assembleia Legislativa do Paraná. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, 2015

KARAM, Francisco José; SCHMITZ, Aldo Antonio. A ética de lado a lado: fontes de notícias e jornalistas frente a frente. **Intexto**, n. 23, p. 147-163, 2010.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; CHAGAS, Luãn. Diversidade não é igual a pluralidade—Proposta de categorização das fontes no radiojornalismo. **Galáxia** (São Paulo), n. 36, p. 111-124, 2017.

KOELZER, Mateus. A participação da fonte na construção da notícia: o caso Estúdio I. Dissertação (Mestrado em Processos Midiáticos) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020

LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAGE, Nilson. Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria. Versão Eletrônica: [http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento% 20do% 20rep% F3rter% 20com% 20as% 20fontes. pdf](http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento%20do%20rep%20F3rter%20com%20as%20fontes.pdf) **COMPÓS**, v. 9, p. 2000, 2000.

LAGO, Cláudia. Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação. **Intexto**, p. 728-744, 2015.

LAWS, Ana; UTNE, Tormod. (2019). Ethics Guidelines for Immersive Journalism. **Frontiers in Robotics and AI**. 6. 10.3389/frobt.2019.00028.

LE GOFF, Jacques et al. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEIGH, David; HARDING, Luke. **A Guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado**. Campinas: Verus, 2011

LEWIS, Seth C.; USHER, Nikki. Code, collaboration, and the future of journalism: A case study of the Hacks/Hackers global network. **Digital journalism**, v. 2, n. 3, p. 383-393, 2014.

LISBOA, Silvia Saraiva de Macedo; BENETTI, Marcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 14, n. 1 (jan./jun. 2017) p. 51-62, 2017.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LIMA, Patrícia. O micromundo dos jornalistas de dados no Brasil: carreira profissional e construção de identidade. Tese (doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

LOPES, Felisbela. Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. **Observatorio (OBS*)**, v. 10, n. 4, 2016.

MACIEL, Alexandre Zarate; ROCHA, Heitor Lima. Desvendando o contemporâneo: o papel do jornalista-autor de livros-reportagem. **Dispositiva**, v. 5, n. 1, p. 94-110, 2016.

MALFATTI, Ligiane. Canais dos movimentos sociais no Youtube: uma análise da credibilidade a partir das aproximações entre a mídia da fonte e os formatos televisivos do jornalismo. Dissertação (Mestrado em jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. **Revista Fronteiras**, v. 18, n. 1, 2016.

MARCUS, Jon. The Ethics of Leaks - **Nieman Reports**, 2017. Acesso 29/ 07/2022.
<https://niemanreports.org/articles/the-ethics-of-leaks/>.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. A entrevista como tema de pesquisa no campo da comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 1-17, 2018.

MAROCCO, Beatriz. Entrevista jornalística, confissão e as neoconfissões na mídia brasileira. **RuMoRes**, v. 5, n. 10, p. 105-121, 2011.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga. Livro de repórter: percurso de pesquisa e formulação do conceito. in: MABILIA, Adriana et al. **Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas**. 2019.

MARTINEZ, Monica. A história de vida como instância metódico-técnica no campo da Comunicação. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, 2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação**. Ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2014

MARTINO, Luís Mauro Sá; MENEZES, José Eugenio de O. Media Literacy: competências midiáticas para uma sociedade midiaticizada. **Líbero**, n. 29, p. 9-18, 2016.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. Editora Contexto, 2009.

- MATHEUS, Leticia Cantarela. O leitor e o cotidiano na história do jornalismo. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 1, n. 1, p. 44-59, 2013.
- MATHEUS, Leticia.; MIRANDA, Patrícia. Do off ao vazamento: paradigmas e dilemas jornalísticos. **E-Compós**. 2020. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/2271>.
- MCCURDY, Patrick. From the Pentagon papers to Cablegate: how the network society has changed leaking. In: **Beyond WikiLeaks: Implications for the future of communications, journalism, and society**. London: Palgrave Macmillan UK, 2013. p. 123-145.
- MCNAIR, Brian. **The Sociology of Journalism**. London: Arnold, 1998
- MILAN, Stefania. **Data activism as the new frontier of media activism**. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2882030.
- MOLYNEAUX, Logan; MCGREGOR, Shannon. Legitimizing a plataforma. Evidence of journalists' role in transferring authority to Twitter. **Information, Communication and Society**, 2021.
- MOLOTCH, Harvey; LESTERS, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In Traquina, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 34-51, 1993.
- MORAGAS, Nádia Silva. Jornalistas e fontes no jornalismo pós-industrial: estudo empírico a partir da cobertura da migração climática em produtos digitais Tese 2019 UFBA
- MOREIRA, Henrique Tavares. A história e a pesquisa em comunicação. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 8, n. 2, 2011.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em "tempo real": O fetiche da velocidade**. Editora Revan, 2002.
- MORETZSOHN, Sylvia Debossan; PINTO, Manuel. **O caso Vaza Jato: uma discussão sobre verdade, política, ética e credibilidade**. 2020.
- MORETZSOHN, Sylvia. O “jornalismo cidadão” e o mito da tecnologia redentora. **Brazilian journalism research**, v. 10, n. 2, p. 248-271, 2014.
- MORIN, Edgar. A entrevista nas ciências sociais no rádio e televisão. In: MOLES, Abraham e outros. **Linguagem da cultura de massas: televisão e canção**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973
- MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. **Vidya**, Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000

NETTO, Vladimir. **Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OBERMAYER, Bastian; OBERMAIER, Frederik. **The Panama Papers. Breaking the sotry of how the rich and powerful hide their money**. Londres: Oneworld, 2017

PAIT, Heloisa; PINHEIRO, Ruan. Vazamento de informações: um ritual democrático na era da comunicação em rede. **Cadernos Adenauer: Cibersegurança, Rio de Janeiro**, n. 4, p. 09-32, 2014.

PARASIE, Sylvain. Hacker Journalism - A new utopia for the press? 2011. Acesso em <https://booksandideas.net/Hacker-Journalism-A-New-Utopia-for.html>.

PEREIRA, Thatiany do Nascimento. governos (in)visíveis e jornalismo mediador no ceará: análise do uso de ferramentas de transparência pública como fontes de informação jornalística. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Ceará, 2019

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294.

PRADO JÚNIOR, Tarcis et al. Livrai-nos do mal a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia. 2019.

PRADO, J; ANJOS, E. Arquiteturas de participação aplicadas ao crowdsourcing: sistematizando processos e práticas de apuração jornalísticas em ambientes digitais convergentes. **Líbero** – São Paulo – v.19, n38, p.143 -152, jul/dez, 2016.

PRIMO, Alex. Crítica da cultura da convergência: participação ou cooptação. **Convergências Midiáticas: produção ficcional-RBSTV**, p. 21-32, 2010.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. **Acontecimento: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica**, p. 21-38, 2012.

RABELO, Leon. Assange, Snowden, Greenwald. In: BRAGA, José Luiz et al. **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade**. EDUEPB, 2017.

RASHIDIAN, Nushin et al. Platforms and publishers: The end of an era. 2020

REGIS, Fátima, TIMPONI, Raquel; MAIA, Alessandra. Cognição integrada, encadeada e distribuída: breve discussão dos modelos cognitivos na cibercultura. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo - ESPM. v. 9, n. 26, 2012.

- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BERTOL, Rachel. Memórias em disputa na cobertura do caso Snowden. A reinvenção da autoridade jornalística na era digital. **Contracampo**, Niterói, v.35, n 03, dez 2016/mar 2017.
- ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **RuMoRes**, v. 7, n. 14, p. 138-157, 2013.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In Traquina, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.
- RODRIGUES, Cristiano Magrini. Enquadramentos jornalísticos do Governo Sartori: a seleção das fontes em Zero Hora. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Universidade Federal de Santa Maria, 2017
- ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2005. p. 1892-1938.
- ROMERO, Luan Moraes. Série Vaza Jato: análise do circuito comunicacional formado em torno das três primeiras reportagens. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Universidade Federal de Santa Maria, 2021.
- ROSA, Bianca. Estratégias de construções jornalísticas: Lava Jato e Vaza Jato. Dissertação (Mestrado em Processos Midiáticos) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.
- ROSSI, Michelle. Fontes como indicadores de qualidade no produto jornalístico: discussão em matérias sobre o conflito na fazenda buriti nos jornais O Estado e O Progresso. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013.
- ROXO, Marco; GRUPILLO, Aline. Produção de imagem e autoridade jornalística: reflexões sobre jornalismo amador a partir de “O abutre”. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 17, n. 1, 2019.
- RUELLAN, Denis. Corte e costura do jornalismo. **Líbero**, n. 18, p. 31-40, 2006.
- RUTILLI, Marizandra. Rotinas produtivas e relação com as fontes no rádio informativo em ambiente de convergência: um estudo de caso de emissoras de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, 2014
- SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista brasileira de história da mídia**, v. 7, n. 1, 2018
- SALVAGNI, Caroline Foppa. Leitura de arquivo e espaços de legitimação: o discurso jornalístico produzido a partir do WikiLeaks Tese (Doutorado em LETRAS) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2017

SANGER, David. Leaning on Journalists and Targeting Sources, for 50 Years. **The New York Times**, Published June 9, 2021. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2021/06/09/us/pentagon-papers-journalism-leaks.html>

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SCHLESINGER, Philip. Rethinking the sociology of journalism: Source strategies and the limits of media-centrism. **Public communication: The new imperatives**, p. 61-83, 1990.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Classificação das fontes de notícias. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldoclassificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>, 2011.

SEMICEK, Paulo Henrique. Literacia Midiático-Informacional: O Grupo De Facebook Como Comunidade Virtual E Fonte De Informação'. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Do Paraná, 2020

SERRANO, Estrela. Jornalismo e elites do poder. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, vol. 12, 2003.

SHEEHAN, Neil. How Neil Sheehan got the Pentagon Papers. Entrevista concedida a Jenny Scott. **The New York Times**, 07/01/2021. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/2021/01/07/us/pentagon-papers-neil-sheehan.html>. Acesso em 08/10/2013

SHOEMAKER, Pamela J. et al. Os leitores como gatekeepers das notícias on-line: Brasil, China e Estados Unidos. **Brazilian journalism research**, v. 6, n. 1, p. 58-83, 2010.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, v.1, 2010, p.28-39.

SILVA, Dyepeson Martins da. Fontes não visíveis ao público na significação de notícias sobre violência urbana: a transposição de narrativas no telejornalismo policial. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021

SIMMEL, George. O segredo. **Revista de ciências sociais - política & trabalho**, [S. l.], v. 15, p. 221–226, 1999. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6442>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SIQUEIRA, Fabiana; DIAS, Gilmara. A rotina dos produtores de tv na pandemia: a atuação das fontes na coprodução de conteúdo jornalístico. **Novos Olhares**, v. 10, n. 2, p. 152-161, 2021.

SMITH, John L. Benjamin Franklin: America 's first whistleblower. Scholarship. Washington, 19 dez. 2013. Acesso em: 22 agosto 2022. Disponível em

<https://allthingsliberty.com/2013/12/benjamin-franklin-americas-first-whistleblower/>

SNOWDEN, Edward. **Eterna Vigilância**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SODRÉ, Muniz. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. In: **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 2009. p. 268-268.

SODRÉ, Muniz. In: CAPUTO, Stela Guedes. Sobre entrevistas. **Teoria, prática e experiências**. Ed. Vozes, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014

SOLOSKI, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

SOUZA, Maurício Dias. Jornalismo e cultura da convergência: a narrativa transmídia na cobertura do Cablegate nos sites El País e Guardian. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

SOUZA, Rose Mara Vidal De. Lei De Acesso À Informação: um canal à fonte de notícia. 'Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Metodista De São Paulo, 2016

SOUZA, Elise Azambuja. A cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG pelo portal em.com.br: das fontes aos enunciadores. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) - Universidade Federal de Santa Maria, 2019

SPANIOL, Bruna Paiani Nasser. A vigilância na internet: a circulação midiática brasileira do vazamento de dados da NSA por Edward Snowden. 2015. 105f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

STEARNS, Josh. Acts of journalism: defining press freedom in the digital age. Acesso em 01/08/2023. **Disponível em:** https://www.freepress.net/sites/default/files/2018-08/Acts_of_Journalism_October_2013.pdf

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Editora Vozes: 1998.

TORRES, Patrícia Lupion; IRALA, Esrom Adriano F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. **Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento**. Curitiba: Senar, p. 61-93, 2014.

TRAQUINA, Nelson. Uma comunidade interpretativa transnacional. **Centro de Investigação**

Media e Jornalismo, v. 1, n. 1, p. 45-63, 2002

TRÄSEL, Marcelo. Jornalismo guiado por dados: aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 11, n. 1, p. 291-304, 2014.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

UNESCO. (2016). Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e competências do país. Brasília: UNESCO, Cetic.br [ebook]. Retirado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246398>

VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMPF, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, p. 42-55, 2010.

WAHL-JORGENSEN, Karin. WikiLeaks| Is WikiLeaks challenging the paradigm of journalism? Boundary work and beyond. **International Journal of Communication**, v. 8, p. 12, 2014

WINCKLER, Natália Carrão; MOLINARI, Gisele Trindade. Competição, colaboração, cooperação e cooptação: revendo os conceitos em estratégias interorganizacionais. **Revista ADMpg**, v. 4, n. 1, 2011.

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. **Teorias da comunicação**. Presença, 1987.

ZAGO, Gabriela da Silva. O Twitter como fonte para o jornalismo. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 10, n. 20, 2011.

_____. Resignificações do acontecimento no jornalismo em rede. **Revista Observatório**, v. 3, n. 3, p. 305-326, 2017.

ZELIZER, Barbie. O que fazer com o Jornalismo? **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, 2014.

_____. **Covering the body**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.